

Diálogos

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

ISSN 2520-5927

Ano 3/ n.º 3/ 2018

An abstract artwork featuring a grid of colorful circles and splatters. The circles are arranged in a grid-like pattern, with colors ranging from blue and purple to yellow and red. The background is a mix of these colors, with splatters and streaks of paint. The overall effect is a vibrant, textured composition.

Género & Sexualidade

Universidade Nacional Timor Lorosa'e
Dili, Timor-Leste

ISSN 2520-5927
Ano 3/ n.º 3/ 2018

Diálogos

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Género & Sexualidade

Universidade Nacional Timor Lorosa'e
Dili, Timor-Leste

UNIVERSIDADE NACIONAL TIMOR LOROSA'E
Reitor Dr. Francisco Miguel Martins
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Decano Martinho Borromeu

EXPEDIENTE

Universidade Nacional Timor Lorosa'e
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Avenida Cidade de Lisboa, Dili, Timor-Leste
Telefone: (670) 3324031 / e-mail: ffch@untl.edu.tl
www.untl.edu.tl

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Célia Oliveira
Filipe Abraão Martins do Couto

CONSELHO EDITORIAL

Francisco Miguel Martins (Reitor da Universidade Nacional Lorosa'e)
Miguel Maia dos Santos (Pró-reitor de Assuntos Provedoria e Aconselhamento – UNTL)
Vicente de Paula Correia (Diretor do Centro Nacional de Investigação Científica - UNTL)
Vicente Paulino (Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do PPGP- UNTL)

EDITOR

Alessandro Boarccaech

DESIGN EDITORIAL

Capítulo 1 - Conteúdo & Design Editoriais

IMAGEM DA CAPA

Irina_QQQ's/Shutterstock

PROJETO GRÁFICO

Joana Saraiva e Paginaria

IMPRESSÃO

Gráfica da UNTL

MISSÃO

A revista Diálogos tem por missão ser um espaço de encontro e partilha de conhecimento por meio de abordagens que contemplem a diversidade de visões de mundo, a reflexão, a troca de experiências e o aprofundamento de questões relevantes para a sociedade. Desta forma, a Diálogos valoriza a pluralidade dos saberes e busca estimular a inclusão e a interação entre investigadores das mais diversas áreas do conhecimento.

<p>Diálogos. Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 03, n.º 03. Dili: UNTL, 2018. Revista Anual – ISSN 2520-5927 Diálogos – Género & Sexualidade</p>
--

SUMÁRIO

Apresentação / **5**

Reflexões a partir de experiências - educação superior para mulheres de Timor-Leste / **9**

Camila Tribess

Violência doméstica: a função social das políticas públicas / **26**

Clélia Peretti e Jeverson Nascimento

A crise da voz contemporânea - das insuficiências da representação da subalternidade ao sujeito subalterno feminino / **42**

Filipe Abraão Martins do Couto

Representações do papel da mulher timorense no Manual do Aluno de Geografia do Ensino Secundário Geral / **54**

Vanessa Lessio Diniz

Transgênero como categoria de análise / **77**

Antonio Marcos Quinupa e Bortolo Valle

O ensino de gênero e sexualidade nas escolas em Timor Leste / **92**

Martinho Borromeu

Reflexões sobre gênero e sexualidade / **99**

Luis Maia

Michel Foucault nia hanoin: podér, seksualidade, normál no jenealojia sabér nian / **107**

Alessandro Boarccaech

Asesu ba Planeamentu Familiar la'ós de'it direitu feto nian maibé direitu umanu / **118**

Berta Antonieta

Shifting perspectives on male black masculinity and Britishness / 124

Célia Oliveira

Women and Time: ongoing debates in contemporary society / 143

Therese T. P. Tam Nguyen

LGBTI lives and rights in Timor-Leste / 157

Sara Niner

Perceptions of women in Timorese society / 178

Alessandro Boarccaech

Consent, *Estraga Feto* & Decision-Making Agency in Timor-Leste / 208

Deborah Cummins

Diretrizes para Autores / 229

É com muito prazer que se apresenta a terceira edição da Revista *Diálogos*, cujo tema incide sobre Gênero e Sexualidade. Depois da primeira e segunda edição desta revista, onde foram abordados temas relacionados com Filosofia e Educação e Sociedade e Cultura, respetivamente, considerou-se de extrema importância para esta edição abordar um tema que é fundamental nas sociedades contemporâneas e que, em Timor-Leste, não se constitui uma exceção. Afinal, afigura-se imprescindível debater esta temática, num mundo que não a compreende ou que não quer falar sobre ela; não a compreende, porque não lhe foi ensinada nas escolas ou em casa; não fala sobre ela, porque lhe foi ensinado a não dizer coisas que não sabe. E é assim que, por vezes, se perpetua um estado perfeito de ignorância e de preconceitos em relação a alguma coisa, contra a qual é necessário enfrentar e lutar.

Esta revista, de carácter pluridisciplinar, procurou reunir diferentes contributos sobre o género e a sexualidade por forma a abarcar diferentes perspetivas provenientes das diversas ciências sociais e humanas, sem esquecer, obviamente, a componente filosófica.

No primeiro artigo, Camila Tribess analisa os efeitos da educação – sobretudo a educação de ensino superior – na mundividência das mulheres, na sua relação com as tradições patriarcais. Recorrendo a uma abordagem qualitativa, a autora procura compreender de que forma mulheres de Timor-Leste que se encontram a estudar no Brasil – num ambiente cultural e académico distintos – pode gerar diferentes concepções e comportamentos da mulher no mundo.

Por sua vez, no segundo artigo, Clélia Peretti e Jeverson Nascimento desenvolvem uma reflexão para apurar como as políticas públicas se constituem no combate à violência doméstica, não descurando a análise detalhada às várias formas de prevenção e combate a este fenómeno. Os autores apontam uma série de medidas eficientes para enfrentar os desafios pertinentes e contemporâneos da violência doméstica.

O terceiro artigo, de Filipe Abraão Martins do Couto, visa compreender, numa perspetiva holística, de que forma o paradigma neoliberal global tem criado uma desigualdade da voz nas sociedades liberais e periféricas. Se a desigualdade da voz é uma realidade irrefutável nas sociedades ditas desenvolvidas, esta mesma desigualdade tem sido maximizada nas sociedades periféricas, sobretudo quando se trata da mulher periférica, que se encontra silenciada – quer pelos efeitos do neoliberalismo global, quer pelos efeitos da estrutura tradicional patriarcal.

A proposta de Vanessa Lessio Diniz, no quarto artigo, analisa as representações do papel da mulher timorense no manual do aluno de geografia do 11º ano do Ensino Secundário Geral de Timor-Leste. Em causa estão certos enunciados e conteúdos deste manual que a autora considera que acentuam, normalizam e dão fôlego para a continuidade da desigualdade do género em Timor-Leste. Após desconstruir estas representações, a autora aponta caminhos e soluções para o futuro.

No quinto artigo, Antonio Marcos Quinupa e Bortolo Valle analisam o conceito de transgénero. Por forma a compreender as implicações efetivas de exclusão do acesso das pessoas transgéneras à justiça, os autores não só procuram desconstruir o conceito de transgénero de um ponto de vista lexical, como também desenvolvem um enquadramento teórico desta categoria numa perspetiva sociopolítica e cultural.

O sexto artigo procura destacar a importância do ensino de género e sexualidade nas escolas em Timor-Leste. Numa primeira fase, Martinho Borromeu procura compreender como a sociedade se relaciona com os assuntos de género e de sexualidade; numa segunda fase, o autor destaca a escola (a educação) como o espaço privilegiado que poderá servir para a difusão e reflexão de conhecimentos essenciais sobre a temática em questão, e que poderão ser fundamentais para prevenir a violência, promover a igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao mercado de trabalho.

Nesta sequência, o sétimo artigo, de Luís Maia, aborda a necessidade de uma política de educação sexual. O autor parte de uma leitura de como o fenómeno do género e da sexualidade é retratada pelos meios de comunicação social e como ela é difundida na sociedade timorense; de seguida, examina algumas contribuições das ciências sociais e humanas em relação aos conceitos de sexualidade, sexo e género. No fim, tece um conjunto de considerações pessoais sobre a educação sexual.

O oitavo artigo traz a lume uma explicação detalhada, clara e distinta, das principais concepções de Michel Foucault. Numa primeira fase, Alessandro Boarccaech apresenta alguns factos históricos que influenciaram a vida do filósofo; numa segunda fase – e em articulação com a primeira –, o autor fornece uma explicação dos principais conceitos do universo foucaultiano, como os de poder, sexualidade, verdade e genealogia do conhecimento.

O nono artigo, de Berta Antonieta, reflete sobre a importância das políticas de planeamento familiar em Timor-Leste. Tendo em consideração que a mulher, muitas vezes, não possui o poder de decisão no planeamento familiar, prevalece a necessidade de se envolver toda a sociedade – incluindo os homens – nas tomadas de decisão do planeamento familiar. Esta temática, de planeamento familiar, é um direito humano fundamental e, como tal, requer a consciência e a participação de todos os cidadãos.

O décimo artigo, de Célia Oliveira, aborda os estereótipos relacionados com a masculinidade e com a sexualidade negras na Grã-Bretanha. A partir da análise de três peças de teatro do dramaturgo Roy Williams, é desenvolvido um conjunto de reflexões sobre a identidade cultural e do que é ser-se um homem negro na Grã-Bretanha, sobretudo quando prevalece a influência dos meios de comunicação social e de estereótipos criados pela sociedade neste domínio.

Por sua vez, Therese Tam, no décimo primeiro artigo, desenvolve uma relação entre as mulheres e o tempo. Numa primeira fase, a autora aprofunda o conceito de tempo, recorrendo a diversas interpretações e a áreas pluridisciplinares. Consideradas as diferentes concepções de tempo social e tempo do relógio, a segunda fase procura compreender a relação do tempo com as rápidas transformações sociais que se operaram desde a revolução industrial, invocando que as questões do género não se constituem como uma exceção à luz deste fenómeno (tempo).

O décimo segundo artigo, de Sara Niner, descreve as dificuldades sentidas pela comunidade LGBTI em Timor-Leste, onde continua a ser alvo de discriminação social, violência e repressão. A autora aponta alguns dos motivos sociais, políticos e religiosos que tem fomentado a intolerância e os preconceitos em relação a estas comunidades.

O décimo terceiro artigo, de Alessandro Boarccaech, testemunha algumas percepções sobre a mulher na sociedade timorense. Recorrendo a um conjunto de atividades que envolve funcionários públicos, uma dinâmica de grupo que envolve homens e mulheres e a uma pesquisa de opinião em relação à violência doméstica, o autor tece algumas considerações sobre o fenómeno da igualdade de acesso ao mercado de trabalho, da violência doméstica e dos julgamentos tradicionais, refletindo criticamente sobre o papel da mulher.

Por fim, Deborah Cummins aborda o tópico da violência sexual em Timor-Leste. Após diagnosticar o fenómeno da violência sexual em Timor-Leste, a autora esclarece e explora um conjunto de percepções de mulheres vítimas de violência sexual para, de seguida, levar a cabo a proposta de algumas estratégias que visam a prevenção e o combate a este fenómeno.

Esperamos sinceramente que as contribuições materializadas nesta revista permitam estimular o debate e a troca de ideias em torno desta temática, ou, pelo menos, incentivar ou auxiliar o leitor na procura pela verdade – ou segundo as questões do género e da sexualidade – na procura pela sua autenticidade.

Filipe Abraão Martins do Couto
Duarte da Costa Barreto

REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS - EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA MULHERES DE TIMOR-LESTE*

Camila Tribess**

Resumo: A educação, em especial a educação superior, tem sido apontada como uma possibilidade para as mulheres de romper com a estrutura patriarcal tradicional, de acessar inclusão social e econômica e empoderamento. Nesta pesquisa utiliza-se a ideia de “desaprender” (Spivak, 2014) para compreender de que forma o acesso à educação superior em uma realidade cultural distinta, em especial de mulheres de Timor-Leste estudando no Brasil, pode gerar inclusões, rupturas e questionar lugares e atuações destas mulheres. A partir de entrevistas semiestruturadas com mulheres de Timor-Leste que tiveram este tipo de vivência, a pesquisa analisa os relatos de vida, com ênfase na percepção das relações de poder e dos efeitos gerados pelo acesso à educação superior, e como os discursos e práticas são desnaturalizados a partir de questões de memórias e experiências coletivas e individuais, permitindo assim, que suas atuações sejam repensadas a partir de uma vivência pedagógica decolonial e feminista.

Palavras-chave: educação superior; mulheres; empoderamento; decolonialidade; Timor-Leste.

THINKING FROM EXPERIENCES - HIGHER EDUCATION FOR WOMEN OF TIMOR-LESTE

Abstract: Education, especially higher education, has been pointed out as a possibility for women to break with the traditional patriarchal structure, to access social and economic inclusion and empowerment. In this research the idea of “unlearn” (Spivak, 2014) is used to understand how access to higher education in a distinct cultural reality, especially of women from Timor-Leste studying in Brazil, can generate inclusions, ruptures and question places and performances of these women. Based on semi-structured interviews with East Timorese women who had this type of experience, the study analyses life reports, with an emphasis on the perception of power relations and the effects generated by access to higher education, and how

* As entrevistas utilizadas nesse artigo são fruto de trabalho de pesquisa coletivo, do Grupo de Estudos sobre Mulheres (GEM), no âmbito da cooperação brasileira em Timor-Leste (PQLP/CAPES) entre os anos de 2013 e 2015.

** Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Email: camila.nusp@gmail.com

discourses and practices are denatured from questions of memories and collective and individual experiences, thus allowing their performances to be rethought from a decolonial and feminist pedagogical experience.

Keywords: higher education; women; empowerment; decoloniality; East Timor.

A educação, em especial a educação superior, normalmente é apontada como uma possibilidade – em especial para as mulheres – de romper com a estrutura patriarcal tradicional, de acessar algum tipo de inclusão social e econômica, como uma possibilidade real de mudança social e empoderamento. No entanto, ao observarmos os padrões econômicos e sociais da maioria dos países do sul global, percebemos que, mesmo com acesso à educação superior, as mulheres ainda enfrentam mais dificuldades de inserção profissional, de igualdade de salários e oportunidades, bem como suas carreiras são muitas vezes subjugadas aos interesses familiares, que na prática significam a dupla jornada e o trabalho não remunerado nos afazeres domésticos, bem como a educação dos próprios filhos e filhas, interesses estes mais rígidos em determinados contextos, no que diz respeito às transformações neste âmbito (familiar) que envolvam questionamentos acerca da divisão de papéis deterministas que geralmente são atribuídos a homens e mulheres.

Tendo em vista esses dilemas, este estudo de caso se dá com um grupo de mulheres bem específico: entrevistamos mulheres – já formadas ou cursando alguma faculdade – de Timor-Leste que, em algum momento, tiveram a experiência de estudarem no Brasil, unindo assim experiências e dilemas no seu retorno ao país de origem. Essas mulheres tiveram, no acesso à educação superior em um país distante geográfica e culturalmente, a oportunidade de questionarem seu lugar social em sua própria cultura e desnaturalizaram algumas opressões vividas a partir dos contatos com as referências e experiências a que tiveram acesso. Para pensar este processo utilizamos a ideia de “desaprender” de Spivak (2014), buscando compreender de que forma a realidade cultural distinta, mas ao mesmo tempo aproximada do Brasil com Timor-Leste, permitiu que essas mulheres, em sua trajetória de formação intelectual, passassem a questionar seus lugares e atuações em sua terra natal. Isso reverbera a partir dos efeitos gerados por essa desnaturalização de práticas de violência simbólica que cristalizam o papel do patriarca e o privilégio nas relações de poder. Pensando a partir da ideia de “desaprender”, se as intelectu-

ais podem “desaprender” seus privilégios para aprofundarem suas pesquisas com outras realidades, essas mulheres, formando-se enquanto intelectuais timorenses, ao acessarem vivências culturais tão distintas, poderiam “desaprender” também seus lugares de gênero?

Sem ser uma pedagogia específica, essa experiência de vida tornou-se uma pedagogia feminista e decolonial, embora se passe no entremeio de dois países do sul global, de histórias coloniais ainda pulsantes em sua realidade, em especial no que diz respeito ao patriarcado e sua ação sobre a vida das mulheres – ou talvez, justamente por estes fatos. Propõe-se trazer casos de educação formal e não-formal, de experiências e trajetórias de vidas de mulheres, em contexto pós-colonial, que buscaram – ou acabaram se deparando com – aspectos feministas e decoloniais e aplicaram estas perspectivas às suas realidades, ou ainda, estão no processo de tentar aplicar o que “desaprenderam”. Essas vivências trouxeram a elas o dilema do lugar da mulher na sociedade timorense e o consequente embate decorrente dessa possibilidade.

A partir de entrevistas abertas com mulheres de Timor-Leste, na verdade conversas tecidas à frente de um gravador e com algumas perguntas centrais como guia, a pesquisa encaminha-se metodologicamente para a análise dos relatos de vida destas mulheres. Com ênfase para a percepção das relações de poder e dos efeitos gerados pelo acesso à educação superior, e como os discursos e práticas são desnaturalizados a partir de questões de memórias e experiências coletivas e individuais, permitindo assim, que suas atuações em Timor-Leste sejam caracterizadas a partir de uma pedagogia descolonizadora e uma ideia geral que se coloca em suas falas que nos remetem à teoria da mudança (Clark & Taplin, 2012).

Assim, busca-se pensar a partir de três fatores diretamente interligados e que, ao pensá-los juntos, a proposta decolonial se mostra ainda mais desafiadora e ao mesmo tempo essencial. Foca-se aqui em pedagogia, no sentido de educar com base em trajetórias de vida e experiências significativas. Mas não se trata de qualquer pedagogia e qualquer educação que queremos pensar, buscamos pensar uma educação de viés decolonial e feminista. Juntas, essas três perspectivas desafiam a redefinir conceitos já postos e repetidos e assim compreender de forma mais substancial, do que afinal se quer falar? Não se pretende, portanto, de forma arrogante ou reproduzindo as práticas coloniais, “dar voz” a essas mulheres como

parte de grupos mais ou menos oprimidos e mais ou menos excluídos. Esse texto é na verdade uma tentativa de compreender suas trajetórias e de que forma o acesso à educação e os processos não-formais que isto envolve modificaram as percepções dessas mulheres e como isso, de alguma forma, pode contribuir para a transformação da realidade em que vivem, para sua autonomia, empoderamento e reflexão sobre as opressões machistas e coloniais com as quais convivem – convivemos, todas.

Para isso, o texto se divide numa breve contextualização das mulheres em Timor-Leste, segue com o fator de inclusão pela educação, na terceira parte exploram-se as rupturas nas histórias de vida das entrevistadas a partir da experiência educacional e, finalmente, encerro o texto apresentando os dilemas que se colocam frente a esses achados de pesquisa.

O CONTEXTO DAS MULHERES EM TIMOR-LESTE

Os relatos de experiência que remetem à atuação das mulheres nos registros das histórias oficiais de nações ou comunidades sempre foram relegados ao segundo plano, “remetidas para a subalternidade” (Cunha, 2006, p. 17). Pensar na chave do segundo plano pode ser considerada uma posição ainda otimista ao considerar que a maior parte das mulheres foi condenada ao esquecimento. E, ao contrário do que se propaga acerca da memória e sua relevância, o esquecimento possui papel ainda mais importante, uma vez que, a partir dele, é que se torna possível verificar quais sujeitos e quais temas foram colocados à margem do discurso oficial, promovendo pessoas determinadas, sociedades determinadas e gênero determinado.

Pensar na transformação acerca da questão das mulheres, bem como seu papel na sociedade, torna-se pertinente para analisar contextos específicos. Porém, a mesma deve ser analisada de forma que abarque elementos que constituem momentos de êxito, mas também de retroação. Montero (2008) atenta para a continuidade dos ideais de perfectibilidade e progresso dos séculos XVIII e XIX, que faz com que vejamos sociedades em uma trajetória linear, em que o que vivemos ontem seria pior do que hoje, e o hoje pior do que amanhã. Com relação às mulheres ainda salienta que:

E assim, no caso da mulher, costumamos pensar que a igualdade foi sendo pouco a pouco conquistada, até máximo de hoje, coisa que não está totalmente correta. Porque a situação da mulher ocidental parece ser hoje melhor do que nunca, mas a trajetória não foi linear: houve momentos de maior liberdade, seguidos de épocas de reação. Às vezes o nível de repressão alcançou índices aterradoros, como na caça às bruxas empreendida no século XV e no princípio do século XVI, que talvez tenha sido uma resposta à efervescência humanista e liberal do Renascimento. (Montero, 2008, p. 12).

Ao se considerar uma trajetória não linear das mulheres que pertencem à cultura ocidental, tais momentos de liberdade e de reação sofrem variações temporais e espaciais, porém estão vinculadas a determinados fatores que os inserem na cultura ocidental. Voltando o olhar para a história de mulheres em sociedades do sul global e em sociedades orientais, as trajetórias e o papel das mulheres nas sociedades tornam-se ainda mais complexos, ao considerar outros conjuntos culturais, bem como interferências estruturais e culturais do colonialismo, de ditaduras e de outros fatores em cada contexto específico.

Spivak (2014, p. 20) atenta para a existência de uma produção intelectual ocidental que privilegia os interesses do Ocidente. Dessa forma, os sujeitos do sul global seriam sempre representados a partir do ponto de vista ocidental, crítica que assinala uma percepção desse “outro”, não pertencente a essa cultura, principalmente em um imaginário do exótico. Além disso, ao pensar na questão delicada de “ouvir” as mulheres em contextos coloniais ou pós-coloniais, Spivak (2014) nos coloca a questão da mudez da mulher nesses contextos e a improvável superação deste silenciamento.

Relatar, ou melhor ainda, participar do trabalho antissexista entre as mulheres de cor ou as mulheres sob a opressão de classe no Primeiro ou no Terceiro Mundo (sic) está inevitavelmente na ordem do dia. Devemos acolher também toda recuperação de informação em áreas silenciadas (...). No entanto, a pressuposição e a construção de uma consciência ou de um sujeito sustentam tal trabalho e irá, a longo prazo, se unir ao trabalho de constituição do sujeito imperialista, mesclando a violência epistêmica com o avanço do conhecimento e da civilização. E a mulher subalterna continuará tão muda como sempre esteve. (Spivak, 2014, p. 111).

Isso justifica a importância da produção intelectual do sul global, que analise, ainda que com recursos metodológicos ocidentais (quando aplicável), contextos e especificidades pertinentes a cada temática de pesquisa, porém sempre atentos ao potencial colonizador que muitas dessas pesquisas possuem, esta que se apresenta, em particular. Ao querer falar de vivências e trajetórias de vida de mulheres de Timor-Leste, mesmo estando envolvida acadêmica e emocionalmente com os movimentos e dilemas destas mulheres, ainda sou uma estrangeira, também no sul global, colonizado e em processo decolonial, mas que pode reproduzir, ao tentar materializar falas e vivências, os mesmos vícios dos antropólogos que, no passado, encantados com a possibilidade de descobrir algo novo, colocaram nas mãos do colonialismo os códigos mais caros dos povos a serem explorados. Seguindo, portanto, o alerta de Cunha (2006, p. 20) “[...] esta comunidade científica tem que manter a vigilância necessária sobre a possibilidade de práticas de objectificação do *outro*, ou seja, do *sul*, das *mulheres*, dos *outros documentos* e modos de saber e falar [...]”.

Nesse sentido, torna-se pertinente ressaltar que uma pesquisa que remete a um contexto de engajamento e identificação com alguns elementos, necessita tanto mais do recuo da pesquisadora, seja o recuo da reflexão sobre o espaço das mulheres pesquisadas, ou o recuo do tempo, que em conjunto com as distinções de espaço promovem contextos de experiências e trajetórias distintas para pesquisadoras e pesquisadas.

Ao reduzir o recorte de análise de estudo de em um contexto espacial específico, Timor-Leste, e mais ainda, refletir acerca de suas condições de acesso ao ensino superior, configura-se o foco de análise deste trabalho, tendo como objetivo observar trajetórias de mulheres de Timor-Leste, com base em entrevistas, e assim pensar em um panorama das condições de acesso e manutenção no ensino superior, bem como os papéis que estas mulheres desempenham na esfera familiar e social de suas comunidades. A opção pelo uso de “mulheres de Timor-Leste” e não de “mulheres timorenses” justifica-se por não existir a possibilidade de definição para uma forma única de ser de um país, que estaria cristalizada no termo “timorense”. São mulheres de diferentes comunidades, línguas e etnias, em um país de cenário multilíngüístico e multicultural, que o torna ainda mais rico e complexo¹.

¹ Sobre a discussão acerca da visão homogeneizante da categoria “mulher” e, ainda mais das “mulheres oprimidas do terceiro mundo”, ver Cunha (2006, p. 52).

Pensar em uma história das mulheres em Timor-Leste é um exercício que requer análise da história oficial do país, pensando de que forma ocorrem reverberações nos âmbitos individual e coletivo, com destaque para as políticas de memória e esquecimento que atuam para favorecer um gênero determinado. Candau (2014, p. 167) afirma que em alguns casos a manipulação da memória e os inumeráveis esquecimentos da História apresentariam finalidades nacionais ou de etnogênese e assumem por objetivo autenticar, essencializar e naturalizar essas identidades. Nesse sentido, a importância do uso de uma *sociologia das ausências*, como argumenta Santos (2002), para trazer ao foco investigativo das Ciências Sociais esses esquecimentos, esses silenciamentos e desconstruir as naturalizações.

Segundo Durand (2009, p. 42), no período pré-colonial há relatos da existência de mulheres em posição de destaque nas comunidades da ilha de Timor (como rainhas), bem como a existência de uma grande quantidade de grupos matrilineares. Ainda segundo o autor, as mulheres teriam perdido, ao longo dos séculos, sua parcela de participação em diversos setores das comunidades por conta de influências externas. O colonialismo português pode ser considerado um dos elementos fundamentais neste processo, uma vez que o domínio era efetivado por meio de alianças locais com os *liurais* e não há relatos de alianças com as lideranças mulheres.

Com a invasão indonésia na década de 1970, a população de todo o país foi forçada a optar por uma religião, sendo que as práticas religiosas regionais foram proibidas e associadas ao comunismo. Vale lembrar que o combate ao comunismo teria sido uma das justificativas para a entrada violenta da Indonésia no território timorense e a imposição religiosa veio junto com este discurso. No mesmo período há uma série de relatos que denunciam os casos das mulheres que foram presas e torturadas por militares indonésios (CAVR, 2005; CAVR, 2008). De acordo com Durand (2009, p. 80), ao final do século XIX, a quantidade de timorenses católicos era extremamente pequena, ao passo que, segundo o Censo realizado no país em 2010, o número de católicos corresponde a 96,9% da população. Os efeitos do catolicismo na vida das mulheres correspondem em grande medida aos valores que a instituição religiosa propaga, através de um modelo de família determinista que, aliado

ao *barlaque* (casamento tradicional que envolve uma série de negociações complexas e que abrange a família em todos os seus membros), muitas vezes coloca as mulheres em posição de não poderem decidir sobre suas escolhas matrimoniais, familiares e econômicas.

Na fala de uma das mulheres entrevistadas, essa relação do ambiente colonial e das invasões estrangeiras com a tradição patriarcal fica bastante clara:

Agora, fazendo uma comparação com a época da Indonésia e hoje em dia, tem muitas mulheres que tem acesso no trabalho porque elas têm bastante estudo, até o ensino superior e quem só tem o secundário tem uma educação aumentativa, então conseguem viver e fazer muitas coisas (sic). E quando comparado com antigamente, na colonização, poucas mulheres que trabalhavam. Até hoje em dia, são poucas mulheres mais velhas que trabalham. Isso aconteceu, porque antigamente o pensamento popular era que o homem devia ter mais acesso do que a mulher. Nas minhas famílias também existe esse preconceito (E1).

Com tais elementos no percurso das temporalidades, acrescida de uma história oficial do país de pós-conflito constituída de heróis da nação, em sua totalidade homens, o cenário para a participação das mulheres na política, na educação e em outros setores torna-se um desafio. Simião (2005) ressalta que as mulheres que têm acesso ao ensino superior conquistam espaços de poder nas relações, em especial no que se refere à arena estatal e burocrática, mas possuem dificuldade de apresentarem suas opiniões e considerações nas decisões tradicionais das comunidades. Esse capital social, portanto, se restringe ao âmbito do “moderno”, como argumenta Simião, sendo reconhecido para as questões profissionais, mas não é relevante para questões familiares e que envolvem a tradição cultural do país.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres. (Bourdieu, 2002, p. 18).

Essa máquina simbólica que ratifica a dominação masculina pode ser identificada na fala das entrevistadas. A Entrevistada 2 (E2), por exemplo, ao ser questionada sobre como é tomada a decisão acerca de quem poderá estudar e em que momento, afirma que tal decisão é tomada pelos homens da família. É uma reunião familiar, porém em que a decisão final é dada pelo pai, que toma conselhos principalmente dos irmãos mais velhos. Não há menção da entrevistada sobre ela ter tomado decisões a respeito do momento em que estudaria. Ao longo da entrevista, é notável que há um suporte afetivo e financeiro e que a família oferece todo o respaldo que lhe possa ser necessário. Porém, não há relato da sua autonomia das decisões importantes, mesmo que detenha um diploma de ensino superior.

EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO INCLUSÃO

Timor-Leste, após sua guerra de independência prolongada por vinte e quatro anos de uma invasão indonésia no território, passou também por uma ocupação internacional, promovida pela ONU por pouco mais de 13 anos (setembro de 1999 a dezembro de 2012). A presença da ONU e suas inúmeras equipes internacionais de *experts* nos mais variados temas, organizados em múltiplas agências fez com que temas como a educação básica universal e a igualdade de gênero comesçassem a ser ouvidas e repetidas continuamente nos mais variados lugares do país. Apesar disso, a inclusão das meninas e mulheres na educação formal ainda é um grande desafio, que mesmo a pressão e a “ajuda” internacional não conseguem resolver. O índice de analfabetismo no país, em 2012 era de 42% segundo a UNICEF². Segundo o Censo de 2015 as meninas já são maioria nas escolas primárias, secundárias e no ensino superior e, segundo essas estatísticas, 90% das crianças estão matriculadas nas escolas. No entanto, há uma geração que está entre a geração dos mais velhos, que viveram no país antes da guerra e essa nova, que está frequentando as escolas. É justamente a essa geração que pertencem as mulheres entrevistadas. São mulheres jovens (entre 18 e 35

² Disponível em: http://www.unicef.org/infobycountry/Timorleste_statistics.html

anos), que cresceram no contexto de guerra e acessaram o ensino superior apesar das dificuldades familiares, financeiras e sociais, mas com certo respaldo, por estarem no contexto de propagação do ideal da educação como forma de desenvolver o país, dentro dos padrões capitalistas e neocoloniais de educação para inclusão no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a “ajuda” internacional também possibilita uma série de oportunidades de estudos no exterior. Essas mulheres também se favoreceram dessas possibilidades, conseguindo bolsas de estudo para cursar a graduação, fazer o mestrado ou um ano de estudos de nível superior no Brasil. Essas bolsas são concedidas tanto pelo governo timorense quanto pelo governo brasileiro, no âmbito das cooperações bilaterais entre os dois países, bem como por bolsas de concorrência internacional (bolsas PEC-G e PEC-PG do Brasil). Todo esse processo de inclusão na educação formal que se deu em Timor-Leste desde 2002, especialmente, bem como essa possibilidade de estudar em outros países, reforçou entre essa geração de jovens a ideia de que é apenas pela educação formal que poderão ter as habilidades intelectuais e pessoais para acessarem ao mercado de trabalho, bem como alimentam a expectativa de melhorias econômicas para si mesmas e para o país, ao buscarem inserção no mercado capitalista internacional – em especial como mão de obra para empresas chinesas ou australianas. Essa inclusão não pode ser considerada ilusória, mas deve sim ser vista em sua realidade, de formação de mão de obra barata de um país em contexto pós-conflito do sul global.

As mulheres entrevistadas têm, como já dito anteriormente, a experiência de terem estudado por algum tempo no Brasil. Não se tem aqui a possibilidade de aprofundar os abismos culturais, sociais e políticos que separam os dois países, para além da diferença de doze fuso-horários, mas salienta-se que essa experiência é vista como um grande acontecimento na vida dessas mulheres e agrega capital social e cultural às suas vidas, influenciando inclusive nos processos de negociação de casamentos e de decisões sobre lugar de moradia, possibilidade ou não de trabalhar no mercado formal, entre outros. As entrevistadas relatam a importância dessa inclusão na educação formal para obterem espaço e certo privilégio frente a outras mulheres que não estudaram.

Eu pensava que “minha vida tem que melhorar”, isso era o primeiro. Porque eu já tinha sofrido muito, com muita vida precária, muitas lamentações, reclamações, dificuldades e tudo isso. Eu pensava que o estudo ia resolver minhas dificuldades e também da minha família, então eu pensava que o que era melhor pra mim era ter o ensino superior, e até mais do que isso, pra poder trabalhar melhor (E4).

Além disso, o aporte financeiro que um emprego formal possibilita é muitas vezes colocado como uma forma de independência dessas mulheres, que não ficam assim submetidas ao marido ou ao pai. Como essa inclusão pela educação nos parece já bastante explorada em diversos estudos, passarei ao achado mais singular da pesquisa, que são as rupturas que ocorrem na vida dessas mulheres.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E RUPTURAS

Se como coloca Beauvoir (1967) não se nasce mulher, mas torna-se mulher, então entende-se que os papéis de gênero são ensinados, desde a mais tenra idade e esse papel social é atribuído de forma cultural e social a todas nós, enquanto mulheres cisgênero imbuídas dessas expectativas de “ser” mulher em cada realidade social. A partir dessa reflexão, a ideia de “desaprender” de Spivak (2014) nos é cara ao pensarmos que, se aprendemos e naturalizamos nossos papéis de gênero em nossas sociedades, poderemos também, com vivência significativas, reflexão e estudo, desaprender esses papéis cristalizados ao longo dos séculos. Assim, o processo dessas mulheres ao ingressarem no ensino superior no Brasil ou ao terem a experiência de um ano ou dois em país culturalmente tão distinto aparece como uma parte desse “desaprender” seu lugar esperado enquanto mulher em Timor-Leste.

Sem querer entrar na questão de se o Brasil é mais ou menos “aberto” ou “livre” para as mulheres, como as entrevistadas expressam, o que importa é compreender que elas se sentiram dessa forma, na fala da Entrevistada 1: *as mulheres brasileiras não dependem dos homens para nada, são muito independentes*. Claro que é importante contextualizar que elas tiveram contato com

mulheres privilegiadas dentro do contexto brasileiro, em especial as mulheres jovens e com acesso ao ensino superior público. No entanto, não podemos descartar esse sentimento se quisermos de fato compreender a mudança operada no sentir e no agir dessas mulheres ao voltarem para Timor-Leste. Ao “desaprenderem” as regras do que é ser mulher que elas tinham construído de forma tão firme em suas socializações, ao verem outros contextos e possibilidades se colocando, mesmo num contexto também de pobreza, desigualdade social e subdesenvolvimento, como no Brasil, abriu-se no sentir e no agir dessas mulheres a possibilidade de mudarem suas próprias atitudes perante a sua cultura e frente às representações de gênero que elas tinham aprendido.

Pensar no espaço em que essas mulheres tiveram acesso por um período é pertinente para pensar sobre questionamentos que começaram a se fazer. O Brasil, com complexo cultural bastante distinto do país de origem das entrevistadas, aproxima-se também, em certa medida, das realidades dessas mulheres por ser um país do sul global, que também foi colonizado e que possui resquícios das práticas colonizadoras na atualidade, inclusive do comportamento e dos corpos. Miranda (2011), ao fazer um estudo sobre as mulheres de Timor-Leste que haviam se mudado para Portugal por conta da ocupação Indonésia, ressalta em diversas passagens de seu texto as permanências de práticas do país de origem, como os cuidados da casa e hábitos alimentares, apontando o que costumavam cozinhar. No caso da autora, a pesquisa foi desenvolvida com outra geração de mulheres, que mesmo em um país europeu, mantiveram sua condição de cuidadoras dos assuntos da casa e papel secundário nas decisões importantes da família. Não há estudos sobre mulheres de Timor-Leste que foram a Portugal com objetivo específico de complementar a sua formação acadêmica recentemente. Porém, no estudo de Miranda, chama a atenção o fato de, ao longo do mesmo, ser perceptível que a comunidade timorense em Portugal manteve-se “fechada”, no sentido de manter suas práticas do país de origem e pouco questionar tais práticas, mesmo a partir da experiência e conhecimento de outros modelos. Tal fator, comparado ao estudo em questão, pode ser entendido por elementos de identificação em maior ou menor grau, podendo as práticas culturais do “outro” abrirem espaço para a reflexão ou mesmo para reforçarem o complexo de práticas já internalizado.

Em comparação com estas mulheres que estiveram no Brasil, as mudanças e rupturas são relatadas em forma de estranhamento, admiração e vontade de mudança. Em outro trabalho sobre este tema (Tribess; Batista *et al*, 2015) percebemos que as mudanças se dão tanto nas relações íntimas, como querer morar em sua própria casa e não mais na casa da família do marido, conforme o costume local, até a relação de emprego, renda e decisão sobre aspectos considerados importantes em sua própria vida. A Entrevistada 6 diz: *Assim, eu senti muitas mudanças depois da minha volta do Brasil. A primeira coisa que eu fiz foi morar sozinha com meu marido e minhas filhas*. Da mesma forma, essas mulheres apontam em diversas oportunidades o quanto sentiram-se empoderadas ao perceberem, ainda no Brasil, que as mulheres poderiam estar em espaços diversos e realizando atividades até então impensáveis para elas:

Eu acho que sim, porque agora as mulheres têm o mesmo direito que os homens, então as mulheres que tem capacidade, tem coragem. Por exemplo, tem trabalho que muitas vezes só homens que podem fazer, e as mulheres também poderiam fazer. Então, aqui eu penso que tudo é possível, as mulheres podem fazer qualquer tipo de trabalho (E5).

A partir desse sentimento a vontade de mudança se coloca como consequência e, ao menos nas falas que nos foram concedidas, elas expressam que querem realizar transformações em sua realidade, bem como acreditam serem capazes dessa realização.

[...] as brasileiras, na maioria, são corajosas. A mulher tem coragem de fazer qualquer coisa que ela quiser, e quando eu voltar para Timor eu quero ser mais corajosa e não quero isso só para mim, mas para as outras mulheres também porque lá a *cultura* é mais fechada [...]. Com o mundo mais moderno, eu penso que os timorenses vão mudar sobre mulheres e homens, vivemos em uma democracia, mas a *cultura* é fechada, então elas [as mulheres] pensam que não podem fazer o mesmo que os homens ou dar um passo à frente do homem. A mulher sempre está atrás do homem (E8).

Sabe-se que essa vontade de mudança nem sempre se efetiva em ação, bem como o próprio contexto brasileiro está cheio de contradições, ganhos e retrocessos quanto à questão da mulher. No entanto, essas vivências significativas trazem o questionamento e apontam para rupturas importantes nos processos de questionamento dos papéis de gênero atribuídos.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E ALGUNS DILEMAS ENCONTRADOS

As mulheres que possuem acesso ao ensino superior em Timor-Leste pertencem a uma camada relativamente privilegiada da população. Porém, a oportunidade de acesso não isenta essas mulheres de estarem submetidas à violência simbólica cotidiana, seja na família, seja na sociedade, ou mesmo na universidade. Mesmo assim, a opção por cursar o ensino superior, ainda que seja uma decisão em conjunto com a família, representa um passo importante para o questionamento do papel dessas mulheres em suas comunidades.

O acesso ao ensino superior pode ser considerado a primeira etapa do que, para essas mulheres que tiveram também acesso às instituições no Brasil, da pedagogia descolonizadora e do processo de “desaprender” seu lugar imposto de mulher. Concluir os estudos e integrar o mercado de trabalho é um desafio que demanda disposição para o enfrentamento de situações frente aos homens, de todas as esferas de vivência, uma vez que o processo de transformação da condição dessas mulheres os afeta diretamente, principalmente no que concerne ao papel de dominação através da valorização de um sistema patriarcal.

Na área rural, nos subdistritos tem os Knua e então cada Knua tem sua *cultura*. Eu gosto que as meninas brasileiras podem falar sobre educação, sobre política, sobre qualquer coisa, tem o mesmo direito que os homens (E7).

A percepção das entrevistadas com relação às mulheres brasileiras que tiveram contato na universidade remete, em um primeiro momento, a um encantamento que corresponde à existência da possibilidade de questionar um sistema vigente e perpetuado. Logo após, é seguido dos questionamentos de sua condição enquanto mulher com ensino superior na sociedade timorense e quais são os efeitos em suas vidas, sejam eles elencados como bons (como possibilidade de melhores colocações no mercado de trabalho de Timor-Leste, ou possibilidade de ajudar financeiramente a família), como os elencados como pontos a melhorar, geralmente relacionados às relações entre homens e mulheres, bem como determinados privilégios perpetuados pelos homens.

[...] Por exemplo, tem trabalho que muitas vezes só homens que podem fazer [em Timor-Leste], e as mulheres também poderiam fazer. Então, aqui [no Brasil] eu penso que tudo é possível, as mulheres podem fazer qualquer tipo de trabalho (E3).

As trajetórias de vida das mulheres de Timor-Leste, em especial as entrevistadas para o presente trabalho, são importantes para pensar em como se dão os processos de transformação das questões de gênero do país, e como as influências externas interferiram ao longo dos séculos, com destaque para diferentes países em diferentes períodos. Neste estudo, em especial, pode-se inferir também os conflitos e mudanças que surgem com a abertura do país pós-independência em 2002 e os dilemas dessas mulheres, que tento de forma resumida expor aqui.

Por trás da insipidez de nossa amnésia coletiva, portanto, oculta-se uma variegada paisagem de mulheres extraordinárias – algumas admiráveis, outras infames. Todas têm em comum uma traição, uma fuga, uma conquista: traíram as expectativas que a sociedade depositava nelas, fugiram de seus limitados destinos femininos, conquistaram a liberdade pessoal. Convém levar em conta que, na maioria dos casos, e durante milênios, ser mulher implicava não ter acesso à educação e nem sequer a uma mínima liberdade de movimentos (sair à rua sozinha ou viajar sozinha). (Montero, 2008, p. 27).

Assim, as mulheres que entrevistamos tiveram a oportunidade de romper, de diversas formas, com o determinismo biológico a que são submetidas pelo fato de nascerem mulheres. Tal rompimento não significa uma ruptura abrupta, mas um processo em que puderam “desaprender” seus lugares e perceber que determinados papéis e condutas são diferenciados por conta das relações de poder, que assegura a manutenção de homens que reproduzem a virilidade, e que esperam das mulheres que o cercam a submissão e a dependência dada pela fragilidade.

Não se pretende aqui pensar nessas vivências como majoritárias, nem mesmo que tenham grande potencial de transformar rapidamente as estruturas do país. Busco, no entanto, compreender a trajetória de vida dessas mulheres que entrevistamos, que pode ser também a trajetória de mulheres de Timor-Leste que foram estudar em outros países e que, ao se perceberem capazes de

outra forma de vivenciar o ser mulher em Timor-Leste, podem contribuir para uma efetiva mudança de padrão de comportamento *das mulheres*, em geral, a partir de suas intervenções na sociedade. É importante colocar ainda, como reflexão final, o fato de ser o Brasil esse lugar de repensar as práticas e “desaprender” o lugar de mulher dado a elas, visto que, tão contraditoriamente, o Brasil segue sendo um país extremamente machista, e que as mulheres lutam todos os dias para denunciar a violência – física e simbólica que sofrem.

Não existe machismo melhor ou pior, mas ao entrarmos em contato com outros problemas, outras soluções e outras realidades ganhamos o distanciamento para pensarmos nossas próprias dificuldades e, acredito, essa pesquisa mostra que as mulheres timorenses viveram isso e que, enquanto pesquisadora, passo a viver também, vendo nas transformações destas entrevistadas a mesma transformação que também quero sentir e agir. Assim, esse processo é sempre mútuo e recíproco, “desaprendemos” com elas, assim como elas dizem ter aprendido conosco.

REFERÊNCIAS

- Beauvoir, Simone de. (1967). *O segundo sexo: a experiência vivida*. v. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Bourdieu, Pierre. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Candau, Joel. (2014). *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto.
- CAVR. (2005). *Relatório Chega – Resumo executivo*. Dili: CAVR.
- CAVR. (2008). *Cadernos temáticos – Timor-Leste as mulheres e o Conflito*. Dili: CAVR.
- Clark, Hélène & Taplin, Dana H. (2012). *Theory of Change Basics: A Primer on Theory of Change*. New York: Actknowledge. Recuperado em 26 maio, 2018 de http://www.theoryofchange.org/wp-content/uploads/toco_library/pdf/ToCBasics.pdf
- Cunha, Teresa. (2006). *As vozes das mulheres de Timor-Leste*. Edições Afrontamento.

Durand, Frédéric. (2009). *História de Timor-Leste: da pré-história à actualidade*. Lisboa: Lidel.

Miranda, Sofia. (2011). Percursos de resistência: mulheres timorenses em Portugal. In: Silva, Kelly & Sousa, Lúcio (orgs.). *Ita maun alin... o livro do irmão mais novo: afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste*. Lisboa: Edições Colibri.

Montero, Rosa. (2008). *Histórias de Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Agir.

Santos, Boaventura de Sousa. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro.

Simião, Daniel. (2005). *As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste*. Brasília: Universidade de Brasília.

Spivak, Gayatri C. (2014). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.

Tribess, Camila.; Batista, Gabriela Lopes.; et al. (2015). Mulheres de Timor-Leste com ensino superior: mudanças e trajetórias de vida. In: Guedes, Maria Denise; Scartezini, Raquel; et. al (orgs.) *Professores sem fronteiras: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste*. Florianópolis: NUP/UFSC.

VIOÊNCIA DOMÉSTICA: A FUNÇÃO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Clélia Peretti*
Jeverson Nascimento**

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão acerca da violência doméstica, objetivando abordar a função social das políticas públicas nos casos de violência desse gênero, bem como, analisar sua efetividade na prevenção e combate a esse fenômeno. Para a progressão do objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos: compreender a definição de violência e as formas como se caracteriza; refletir sobre políticas públicas que atuam no combate à violência doméstica, garantindo a preservação dos direitos das vítimas e, também, a punição do agressor; contextualizar a função social da Lei Maria da Penha. Diante da abordagem reflexiva que contempla o fenômeno da violência doméstica e da necessidade de políticas públicas e ações sociais que a amenizem e previnam, surge a seguinte questão: como as políticas públicas atuam no combate à violência doméstica? Especificamente no Brasil, muitos programas e serviços voltados para a temática foram e vem sendo desenvolvidos pelo Governo Federal com o apoio da sociedade. Neste sentido, destaca-se a importância da Lei Maria da Penha no combate ao fenômeno da violência doméstica. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica e servirá para contribuir na ampliação da compreensão a respeito dos aspectos que envolvem o tema em foco, sendo de fundamental importância, visto que suscita questionamentos de interesse acadêmico e social. Por fim, conclui-se que a sociedade necessita de políticas públicas eficientes para enfrentar os desafios pertinentes na temática abordada.

Palavras-chave: violência doméstica; políticas públicas; Lei Maria da Penha.

* Doutora em Teologia pelo Programa de Pós-graduação da Escola Superior de Teologia - EST. São Leopoldo. RS. Pós-doutorado em Teologia pelo Centro Italiano di Ricerche Fenomenologiche e Pontificia Università Lateranense – Roma (Itália). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE-PUCPR. Graduação em Pedagogia pela Libera Università Maria Santissima Assunta – Roma/Itália; Graduação em Magistério em Ciências Religiosas; Bacharelado em Teologia pela PUCPR, Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Sagrado Coração de Jesus. Bauru/SP. Licenciatura em História pelas Faculdades Claretianas. Membro de International Academy of Practical Theology - IAPT- USA, da SOTER e ANTPECR. É professora dos Curso de Graduação e do Programa de pós-graduação Mestrado e Doutorado, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. PPGT/ PUCPR. E-mail: clelia.peretti@pucpr.br

** Possui Licenciatura e Especialização em Filosofia – Faculdades Entre Rios de Piau (2016) e graduação em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2014). Mestre em Teologia – Faculdades Batista do Paraná (2017). Atualmente é pesquisador do Centro de Teologia de Santa Catarina. Frequenta disciplinas Isoladas no doutorado em Teologia da PUCPR. Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em Prática ministeriais, atuando principalmente nos seguintes temas: divergências e convergências, Deus, métodos de interpretação bíblica, bíblia sagrada e filosofia. E-mail: prjeverson@gmail.com

DOMESTIC VIOLENCE: THE SOCIAL FUNCTION OF PUBLIC POLICIES

Abstract: The present work proposes a reflection on domestic violence, aiming to address the social function of public policies in cases of this case of violence, as well as to analyze their effectiveness in preventing and combating this phenomenon. In order to advance the general objective, the following specific objectives have been proposed: to understand the definition of violence and the ways in which it is characterized; to reflect on public policies that work in the fight against domestic violence, guaranteeing the preservation of the rights of the victims and also punishment of the aggressor; to contextualize the social function of the Maria da Penha Law. Given the reflexive approach that contemplates the phenomenon of domestic violence and the need for public policies and social actions to mitigate and prevent it, the following question arises: how do public policies act in the fight against domestic violence? Specifically in Brazil, many programs and services focused on the theme have been and are being developed by the Federal Government with the support of society. In this sense, it is important to analyze the importance of the Maria da Penha Law in combating the phenomenon of domestic violence. The methodology used consists of a bibliographical research and will serve to contribute to the broadening of the understanding about the aspects that involve the subject in focus, this being of fundamental importance, since it raises questions of academic and social interest. Finally, it is concluded that society needs efficient public policies to face the pertinent challenges in the subject matter.

Keywords: domestic violence; public policy; Maria da Penha Law.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a função social das políticas públicas nos casos de violência doméstica. Partindo dessa premissa, pretende-se fazer uma análise contextualizada da violência doméstica sobre o ponto de vista social, terminológico e legal, entre outras peculiaridades, destacando-se a importância da discussão da temática ora apresentada. Anualmente, milhares de pessoas morrem em decorrência de atos violentos no mundo todo, os quais ainda deixam outras milhares com sequelas físicas e psicológicas. A violência não leva em consideração idade, cor, raça, condição socioeconômica: atinge a quem puder vorazmente. Atualmente, vive-se uma realidade preocupante em relação à violência no Brasil.

A violência é um tema complexo não apenas por tratar de um conflito que influi diretamente na formação e desenvolvimento de um ser – futuro de uma sociedade – mas por abordar a intervenção da esfera pública. (Behrman, 2005, p. 15).

A maioria dos casos de agressões acontece dentro da casa da vítima, no ambiente familiar, e o principal agressor é alguém próximo. A temática da violência doméstica está diretamente atrelada às políticas públicas que devem nortear a elaboração e a implantação de ações mitigadoras, relacionadas à violência, objetivando garantir à urbe suas funções. Dessa maneira, a sociedade se encontrará protegida.

Diante desse contexto, é necessário que as políticas públicas atuem realizando ações efetivas, ainda que enfrentem muitos desafios, assumindo sua responsabilidade social, a fim de combater os crimes contra a vida, contra a honra, contra o patrimônio e contra os costumes.

A análise do tema é importante e relevante por dois motivos: primeiro, pelo sofrimento indescritível imputado às vítimas, que sofrem caladas muitas vezes; e segundo, porque, comprovadamente, a violência impede um desenvolvimento físico, psicológico e social adequado.

Tratando-se de uma produção científica, “o problema é uma dificuldade, teórica e prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução” (Lakatos & Andrade, 1999, p. 48).

Diante da abordagem reflexiva que contempla o fenômeno da violência doméstica e da necessidade de políticas públicas e ações sociais que a amenizem e previnam, surge a seguinte questão: qual a função social das políticas públicas no combate contra violência doméstica? Para responder a essa questão delineou-se como meta refletir acerca da violência doméstica, objetivando analisar as ações sociais propostas pelas políticas públicas nos casos de violência desse gênero, bem como, discutir acerca da sua efetividade na prevenção e combate a esse fenômeno. Constituem objetivos específicos compreender a definição de violência e as formas como se caracteriza; refletir sobre políticas públicas que atuam no combate à violência doméstica, garantindo a preservação dos direitos das vítimas e a punição do agressor e contextualizar a função social da Lei Maria da Penha.

A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica e servirá para contribuir na ampliação da compreensão a respeito dos aspectos que envolvem o tema em foco, sendo de fundamental importância, visto que suscita questionamentos de interesse acadêmico e social. Do ponto de vista teórico, esta pesquisa se sustenta nas obras de vários autores que tratam sobre a temática em questão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA

A violência, está diretamente ligada à forma como a sociedade se estabelece, impõe seus valores, determina as normas de conduta, e distribui seus bens e serviços. Ante o exposto, subentende-se que a violência, enquanto fenômeno está inserida na estrutura social, econômica, cultural e política, e é exteriorizada pelas ações dos indivíduos. De acordo com Ferreira (1993, p. 568), “violência é a qualidade de ser violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força e coação”.

A palavra “violência” deriva do latim “*violentia*”, que significa “veemência, impetuosidade”. Mas na sua origem está relacionada com o termo “violação” (*violare*). Objetivamente, significa “usar a agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em acidente, morte ou trauma psicológico” (Significados, 2018, s/p). No dicionário Aurélio (Ferreira, 1999, p. 501) encontra-se a seguinte definição: “violência é qualquer ato de violentar, ou melhor, usar a força e/ou coerção/coação que causa constrangimento físico ou moral à determinada pessoa”. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como:

O uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte ou dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (Souza, 2007, p. 15).

A violência é uma violação dos direitos humanos que são os princípios garantidores da dignidade humana. Baratta (1993, p. 111) “classifica os grupos fundamentais dos direitos humanos: o direito a vida, a integridade

física, a liberdade pessoal, a liberdade de opinião de expressão, de religião e direitos políticos, bem como os direitos econômicos sociais”. De acordo com Cury (2000, p. 25), os tipos de violência mais conhecidos são:

a) Violência física é a ação única ou repetida, intencional, que provoque dano físico, de grau variado de lesão que leve até a morte, sendo essa a mais temida pelas sociedades. Ela se manifesta de várias formas, como:

Tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos, tirar de casa à força, amarrar, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos, danos à integridade corporal decorrentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros). (PMPF-RS, 2018, p. 88).

É a violência mais perceptível, pois quando cometida pode deixar marcas físicas no corpo. Normalmente, a violência física é precedida pela violência psicológica.

b) A violência psicológica envolve um padrão de comportamento destrutivo, que interfere negativamente na competência social do indivíduo, especialmente em crianças, por meio de práticas de rejeição, isolamento, ameaças, descaso, corrupção, expectativas e exigências irreais (Cury, 2008).

c) A violência sexual é um problema que sempre existiu na sociedade, por mais que tenha sido escondido ou mantido em segredo, pois a mesma acarreta culpa, vergonha e medo tanto na vítima quanto nos possíveis denunciadores que se solidarizam com a vítima. A violência sexual é considerada como sendo todo tipo de contato sexualizado, desde as falas eróticas ou sexuais e exposição da vítima a material pornográfico até o estupro seguido de morte (Azambuja, 2002).

d) Negligência pode ser caracterizada como o abandono parcial ou total dos responsáveis e/ou a omissão quanto a oferecer as necessidades básicas e da supervisão essencial à segurança e ao desenvolvimento (no caso de se tratar de criança), quando não associadas às privações socioeconômicas.

e) A violência patrimonial envolve a destruição de objetos pessoais, documentos, instrumentos ou outros pertences da vítima. Abarca também, a transferência de

bens para o agressor através da coação ou induzimento ao erro (Hermann, 2007).

f) A violência religiosa considera a abordagem da violência pelo prisma da religião e é sobretudo desafiadora, ainda mais considerando o contexto sociocultural brasileiro, marcado pela religiosidade e pelos padrões patriarcais (Bandini, 2018).

g) A violência de gênero que pode se definir como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (PMPF-RS, 2018).

h) A violência institucional considerada pelo Ministério da Saúde brasileiro como aquela exercida nos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Manifesta-se na falta de acesso, bem como, na má qualidade dos serviços prestados. Considera os abusos cometidos entre usuários e profissionais dentro das instituições (Brasil, 2008).

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em relação à violência doméstica, Guerra (1998, p. 82) aponta para a “complexidade de sua determinação, devido a grande quantidade de variáveis envolvidas”. Exemplos destas causas são as questões históricas relacionadas ao lugar; questões econômicas e sociais como proveniência de segmentos sociais desfavorecidos e situações associadas como analfabetismo, marginalidade e desemprego; questões relacionadas à desigualdade, dominação de gênero e relação de poder entre gerações; proveniência de ambientes normalmente conflituosos com presença de problemas psíquicos tais como depressão, alcoolismo e outras drogas; falta de sensibilidade social, isolamento e suporte social inadequado; e tipo de estruturação e tradição familiar.

A vítima agredida no âmbito da unidade doméstica deve fazer parte dessa relação doméstica. O âmbito familiar refere-se à violência que acontece dentro da família, entre os membros da família, seja por vínculo natural (pai, mãe, filhos, etc.) ou civil (marido, padrasto, sogro, etc.), afinidade (primo, tio) ou afetividade (amigo que more na mesma casa) (Brasil, 2008).

Diante dessa nova realidade não há como restringir o alcance da previsão legal. Vínculos afetivos que refoquem ao conceito de família e entidade familiar

nem por isso deixam de ser marcados pela violência. “Para a configuração de violência doméstica é necessário um nexos entre a agressão e a situação que a gerou, ou seja, a relação íntima de afeto” (Misaka, 2007, p. 87).

A violência doméstica atinge também os filhos quando presenciam cenas de agressões entre seus pais. Identificaram-se algumas mudanças no comportamento como: distúrbio na alimentação e no sono; disfunções emocionais, depressão e carência emocional; problemas escolares, dificuldade de aprendizado; submissão, apego excessivo, ansiedade; atuação agressiva/ataques de fúria destrutiva; distanciamento, isolamento, vida familiar fantasiosa; somatização; agitação, ataques de tremedeira; roer unhas, gaguejar; ideias de suicídio (Comunidade Bahá'Í do Brasil, 2002).

A família é o primeiro local onde cada ser humano é inserido. É nela que se tenta ajudar o indivíduo em seu desenvolvimento como pessoa e se demonstra como ele será inserido neste meio social que agora está lhe sendo apresentado e de sua real importância neste contexto. É na família que o indivíduo receberá as primeiras tarefas e lhe serão transmitidas os valores, intimidades, regras, costumes inerentes a cada sociedade. A criança, por exemplo, aprende o convívio social e seu papel dentro deste contexto. É do conhecimento de toda sociedade que a criança necessita de uma série de conjuntos formadores do seu caráter e que, na falta deste, conseqüentemente crescerá um adulto inseguro, fragilizado e sem base para seu desenvolvimento social integrado saudavelmente na sociedade (Guerra, 1998).

Nesse prisma é essencial que este lar tenha uma boa estrutura, baseada no acolhimento individual e seguro para um crescimento educacional condizente com os aceitáveis em sociedade. Indiscutivelmente, o ser é sim produto do meio em que vive, mas este meio com certeza é o da família, ficando o da sociedade a posterior. O indivíduo formará seu eu de tudo que ele vir, sentir, experimentar, testemunhar em seu dia a dia.

Embora a escola, os clubes, as igrejas e a televisão exerçam grande influência na formação da criança, os valores morais e os padrões de conduta são adquiridos essencialmente através do convívio familiar. Quando a família deixa de transmitir esses valores adequadamente, os demais vínculos formativos ocupam seu papel e, muitos destes, incentivam a violência (Gomide,

2004). A família, para muitos é uma instituição tida como sagrada, protegida pela privacidade. Mas é também na família que as maiores violências podem acontecer (Pereira, 2006).

Inserido num contexto de violência e privacidade, o leito familiar muitas vezes se transforma num ciclo de violência, no qual a vítima de hoje poderá, em muitas vezes, vir a ser o agressor do futuro. A violência surge, sob esse prisma, como consequência disso e de diversos problemas sociais, sendo que a questão econômica é uma delas. Ao contrário do que se pensa, as desigualdades sociais não são fatores essencialmente determinantes da violência, uma vez que a mesma pode ser encontrada em todas as classes sociais. No entanto, ela está sim mais presente nas sociedades com menores condições financeiras (Oliveira, 2010).

POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATUAM NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Para que se tenha um trabalho efetivo no enfrentamento à violência contra a mulher é preciso à atuação do Poder Público, com a criação de Políticas Públicas. A eficiência das delegacias especializadas de atendimento às vítimas culminou na criação dos Juizados Especiais Criminais no ano de 1995. O Congresso Nacional sancionou a Lei nº 9.099, no dia 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais – JECrim e dá outras providências (Brasil, 1995).

A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), localizada em Brasília/DF foi criada pelo Decreto Lei nº 10.000 de 12 de 1986 e foi inaugurada em 01/09/1987. Segundo informações da própria DEAM, ela é uma delegacia especializada porque faz parte do departamento de polícia especializada, existindo dois departamentos de cunho das delegacias: as circunscricionais e as especializadas, que cuidam de um tipo específico, ou de autor, ou de vítima, ou de crime. A delegacia da mulher é subordinada ao departamento de polícia especializada e tem sua principal atribuição o atendimento a mulher vítima de violência (Debert & Oliveira, 2007). As políticas públicas, podem ser entendidas como os projetos e ações governamentais endereçados

para áreas específicas da sociedade, como aquelas que se referem as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado.

Norteados pelo princípio da busca de conciliação, os Juizados Especial Criminal (JECrim) foram criados com a finalidade de ampliar o acesso da população à Justiça, promover o rápido ressarcimento da vítima e acelerar as decisões penais, aliviando assim, o Judiciário. A busca pela conciliação permite que o agressor e a vítima, com o auxílio de mediadores, “encontrem” a solução mais adequada para seus problemas. Outra finalidade que merece ser destacada é a despenalização, que favorece o autor do delito ao permitir que o mesmo não seja processado criminalmente.

Em decorrência da proposta despenalizante, esse juizado tem sido considerado um grande avanço da legislação brasileira que trouxe profundas mudanças no âmbito criminal, através da imputação de penas não privativas de liberdade a delitos, considerados de menor potencial ofensivo (Oliveira, 2010). Antes da criação do JECrim, os crimes de violência doméstica, eram julgados pela justiça comum. A nova lei alterou, esse procedimento. O inquérito foi substituído pelo Termo Circunstanciado (TC), não há oitiva de testemunhas e nem do autor do fato. O TC é formado somente pela declaração da ocorrência feita pela vítima e encaminhado imediatamente ao Poder Judiciário.

Diante do exposto, percebe-se que a lei em questão, é incapaz de dar uma solução satisfatória para as vítimas em situação de violência doméstica. A recepção do Juizado Especial Criminal para tratar da violência contra a mulher, por exemplo, não foi unânime entre os operadores de direito. Seguindo esta mesma linha de raciocínio Hermann (2007, p. 47), afirma que esse sistema veio apenas para “duplicar as dores da vítima, expondo-a a um ritual indifferente e formal, que desconsiderou a diversidade inerente à condição humana e reproduziu os valores patriarcais que a conduziram até ele”.

Como era esperado, os movimentos de mulheres também se manifestaram de forma contrária aos JECrims. Segundo esses movimentos, os crimes de violência doméstica foram vulgarizados, ignorou-se a potencialidade lesiva destes conflitos. Sucintamente, essa lei representou um retrocesso jurídico e social, sobretudo na área criminal, fazendo-se necessário e urgente à tomada de novas diretrizes.

Faz-se uma ressalva aqui, destacando que o enfrentamento da violência doméstica não deve restringir apenas ao combate, mas também, às dimensões da prevenção, assistência e garantia de direitos. Por esta razão, é de responsabilidade do Estado e dos profissionais desenvolverem uma abordagem interseccional e multidimensional, capaz de provocar mudanças culturais, educativas e sociais (Madureira, 2014).

A LEI MARIA DA PENHA

A conscientização de cada ser humano é pré-requisito para acabar com a violência no âmbito doméstico. Alguns especialistas defendem que a principal política de prevenção à violência doméstica é o investimento em educação, com a inclusão de debates sobre as desigualdades nos currículos escolares. Isso, na perspectiva de Madureira (2014), provocaria nas próximas gerações a desconstrução dos estereótipos tão presentes na sociedade brasileira.

A partir de 22 de agosto de 2006, entrou em vigor a Lei nº 11.340, a qual passou a ser tratada como “Lei Maria da Penha”. Essa Lei “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências, assim batizada em razão da luta travada pela biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de inúmeras violências no âmbito familiar, praticadas por seu marido, o professor universitário e economista Marco Antônio Viveiros, culminando com uma tentativa de homicídio que lhe causou uma paraplegia irreversível (Brasil, 2006).

A função social da Lei Maria da Penha busca a real igualdade de gênero no que diz respeito à necessidade de pôr fim à violência doméstica, já que nesse campo é patente a desigualdade existente entre os gêneros

masculino e feminino, pois as mulheres aparecem como a parte que sofre as discriminações e violências em índices consideravelmente maiores, não só pelas diferenças físicas, mas também, culturais que envolvem o tema em questão (Hermam, 2008).

Declara também, que em tal contexto, a existência de uma discriminação em favor da mulher tem o claro objetivo de dotá-la de uma especial proteção, para permitir que o gênero feminino tenha compensações que equiparem suas integrantes à situação vivida pelos homens.

Afigura-se, assim que as medidas preconizadas na Lei Maria da Penha constituem políticas e ações afirmativas no sentido de possibilitar que em relação à questão da violência, as mulheres alcancem o respeito à sua dignidade enquanto seres humanos, bem como a almejada igualdade de condições em relação aos homens (Hermam, 2008). O artigo 4º da Lei 11.340 menciona que “na interpretação desta Lei serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar” (Brasil, 2006).

Explica que no aspecto objetivo (físico-espacial) a Lei direciona-se especialmente a combater os fatos ocorridos no âmbito doméstico, familiar ou intrafamiliar, ao passo em que no contexto subjetivo, a preocupação é a proteção da mulher contra os atos de violências praticadas por homens ou mulheres com os quais ela tenha ou haja tido uma relação marital ou de afetividade, ou ainda por qualquer pessoa (não importando sequer a orientação sexual), com as quais conviva no âmbito doméstico e familiar, tais quais o pai, o irmão, o cunhado, a filha, o filho, a neta, o neto etc., ou com quem mantenha ou já tenha mantido relação de intimidade (Brasil, 2006).

Em seu artigo 1º, a referida Lei fala de prevenção revelando ações educativas, informativas e sociais, onde coibir não é apenas punir o agressor penalmente ou reprimir a conduta através do endurecimento do tratamento penal dispensado às agressões criminalizáveis, aquelas que configuram figuras típicas nos termos da Lei penal, mas evitar a continuidade da violência através de mecanismos diversos, penais e não penais voltados ao agressor, à vítima e aos demais atores envolvidos no conflito familiar onde a prática violenta se deu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a amplitude e complexidade que envolve a questão da violência doméstica, não caberia nesse momento, fazer-se uma análise final definitiva. Contudo, foi possível a partir deste estudo destacar alguns pontos relevantes. O presente trabalho versou sobre as formas de violência existentes, suas características e consequências e concluiu que a violência doméstica é a mais preocupante. Tal forma de violência deixou de ser um problema pessoal ou privado, que eventualmente envolvia o poder público, e tornou-se um problema social, portanto, de responsabilidade de todos.

A conscientização coletiva deve acontecer inicialmente no ambiente familiar, onde o silêncio é um inimigo altamente perigoso que fomenta o círculo vicioso da violência, permite sua repetição e disseminação no ambiente familiar e social. A violência quando aceita ou ignorada repetidamente, torna-se uma prática comum, que se manifesta nas relações externas, tanto da vítima quanto do agressor. Não se pode menosprezar a gravidade da violência doméstica; esta precisa ser contida e punida com rigor pela lei.

A visibilidade que a problemática em questão ganhou exigiu do governo a implementação de políticas públicas de proteção e segurança que acolham a vítima e auxiliem-na a superar e romper a violência. De forma gradativa, o Estado brasileiro mobilizou-se em prol da efetivação das políticas públicas. Um avanço considerável criado pelo governo foi a promulgação da Lei Maria da Penha, que é considerada um instrumento vital, um remédio constitucional de grande valia para o enfrentamento e erradicação da violência. Indiscutivelmente, a intervenção estatal nas relações privadas é determinante, para o combate da violência no ambiente familiar e doméstico.

A função social das políticas públicas consiste em criar um panorama histórico, cultural e social que explique, previna e combata a violência sofrida e causada. Cabe ao Estado e à sociedade exigir que os agressores assumam a responsabilidade de suas ações e não permitam a transferência da culpa para outras pessoas, inclusive a agredida, nem a continuidade do emprego da violência.

A violência contra as mulheres não pode continuar a ser aceita e tolerada como algo inerente ao ser humano, como característica das relações naturais entre pessoas do sexo feminino e masculino. Não são as diferenças biológicas entre homens e mulheres que determinam o emprego da violência e sim os papéis sociais impostos a mulheres e homens, reforçados por culturas patriarcais que estabelecem relações de dominação e violência entre os sexos.

Em virtude desse componente cultural, que não pode ser ignorado, é que se faz igualmente fundamental a ação educativa, a fim de construir uma sociedade livre dos estereótipos que conduzem a uma relação de desigualdade. Nesse sentido, faz-se necessário que desde a educação básica haja a preocupação com a igualdade entre os gêneros. E, paralelamente, é preciso que todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com as violações aos direitos das mulheres tenham capacitação específica para lidar com essa questão.

Compreendendo o fenômeno dessa forma, abre-se a perspectiva de que possa ser efetivado um processo educacional que interfira na construção e no desenvolvimento de papéis sociais novos nos quais a dignidade e o respeito mútuo sejam as diretrizes principais. Por fim, conclui-se que a sociedade necessita de políticas públicas cada vez mais eficientes para enfrentar os desafios pertinentes à violência doméstica. Além disso, é preciso uma nova forma de agir da humanidade, mesmo diante da injustiça e da violência. Assumir o cuidado com as vítimas não é atingir ao máximo a resolução de todos os conflitos, pois também nesse intuito podemos nos colocar de novo dentro do ciclo de violência, mas é começar por não se satisfazer com o passado de violências e engendrar meios para não repeti-lo.

A violência como um tema próprio das relações humanas, é, por conseguinte um tema social, antropológico, filosófico e religioso, pois envolve o ser humano na sua vivência cotidiana, ou seja, é uma realidade presente nas culturas, não apenas algo que o ser humano faz aqui e ali como ações isoladas, mas é uma marca das esferas culturais. Neste sentido refletir sobre a violência é analisar, com muitas limitações as culturas em seus aspectos, e o mais fundamental, o que é a religião, principalmente no tocante às estruturas sociais primitivas, as quais o sacro e o profano ao mesmo tempo em que estão bem delimitados estão também envolvidos na complexidade das relações humanas.

As grandes desigualdades econômicas, a ambição do poder, as discriminações, a cultura do descarte, que não valoriza a pessoa humana, são algumas das causas da crescente violência. Porém, a raiz última de todo ódio e violência está no coração humano, “pois é de dentro do coração humano que saem as más intenções” (Mt, 7,21). A misericórdia, a solidariedade e o desejo de superação devem fundamentar a ação de todos diante da injustiça e da violência. Só a misericórdia é capaz de restaurar a pessoa nas suas relações consigo mesma, com a família, com a comunidade e, também, promover o bem do agressor e da vítima.

REFERÊNCIAS

Azambuja, Maria Fay Regina de. (2002). *Violência Sexual intrafamiliar e produção de prova da materialidade: Proteção ou Violação de direitos da criança?* Porto Alegre: PUCRS.

Bandini, Claudirene. (2018). *Mulheres pentecostais à sombra da violência religiosa?* 2º Simpósio Nordeste de ABRH. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/1285/1108>>. Acesso 20 abr.

Baratta, Alessandro. (1993). *Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal*. Trad. da revisão alemã do original espanhol: Ana Lucia Sabadell. Alemanha: Universidade de Saarland.

Behrman, Richard. (2005). *Tratado de Pediatria*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Brasil. *Compromisso e atitude pela Lei Maria da Penha*. Lei Maria da Penha e demanda punitiva, por Luanna Tomaz de Souza. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/lei-maria-da-penha-e-demanda-punitiva-por-luanna-tomaz-de-souza/>>. Acesso 21 abr. 2018.

_____. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso 21 abr. 2018.

_____. *Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006*. Brasília: Senado, 2006.

_____. *O desafio do enfrentamento da violência: Situação Atual, estratégias e propostas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

Comunidade Bahá'í do Brasil. (2002). *Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica*. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Brasília/DF: Ministério da Justiça/MJ.

Cury, Munir. (2008). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado*. 9. ed. Malheiros Editores Ltda.

Debert, Guíta Grin; Oliveira, Marcella Beraldo de. (2007). Os modelos conciliatórios de solução de conflito e a “violência doméstica”. Campinas, n.29, pp. 305-337.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. (1993). *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e atual. 8. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____. *Dicionário Aurélio*. (1999). 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Gomide, Paula Inez Cunha. (2004). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. Petrópolis: Vozes.

Guerra, Viviane Nogueira de Azevedo. (1998). *Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

Hermann, Leda. (2007). *Maria da Penha Lei com Nome de Mulher*. Campinas: Servanda.

_____. (2008). *Maria Da Penha Lei Com Nome De Mulher*. 2. ed. Campina,: Servanda.

Lakatos, Eva Maria; Andrade, Marconi Marina. (1999). *Metodologia Científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Madureira, Alexandra et al. (2014). *Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento*. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/1414-8145-ean-18-04-0600.pdf>>. Acesso 21 abr. 2018.

Marques, Natanael John Wesley. (2014). *Portal Metodista*. Disponível em: <http://portal.metodista.br/pastoral/reflexoes-da-pastoral/john-wesley-e-o-movimento-metodista>>. Acesso 22 abr. 2018.

Misaka, Marcelo. (2007). *Violência Doméstica e familiar contra a mulher em busca do seu conceito*. Juris Plenum. Doutrina, Jurisprudência, Legislação, n. 13. Caxias do Sul.

Oliveira, Sirlei de. (2010). *O olhar da escola sobre o fenômeno da violência doméstica*. Porto Alegre: UFRGS.

Pereira, Tânia da Silva. (2006). *Ética da Convivência Familiar – Sua Efetividade no Cotidiano dos Tribunais*. Rio de Janeiro: Forense.

PMPF-RS. *Tipos de violência*. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/tipos-violencia.pdf>>. Acesso 20 abr. 2018.

Significados. *O que é violência*. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/violencia/>>. Acesso 24 abr. 2018.

Souza, Edinilsa R. (org). (2007). *Curso Impactos da Violência Sobre a Saúde*. Rio de Janeiro. ENSP/FIOCRUZ.

A CRISE DA VOZ CONTEMPORÂNEA – DAS INSUFICIÊNCIAS DA REPRESENTAÇÃO DA SUBALTERNIDADE AO SUJEITO SUBALTERNO FEMININO

Filipe Abraão Martins do Couto*

Resumo: O paradigma neoliberalista global tem criado uma desigualdade da voz que se repercute não só nas democracias dos países centrais, como também nos chamados países periféricos. Os seres humanos, de uma forma geral, estão a experienciar uma crise contemporânea da voz sem precedentes no domínio político, económico e cultural, situação que se tem desenvolvido cada vez mais num mundo globalizado. Perante o colapso das narrativas pessoais de certos grupos e classes sociais segregados, a mulher periférica constitui-se como o paradigma da subalternidade universal. Pretende-se analisar criticamente não só a problemática da exclusão da voz nos países centrais e periféricos, como também os perigos que a mulher subalterna enfrenta na contemporaneidade, sem esquecer a importância do papel do intelectual pós-liberal e pós-colonial neste processo.

Palavras-chave: neoliberalismo; crise da voz; género; subalternidade.

THE CONTEMPORARY VOICE CRISIS - FROM THE INSUFFICIENCIES OF SUBALTERNITY REPRESENTATION TO THE SUBALTERN FEMALE SUBJECT

Abstract: The global neoliberalist paradigm has created a voice inequality that is reflected not only in the democracies of the central countries, but also in the so-called peripheral countries. Humans, in general, are experiencing an unprecedented contemporary crisis of voice in the political, economic and cultural spheres, a situation that has been increasingly developing in a globalized world. Faced with the collapse of the personal narratives of certain segregated social groups and classes, the peripheral woman is the paradigm of universal subalternity. The aim is to critically analyze not only the problem of the exclusion of voice in central and peripheral countries, but also the dangers subaltern women face in contemporary times, not forgetting the importance of the role of the post-liberal and postcolonial intellectual in this process.

Keywords: neoliberalism; voice crisis; genre; subalternity.

* Professor da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Investigador da CEHUM da Universidade do Minho.

INTRODUÇÃO

Um dos aspetos que caracterizam os seres humanos é a sua capacidade da fala, de narrativa, de contar histórias. Segundo Nick Couldry (2010), se tratarmos os indivíduos como se eles não tivessem essa capacidade, nós estaremos a tratá-los como se eles não fossem humanos. Afinal, ter voz nunca é suficiente. O que é realmente importante é sabermos que a nossa voz importa. Segundo o pensador, os seres humanos estão a experienciar uma crise contemporânea da voz no domínio político, económico e cultural, fator que se tem exponenciado cada vez mais num mundo global. Uma das causas para esta absoluta desconsideração da voz prende-se com a atual configuração política neoliberalista, que nega a importância da voz, porque assume que a voz não interessa.

Atualmente, o discurso particular neoliberalista tem dominado o mundo contemporâneo em termos “formais, práticos, culturais e imaginativos”, impondo uma perspectiva da vida económica e financeira que, de uma forma geral, não valoriza a voz, bloqueando qualquer tipo de narrativas que não operem enquadrados numa lógica do “funcionamento dos mercados” (*Ibidem*, p. 2). Ao impor um determinado tipo de ideologia na política e nas sociedades atuais, o discurso neoliberalista tem vindo a retirar o lugar “social” dos cidadãos, reduzindo as suas vozes a um mero receptor/conector de um discurso construído e que ainda se constrói, com base numa propaganda e num léxico reduzido e pré-determinado de fôlego (neo) liberal.

É importante destacar que a “voz”, compreendida “como valor”, é diferente da “voz” entendida “como processo” (o som de uma pessoa a falar; dar atenção; dar significado à vida de alguém). Quando Nick Couldry sublinha que a racionalidade neoliberalista originou uma crise da voz, não pretende com isto dizer que esta silenciou as vozes de resposta aos estímulos de uma doutrina dominadora (as vozes do consumidor), ou os mecanismos de representação política (voz política); a “voz como valor” significa o valor da voz que articula os aspetos básicos da vida humana, independentemente da sua perspectiva de democracia, de política ou de justiça; significa não apenas o “ato de valorização” da voz, mas também e, sobretudo, “à forma como se

vai decidir como operar essa valorização nos quadros de organização da vida humana” (*Ibidem*). Como refere Maria João Silveirinha, o termo voz “constitui a ligação que interrompe a perspectiva neoliberal da vida económica, desafia a visão neoliberal da política como mercado e que nos permite construir uma perspectiva alternativa de política”, que deve ser “orientada para valorizar os processos da voz” (Silveirinha, 2012, p. 142). O que acontece é que se tem favorecido formas de organizar a vida humana que não contemplam o valor da voz, assumindo-se que ela não importa.

Existem inúmeras vozes que, por não aparecerem, por não terem um lugar no espaço público, continuam completamente excluídas e relegadas à inexistência. Existem vozes que têm algo a dizer, vozes que têm sido excluídas ou marginalizadas, vozes que têm sido, quanto muito, colocadas na periferia dos circuitos de comunicação e que não têm tido, por isso, a oportunidade para se expressarem apropriadamente.

A desigualdade da voz constitui-se, seguramente, como um dos principais problemas do mundo contemporâneo, com amplas repercussões na legitimidade das democracias e nas questões pós-coloniais. A desigualdade da voz pode condenar pessoas, grupos e países à inexistência. Numa perspectiva intercultural, quando não se atribui importância (reconhecimento) à voz, nega-se a humanidade do outro, impondo-se, como Frantz Fanon referiu, uma “negação sistemática do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade” (Fanon, 2015, pp. 257-258). A negação da voz implica o não-reconhecimento do outro, implica a negação da sua humanidade, da sua dignidade e pessoalidade.

Na sua proposta para uma política de reconhecimento, Charles Taylor parte do princípio de que a nossa identidade é formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, “pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos” (Taylor, 1998, p. 45). O não reconhecimento pode afetar negativamente o outro, pode restringir e reduzir o outro “a uma maneira de ser falsa, distorcida” (*Id. Ibid.*). Estas formas de agressão, projetadas pelo reco-

nhecimento incorreto e indevido não são só, para Taylor, “uma falta de respeito devido”, mas também constitui uma subjugação “das vítimas de forma cruel” (*Ibidem*, p. 46)¹. Assim, refere o pensador que “o respeito devido não é um ato de gentileza para com os outros. É uma necessidade humana vital” (*Id. Ibid.*).

Quando alguém fala e conta as suas histórias, posiciona-se face ao outro, em relação aos outros e perante determinado tema ou problema. A polifonia da vida humana estende-se, desta forma, para além das narrativas neoliberais. Esta é uma das mais recentes teorias ocidentais que apelam para a importância da “valorização” da voz, num contexto das sociedades ocidentais neoliberais que continuam a impor uma forma de estar no mundo peculiar e, através dela, uma via de “pensamento único” que se estende, desde as próprias democracias, aos denominados países periféricos, com repercussões desastrosas.

O PERIGO DA REPRESENTAÇÃO DA SUBALTERNIDADE

As posições de Nick Couldry e Charles Taylor evidenciam a importância e a problemática da voz do outro, ou seja, as vozes que continuam a ser marginalizadas pelos efeitos da globalização capitalista neoliberal, tendo como consequência a falta de reconhecimento do outro periférico.

Torna-se igualmente evidente a problemática do sujeito do ocidente que continua a emprestar a sua voz àqueles que não têm voz, muitas das vezes com a melhor das intenções. Esta posição tem sido criticada por inúmeros intelectuais ocidentais e não-ocidentais, uma vez que estes observam, neste processo, a reprodução de um discurso que continua a obedecer aos cânones ocidentais e que

¹ Em relação ao feminismo e ao colonialismo, por exemplo, Taylor (2010) esclarece que sempre foram vítimas de uma posição de “auto depreciação” ao longo da história. Nas sociedades patriarcais, “as mulheres eram induzidas a adotar uma opinião depreciativa delas próprias”, interiorizando continuamente uma imagem da sua inferioridade, ao ponto de não conseguirem aproveitar as oportunidades para a sua emancipação. Esta debilitada autoestima também encontrou eco nos negros através da colonização. Os negros sempre foram vítimas da projeção que a sociedade branca fez deles: “inferiores”, “incivilizados”, “bárbaros”, “imagem essa que alguns dos seus membros acabaram por adotar”. Em relação às mulheres e negros, refere Taylor que “a sua auto depreciação torna-se um dos instrumentos mais poderosos da sua própria opressão”.

se constitui como um obstáculo para o florescimento e visibilidade das tradições de conhecimento não ocidentais genuínas. Prevalece aqui uma suspeição, como Gayatri Spivak afirma, de que a “produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses económicos internacionais do Ocidente” e que, por isso, qualquer discurso ocidental que tente representar ou falar pelo subalterno² incorre numa lógica que reproduz as estruturas de poder e opressão que exclui a voz que se tenta representar, pois, “muitas vezes proporciona apenas uma camuflagem para esse sujeito do conhecimento” (Spivak, 2010, pp. 20-21).

Como refere Sandra Almeida, “Spivak alerta, portanto, para o perigo de se constituir o outro e o subalterno como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro” (Almeida, 2010, pp. 5-6). O que está aqui em causa é a “ilusão e a cumplicidade” do intelectual que acredita poder intermediar a voz do outro, que crê que pode falar pelo “subalterno” e pelo “colonizado”, não se apercebendo, porém, da “ausência” do carácter dialógico nesse processo, onde o ato da fala e da escuta efetivamente não ocorre (*Ibidem*, p. 14). O perigo aqui reside, como descreve Almeida, “de se constituir o outro apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro” (*Ibidem*., p. 12)³.

Neste caso, Spivak diagnostica uma ausência de processos de autorrepresentação do subalterno nos discursos produzidos por autores ocidentais. O processo da fala caracteriza-se por uma posição “discursiva”, uma “transação entre falante e ouvinte”; neste sentido, se o subalterno não se encontra nesse espaço

² Susana Almeida descreve o subalterno como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Almeida, 2010, p. 12).

³ Na mesma senda de ideias, no que concerne ao continente africano, a situação é muito semelhante. Amina Mama defende que a maior parte do “conhecimento acerca de África é produzido no Ocidente”. É necessário, tendo em conta este cenário, prestar mais atenção à produção intelectual africana, nos variados campos do conhecimento, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de estudos de autores africanos em relação aos desafios da globalização. Na sua percepção, deve-se a estudiosos africanos “algumas das mais fortes críticas à globalização, que, no entanto, são, em grande parte, ignoradas nas principais obras editadas sobre o tema”. A autora critica o facto de “não ser dada uma atenção séria” ao continente africano no que concerne a novas epistemologias que não se limitam a ser uma mera “literatura de protesto”, mas que se constituem como “uma clara tradição de questionamento não só da definição de ciência, como também do controlo do acesso exercido pela indústria global da edição” (Mama, 2009, pp. 532-533).

dialógico, então o processo de autorrepresentação não se pode efetuar. O sujeito do subalterno é um efeito do discurso dominante e, por isso mesmo, a autora critica as posições de Foucault e de Deleuze porque, quando estes afirmam que a tarefa do intelectual deverá ser o de “tentar revelar e conhecer o discurso do outro na sociedade”, ignoram, por outro lado, “a questão da ideologia e o seu próprio envolvimento na história intelectual e económica” (Spivak, 2010, p. 22).

O SUJEITO SUBALTERNO FEMININO

Na percepção de Spivak, prevalece uma relação de poder sobre o outro, que se caracteriza por uma violência epistémica ocidental sobre o outro: “o mais claro exemplo de tal violência epistémica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como o outro” (Spivak, 2010, p. 60). Esta relação de poder é enaltecida perante o sujeito subalterno feminino, que é duplamente oprimida, se se tiver em consideração a “violência epistémica” imperial, que ainda subsiste, e a dominação masculina, que é transversal em todas as sociedades, em países centrais ou periféricos.

A violência epistémica imperial prevalece, atualmente, na forma da divisão internacional do trabalho. A divisão internacional do trabalho contemporânea compreende-se como um “deslocamento do campo dividido do imperialismo territorial do século XIX”, ou seja, um grupo de países denominados de primeiro mundo que investe capital para países periféricos, “por intermédio de compradores capitalistas nativos e por meio da sua força de trabalho mal protegida e mutável” (*Ibidem*, p. 18)⁴. Esta configuração

⁴ Refere Spivak (2010) o seguinte: “No interesse de manter a circulação e o crescimento do capital industrial, os sistemas de transporte, de lei e de educação padronizada foram desenvolvidos – enquanto as indústrias locais foram destruídas, a distribuição da terra reconfigurada e a matéria-prima transferida ao país colonizador. Com a suposta descolonização, o crescimento do capital multinacional e o alívio do encargo administrativo, o ‘desenvolvimento’ agora não mais envolve uma legislação indiscriminada nem o estabelecimento de sistemas educacionais comparáveis. Isso impede o crescimento do consumismo nos países compradores. Com as telecomunicações modernas e a emergência das economias capitalistas avançadas nos dois extremos da Ásia, conservar a divisão internacional do trabalho ajuda a manter o suprimento de trabalho barato nos países compradores”.

internacional do trabalho não tem permitido a reivindicação de direitos por parte dos trabalhadores, permitido, desta forma, o desenvolvimento de alianças políticas e económicas entre grupos dominantes estrangeiros e grupos dominantes nativos, efetivando a falta de representação das classes subalternas dos países periféricos. Este discurso e forma de estar padronizado não tem fomentado o encontro com o outro heterogéneo. Aliás, “por fora do circuito da divisão internacional do trabalho” – refere Spivak, – “há pessoas cuja consciência não podemos compreender se nos isolarmos em nossa benevolência ao construir um outro homogéneo se referindo apenas ao nosso próprio lugar no espaço do mesmo ou do eu” (Spivak, 2010, p. 70)⁵.

Mesmo as mulheres dos grupos dominantes nativos estão mais interessadas no feminismo internacional, de cariz monolítico e essencialista, do que o desenvolvimento de formas de representação heterogénea das classes subalternas femininas dos países periféricos.

Por outro lado, prevalece a questão do género, ligado à noção de patriarcado, que condena a mulher periférica (ainda mais) para as sombras da subalternidade. O cerne da questão está precisamente naquilo que os homens consideram das mulheres, tanto de uma perspetiva ocidental como não ocidental. Para ilustrar melhor o exemplo de patriarcado, Spivak recorre a uma narrativa clara da opressão exercida sobre a mulher dos países periféricos, através de um conjunto de especulações sobre um ritual hindu: o sacrifício das viúvas. É através deste exemplo que se pretende desvelar as considerações patriarcais ocidentais e não-ocidentais em relação à mulher, mas também a apreciação ocidental sobre o conceito de sociedade boa que, inadvertidamente, tem relegado a mulher periférica para a subalternidade, desprovida de reconhecimento e de voz.

A história do sacrifício das viúvas passou-se no período colonial do Governo Britânico na Índia, onde, perante a pira funerária do marido morto, a viúva hindu subia à pira funerária e imolava-se sobre ela:

⁵ Como nos recorda a autora: “Aqui se encontram os fazendeiros de subsistência, os trabalhadores camponeses não organizados, as tribos e as comunidades de desempregados nas ruas ou nos campos”.

A viúva hindu sobe à pila funerária do marido morto e imola-se sobre ela. Esse é o sacrifício da viúva – a transcrição convencional da palavra sânscrita para a viúva seria *sati*. Os primeiros colonos britânicos a transcreveram como *suttee*. O ritual não era praticado universalmente e não era relegado a uma casta ou classe. A abolição desse ritual pelos britânicos foi geralmente compreendida como um caso de “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura. (*Ibid.*, p. 94).

Como Spivak refere, os britânicos condenaram e aboliram este ritual em 1829, considerado desumano e selvagem. Para os britânicos, a abolição deste ritual foi geralmente compreendida como um “caso de homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”. Neste caso, assiste-se a um paradigma clássico das sociedades ocidentais em relação ao gênero, através da ideia de que proteger a mulher é um princípio para a constituição de uma sociedade boa: “A imagem do imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade é marcada pela adoção da mulher como objeto de proteção da sua própria espécie” (*Ibidem*, p. 98). Na abolição deste ritual pelo Governo Britânico está patente uma intervenção colonial sobre o colonizado (violência epistêmica colonial), motivado pela crença de que a sociedade boa é alicerçada pela defesa da mulher (gênero), o que reforça a estrutura de poder patriarcal.

De salientar que as mulheres brancas, tal como nos recorda Spivak, “nunca produziram uma versão alternativa” destes acontecimentos, situação que evidencia o domínio do homem sobre a mulher.

Por outro lado, a versão nativa indiana (patriarcal) é que, efetivamente, “as mulheres realmente queriam morrer” (*Ibidem*, p. 94). Esta ideia essencialista é apoiada nas premissas patriarcais indianas de tradição bramânica que sustentam uma recompensa divina para a prática do *Sati* – etimologicamente significa “boa esposa” –, que visa o aniquilamento do corpo feminino em todo o ciclo de nascimento: “Enquanto a mulher não se queimar pelo fogo por ocasião da morte do seu marido, ela nunca se libertará do seu corpo feminino” (*Ibidem*, p. 109). Esta afirmação demonstra o controlo do poder patriarcal que rotula a mulher como um objeto do marido, definindo o corpo feminino não como algo desejável, mas como um corpo infeliz e indesejado. Só através da sua própria autoimolação é que será possível libertar-se da sua infeliz condição de ser mulher e dos

constrangimentos do corpo feminino. Da mesma forma, a viúva também é interpretada como um “objeto de um único possuidor” porque é eternamente devota ao seu marido e que, por isso, irá receber a sua recompensa espiritual, por meio da rivalidade com outras mulheres: “No céu, ela, sendo unicamente devota ao seu marido, e louvada pelos grupos de *apsarās* [dançarinas divinas], diverte-se com o seu marido enquanto catorze indras governam” (*Id. Ibid.*). Está aqui patente as interações de poder onde se vislumbra a submissão da mulher a um domínio plenamente patriarcal. *Sati*, a “boa esposa”, deverá ser leal e conservar a sua pureza para com o seu marido no além, perante as dançarinas divinas.

Tanto uma sentença como outra, a ocidental e não-ocidental, negligenciam por completo a voz da mulher periférica, cuja figura se encontra totalmente eclipsada entre o domínio patriarcal e a violência epistémica imperial: “Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da ‘mulher do terceiro mundo’, encurralada entre a tradição e a modernização” (*Ibidem*, p. 119).

A intenção da autora não é a de ajuizar se esta prática do sacrifício das viúvas é moralmente correta, seja numa perspetiva endógena ou global. Também não cabe a este artigo desenvolver qualquer juízo de valor sobre este ritual. O ponto essencial é que nunca se encontrou “o testemunho da voz-consciência das mulheres” em relação a esta prática. Nunca se apurou qualquer voz provinda da mulher dos países periféricos, como igualmente nunca houve uma voz de uma mulher branca enquanto alternativa às sentenças proferidas por ambas as partes. Este exemplo demonstra claramente a crise da voz sentida pela mulher dos países periféricos, que se encontra duplamente oprimida, ora pelos ventos da tradição patriarcal, ora pela pressão epistémica exercida pelas sociedades neoliberais nos países periféricos. Se atualmente prevalece no mundo uma crise da voz, fruto do discurso e prática dos países neoliberais, esta crise é duplamente acentuada na mulher que se encontra nos países da periferia. Predomina, desta forma, uma forte repressão sobre a mulher periférica por força da violência epistémica impe-

rial, instigada pela atual configuração política neoliberalista (e, para muitos autores, de cariz neocolonialista), e uma dominação do masculino sobre o sujeito subalterno feminino, que se impõe de uma escala universal a uma escala local. A mulher periférica é a figura que mais sofre num mundo global onde está patente uma crise da voz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma neoliberalista tem dominado o mundo contemporâneo impondo-lhe uma perspetiva da vida económica e financeira que não tem valorizado a polifonia da vida humana, bloqueando qualquer tipo de narrativas que não operem enquadrados numa lógica positivista e liberalista. A voz só tem valor se estiver delimitada num discurso mercantilista, tendo originado, com o tempo, uma inédita crise da voz. Esta crise das narrativas pessoais subsiste no seio das sociedades denominadas desenvolvidas, colocando em causa a legitimidade das próprias democracias, onde se assiste a uma desigualdade da voz sem precedentes, repercutindo-se com maior impacto em determinados grupos e classes sociais.

Este discurso também tem encontrado eco nos grupos dominantes endógenos dos países periféricos, que, de certa forma, constituem-se como figuras subalternas, uma vez que são reflexo e reprodutores dos interesses neoliberais nesses países, situação que tem vindo a efetivar a falta de representação das classes subalternas do outrora “terceiro mundo”, como, por exemplo, os trabalhadores camponeses não organizados, as tribos e as comunidades de desempregados nas ruas ou nos campos. Se nos países centrais se têm vindo a constatar uma crise da voz, é nos países periféricos que se acentua vertiginosamente esta desigualdade da fala, em especial, nas mulheres dos países periféricos, que continuam vítimas da (o) pressão das sociedades ocidentais/neocoloniais e oprimidas quanto ao género.

A mulher do país periférico vive acorrentada entre os preconceitos das tradições quanto ao género e os dogmas da religiosidade, por um lado, e as pressões da modernidade ocidental, por outro lado. Pode o subalterno

feminino falar? Sim, pode falar. Mas não tem quem a escute. O que significa que não tem voz. Por forma a superar esta obscuridade da voz, refere Spivak, “a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a)”. Desta maneira, uma vez que não se pode nem se deve falar pelo subalterno, “pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido” (*Ibidem*). Esse deverá ser o papel do intelectual pós-colonial e pós-liberal, que é absolutamente fundamental: o de desenvolver canais de comunicação que possam garantir o acesso e o direito à voz. Mas isso só acontecerá se reconhecer, em primeiro lugar, que o outro tem algo para dizer, tal como refere Frantz Fanon: “falar é possuir uma existência absoluta para o outro” (Fanon *apud* Crown, 1996, p. 4). Desta forma, atribuir valor à voz significa o reconhecimento do valor da voz. Implica, necessariamente, não só escutar aquilo que o outro tem para dizer, mas, sobretudo, o ato de reconhecer que tem algo a dizer, e “que tem a capacidade de dar conta da sua vida, que é reflexiva e contínua” (Couldry, 2009, p. 581).

A configuração do mundo atual define-se através de uma hierarquia da subalternidade, onde uns são mais subalternos que outros, situação que se verifica nos países centrais, onde determinados grupos e classes sociais vivem completamente marginalizados; nos países periféricos, os efeitos da exclusão social e da omissão da voz é muito mais evidente, sobretudo nas mulheres, uma vez que, por força das tradições locais e da globalização imperial, tem condenado a mulher periférica a uma figura sem fala, estatuin-do-se atualmente como o expoente máximo da subalternidade universal.

REFERÊNCIAS

Almeida, Sandra. (2010). Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri, *Pode o Subalterno Falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Couldry, Nick. (2009). Rethinking the Politics of Voice. *Continuum*, 23:4, pp. 579-582.

_____. (2010). *Why Voice Matters – Culture and Politics after Neoliberalism*. London: Sage publications.

Crow, Brian; Banfield, Chris. (1996). *An Introduction to post-colonial Theatre*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fanon, Frantz. (2015). *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Editora Letra Livre.

Mama, Amina. (2009). Será Ético Estudar África? Considerações Preliminares Sobre Pesquisa Acadêmica e Liberdade. In: Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 526-534). Coimbra: Editora Almedina.

Silveirinha, Maria João. (2012). O som do silêncio: a questão da voz nas sociedades neoliberais em crise. In: Alexandre Sá, Ana Teresa Peixinho, Carlos Camponez (Org.), *Aprofundar a Crise – Olhares Multidisciplinares* (pp. 141-158). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Spivak, Gayatri. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Taylor, Charles. (1998) *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget.

REPRESENTAÇÕES DO PAPEL DA MULHER TIMORENSE NO MANUAL DO ALUNO DE GEOGRAFIA DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Vanessa Lessio Diniz*

Resumo: A proposta deste texto é analisar as representações do papel da mulher timorense no Manual do Aluno de Geografia do 11º ano do Ensino Secundário Geral. Para tanto, optou-se por analisar o subtema *Os recursos Culturais – uma explicação do presente à luz do passado* da Unidade Temática 3 – *Os recursos de Timor-Leste*, a partir das concepções teóricas-metodológicas da Teoria do Discurso de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. Como resultado, observa-se nesse material didático que certos enunciados relacionados especificamente ao papel das mulheres contribuem para a significação e a naturalização das desigualdades de gênero em Timor-Leste, ressaltando ainda que esses conteúdos não são abordados por um viés crítico que permitem aos estudantes timorenses a desnaturalização ou o rompimento com estereótipos de gênero construídos historicamente, socialmente e culturalmente.

Palavras-chave: representação; gênero; manual do aluno; geografia escolar.

REPRESENTATIONS OF THE ROLE OF THE TIMORESE WOMAN IN THE STUDENT MANUAL OF THE GEOGRAPHY OF HIGH SCHOOL

Abstract: The purpose of this text is to analyze the representations of the role of Timorese women in the Students' Manual of Geography of the 11th grade of the General Secondary Education. To that end, it was decided to analyze Subtheme 3 *Cultural resources – an explanation of the present in the light of the past* from the Thematic Unit 3 – *The resources of East Timor*, based on the theoretical-methodological conceptions of Discourse Theory by Chantal Mouffe and Ernesto Laclau. As a result, it is noted that certain statements, specifically related to the role of women, are presented in this material in a way that contributes to the significance and naturalization of gender inequalities in East Timor. We emphasize that these contents are not addressed through a critical bias that allows students to denature or break with gender stereotypes that are built historically, socially and culturally.

Keywords: representation; gender; student manual; school geography.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Brasil. E-mail de contato: vanessalessiodiniz@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto foi desenvolvido em virtude do interesse em compreender como o papel da mulher timorense¹ é representado no âmbito da disciplina de Geografia do Ensino Secundário Geral² (ESG) de Timor-Leste, mais especificamente, compreender como representações discursivamente materializadas nos enunciados presentes no Manual do Aluno³ dessa disciplina escolar, agem na naturalização e na manutenção dos estereótipos de gênero⁴, ou seja, na naturalização dos papéis (funções) exercidos apenas por homens ou por mulheres nessa sociedade. Essas representações podem contribuir para a permanência da desigualdade de gênero ou para o avanço da igualdade e empoderamento das mulheres timorenses, o que desperta meu interesse sobre a relação existente entre os discursos responsáveis pelo ordenamento de sentidos e o processo de significação que legitima o que é ser mulher em Timor-Leste.

Procuro contribuir para a discussão sobre *Gênero e Sexualidade em Timor-Leste*, partindo da vivência nesse país, durante os anos 2014 e 2015, quando atuei como docente em diferentes instituições de ensino em Díli, pelo

¹ Usarei neste texto o termo “mulher timorense”, pois é o mesmo termo utilizado no material didático timorense. Entretanto, sabe-se “ser impossível definir uma única forma de ser mulher nesse país, no qual múltiplas realidades convivem e que, a despeito de ser um país de pequeno território e pouco populoso, mostra-se multilinguístico e multicultural” (Tribess et al., 2015a, p. 221).

² O Projeto de Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral iniciou-se em 2010 pelo Ministério da Educação conjuntamente com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, tendo como equipe técnica pesquisadores da Universidade de Aveiro (Ramos e Teles, 2012). O currículo do Ensino Secundário Geral foi elaborado em língua portuguesa e implementado nas escolas em âmbito nacional.

³ Usarei Manual do Aluno para me referir ao material aqui analisado, pois é o título dado ao material didático elaborado na Reestruturação Curricular do ESG. Entretanto, acredito que usar o masculino para se referir a todos os indivíduos, é mais uma forma de reproduzir e reforçar os estereótipos e a invisibilidade de alguns gêneros. Uma sugestão de título para esse tipo de material seria Manual de Estudante.

⁴ Neste texto, compreendo que estereótipo de gênero é o conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, implícito na personalidade construída pelo indivíduo e conservada na memória, como parte do seu sistema geral de valores sejam estes individuais ou partilhados.

Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa (PQLP/CAPES) e, posteriormente quando retornei em 2017 para a realização do trabalho de campo da minha pesquisa de doutoramento. Nesses momentos em Timor-Leste, tive a oportunidade de vivenciar experiências que contribuíram para a minha formação enquanto mulher, bem como mulher estrangeira e ocidental – mas que igualmente origina-se de um país localizado no Sul global⁵ – e, sobretudo contribuíram para a reflexão sobre o meu papel enquanto mulher cooperante e pesquisadora em um país pós-conflito.

Através de muita escuta, diálogo e partilha, muitos olhares foram sendo construídos para a compreensão sobre a realidade das mulheres de Timor-Leste (já que a historiografia oficial muitas vezes as silenciam), essas experiências demonstraram-me diferentes trajetórias de vida e, ao mesmo tempo apenas uma pequena dimensão do que é ser mulher nesse país, evidenciando a impossibilidade de completude para definir tal papel social. Visto que, segundo Cunha (2010, p. 99), os fios da emancipação que as mulheres tecem todos os dias, a visão *panóptica* e totalitária da ciência iluminista ocidental “de pouco nos serve para ver, entender, desvendar e relacionar as estratégias que são forjadas sob a mais dura e clandestina opressão ou sob a mais pública e bem-sucedida campanha”.

A vivência com mulheres timorenses, me fez (re)conhecer as aproximações existentes nos mais distintos papéis atribuídos as mulheres em países tão distantes territorialmente e culturalmente como o Brasil e Timor-Leste. Talvez o passado colonial português, entrelaçado ao catolicismo e a catequização sejam os principais responsáveis por algumas semelhanças, já que ainda hoje muitos aspectos dessa colonização estão enraizados em nosso cotidiano, em especial, no que diz respeito ao patriarcado⁶ e sua atuação sobre

⁵ “O Sul global refere-se às regiões do mundo que foram submetidas ao colonialismo europeu e que não atingiram níveis de desenvolvimento económico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte)” (Meneses e Vasile, 2014, p. 06).

⁶ Patriarcado será entendido nesse texto como “Uma relação de dominação e exploração que estrutura a sociedade, sistema que se perpetua e precisa ser compreendido numa perspectiva histórica da dominação masculina, as relações podem se alterar, mas a dominação permanece, sendo inclusive sustentada por uma economia doméstica e pela dificuldade do acesso das mulheres ao espaço público” (Guimarães, 2016, p. 14).

a vida de nós mulheres. A título de exemplo, um contexto histórico similar vivenciado por essas mulheres é abordado por Batista (2017) que relaciona as convergentes situações de trauma e sofrimento da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e da ocupação indonésia em Timor-Leste (1975-1999), afirmando que em ambos os casos a forma utilizada pelos militares para reprimir as mulheres deu-se principalmente pelas diferentes formas de violência sexual. Sobre essa forma de violência, pode-se dizer que os “fantasmas” desses períodos ainda permanecem no cotidiano de muitas mulheres, através dos ferimentos não físicos, mas psicológicos causados durante o conflito, já que, quando a guerra armada termina “isso não determina que outras guerras, cruéis e persistentes, não continuem, insidiosamente, a alimentar-se das muitas violências que existem escondidas quando se vê chegar aquilo a que se chama paz” (Cunha, 2012, p. 71).

De um modo mais geral, refletindo sobre os padrões de desigualdade de gênero e violência que nós mulheres vivenciamos, pode-se dizer que esses foram construídos historicamente e remontam a uma dominação colonial, capitalista e a uma divisão sexual do trabalho (Guimarães, 2016). Assim, é válida a problematização de modo como as verdades e os padrões de comportamento feminino considerados legítimos são socialmente e temporalmente construídos, isto é, competem a um determinado período histórico, partindo de escolhas, interesses e visões de mundo de um grupo particular que, ao longo de disputas e negociações entre diferenças e equivalências discursivas, conseguem ganhar força e dimensão universal (Laclau, 2011); as verdades de uma determinada época se propagam discursivamente através de representações enunciadas que se consolidam pelos mecanismos utilizados para sua disseminação.

Diante disso, considero o *currículo escolar* como um desses mecanismos. Ressaltando que os tratamentos reducionistas ou muitas vezes equivocados sobre a temática de gênero presentes nos currículos da educação básica e do ensino secundário apenas reforçam certas desigualdades e estereótipos, naturalizando assim, relações de opressão e subalternização. Giroux (1995), discorre que a história das mulheres não é considerada pelos conteúdos curriculares das escolas, os quais contemplam apenas as culturas hegemônicas que retratam a visão do homem branco e europeu. Esse cenário vem se alterando nas últimas

décadas, mas segundo Silva (2015), o mundo social ainda hoje é constituído de acordo com os interesses e as formas masculinas de pensamento e conhecimento, já que existe grande desigualdade “dividindo homens e mulheres, com os primeiros apropriando-se de uma parte gritantemente desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Essa repartição desigual estende-se, obviamente, à educação e ao currículo” (*Ibidem*, p. 92), refletindo na representatividade perante os conteúdos dos documentos curriculares e nos discursos dos materiais didáticos.

Dessa forma, este texto procura analisar algumas representações atribuídas ao papel da mulher timorense presentes no Manual do Aluno da disciplina de Geografia do ESG. Sabe-se que este material exerce a função de livro/material didático no país, sendo um dos principais recursos utilizados por professores (seja como fonte de informação ou como um auxiliador na sequência dos conteúdos a serem trabalhados em aula), utilizado em todo território nacional. Como qualquer documento curricular, podendo refletir ideologias dominantes e a legitimação de estereótipos, eleva-se a necessidade de atenção ao contexto de produção desses materiais e seus discursos, para que a sua utilização realmente contribua para uma aprendizagem significativa na formação de estudantes críticos, politizados e conscientes do seu papel social, possibilitando a luta por uma sociedade mais justa e menos desigual.

Objetiva-se assim, analisar como alguns enunciados estabelecem significações em relação ao papel social desempenhado especificamente pelas mulheres timorenses. Pretende-se demonstrar se certas representações presentes nesse material vêm avançando na discussão e na compreensão de aspectos que envolvam a emancipação frente aos discursos normativos, ou se apenas reforcem as concepções de uma sociedade patriarcal e díspar. Porém, não procuro por uma definição ou um fechamento para o que é ser “mulher timorense”, mas sim busco atentar ao modo como tal definição é significada, negociada ou reinventada. Cabe esclarecer, que esse texto também tem como finalidade possibilitar rupturas de olhares e instigar a reflexão sobre as questões de gênero presentes nos currículos da disciplina de Geografia, sem impor uma única visão sobre essa temática, uma vez que, as lutas por igualdade de gênero são particulares nos diferentes contextos e sociedades.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE AS MULHERES EM TIMOR-LESTE

São aspectos sociais que definem e sujeitam o comportamento e as funções desempenhadas pelas mulheres. Beauvoir (1967, p. 9), afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, discutindo que o *ser mulher* se dá a partir do conjunto da civilização que elabora esse produto, ou seja, o que se entende por padrões e comportamentos femininos são construções sociais e não biológicas. Ou seja, gênero não é sinônimo de sexo (masculino ou feminino), mas refere-se ao conjunto de representações que cada sociedade constrói para atribuir significados e características para cada um desses sexos através do seu contexto histórico (Aua, 2005).

Sobre os sentidos que se atribui aos gêneros, Silva (2015, p. 105) expõe que “é suficiente observar como sua definição varia ao longo da história e entre as diferentes sociedades para compreender que elas não têm nada de fixo, de essencial e de natural”. Por isso, as mais diferentes culturas desenvolveram diversas concepções sobre gênero, que não são estáticas, mas sim, passíveis de transformação no âmbito de mudanças culturais, sociais e econômicas. Dessa forma, assim como em outros contextos, são múltiplas as trajetórias e os papéis desempenhados pelas mulheres de Timor-Leste.

Para Batista (2017), é possível refletir sobre algumas particularidades dessas mulheres, isto é, são mulheres inseridas em uma sociedade localizada no Sul global e que reflete as interferências culturais dos antigos colonizadores, assim como as interferências dos conflitos territoriais e ditatoriais. Nesse sentido, o papel das mulheres na sociedade timorense não é fixo, único e estável, sendo marcado e definido culturalmente conforme os diferentes grupos etno-linguísticos localizados nos distintos municípios do seu território. No campo do conhecimento tradicional e local de Timor-Leste, é possível defrontar-se com a separação e ao mesmo tempo equilíbrio na forma de conceber diferenças frente ao *lulik* (o sagrado) nas esferas de pertencimento do feminino e do masculino. Trindade (2016), discorre que a crença da religião tradicional timorense está baseada em uma deusa, *Maromak*, sendo esse fato responsável pela importância das mulheres nessa sociedade, já que são reverenciadas por

sua fertilidade, tendo a vida centrada nelas, sendo “essa noção diferente das ideias ocidentais/modernas/cristãs que descrevem o oposto: os homens como raiz da vida, tendo Eva origem nas costelas de Adão” (Trindade, 2016, p. 40). Segundo Apoema (2016),

Na cosmogonia timorense, há um equilíbrio entre os mundos masculinos e femininos. O lulik, o sagrado, é o centro de uma experiência cercada pelo feminino – o interior, a autoridade; protegido pelo masculino – o exterior (Trindade, 2011). Toda a experiência social depende do adequado equilíbrio entre essas dimensões da vida. A dimensão do conhecimento tradicional, de modo similar, perpassa a experiência e a relação/observação de todas elas. (Apoema, 2016, p. 270).

Porém, com a independência, a entrada da Organização das Nações Unidas (ONU) para administração da transição do país enquanto Estado soberano e a democratização de Timor-Leste, deu-se início as políticas de incentivo à igualdade de gênero em escala nacional, padronizando ações e políticas que trouxeram avanços, mas também conflitos entre essas novas perspectivas e o papel tradicional dessas mulheres. Para Trindade (2016), as ativistas de gênero, sejam elas timorenses ou não (locais e internacionais) tem realizado campanhas com ideias liberais feministas sem considerar as perspectivas locais, “a definição cultural timorense da posição das mulheres, status e contribuição para o bem-estar da família e da sociedade em geral têm sido negados e ignorados nessa discussão” (Trindade, 2016, p. 41).

Esse autor, ainda discute que em Timor-Leste as campanhas liberais feministas não irão funcionar no pós-conflito, porque esse feminismo “se concentra nas mulheres como um eu individual, enquanto a cultura timorense não pode separar um indivíduo (mulheres e homens) de sua complexa relação com a sua família e sociedade” (*Ibidem*, p. 42). Concordo que a estrutura social timorense tem seu fundamento na coletividade, entretanto, cabe sim a problematização dos papéis de privilégio desempenhados durante séculos pelos homens nessa sociedade e, as novas formas das mulheres timorenses (re)existirem, isto é, as novas condições feministas dessas mulheres frente as situações que historicamente foram concebidas como tradicionais, naturais e sagradas, sendo impassíveis de contestação. Cunha (2006) com base em seus referenciais de pesquisa, discorre que,

a construção da nação independente não invisibiliza ou silencia totalmente as mulheres como pretendia fazer o sistema colonial mas mantém-nas reféns de uma diferença identitária e social que as reenvia para a esfera do privado, cujo projecto de vida essencial é dar à Pátria cidadãos que cumpram o desígnio da independência nacional. (Cunha, 2006, p. 9).

Simião (2005), discute que o Estado timorense tem sido um dos agentes produtores de muitas das novas fontes de sentidos para práticas locais, especialmente no que toca às relações de gênero. Esse autor trabalha com a ideia de “invenção da violência doméstica”, problematizando as mudanças ocorridas no pós-independência em relação as situações de violência e opressão vivenciada pelas mulheres frente a um novo “sistema de justiça de Estado que aparentemente se opõe às arenas locais de resolução de disputas” (*Ibidem*, p. 5). Compreende-se assim, que a partir da modernização desse Estado surge a formação de uma nova realidade, onde as mulheres ocupam novos espaços na sociedade, mas ainda enfrentam os preconceitos, os estereótipos e as dificuldades de um país com uma sociedade em transição.

Ao meu ver, um aspecto importante para discussão, é que embora as mulheres assumam atribuições consideradas tradicionalmente masculinas, o mesmo não ocorre em relação aos homens, por exemplo, ainda hoje esses não realizam atividades domésticas⁷, ou quando realizam é parcialmente. A administração da casa e dos filhos continua como responsabilidade das mulheres timorenses, que acabam por ficarem sobrecarregadas no seu cotidiano. Nessa sociedade ocorre profunda desigualdade nas funções domésticas, podendo refletir em um desempenho inferior das funções profissionais das mulheres em relação aos homens. Esse contexto já foi retrato em pesquisas anteriores, uma delas foi no âmbito do *Grupo de Estudo sobre Mulheres de Timor-Leste* (GEM) – composto por cooperantes do PQLP, em que mulheres timorenses

⁷ “O trabalho doméstico não remunerado, ou seja, gratuito, é aquele que as pessoas desempenham no interior de suas próprias casas para reprodução de sua vida cotidiana. Ainda que tal trabalho seja rotineiro, cotidiano e necessário para a existência de todas as pessoas, geralmente são as mulheres as encarregadas de todas essas funções ou da maior parte delas no interior de seus lares e na convivência das famílias. A gratuidade e a invisibilidade são importantes na compreensão deste trabalho: na divisão sexual do trabalho é atribuída às mulheres a responsabilidade pelo cuidado com a casa, família e filhos” (Guimaraes, 2016, p. 7).

relataram em entrevistas a experiência de manter a qualidade no seu trabalho profissional tendo que lidar com a sobrecarga do trabalho doméstico. Nesses relatos, uma das mulheres entrevistadas contou que ao escolher morar sozinha com seu esposo e suas filhas (não dividindo a casa com outros membros da família), exigiu dela uma dupla jornada exaustiva de trabalho.

A primeira coisa que eu fiz foi morar sozinha com meu marido e minhas filhas, mas eu senti muita responsabilidade comparando com o passado. Tem que cuidar sozinha das filhas, tem que fazer tudo direito, trabalhar em casa, tem que fazer tudo sozinha, e eu ficava reclamando, porque tinha as coisas da casa [...]. Sim, eu decidi [morar em uma casa separada da família do marido]. Mas, tenho as reclamações... é muito cansativo, saio do trabalho e tenho que trabalhar em casa. Eu sempre falo para meu esposo “um dia vou fugir daqui, não vou mais ficar com vocês”. (Tribess et al., 2015a, p. 233).

Outra pesquisa, ocorreu no âmbito da unidade temática intitulada Igualdade de Gênero, no curso *Formação de formadores de comunicação, questões de gênero, direitos humanos e gestão*, do Centro de Formação Técnica em Comunicação (CEFTEC), em que as discussões com participantes também evidenciaram essas desigualdades. Segundo Diniz (2016), o fato das mulheres timorenses hoje ocuparem espaços públicos com postos de trabalhos iguais aos dos homens, já é considerado por muitos um sinônimo de igualdade de gênero. Porém na esfera do privado, do tradicional, do familiar, as mulheres em Timor-Leste ainda lutam para conquistarem equidade

Os formandos responderam que existe igualdade de gênero no seu ambiente de trabalho, que homens e mulheres podem desempenhar os mesmos papéis, e que isso *depende da capacidade que cada um tem para desenvolver o trabalho*. O problema desse discurso, que foi discutido durante o encontro, é que as mulheres desde muito novas precisam cuidar da casa, dos filhos e da família, enquanto os maridos têm maiores possibilidades de melhorarem nos trabalhos. Assim, as mulheres não têm as mesmas oportunidades que os homens, e isso não está relacionada à sua capacidade. (*Ibidem*, p. 262 – grifo meu).

Com esse breve exposto, concordo com Silva (2014), quando diz que atualmente existe uma forte tensão entre a cultura tradicional e a modernidade nas questões de gênero. A autora ainda discute que a igualdade de gênero faz

parte da agenda de modernização do país e, por isso, principalmente em Díli é possível encontrar mulheres desempenhando cargos públicos, trabalhando nos ministérios, nos setores administrativos, nas universidades, nos centros de pesquisas, entre outros. No entanto, ainda existe um alto índice de violência doméstica nos sucos de Timor-Leste, e a participação das mulheres na esfera das políticas tradicionais ainda é rara.

[...] as mulheres no contexto de Timor-Leste (assim como em qualquer outro lugar) têm sim poder em diversos espaços e relações - como mães, esposas, em suas casas. Entretanto, não são ouvidas ou consideradas em outros espaços, como, por exemplo, no âmbito das cerimônias tradicionais das casas sagradas e nos conselhos comunitários de decisão. (Tribess et al., 2015b, p. 09).

Contudo, a igualdade de gênero atualmente acontece em Timor-Leste através da inclusão das mulheres no acesso a empregos e no incentivo à formação e geração de renda, sob o ponto de vista do desenvolvimento do país (Silva, 2014). Ou seja, para atender demandas externas, a sociedade timorense repensa o papel da mulher na esfera pública, mas ainda mantém uma desigualdade estrutural. De tal maneira que a igualdade de gênero se limita ao acesso no mundo profissional, sem, contudo, mudar a perspectiva da existência feminina em outros contextos. Diante disso, a luta pela desnaturalização dos estereótipos, dos padrões normativos atribuídos as mulheres e pela igualdade de gênero segue viva e pulsante nesse país.

Em Timor-Leste, temos diferentes espaços de luta, resistência e discussão política sobre o papel das mulheres na contemporaneidade, a título de exemplo, temos o *Centro de Estudos de Género* (CEG) da UNTL – que tem como principal objetivo disseminar o conhecimento sobre gênero, através de uma aproximação multidisciplinar, de forma a contribuir para um desenvolvimento nacional sensível à igualdade de gênero; a *Organização Popular da Mulher Timor* (OPMT) – criada em 1975 no âmbito do partido Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETELIN), essa organização busca ainda hoje mostrar que a mulher timorense sempre contribuiu incansavelmente para a organização, mobilização e consciencialização política da população ao mesmo tempo que também tomou consciência política do seu papel e do seu valor; a *Rede Feto Timor-Leste* – que tem como principal

objetivo a discussão sobre a violência e saúde reprodutiva das mulheres timorenses; entre outros grupos, movimentos e organizações.

Todos esses espaços, compostos predominantemente por mulheres timorenses, buscam por outras formas de (re)existir socialmente, lutando por uma igualdade mais ampla dos papéis sociais entre os gêneros, mas sem é claro, esquecer os aspectos tradicionais e sagrados dessa cultura. As mulheres timorenses são responsáveis por suas próprias lutas feministas, inseridas em seu meio cultural e contextualizado com sua realidade. Diante disso, acredita-se que a educação promove rupturas de olhares, desnaturalizando desigualdades e trazendo possibilidades de transformação na vida dessas mulheres, que passam a agir com maior autonomia e mudanças positivas na forma de viver dentro dos aspectos culturais de sua sociedade. Assim, torna-se imprescindível a observação de como as mulheres são representadas no atual sistema educacional timorense, uma vez que, se a escola é compreendida enquanto um espaço de luta e transformação, cabe a todos os gêneros terem representatividade e oportunidades igualitárias.

PERCURSOS INVESTIGATIVOS: TEORIA DO DISCURSO, CURRÍCULO E REPRESENTAÇÃO

A Teoria do Discurso desenvolvida por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau é considerada como uma ferramenta para a compreensão do social, cujo entendimento se dá a partir de ordens discursivas, tendo as categorias analíticas⁸ *poder* e *discurso* como questões centrais das relações sociais. Essas, por sua vez, se desdobram em outras noções centrais à teoria, como: *ponto nodal*, *cadeias articulatórias*, *hegemonia*, *significante vazio* e *populismo* (Mendonça e Rodrigues, 2014). Segundo Laclau (2005), toda configuração social é também uma configuração significativa e, com isso, podemos destacar o papel que os currículos exercem enquanto campos de disputas de significações (Lopes e Macedo, 2011).

⁸ Estas categorias são exploradas no livro “Emancipação e diferença”, com destaque para os capítulos “Universalismo, particularismo e a questão da identidade”, “Por que os significantes vazios são importantes para a política?” e “Sujeito da Política e política do sujeito” (Laclau, 2011, pp. 47-105).

Essa base teórica recentemente vem sustentando alguns estudos curriculares permitindo romper com análises que apenas enfatizam a verticalização dos movimentos de produção e implementação, dando destaque aos processos de tradução⁹ que as políticas, concebidas como discursos, sofrem nos diferentes contextos da prática curricular (Costa & Pereira, 2013). A elaboração e a implementação de um currículo podem ser complexas e ir muito mais além da proposta curricular que o sustenta, pois, os processos de significação discursiva acontecem por meio de um sistema articulatório de cadeias de diferença e de equivalência, que disputam sentidos criados no movimento de luta política. Nessa perspectiva discursiva, entende-se que

o ordenamento das demandas políticas acontece em função de um exterior constitutivo, uma diferença interpretada como ameaça comum a ser combatida, um outro opressor. Tal momento possibilita que demandas diferenciadas de um meio social possam abrir mão de seus conteúdos particulares para se incorporarem em uma articulação que aspira à hegemonia. (Costa & Pereira, 2013, p. 296).

Essa hegemonia¹⁰ consiste em um processo permanente de disputa, cujo objetivo é a fixação de determinados significados particulares, desejando que eles possam representar a totalidade, assim a “hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, em um determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos” (Mendonça & Rodrigues, 2014, p. 53). Entretanto, a fixação desses sentidos será sempre contingencial e provisória, e acontecerá a partir de determinadas condições específicas. A constituição de

⁹ “A política curricular pode ser pensada como produção discursiva, performada no confronto contaminante de diferentes discursos sociais que, duplamente, reiteram e traem os sentidos trazidos à baila, recriando-os por tradução. Tal reapropriação do outro é a marca do currículo como produção cultural, como fronteira espaço-temporal de negociação com a diferença que leio”. (Costa & Pereira, 2013, p. 35).

¹⁰ “Tal concepção de discurso retira da hegemonia o sentido de algo imutável, incontestável e intransponível uma vez fixado. Assim, um dado sentido discursivo curricular só é permanência – entendida aqui como um discurso hegemônico – em um tempo “x” enquanto outros discursos ou pautas exteriores permanecerem contrárias ou dissonantes a ele, ou seja, o que se revela como discursos de mudança e de permanência são identidades discursivas próprias ou particulares e pouco conciliáveis”. (Straforini, 2016, p. 169).

uma cadeia de equivalência para a formação de um discurso hegemônico se torna possível quando a articulação de demandas diferenciais se dá em torno de pontos nodais, ou seja, pontos de interseções contra os quais as identidades opostas a eles se unem, gerando a sensação de solidariedade (Lopes, 2011).

Compreende-se assim, que o discurso é um movimento constante de disputa de significação e se torna hegemônico quando um *ponto nodal* fecha a cadeia de significação em uma dada formação discursiva; quando um ou mais discursos particulares passam a se expressar como discurso universal. Portanto, o diálogo com a Teoria do Discurso permite encontrar subsídios teóricos consistentes para sustentar as argumentações de que não existe um sentido previamente fixado, passível de identificar as coisas e sujeitos desse mundo, de modo que o currículo se configura como “um processo de produção de sentidos, sempre híbridos, que nunca cessa e que, portanto, é incapaz de produzir identidades. O que ele produz é diferença pura, adiamento do sentido e, portanto, necessidade incessante de significação” (Lopes & Macedo, 2011, p. 227).

Nas discussões cotidianas sobre currículo, pensamos apenas nas questões relativas ao conhecimento, mas devemos pensar o currículo também como uma questão de identidade, pois esse conhecimento “está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade” (Silva, 2015, p. 15). Assim, pode-se dizer que um documento curricular é visto também como uma política cultural, pois contém definições parciais e localizadas historicamente de acordo com os princípios e os objetivos governamentais de cada período, estando sempre ligado à seleção de saberes, de visões de mundo, de valores, de símbolos e de significados.

Ao estabelecer representações, os conteúdos curriculares, agem na significação e na consolidação das verdades sobre um determinado povo, lugar, território ou nação, podendo também agir na significação dos papéis sociais desempenhados especificamente por homens ou por mulheres. Assim, os discursos presentes no currículo podem se tornar uma verdade universal e hegemônica, pois, segundo Hall (2016), nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as representamos, ou seja, “as palavras que usamos para nos

referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (Hall, 2016, p. 21).

Nesse sentido, no âmbito dos documentos curriculares, os livros e materiais didáticos são vistos na literatura como importantes elementos da cultura escolar (Vilela, 2014) e, por isso, nos servem como ricas fontes de estudos e pesquisa. Pois se, de um lado, seus conteúdos não representam a totalidade do que acontece na escola, de outro, eles são evidências daquilo que é afirmado como “o que pode ser ensinado em uma certa disciplina escolar, em um certo tempo” (Ibidem, p. 56). É preciso entender que um material didático pode contribuir para a reprodução ou para a transgressão da sociedade patriarcal e desigual. De acordo com Oliveira (2011, p. 147) ao apresentar “[...] os gêneros de forma distinta e desigual, os livros didáticos podem contribuir para a construção e manutenção das desigualdades de gênero que, por sua vez, contribuem para a construção e manutenção de outras desigualdades sociais”.

Em Timor-Leste, ainda encontramos grande falta de livros ou materiais didáticos nas escolas que não sejam os produzidos pela cooperação portuguesa. Assim, o Manual do Aluno de Geografia deve ser analisado e investigado para se compreender de que modo a ciência geográfica vem sendo pensada e discutida, e de que maneira temas atuais e necessários como as questões referentes a gênero vem sendo trabalhadas. Esses materiais enquanto meio de divulgação do conhecimento, precisam discutir essas questões, informando estudantes acerca de sua realidade, para que assim o saber construído a partir da Geografia escolar seja um ato político, contribuindo inclusive para desconstrução de estereótipos de gêneros construídos socialmente.

Costa (2014) traz contribuições ao afirmar que o ensino de Geografia possibilita ao aluno o conhecimento do seu lugar, da sua realidade, da sociedade que o cerca. E na sociedade atual em que as mulheres lutam e constroem um papel significativo e de protagonismo, é importante a contextualização do tema gênero e do papel dessa temática na escola. Dessa maneira, apresento algumas interpretações acerca das representações do papel da mulher timorense presentes no atual currículo de Geografia do ESG de Timor-Leste – o qual foi produzido em um contexto específico (pós-conflito e de restauração da independência do país).

REPRESENTAÇÕES DO PAPEL DA MULHER NO MANUAL DO ALUNO DE GEOGRAFIA DO ESG

A Geografia escolar por meios das representações presentes nos seus enunciados, atribui e carrega efeitos de verdade sobre a relação sociedade e natureza, abordando em seus currículos o entendimento das relações de poder entre países e povos, o conhecimento da dinâmica da natureza para sua instrumentalização pela espécie humana e as diferentes matrizes culturais que também integram esse universo (Tonini, 2006). Ressalto que a representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura, já que representar envolve o uso da linguagem, de textos, de símbolos, de signos e de imagens, que se apresentam como realidades, valores e identidades atribuídos a um determinado grupo social, povo, país, território.

Considero neste texto, os Manuais dos Alunos do ESG como parte da materialidade discursiva do atual currículo da disciplina de Geografia de Timor-Leste e, com isso, necessita-se atenção ao que seus discursos refletem. Busco assim, analisar alguns enunciados que possibilitam uma fixação provisória e contingencial do papel da mulher timorense. Para isso, analisei no Manual do Aluno de Geografia¹¹ do 11º do ESG, a Unidade Temática 3 – “Os recursos de Timor-Leste”, mais especificamente, o *Subtema 3* dessa unidade “*Os recursos culturais – uma explicação do presente à luz do passado*”. Este subtema é composto por quarenta e nove páginas (96 - 145), incluindo as páginas de atividades complementares.

Fazendo a leitura desse material, o primeiro enunciado específico referente ao papel da mulher timorense encontra-se presente na narrativa sobre uma importante mudança estrutural dessa sociedade. Em que no passado,

Numerosos grupos etnolinguísticos funcionavam segundo um modo matrilineário, assumindo a mulher um lugar determinante. As primeiras narrativas portuguesas referem que era frequente encontrarem-se rainhas a dirigirem os reinos. No decorrer dos séculos o papel da mulher em cargos de chefia diminuiu, sobretudo devido a influência exteriores. (RDTL, 2013, p. 102 – grifo meu).

¹¹ Disponível em: <<https://www.ua.pt/esgtimor/PageText.aspx?id=16806>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Essa mudança social tão complexa, é apresentada nesse material sem problematizar possíveis tensões, violências e repressões que contribuíram para tal mudança. As mulheres ao longo do tempo foram submetidas a uma ideologia e uma construção cultural que legitimou a superioridade masculina, criando um contexto de hierarquia e de poder (Guimarães, 2016), muitas vezes ocasionada pelo uso da força masculina e da violência sexual. No entanto, em nenhum momento os aspectos de opressão são retratados, dando a entender que a mudança dos grupos matrilineares para um sistema patrilinear, no qual as mulheres perderam suas forças nas tomadas de decisões, ocorreu de forma pacífica. Durand (2009) afirma que, no período pré-colonial, Timor-Leste era uma sociedade que funcionava com grandes quantidades de grupos matrilineares, no entanto, as mulheres perderam ao longo dos séculos sua participação em diversos setores das comunidades por causa de influências externas consequentes da colonização.

Nesse sentido, não podemos deixar de refletir sobre o contexto de produção desse material didático, pois trata-se de um currículo elaborado por profissionais portugueses que participam de acordos de cooperação entre Portugal e Timor-Leste e que também lutam discursivamente para exercer a hegemonia frente aos discursos da colonização portuguesa, apresentando assim, uma ideia de *harmonia colonial* que romantiza ainda hoje as discussões sobre a colonização portuguesa nesse território. Acentuando que a hegemonia é constituída como uma prática discursiva “dentro da qual posições diferenciais, enfatizando e construindo equivalências entre certos polos de diversos antagonismos, buscam subverter uma ordem social, substituindo-a por outra” (Southwell, 2014, p. 143). Assim, ao abordar tal mudança social, é fundamental discutir que a colonização impôs uma nova forma estrutural de organização na sociedade timorense. Nessa direção Cunha (2006) diz que,

A chegada dos poderes coloniais e imperiais teve como consequência, entre outras obviamente, a crise e/ou o colapso da maioria das instituições locais. Novas formas de associação apareceram e desenvolveram-se no seio desta reordenação, provocada pelos inevitáveis conflitos que o novo poder impôs às sociedades locais, que não se instalou sem violência e sem resistência. O colonialismo não foi meramente um acto político e administrativo, mas a violação da Terra, dos corpos e da cultura. (Cunha, 2006, p. 04).

Posteriormente, encontramos enunciados que apresentam uma série de atividades exercidas exclusivamente por mulheres em Timor-Leste, contudo esses enunciados estão envoltos de discursos que retratam e reforçam a não valorização do trabalho doméstico, assim como não valorizam o trabalho exercido pelas mulheres na produção dos artesanatos da cultura timorense. Pode-se verificar esses enunciados nos seguintes trechos:

A olaria representa uma arte tradicional em Timor-Leste e é efetuada, sobretudo, pelas mulheres. São *elas que nas horas livres dos trabalhos caseiros amassam, trabalham e cozem o barro*. (RDTL, 2013, p.105 – grifo meu).

A arte de fazer cestos é, sobretudo, efetuada pelas mulheres, que utilizam folhas de palmeira e de outras plantas para produzirem um conjunto muito diversificado de peças. Porta-moedas, malas, cestos, colares, estojos e outros objetos decorativos são muito frequentes. *As mulheres praticam esta atividade durante os momentos de lazer*, em noites de luar ou em dia em que a humidade facilita o manuseamento das folhas. (RDTL, 2013, p.106 – grifo meu).

Ao descrever que “elas que nas horas livres dos trabalhos caseiros amassam, trabalham e cozem o barro” e “as mulheres praticam esta atividade durante os momentos de lazer” para discorrer sobre a confecção dos artesanatos, o Manual do Aluno pode resultar em interpretações que levam os estudantes e educadores timorenses entenderem que essas tarefas não tomam tempo e nem causam desgaste físico nas mulheres, já que retratam tais tarefas como lazer e/ou diversão, e não como mais uma função agregada a jornada de trabalho doméstico das mulheres. Silva (2011), evidencia que divisão sexual do trabalho, impõe os papéis e as funções que mulheres e homens devem ocupar dentro de determinadas sociedades, sendo essas geralmente diferenciadas entre si, legitimadas por um discurso patriarcal que gera uma hierarquia entre o homem e a mulher. Com isso, as mulheres oriundas de uma sociedade patriarcal ainda são tidas como força de trabalho secundária, e muitas vezes isso reflete nos salários que a mesma recebe nos trabalhos formais, e no excesso de trabalho realizado no âmbito familiar.

O ordenamento discursivo na representação da produção de artesanatos timorenses no único recurso didático oficial no país contribui para a permanência das desigualdades de gêneros, uma vez que, mesmo as mulheres

produzindo artesanatos que são vendidos nas feiras, nas praias e nos eventos culturais (mantendo a materialização da cultura timorense e agregando renda para à esfera familiar), esse material tem reforçado o sentido de que os artesanatos são produzidos sem esforços, que não ocupam o tempo e também não desgasta fisicamente essas mulheres. Ou seja, além dos discursos nos manuais didáticos evidenciarem o desempenho dos papéis reprodutivo e produtivo das mulheres no âmbito familiar, esses alimentam a naturalização das múltiplas jornadas de trabalhos exercidas pelas mulheres, passando a impressão de que tais trabalhos são dados espontâneos, inquestionáveis e naturais.

Chamou-me atenção também um enunciado presente no manual do 11º ano que reforça as tarefas estritamente feminina e masculina vejamos:

No dia a dia da vida tradicional timorense a *mulher e o homem vivem e trabalham como uma equipe*. Os homens lavram a terra e juntam as pedras e as *mulheres organizam as plantações na horta*. Em casa as *mulheres limpam e cozinham*. As *mulheres enquanto avós, mães, tias e irmãs, desempenham o papel de educadoras das filhas, sobrinhas, netas e irmãs*. Ensinam-nas a *costurar, a lavar roupa, a limpar e a arrumar a casa*. São *produtoras de vários objetos e são artistas – fazem os tais tradicionais do marido e dos filhos*. Fazem também, *esteiras, açafates, cestos para uso da família ou para serem vendidos no mercado*. Os lucros destas vendas são a principal fonte de rendimento ou um reforço para a economia familiar. (RDTL, 2013, p. 114 – grifo meu).

A diferença na quantidade de tarefas desempenhadas pelos homens e pelas mulheres na esfera doméstica torna-se evidentemente gritante nesse trecho do manual. Apesar de muitas mulheres se sentirem empoderadas com o poder que exercem ao desempenhar certas funções dentro da família, não se pode deixar de questionar o acúmulo da responsabilidade e das funções exercidas apenas por essas. Essa diferença na quantidade dos serviços domésticos é tão normatizada que se transforma em um discurso hegemônico, contribuindo para desigualdades, tornando muito difícil a ocorrência de mudanças e equidade social. Vale lembrar que não existem tarefas específicas de homens ou de mulheres, em especial nas sociedades modernas. Mulheres e homens contribuem igualmente para o desenvolvimento social e econômico de seu país, por isso devem ser respeitados e tratados de forma igualitária.

Contudo, os enunciados pertencentes à Geografia escolar timorense têm hoje o papel de construir em estudantes algumas significações sobre o papel da mulher nessa sociedade a partir de representações que fixam imaginários e que agem na internalização de sentidos discursivos presentes nos conteúdos de tradição geográfica. Destacando que um material didático não pode ser considerado somente um “depósito” de conteúdos, “[...] um lugar em que os autores e autoras registravam os conhecimentos geográficos, mas também, [...], como um lugar de produção de significados, como um artefato cultural no qual as verdades são fabricadas e postas em circulação” (Tonini, 2002, p. 32).

Assim, é importante para a luta contra a desigualdade de gênero e pelo respeito às mulheres, materiais didáticos que prezam pelo fim da exclusão, do ocultamento e do silenciamento sobre a construção dos estereótipos de gênero e, que expressem a representatividade do papel da mulher timorense partindo dos interesses e necessidades dessas próprias mulheres, incluindo narrativas de e sobre essas, trazendo assim uma “uma visão de feminilidade que não se esgota nas visões feministas dominantes no mundo contemporâneo” (Cunha, 2006, p. 19), mas sim, que valorize as múltiplas experiências, trajetórias e demandas dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada da ONU, a democratização do país e as políticas de incentivo à igualdade de gênero trouxeram avanços e conflitos entre essas novas perspectivas e o papel tradicional das mulheres timorenses. Existe a inclusão dessas mulheres através de empregos, de incentivo à formação e de geração de renda, sob o ponto de vista do capitalismo e das receitas de boa governança da ONU. Porém, esses avanços dentro dos parâmetros ocidentais e capitalistas não alteram efetivamente a estrutura patriarcal dessa sociedade.

Pensando na esfera educacional, apoiados nos estudos pós-críticos de currículo e na Teoria do Discurso de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, espero poder contribuir para a reflexão acerca da condição política do atual currículo de Geografia do ESG de Timor-Leste e como esse pode agir na significação e naturalização dos estereótipos de gênero, atuando na permanência de desigualdades sociais.

O material analisado evidencia a problemática da naturalização do estereótipo de gênero, descrevendo elementos da esfera tradicional timorense, reafirmando algumas desigualdades e pouco contribuindo para o tencionamento dos conflitos entre o moderno e o tradicional. Observa-se que os conteúdos relacionados especificamente ao papel das mulheres são apresentados nesse material de forma que reforça a desigualdade de gênero, além de não serem abordados por um viés crítico que permita que estudantes desnaturalizarem ou rompam com estereótipos de gênero que são construídos historicamente, socialmente e culturalmente, e que instauram diferenças desiguais entre homens e mulheres. Portanto, é importante a presença dos grupos de debates e pesquisas sobre gênero no âmbito das reformulações curriculares, possibilitando a compreensão crítica das questões de gênero em Timor-Leste. Já que, os espaços escolares e acadêmicos devem abordar questões relevantes, contribuindo para a construção social e emancipatória dos formandos e da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

Apoema, Keu. (2016). A mulher cacatua e as tensões na escrita sobre as tradições orais de Timor-Leste. In: Paulino, Vicente e Apoema, Keu (org.) *Tradições orais de Timor-Leste*. Belo horizonte: Casa Apoema; Díli – Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

Auad, Daniela. (2005). Relações de gênero nas práticas escolares: o aprendizado da separação nas “misturas” no pátio. *Revista Ártemis*. Universidade Federal da Paraíba, v. 2, p. 39-49.

Batista, Gabriela Lopes. (2017). Desenvolvimento de planos de aula com temas sensíveis: mulheres e violações dos direitos humanos no Brasil e em Timor-Leste. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: transformações, conexões, deslocamentos*. Florianópolis.

Beauvoir, Simone de. (1967). *O segundo sexo: a experiência vivida*. Volume II. São Paulo: Difusão europeia do livro.

Costa, Glauber Barros Alves. (2014). Por um ensino de Geografia Crítico: discutindo questões de gênero em sala de aula. In: Costa, Glauber Barros Alves. *Diálogos entre Geografia e Educação*. Curitiba: CRV Editora, p. 11-30.

Costa, Hugo Heleno Camilo; Pereira, Talita Vidal. (2013). Sentidos de Interdisciplinaridade articulados nas políticas de currículo: o caso das disciplinas Ciências Naturais e Geografia. *Cadernos de Educação*. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [44]: 293-318, janeiro/abril.

Cunha, Teresa. (2006). As Mulheres Africanas no âmago do seu continente: para além da subjugação e da raiva. *IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* – Luanda de 28 a 30 de Novembro.

_____. (2010). Tecendo margens no oceano Índico: Paz, Justiça social e Mulheres de Moçambique e Timor-Leste. *Understanding Timor-Leste Conference*. 2-3 July 2009. Universidade Nasional Timor Lorosa'e, Dili, TimorLeste.

_____. (2012). As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor Leste. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 96 – Março – p.67-86.

Diniz, Vanessa Lessio. (2016). Desnaturalizando olhares: a importância das discussões sobre igualdade de gênero para profissionais da comunicação em Timor-Leste. In: Paulino, Vicente e Barbosa, Alessandro Tomaz (org.) *A produção do conhecimento científico em Timor-Leste: Língua, Ciência e Formação de professores*. 1ªed. Díli: Unidade de produção e disseminação do conhecimento,v.1, p. 257-263.

Durand, Frédéric. (2009). *História de Timor – Leste: da pré-história à actualidade*. Lisboa: Lidel.

Giroux, Henry. (1995). Praticando Estudos Culturais nas faculdades de educação. In: Silva, Tomaz Tadeu (org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Rio de Janeiro: Vozes, p.85-103.

Guimarães, Pilar Carvalho. (2016). De trabalhadoras a militantes: A Luta das Mulheres do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas de Campinas-SP. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação.

Hall, Stuart. (2016). *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri.

Laclau, Ernesto. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

_____. (2011). *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Lopes, Alice Casimiro. (2011). Políticas de Currículo: questões teórico-metodológicas. In: Lopes, Alice Casimiro; Dias, Rosanne Evangelista e Abreu, Rozana Gomes de (org.). *Discursos nas políticas de currículo*. Rio de Janeiro: Quartet.

Lopes, Alice Casimiro; Macedo, Elizabeth (2011). *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez.

Mendonça, Daniel de; Rodrigues, Leo Peixoto. (2014). Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: Mendonça, Daniel de e Rodrigues, Leo Peixoto (org.). *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdPUCRS.

Meneses, Maria Paula; Vasile, Iolanda. (2014) Introdução. Desafios aos Estudos Pós-Coloniais: As Epistemologias Sul-Sul. *Cescontexto*, n. 5, maio.

Oliveira, Wilson Sousa. (2011). A imagem da mulher nos livros didáticos e relações de gênero. *Revista Fórum Identidades*, Itabaiana: Gepiadde, v. 9, n. 5, p. 139-149, jan./jun.

Ramos, Ana Margarida; Teles, Filipe. (2012). *Memória das políticas educativas em Timor-Leste: A consolidação de um sistema (2012-2017)*. Universidade de Aveiro.

República Democrática de Timor-Leste (RDTL). (2013). Manual do Aluno de Geografia do 11º ano de escolaridade. Autoras: Gomes, Conceição; Morgado, Margarida; Coelho, Celeste. *Ministério da Educação*. Díli, 2013.

Silva, Kelly. (2014). O governo da e pela kultura. Complexos locais de governança na formação do Estado em Timor-Leste. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 104 - Setembro.

Silva, Susana Maria Veleza da. (2011). Mulheres e trabalho: novos e velhos dilemas. In: Silva, Joseli Maria e Silva, Augusto Cesar Pinheiro da. (org.). *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 149-169.

Silva, Tomaz Tadeu da. (2015). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

Simião, Daniel Schroeter. (2005). As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste. *Tese de doutorado*, Brasília, Universidade de Brasília – UnB.

Southwell, Myriam. (2014). Em torno da construção da hegemonia educativa: contribuições do pensamento de Ernesto Laclau ao problema da transmissão da cultura. In: Mendonça, Daniel de e Rodrigues, Leo Peixoto (Orgs.). *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdIPUCRS.

Straforini, Rafael. (2016). Permanências e mudanças no currículo de geografia dos anos iniciais ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 6, n. 11, p.160-184.

Tonini, Ivaine Maria. (2002). Identidades Capturadas: Gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. *Tese de Doutorado em Educação* - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. (2006). *Geografia escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos*. 2. ed. – Ijuí: Ed. Unijuí.

Tribess, Camila. et al. (2015a). Mulheres de Timor-Leste com ensino superior: mudanças e trajetórias de vida. In Guedes, Maria Denise et al. (orgs.) *Professores sem fronteiras: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste*. Florianópolis - NUP/UFSC.

Tribess, Camila. et al. (2015b). O papel das mulheres na sociedade moderna: conflitos e conquistas. *Semanal Matadalan*. Edisaun: 81, 04-10 março.

Trindade, José “Josh”. (2011). Lulik: the core of timorese values. In: Communication New research of Timor-Leste 3rd Timor-Leste Study Association (TLISA). *Conference*. 20 de Novembro.

_____. (2016). Lulik: o núcleo de valores timorenses. In: Paulino, Vicente e Apoema, Keu (org.) *Tradições orais de Timor-Leste*. Belo horizonte: Casa Apoema; Díli – Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

Vilela, Carolina Lima. (2014). Livros didáticos e o discurso do conhecimento escolar em geografia: a abordagem regional como regularidade. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*. Campinas, v. 4, n. 8, p. 55-70, julho/dezembro.

TRANSGÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Antonio Marcos Quinupa*
Bortolo Valle**

Resumo: Temos como proposta metodológica a análise da literatura jurídica em torno do termo identidade de gênero e o Recurso Extraordinário 845.779/SC. Buscar-se-á o tratamento do universo lexical em torno do termo, bem como fazer uso do aporte teórico que nos circunda, oriundo do campo sociopolítico e cultural, levando em consideração o desdobramento que implica a efetiva prática de exclusão do acesso das pessoas transgêneras à justiça: o não entendimento de transgênero como transgressão da norma de gênero e da heteronormatividade hegemônica.

Palavras-chave: pessoas transgêneras; cisgenderidade; acesso à justiça; RE 845.779/SC.

TRANSGENDER AS CATEGORY OF ANALYSIS

Abstract: The methodological proposal is the analysis of the legal literature around the term “gender identity” and the appeal to the Brazilian Supreme Court nº 845.779/SC. This paper will approach the lexical universe around the term; as well, the theoretical contribution from the socio-political and cultural field that surrounds us, considering the development that implies an effective exclusion of transgender people from justice: the non-understanding of the transgender as gender standard and the hegemonic heteronormativity.

Keywords: transgender people; cisgender; access to the justice; RE 845.779/SC.

1. DA ABSTRAÇÃO JURÍDICA SUJEITO DE DIREITO

Antes de adentrarmos às especificidades de que trata nosso campo de investigação, é necessário fazermos breve distinção do que seja sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero para chegarmos à compreensão do que é a constituição da subjetividade das pessoas transgêneras.

* Bacharel em Direito em Curitiba/PR e mestrando em Direito pelo Centro Universitário Internacional – Uninter (Linha de Pesquisa: Teoria e História da Jurisdição). Graduado em Letras pela Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Especialista em Literatura Brasileira e História Nacional pela UTRFPR. Membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/PR.

** Professor titular do programa de Pós-Graduação em filosofia da PUCPR. Professor titular do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA e da Faculdade Vicentina FAVI.

Quando falamos em sexo, o primeiro significado que se nos apresenta é o que está vinculado ao biológico ou genital. Todavia, sexo nos remete somente às diferenças genéticas, fisiológicas e anatômicas entre a genitália do *macho* e da *fêmea* das espécies sexuadas (Lanz, 2015, p. 40), ao passo que gênero é categoria de análise sociológica, política e histórica. É dispositivo de controle social, erigido, sobretudo juridicamente, para instituir normas de conduta, haja vista a produção jurídica da existência de duas (somente duas) categorias de gênero, *homem* ou *mulher* ou *masculino* e *feminino*, que são atribuídas ao nascer e que se inscrevem na certidão de nascimento.

No entanto, a orientação sexual, como a própria expressão aponta, é para onde o desejo é orientado, está vinculada ao desejo erótico e afetivo da pessoa relativamente a quem ela namora ou mantém relação sexual.

Por identidade de gênero tomamos possibilidade uma pessoa constituir-se de forma não prescrita pelo binarismo de gênero: a condição de ser homem ou mulher não está diretamente vinculada ao sexo que foi designado ao nascer e, necessariamente, a orientação sexual não está vinculada ao sexo biológico.

Quando uma pessoa se autodenomina travesti ou transexual, ela não está reivindicando para si a apropriação de ser homem ou mulher. Está exatamente problematizando o *cistema*¹, que atribui às pessoas que nascem com o aparato biológico masculino a consonância em constituir-se como homem, da mesma forma como a pessoa que nasce com o aparato biológico feminino em constituir-se como mulher.

O entendimento de que a identidade de gênero e a orientação sexual correspondem ao sexo designado no nascimento é disseminado pela filósofa Judith Butler como *heteronormatividade* (Butler, 2010, p. 24), de forma que a manifestação de uma orientação sexual e identidade de gênero que não estejam vinculadas ao sexo biológico (atribuído ao nascer) causa uma pane no *cistema* heteronormativo.

¹ O *sistema* que estamos denominando decorre da definição de pessoas *cis*, como apresentado pelo movimento transfeminista: pessoa *cis* é pessoa cujo sexo designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de gênero estão “alinhados” ou “deste mesmo lado” – o prefixo *cis* em latim significa “deste lado” (e não do outro), uma pessoa *cis* pode ser tanto cissexual e cisgênera. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>> Acesso em 22 ago. 2016.

A categoria mulher está autocompreendida pela matriz de inteligibilidade (Butler, 2010) que essas pessoas apresentam. Ou seja, quando uma mulher transgênera ou travesti se apresenta, ela está implodindo a norma binária de gênero.

É necessário buscar a compreensão de que a palavra *cisgênera* vem da conformidade entre o corpo e o sexo/gênero/desejo atribuído ao indivíduo, enquanto que para as pessoas transgêneras essa conformidade em algum grau será divergente (divergente da norma sexo/gênero/desejo).

A *cisgeneridade* está posta para as *pessoas conformes* ao seu atributo genital designado ao seu nascimento, já a *transgeneridade* está posta para pessoas *não conformes*, cuja identidade de gênero não está relacionada, não está vinculada ao atributo genital assinalado ao seu nascimento.

Em algum momento a pessoa transgênera torna-se divergente da norma binária de gênero, seja fazendo uso de uma indumentária *tida* como do sexo oposto, passando pela necessidade da retificação de prenome, até a manifestação de vontade de submeter-se a um processo de transgenitalização, o que pode ser um equívoco, pois não necessariamente a pessoa deve submeter-se ao procedimento cirúrgico, uma vez que a identidade de gênero não está estritamente vinculada ao sexo biológico que foi designado ao nascer.

Além do que, para se ingressar em um processo de transgenitalização, há de se esperar por 14 ou 15 anos se solicitado pelo Sistema Único de Saúde, levando-se em consideração que o Brasil conta com apenas quatro centros de referências que dispõem desse atendimento.

Tendo em conta que toda subjetividade é válida, toda forma de constituição do/a sujeito/a é válida, sem deixar de observar que podemos incorrer em uma relativização e, nesta, corremos o risco de perder o foco, e compreendendo que a constituição do sujeito está relacionada a fatores histórico-culturais e sociais, reafirma-se a importância do conceito da centralidade do sujeito apresentada por Norberto Bobbio, em correspondência com a visão individualista da sociedade (Bobbio, 2004, p. 4). Esse conceito é determinante na compreensão de que deve prevalecer a fala do sujeito, pois existem pessoas que se dispõem a passar pelo processo transgenitalizador e outras não, resguardando o direito individual de cada pessoa.

Entendendo que o individualismo é parte da lógica da modernidade, que concebe a liberdade como a faculdade de autodeterminação de todo ser humano (Lafer, 1988, p. 120), por mais que cada pessoa tenha sua forma de se constituir, sua constituição não deve ser generalizada; cada pessoa constitui-se em sua subjetividade.

Problema algum há em considerar as mais diversas formas de constituição de sujeitos. Observar-se-á grande problema no momento em que qualquer um desses sujeitos (especificamente *não conformes*) reivindicar para si a tutela de algum direito, desde os fundamentais da primeira geração aos da terceira (Bobbio, 2004).

A abstração jurídica *sujeito de direito*, ao elencar direitos fundamentais/humanos, seja na *primeira fase* – quando engloba direitos individuais, *v.g.*, direito de liberdade –, como na *segunda fase* – quando se trata de direitos coletivos/sociais, *v.g.*, poder político –, bem como na *terceira fase* – quando despontam os direitos difusos/coletivos –, apresenta-os a partir de uma matriz eurocêntrica/hegemônica que *pressupõe hierarquia* de sujeitos com acesso ao direito: branco, de classe média, cristão, heterossexual, ou seja, contrapondo-se ao que Foucault denominou *sujeitos da sexualidade periférica* – a mulher histórica, a criança onanista, o jovem homossexual e o casal malthusiano (Foucault, 2007).

Elastecendo a discussão, como nos apresenta Foucault em *História da Sexualidade: a vontade de saber*, podemos pensar a constituição da subjetividade das pessoas transgêneras como outros/as sujeitos/as de sexualidade periférica. São relegados ao acesso e garantia do sistema de justiça, que se tornam fragilizados quando os sujeitos acumulam, de forma interseccional², outras identidades étnico-raciais, negro/a bi-les-gay-transsexual. Não que os processos de marginalização possam ser hierarquizados, mas se uma pessoa transgênera for *negra* e morar na periferia, incidirá em processo de descriminalização maior do que uma pessoa *branca* e de classe média.

Em uma incursão no atendimento aos direitos fundamentais das pessoas transgêneras, é essencial entendermos como a retificação de prenome dessas pessoas torna-se imprescindível no momento em que buscam a tutela do Estado para a garantia desses direitos, pois todo aparato jurídico,

² Termo cunhado por Kimberle Crenshaw. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2016.

político, médico e psicossocial dispensado ao entendimento do sujeito de direito exige que se nomine cada sujeito – por decorrência, percebemos uma hierarquização *a priori*.

Dessa forma, deve-se superar a hierarquia depreendida da abstração jurídica *sujeito de direitos* que acaba concedendo *privilégios* a determinados sujeitos em detrimento de outros. É necessário pensarmos na inversão da abstração jurídica *sujeito de direito* para *direito do sujeito*, de forma que não tenhamos que nominá-los, que a todos/as tenham tutelados seus pedidos e que sujeitos tidos como *minorias* não tenham seus direitos mitigados.

Assim, denominar-se pessoa transgênera não é reivindicar uma identidade, é uma *condição*; condição de transgressão; transgressão de uma norma, da *heteronormatividade*; transgressão da *heterossexualidade compulsória*, nas palavras de Adrienne Rich³.

Tomando *gênero* como categoria de análise, podemos perceber um aparato que nos faz refletir e avançar nas discussões sociopolíticas da assimetria de gênero, bem como na compreensão e combate das desigualdades das pessoas transgêneras e cisgêneras⁴.

Nos anos da década de 1980, destaca-se o texto “Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica”, de Joan Scott, que marcou o campo dos estudos. Ela se propõe a fundamentar e legitimar gênero como categoria para as análises dos processos sociais históricos e desconstrói o termo gênero desde sua forma

³ Artigo publicado no Caderno Bagoas. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

⁴ Segundo a psicanalista Letícia Lanz, a palavra transgênero foi empregada pela primeira vez em 1992 por um homem trans chamado Leslie Feinberg, com o propósito de reunir a multiplicidade de transidentidades existentes (travestis, transexuais, *dragqueens*, *crossdressers*, *shemales*, *trannies*, transformistas, andróginos etc.) e criar um movimento reivindicatório único, em vez de deixar se perderem os esforços pequenos e os inexpressivos grupos identitários, incapazes por si só de fazer pressão por direitos civis sobre as instituições sociais. Transgênero não é, portanto, uma identidade, mas como eu não me canso de repetir, uma condição sociopolítico e cultural de não conformidade com o dispositivo binário de gênero que, não custa lembrar, é aquele que obriga quem nasceu macho a comportar-se socialmente como homem, assim como quem nasceu fêmea a comportar-se socialmente como mulher. Cisgênero, que se opõe ao termo transgênero, é exatamente a condição sociopolítica e cultural de conformidade ao dispositivo binário de gênero (Lanz, 2015, p. 70).

gramatical, pois ele implica regras conceituais e limita a possibilidade de uma análise relacional. Joan Scott demonstra como esse termo era utilizado e o desconstrói por ter forma binária de análise.

Quando as feministas norte-americanas veem o gênero em sistema relacional e tentam fazer uma história pela reflexão das mulheres incluídas nos processos sociais, há resistência muito forte na academia e na política; então, Scott enfatiza que há um desafio: estabelecer o gênero como teoria de fato.

A história do pensamento feminista é de recusa da construção hierárquica da relação entre o masculino e feminino, em seus contextos específicos, e a tentativa de reverter ou deslocar-lhe as operações (Scott, 1995, p. 84). Desta forma, Scott lança as bases de sua reflexão para ser pensada como teoria: o gênero é elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é forma primária de dar significado às relações de poder (*Idem*, p. 85).

Salientamos o texto de Scott como marco no campo de estudos, bem como o de outras teóricas que vêm na mesma esteira, como Neuma Aguiar, Karen Saks, Paola Tabet e Heitier, que problematizaram outras questões em momentos diferentes. Tais autoras tratam das desigualdades entre homens e mulheres de forma hierárquica, fundamentando suas teses no patriarcado e em noções marxistas. Em perspectiva, remetem-nos aos estudos pós-estruturalistas, que nos aproximam da teoria *queer*, apresentada pelo filósofo Paul Beatriz Preciado⁵.

Em “Multidões *queer*: notas para uma política dos ‘anormais’”, Preciado reposiciona a discussão apresentando que a homossexualidade bem policiada e produzida pela *scientia sexualis* do século 18 explodiu, foi transbordada por uma multidão de “maus sujeitos” *queer* (Preciado, 2011, p. 18).

A teoria *queer* redimensiona o arcabouço teórico que, *pari passu*, o movimento feminista vem produzindo em combate ao discurso hegemônico normatizador; *queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais,

⁵ As teorias *queer* dos anos 90 têm utilizado os enormes recursos políticos da identificação “gueto”, identificações que iriam ter um novo valor político [...] as teorias *queer* respondem com estratégias ao mesmo tempo hiperidentitárias e pós-identitárias. Fazem um uso radical dos recursos políticos da produção performativa das identidades desviadas. Disponível em <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/preciado-multidc3b5es-queer.pdf>> Acesso online em 8 abr. 2017.

transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro nem o quer como referência (Louro, 2008, p. 7).

2. CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA PESSOA TRANSGÊNERA

A visibilidade dos corpos das pessoas transgêneras, fora da cosmovisão carnavalesca, faz deles *corpos abjetos* (Foucault, 2001). São corpos marginalizados e produzidos sob a penumbra, que não podem/devem ser vistos.

Travar quaisquer discussões a respeito desses corpos não se faz senão com muita adversidade, uma vez que elas não têm respaldo prático, nem discursivo hegemônico ou legítimo médico. Não obstante, esse mesmo corpo está desprovido do respaldo de outro discurso hegemônico que *abjeta*: o discurso jurídico. Pois o discurso jurídico está posto, *a priori*, para atender demandas de pessoas que estão dentro da matriz de inteligibilidade hétero-cis-normativa.

Como investigamos a constituição da subjetividade das pessoas transgêneras – não existindo senão como *subjetivação* – para além de sua autodeclaração, o arcabouço teórico foucaultiano nos traz algumas perspectivas.

Vejamos como o autor nos apresenta as condições de possibilidades para a constituição, formação desses sujeitos: Foucault é conduzido a uma história das práticas em que o sujeito aparece não como instância de fundação, mas como efeito de uma constituição, modos em que aparece como objeto de determinada relação de conhecimento e poder; inscreve-se no campo do verdadeiro e do falso.

Dessa forma, o autor aponta três modos de subjetivação/objetivação dos seres humanos: (i) modos de investigação que pretendem aceder ao estatuto de ciências; por exemplo, objetivação do sujeito falante na gramática geral ou na linguística, do sujeito produtivo na economia política; (ii) modos de subjetivação dos sujeitos das práticas divisantes, o sujeito que é dividido em si mesmo ou dividido a respeito dos outros: separação entre o sujeito louco ou o enfermo e o sujeito saudável, o criminoso e o indivíduo do bem; (iii) a maneira como o ser humano se transforma em sujeito, a maneira como o sujeito se reconhece como sujeito de uma sexualidade (Castro, 2009, p. 408).

A partir da sexualidade, as pessoas apresentam suas matrizes de inteligibilidade de orientação sexual e identidade de gênero, no entendimento de como se reconhecem como pessoas transgêneras quando se autodeclararam.

Tomemos o entendimento apresentado no documento da Secretaria de Educação da ABGLT – Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas, Travestis e Transexuais. A ABGLT realizou pesquisa de âmbito nacional para verificar a experiência dos adolescentes no ambiente escolar. A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016⁶ traz experiências de adolescentes e jovens lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais nos ambientes educacionais. Das pessoas entrevistadas, fazendo um recorte de gênero: 7,7% são travestis ou transexuais, delimitação que nos faz inferência de como essas pessoas estão inseridas nesse espaço (escola). Assumir a identidade de pessoa transgênera é submeter-se ao escrutínio de todos/as que estão em sua volta quanto à *passabilidade*, termo que traduz o quanto uma pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi consignado ao nascer (Lanz, 2015, p. 421).

3. DO ENTENDIMENTO DA LITERATURA JURÍDICA NO TOCANTE ÀS PESSOAS TRANSGÊNERAS

Não prosperou o entendimento autodeclarado de mulher transgênera manifestado por *Ama*, nome social adotado por André dos Santos Fialho, que ajuizou ação de indenização por danos morais em face de Beira-mar Empresa Shopping Center Ltda., o qual gerou tese de repercussão geral (Tema 778, Recurso Extraordinário RE 845.779/SC) e está sendo entendido como “uso do banheiro”, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso.

⁶ A pesquisa foi desenvolvida pelo Grupo Dignidade, pelo Centro Paranaense da Cidadania, pelo Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual e pelo Espaço Paranaense da Diversidade LGBT em parceria com a Fundación Todo Mejora, Chile; Gay, Lesbian & Straight Educacion Network (GLSEN), EUA; Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Estado do Paraná – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>> Acesso em 26 mar. 2018.

O RE ora aventado é tomado como *hard case*, uma vez que trata de posicionamento do Poder Judiciário por falta de entendimento legislativo sob a égide do *ativismo jurídico*. No caso, é clarividente a mitigação de direitos fundamentais direcionados às pessoas transgêneras, especificamente pela atrocidade em que incorreu *Ama*, impedida de satisfazer suas necessidades fisiológicas em consonância com sua identidade de gênero. Como se depreende do acórdão:

Transexual. Proibição de uso de banheiro feminino em *shopping center*. Alegada violação à dignidade da pessoa humana e a direitos da personalidade. Presença de repercussão geral. 1. O recurso busca discutir o enquadramento jurídico de fatos incontroversos: afastamento da Súmula 279/STF. Precedentes. 2. Constitui questão constitucional saber se uma pessoa pode ou não ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente, pois a identidade sexual está diretamente ligada à dignidade da pessoa humana e a direitos da personalidade. 3. Repercussão geral configurada, por envolver discussão sobre o alcance de direitos fundamentais de minorias – uma das missões precípua das Cortes Constitucionais contemporâneas –, bem como por não se tratar de caso isolado.

A recorrente narra que,

ao entrar no banheiro feminino, como costumeiramente faz em locais públicos, foi abordada por uma funcionária do estabelecimento comercial, que a forçou a se retirar do recinto, sob o argumento de que a sua presença causaria constrangimento às mulheres que ali estavam. [...] impedida de utilizar o banheiro e estando demasiadamente nervosa, não conseguiu controlar suas necessidades fisiológicas, defecando nas próprias vestes, mesmo sob o olhar das pessoas que transitavam pelo shopping.

Para além das três teses apresentadas pelo ministro Barroso, *dignidade como valor intrínseco de todo indivíduo, dignidade como autonomia de todo indivíduo, dever constitucional do estado democrático de proteger as minorias*, encontramos ainda dispositivos previstos no âmbito jurídico brasileiro e internacional para garantia da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais concernentes às pessoas transgêneras, que o caso examinado suscita.

A CRFB/88 comporta os artigos 1º, III; 5º, I, III, V, X, XXXII; 102, III, a. Dos tratados assinados e ratificados pelo Brasil:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;

- Convenção Americana de Direitos Humanos;
- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos;
- Princípios de Yogyakarta;
- Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância (assinada, não ainda ratificada).

Para além do entendimento proporcionado pelo legislador, temos os tratados internacionais ratificados, que serviriam de suporte para as discussões em torno dos pedidos formulados pelas pessoas transgêneras.

Todavia, há que se promover a discussão, uma vez que será enfrentado pelo STF o julgamento do RE 845.779, que trata do uso de banheiro por pessoas transgêneras. Os princípios que mais se adequam para a análise em questão são aqueles do documento “Princípios de Yogyakarta”, que dispõem de normas de direitos humanos e sua aplicação às questões de orientação sexual e identidade de gênero.

Dessa forma, manter-se-iam as posturas hermenêuticas que enfatizam o conteúdo dos princípios albergados na Constituição, sem, contudo, tratar de modificar seu texto e tendendo a preservar os grandes princípios que inspiraram a sua elaboração (Coelho, 2017, p. 146).

A título de problematização, para observar a improficuidade do entendimento da literatura jurídica em torno do que seja identidade de gênero, no caso das pessoas transgêneras, fica desconexo o dispositivo constitucional que aduz aos *tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais* (art. 5º, § 3º). É o caso dos Princípios de Yogyakarta, tratado do qual o Brasil é signatário, e se se observar tal dispositivo há uma expectativa para toda a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT⁷ – para a garantia a todos (e todas) da *igualdade perante a lei, a inviolabilidade da intimidade, da vida privada* de cada pessoa (art. 3º, IV e art. 5º, X).

⁷ A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT tem um entendimento diferente em torno da sigla T como mencionamos acima, entendida como Transgêneros, abrangendo identidades como transexual, travesti, *crossdresser*, *dragqueen* etc.

Com a observação dos dispositivos dos Princípios de Yogyakarta, resolver-se-ia a celeuma em *relação à orientação sexual e identidade de gênero*; sobretudo às pessoas transgêneras seriam assegurados os princípios da *dignidade da pessoa humana* e dos *direitos da personalidade*.

Não haveria necessidade de movimentações políticas para o Legislativo propor projetos de leis, como é o caso do Projeto de Lei 5.002, de 2013, apresentado por Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Erika Kokay (PR/DF), que dispõe sobre o direito a identidade de gênero – conhecido como a Lei João Nery. O que mais se vê é uma grande confusão em torno de sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, para não dizer do festival de horrores em torno do tema.

4. TRANSGÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA DOUTRINA JURÍDICA

O direito do trabalho tem tido críticas por parte de alguns operadores do direito no sentido de ser *pro labore* (pró-funcionário), paternalista. Porém, uma investigação um pouco mais detida faz-nos perceber que, dentro do arcabouço do direito, o direito do trabalho é o que mais se aproxima das garantias dos direitos fundamentais abarcados pela CFR/88, em decorrência da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), bem como dos Princípios de Yogyakarta (ONU/2006).

Tomemos como referência a Convenção 111 da OIT, aprovada na 42ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 1958), que entrou em vigor no plano internacional em 15 de junho de 1960 e da qual destacamos o art. 1º, alínea a:

dos sujeitos a quem se destina a virtualidade da garantia de direito das pessoas no ambiente do trabalho. Para os fins da convenção, o termo “discriminação” compreende: toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão.

No caso em apreço, será analisada a categoria *sexo* para se alcançar as pessoas de orientação sexual transgênera e verificar como elas têm sido entendidas pelas declarações de direitos humanos, bem como nas obras doutrinárias de grande profusão no meio jurídico brasileiro, isto é, pela literatura jurídica.

Retomando o pressuposto de que o direito do trabalho aproxima-se das garantias dos direitos fundamentais, ainda observamos falta de equalização referente à comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), como apresenta Alice Monteiro de Barros, em versão atualizada por Jessé Claudio Franco de Alencar, ao conceituar a prática de atos sexuais ou a mera atração por pessoas do mesmo sexo por homossexualismo (Barros, 2016, p. 785), sendo que o termo *homossexualismo* remete à patologia que foi retirada, em 17 de maio de 1990, pela Organização Mundial da Saúde – OMS, do Código Internacional de Doença – CID.

Prossegue a autora definindo o transexual (se for homem transexual o termo corresponde; agora, se for mulher transexual o termo seria *a* transexual) como a pessoa obcecada por alterar o seu próprio corpo e ajustá-lo no que considera verdadeiro (*sic*); perceba, ao utilizar o termo *obcecada*, acaba por remeter as pessoas transgêneras à categoria patologizante.

Todavia, sem intenção de contrapor disciplinas, pois a diferenciação epistemológica dos saberes não deve ser confundida com uma hierarquia axiológica (Lopes, 1999, p. 189), a perspectiva do direito do trabalho (como foi observado) esforça-se para agregar os sujeitos de sexualidades periféricas (para fazer uso do termo foucaultiano).

Já no direito penal, segundo Cezar Roberto Bittencourt, a homossexualidade é vista como *ações meramente imorais* (Bittencourt, 2010, p. 45). Ele acrescenta, na edição de 2016, às ações meramente imorais (*sic*) a categoria de pessoas que cometem a infidelidade no matrimônio (Bittencourt, 2016), ao ampliar o rol de *ações meramente imorais*. É como se pudéssemos perceber um nefasto entendimento que os teóricos da literatura jurídica estão fazendo em torno do tema quando é ampliada a discussão para o grande público. As propostas dos projetos de lei que mencionamos acima trazem o tema para o grande público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao suscitar o entendimento de como as pessoas transgêneras se constituem, pela bibliografia abordada, o campo da literatura jurídica nos traz, pela área de conhecimento do direito do trabalho, uma perspectiva indelével de patologização.

Todavia, a questão não girou em torno de dissociar o discurso médico do discurso jurídico, pois a condição transgênera é uma condição de transgressão, tão somente, da norma binária de gênero.

Da celeuma apontada quanto ao entendimento da constituição da subjetividade da pessoa transgênera – especificamente da mulher transgênera, que buscamos observar –, suscitou-se uma questão apontada pelas críticas radicais dos movimentos feministas, qual seja: a de que os homens são agressores em potencial. Se nos colocarmos frente ao entendimento expresso na alegação do recorrido, que *Ama* “causaria constrangimento” por fazer uso do banheiro em consonância com sua identidade de gênero. Ocorre que nada desse entendimento procede, pois de fato, como vimos desde nossa argumentação inicial, as pessoas transgêneras estão simplesmente incorrendo na transgressão de norma vigente, a *heteronormatividade*, tutelada pelo discurso hegemônico, especificamente pelo discurso jurídico.

Apropriar-se do constructo produzido pelo movimento transgênero é efetivar garantia de direitos fundamentais às pessoas que trazem, historicamente, a marca da marginalização. É repensar o entendimento que os operadores do direito vêm dispensando a essa população.

POST SCRIPTUM

Como aventado no resumo do artigo, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275, de relatoria do ministro Marco Aurélio, tem incidência no tema concernente às pessoas transgêneras.

A ADI foi proposta em 2009 pela Procuradoria Geral da República e o pleito girava em torno da retificação de prenome e sexo de pessoas *transe-*

xuais, independente de cirurgia, mas condicionadas a laudos de psicólogos e psiquiatras atestando sua transexualidade.

Tema conexo e de relevância a esta ADI é o Recurso Extraordinário 670.422/RS, de relatoria do ministro Dias Toffoli. O RE teve repercussão geral reconhecida em 2014, recurso interposto pela jurista Maria Berenice Dias, e versa sobre a possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

Em sessão plenária na data de 22 de novembro de 2017, por ocasião do julgamento do RE 670.422/RS, o ministro Marco Aurélio pediu vistas para julgamento conjunto com a ADI 4.275. Dessa forma, novo julgamento foi pautado para a data de 22 de fevereiro de 2018, mas por extensão da pauta o julgamento foi retomado somente em 28 daquele mês e finalizado na tarde do dia 1º de março.

Para além do reconhecimento do direito à mudança de prenome e sexo das pessoas transgêneras independente de cirurgia de transgenitalização, de laudos e ação judicial, é salutar a observância de que o entendimento de pessoas transgêneras pelo STF é consonante, também, com a tese que apresentamos ao longo do texto: entendimento abrangente, termo guarda-chuva para todas as pessoas divergentes da norma binária de gênero.

REFERÊNCIAS

Abbagnano, Nicola. (2003). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.

Bento, Berenice. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário (RE) 845779. Relator Ministro Luís Roberto Barroso, Brasília, na sua página oficial na rede mundial de computadores:<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7971144>> Acesso *online* em 26 mar. 2018.

Butler, Judith. (2010). *Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Coelho, Luiz Fernando. (2017). *Direito constitucional e filosofia da constituição*. 4. impr. Curitiba: Juruá.

Foucault, Michel. (1988). *História da sexualidade I a vontade de saber*. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1999). *Vigiar e punir*. 30. ed. São Paulo: Vozes.

_____. (2001). *Os anormais*. 18. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2005). *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU.

_____. (2006). *A hermenêutica do sujeito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2006b). *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2007). *As palavras e as coisas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2009). *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Hall, Stuart. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Hespanha, António M. (2012). *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina.

_____. (2013). *Pluralismo jurídico e direito democrático*. São Paulo: Annablume.

Louro, G. Lopes. (2008). *Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 1.ed.; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica.

Preciado, Paul Beatriz. (2008). *Texto Yonqui*. España: Espasa Calpe.

_____. (2014). *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n. 1 edições.

Lakatos, E. M. & Marconi, M de A. (1985). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

Machado, Roberto. (2006). *Foucault, a ciência e o saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Vieira, Tereza Rodrigues. (2008). *Nome e sexo: mudança no registro civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

O ENSINO DE GÉNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS EM TIMOR LESTE*

Martinho Borromeu**

Resumo: Compreender como a sociedade se relaciona com os assuntos de género e sexualidade pode contribuir para a prevenção da violência, para a isonomia de direitos e igualdade de acesso ao mercado de trabalho. Neste sentido a escola constitui-se como um ambiente privilegiado para a reflexão e difusão de conhecimentos acerca das temáticas de género e sexualidade. Este artigo procura contribuir para a compreensão da relação complexa que envolve a escola, a educação, o ensino de género e da sexualidade em Timor-Leste.

Palavras-chave: género; educação; sociedade; Timor-Leste.

THE TEACHING OF GENDER AND SEXUALITY IN EAST TIMOR SCHOOLS

Abstract: To understand how society deals with the issues of gender and sexuality can contribute to the prevention of violence, for the equality of rights and equal access to the labour market. In this sense the school constitutes a privileged environment for reflection and diffusion of knowledge about gender and sexual themes. This article seeks to contribute to the understanding of the complex relationship that involves the school, education, gender and sexuality education in East Timor.

Keywords: gender; education; society; East Timor.

A mais alta exigência de uma obra na tradição científica não é a de apresentar as soluções para as dúvidas e dilemas que nos perseguem na interpretação do mundo social humano; é assim a de oferecer instrumentos para poder pensar à frente, mas adiante, com uma renovada inquietação (...). (Heilborn, 2004, p. 10).

* Agradeço para a elaboração deste artigo a colaboração por meio da leitura e comentários realizados pelos alunos e assistentes de pesquisa: Antonio Joaquim Fortunato, Ajor Domingos Amaral, Miguel Belo da Silva, Denilson do Rego, Anita Soares, Moises Soares Magno, Alda Correia, Nilton do Rosario, Cristina Soares Fernandes, Zacarias Freitas, Jacquelina Guterres, Canociana dos Santos, Sabino Hornai, Tomasia Faria, Nelia Pereira, Aida dos Santos, Cesaltino de Deus, Eusebio Menezes, Isaias Sarmento, Dioneia Lemos, Ilda Guterres. Agradeço, também, aos colegas da UNTL pelos comentários e suporte: Duarte da Costa Barreto, Elda Sarmento, Esmeralda Piedade de Araujo, Luis Maia, Marciana Almeida Soares e Nicolau Borromeu.

** Professor permanente e investigador da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL).

A filosofia, tão conhecida como a mãe de todas as ciências, está repleta de saberes de mulheres que foram poetisas, filósofas, matemáticas, cientistas, guerreiras, escritoras – e muitas outras – que lutaram no universo privado e cujo conhecimento foi ocultado. A filosofia é uma forma de conhecimento sobre o mundo que é produzido ao longo do tempo e caracteriza-se pelo entendimento da realidade, dos indivíduos, dos grupos sociais e do próprio meio ambiente onde vivemos. Em virtude disso, vale o questionamento proposto por Menezes (2004): como é que a filosofia e os filósofos tratam a questão de gênero?

Falar de filosofia e gênero é pensar sobre pessoas (homens e mulheres) que produziram e produzem filosofia de diversos lugares ao longo do tempo. A filosofia ao abordar as questões relacionadas ao ser humano baseia-se numa investigação crítica e racional dos princípios fundamentais relacionados ao mundo e a humanidade. O gênero, em relação à filosofia, é a referência a um conceito construído pelas ciências sociais para analisar a construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina:

A filosofia, a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia, a História e as Ciências da Educação constituem âmbitos particularmente férteis para a reflexão sobre as relações sociais de gênero, porque o entrecruzamento permite analisar os diversos tipos de agrupamentos sociais que têm acesso aos diferentes modos de produção, circulação e apropriação de saberes, e de que maneira os saberes se articulam com as diferentes formas de exercício de poder na sociedade. (Yannoulas et. al., 2000, p. 434).

A primeira constatação é que muitas das filósofas(os), desde a antiguidade como Safo de Lesbos, até as mais modernas, como Graciela Hierro eram feministas, ou seja, houve e ainda há filósofas feministas. Elas falavam e falam muito de suas condições como mulheres, abordando realidades de seus cotidianos. Muitas, inclusive, fazem críticas fundamentais para a filosofia, analisando o cotidiano com rigor filosófico. Simone de Beauvoir (2000) escreveu, por exemplo, que a história mostrou que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos. Desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência e os seus códigos estabeleceram-se contra elas. Assim, foi que a mulher se constituiu concretamente como o 'outro'. A este propósito, Louro (2000) comenta o seguinte:

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos “outros” (e sobre os outros), que, nesse caso, somos nós, mulheres. (*Ibidem*, p. 16).

Colocado isto, é importante que compreendamos que a relação entre homens e mulheres necessita de uma abordagem particular. O conceito de gênero envolve filosoficamente a pessoa em todas as suas dimensões. Por isso, o gênero não está restrito ao *queer*, mas remete a liberdade da pessoa humana¹. Neste ponto de vista, Foucault segundo Saffioti (1992), comenta:

[...] a origem do gênero não é temporalmente discreta precisamente porque o gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire uma forma fixa. [...] não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente [...] o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo de viver o corpo no mundo. [...] o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. O corpo de uma mulher é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale dizer [...] que o gênero se constroi- expressa através das relações sociais. (*Ibidem*, p. 189).

Como já sugeriram autoras como Butler (2004), o gênero é uma construção social e historicamente contextualizada. As diferenças anatômicas e outros diacríticos para caracterizar o masculino e o feminino seriam produções culturais que podem mudar com o tempo e a sociedade. As pessoas acabam por assumir as características próprias de cada gênero que são determinadas socialmente e as reproduzem nas relações sociais.

Com base nisto, as sociedades acabam por diferenciar homens e mulheres e determinam o que eles podem ou não podem fazer. Isto influencia na divisão do trabalho, nas funções sociais, na distribuição do poder, na mobilidade social,

¹ Para comentários e discussões sobre o conteúdo queer conferir, entre outros: Sullivan, 2003; Louro, 2004; Miskolci, 2012.

na estrutura hierárquica, nas tarefas domésticas, na maneira como as pessoas recebem educação escolar entre outros.

Portanto, quando se aborda o género, está-se a abordar também de algo para além das diferenças biológicas entre homens e mulheres. A questão do género pode ser compreendida como um conjunto de ideias e concepções sobre a própria noção de masculino e feminino. E cada sociedade, a partir da sua própria história, constrói os significados atribuídos ao masculino/homem e feminino/mulher.

Uma maneira de socializarmos o debate sobre o género talvez seja ensinarmos a temática nas escolas. Entretanto, para que isto seja efetivo, será necessário a participação de todos os educadores neste processo. As ações educativas no campo da formação de profissionais, como o curso sobre género e diversidade na escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito. Conforme Sabat (2010) a educação seria um dos meios mais eficazes para a constituição das questões de género e sexuais, pois os artefactos educativos disponíveis em cada sociedade teriam como função com/formar as pessoas de acordo com as normas sociais pré-estabelecidas.

No entanto, é preciso fortalecer o papel da escola para garantir o ensino do género e da sexualidade. A escola é o espaço por excelência para abordar assuntos polémicos, inclusive sobre questões de género. Para Sayão (1997), a escola:

(...) também se constitui num importante agente nesse campo. Não é apenas nas portas de banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. (...) As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. (*Ibid.*, p. 112).

Assim, Louro (2003) e Meyer (2003) reforçam que a escola para além de reproduzir e refletir, ela também produz as ideias sobre género e sexualidade existentes em uma determinada sociedade. Isto pode ocorrer por meio das escolhas de conteúdo e materiais a serem trabalhados em sala de aula, pela

formação de um currículo, pelas relações hierárquicas entre outros. Desta forma a escola contribui para instituir identidades favorecendo determinados comportamentos, concepções e ideias dos alunos, punindo, por outro lado, aqueles comportamentos indesejáveis e considerados fora do normal.

Mas como deveríamos abordar a questão de género nas escolas? Talvez uma forma seja utilizar exemplos que estejam em sintonia com a realidade dos alunos. Para tal seria importante considerar a faixa etária, nível de maturidade intelectual, aspectos religiosos e culturais. Isto nos remete a possíveis dificuldades como, por exemplo, a qualificação dos professores para ensinarem estes conteúdos de forma contextualizada e respeitando a individualidade dos alunos. Conforme Boarcceach (2016) nas escolas timorenses é comum encontrarmos professores – principalmente das disciplinas relacionadas às artes, humanas e sociais – que lecionam matérias para as quais não possuem qualificação adequada.

Creio que outra dificuldade encontrada para o ensino de género, conforme Borromeu (2017) e Boarcceach (2016), é que a maioria das escolas não possuem materiais didáticos, livros, recursos audiovisuais e estruturas físicas suficientes (salas de aula insuficientes, falta de energia elétrica, condições sanitárias e etc.). Nestes casos, a dificuldade não seria exclusiva às aulas de género, mas configura um problema mais amplo que englobaria todas as demais disciplinas do currículo. O problema, assim, estaria também relacionado com as dificuldades estruturais e de recursos humanos do sistema educacional.

Sobre os possíveis impactos do ensino de género nas escolas, creio que se poderia promover o debate sobre igualdade e desigualdade, um maior senso crítico sobre as regras sociais, a noção de cidadania, assim como ajudaria as pessoas no âmbito do respeito mútuo, particularmente entre homens e mulheres, ou, neste contexto, entre os meninos e meninas, alunos e alunas. Outro impacto que podemos considerar importante do ensino de género nas escolas é a redução da violência contra a mulher na escola e na sociedade.

Para finalizar considero importante oferecer algumas sugestões acerca do ensino sobre género e sexualidade nas escolas: 1) o ensino de género poderia integrar o currículo base das escolas secundárias. Isto poderia contribuir para que sejam alcançados os objetivos da Lei de Base da Educação, que preconiza

a promoção de um processo de ensino que estimula a cidadania, o respeito e o convívio com as diferenças de ideias e de gênero; 2) o ensino de gênero nas escolas precisa ser feito por professores com conhecimentos na área; 3) o ensino de gênero poderá contribuir para que os alunos possam ser agentes de mudança nas suas próprias vidas e na sociedade de forma geral; 4) é preciso preparar profissionais que possam atuar como multiplicadores de conhecimentos na área de gênero e sexualidade entre o corpo de professores das escolas.

REFERÊNCIAS

Boarccaech, Alessandro. (2016). Interfaces entre filosofia e educação: o ensino de filosofia nas escolas secundárias em Timor-Leste. *Revista Diálogos*. Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 1, n.º 1. Dili: UNTL, pp. 7-36.

_____. (2017). Power, culture and social order: perspectives and manifestations in Timorese society. *Diálogos*. Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 2, n.º 2, Dili: UNTL, pp. 29-50.

Borromeu, Martinho et. al. (2017). A importância e a necessidade do ensino de Filosofia nas escolas secundárias em Timor-Leste: uma reflexão crítica a partir de substratos teóricos e pesquisa de opinião em três regiões do país. *Revista Diálogos*. Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 2, n.º 2. Dili: UNTL, pp. 159-168.

Bouvoair, Simone de. (2000). *O Segundo Sexo. 1. Fatos e Mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Butler, Judith. (2004). *Undoing Gender*. New York, London: Routledge.

Heilborn, M. L. (2004). *Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond

Louro, G. L. (2000). (Org). *O Corpo Educado*. Pedagogias da Sexualidade. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica.

_____. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5.ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Menezes, Magali Mendes. (2004). Por que as mulheres e a Filosofia? In: *Produzindo Gênero*. Carvalho, Marie Jane Soares; Rocha, Cristianne Maria Famer (Orgs). Porto Alegre: Editora Sulina.

Meyer, D. G. (2003). Escola, currículo e diferença: implicações para a docência. In: Barbosa, R. L. L. *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo, Unesp, pp. 257-265.

Miskolci, R. (2012). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica.

Sabat, Ruth. (2010). Gênero e sexualidade para o consumo. In: Louro, Guacira; Lopes, Jane Filipe; Silvana Goellner (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petropolis: Vozes.

Saffioti, Heleieth I. B. (1992). Rearticulando Gênero e Classe Social. In: Bruschini, Cristina; Costa, Albertina de Oliveira. *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Sayão, Yara. (1997). Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: Aquino, Júlio Groppa. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, pp. 107-118.

Sullivan, N. (2003). *A critical introduction to queer theory*. Nova York: University Press.

Yannoulas, Silvia Cristina; Vallejos, Adriana Lucila; Lenarduzzi, Zulma Viviana. (2000). Feminismo e academia. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Inep/Mec. vol. 9. set./dez.

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Luis Maia*

Resumo: O presente artigo constitui um recorte de uma investigação realizada pelo Centro de Investigação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, que tem como objetivos: compreender como o género e a sexualidade, por meio dos veículos formais de difusão da informação (revistas, jornais e etc.), são difundidos na sociedade timorense; estudar as concepções acerca do género e da sexualidade, por meio da análise das teorias desenvolvidas pelas Ciências Humanas e pela Filosofia. Considerando isso, neste artigo, apresento alguns conceitos acerca da sexualidade, sexo e género, bem como introduzo uma discussão sobre a necessidade de uma política de educação sexual.

Palavras-chave: Filosofia; género; sexualidade; educação.

THOUGHTS ON GENDER AND SEXUALITY

Abstract: This article is a part of an investigation conducted by the Research Centre of the Faculty of Philosophy and Human Sciences of the National University Timor Lorosa'e, whose objectives are: to understand how gender and sexuality, through the formal vehicles of diffusion of the information (magazines, newspapers and etc.) are disseminated in Timorese society; to study conceptions about gender and sexuality, through the analysis of the theories developed by the Human Sciences and Philosophy. Considering this, in this paper, I present some concepts about sexuality and gender, as well as introducing a discussion about the need for a sexual education policy.

Keywords: Philosophy; gender; sexuality; education.

Este estudo faz parte de um projeto mais amplo desenvolvido no Centro de Investigação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Como objetivos das investigações realizadas no âmbito do Centro destaco a compreensão das maneiras como o género e a sexualidade são difundidos por meio de revistas e jornais. De igual modo, procuramos estudar as concepções acerca do género e da sexualidade huma-

* Licenciado em Filosofia e Mestre em Direito, com especialização em Direitos Humanos, exerce atualmente funções como docente e Vice-Decano dos Assuntos Acadêmicos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL).

na, por meio da análise das teorias desenvolvidas pelas Ciências Humanas e pela Filosofia. Entretanto, no momento, apresento um recorte desta pesquisa abrangente onde abordo alguns conceitos acerca da sexualidade, sexo e género, bem como introduzo uma discussão sobre a necessidade de uma política de educação sexual.

Pensar o género e a sexualidade é pensar sobre a própria existência humana, pois, ambos são parte intrínseca de todo o ser. O homem é um dos objetos do estudo da filosofia e a filosofia é um saber sinóptico; ou na visão platónica uma visão de conjunto, um objeto da totalidade das coisas divinas e humanas e uma reflexão às nossas práticas. A filosofia é uma reflexão conceitual da sexualidade; é um saber específico do género; é uma reflexão abstrata às humanidades e um saber holístico sobre a existência da vida humana.

Segundo Valcarcel (1997, p. 76), o sexo prossegue “a ocupar o seu lugar nas diversas e ainda divergentes concepções do mundo”. Estas diferentes concepções de género produzem expectativas e resultados que são distintos para mulheres e homens. O conhecimento da identidade sexual e do género torna-se, por isso, imprescindível, sobretudo quando as famílias, unidade basilar no alicerce de conhecimentos fundamentais, muitas vezes não possuem clareza sobre o assunto por falta de conhecimento, por constrangimentos culturais e religiosos ou por falta de tempo.

A identidade de género é uma expressão que se desenvolveu a partir da década de 1960. Segundo Stoller (1993, p. 28), essa expressão pretende dar sentido à “masculinidade e feminidade encontradas em todas as pessoas em formas e graus diferentes”. A ideologia da identidade do género apresenta diferentes perspetivas do mundo. Em Portugal, por exemplo, a Lei 38/2018, de 7 de agosto, determina o direito à autodeterminação, à expressão e à proteção do género, bem como as características sexuais de cada pessoa. No Brasil, o debate sobre a ideologia da identidade do género foi introduzida nos anos 80 com os movimentos de direitos dos homossexuais, travestis e mulheres.

No contexto de Timor-Leste, nos últimos anos, após a sua independência em 2002, é possível afirmar que está a crescer o debate acerca da identidade de género. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos, da Secretaria de Direitos Humanos, por via da Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos

de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no mês de março de 2015 (Nações Unidas, 2015), orientou as escolas e as universidades para que garantam o acesso e o reconhecimento de estudantes em suas dependências de acordo com sua identidade de gênero. Este documento não só reconhece socialmente a identidade de gênero, como é um estímulo para a sua proteção.

Conforme Stoller (1993), a definição do sentido da identidade de gênero está relacionada a cinco fatores:

1 – Uma força biológica: originando-se na vida fetal e comumente genética em sua origem, esse efeito – tanto quanto se sabe – emerge da organização neurofisiológica (sistema nervoso central) do cérebro fetal;

2 – A designação do sexo no nascimento: a mensagem que aparência dos genitais externos do bebê leva àqueles que podem designar o sexo – o médico que está atendendo e os pais e os efeitos inequívocos subsequentes desta designação para convencê-lo do sexo da criança;

3 – A influência incessante das atitudes dos pais, especialmente das mães, sobre o sexo daquele bebê, e a interpretação destas percepções por parte do bebê – pela sua capacidade crescente de fantasiar – como acontecimentos, isto é, experiências motivadas, significantes;

4 – Fenômenos ‘biopsíquicos’: efeitos pós-natais precoces causados por padrões habituais de manejo do bebê – condicionamento, ‘imprinting’ outras formas de aprendizagem que, nós imaginamos, modificam permanentemente o cérebro do bebê e o comportamento resultante, sem que os processos mentais do bebê o protejam deste ‘input’ sensorial. Esta categoria está relacionada com o item 3; ela é listada separadamente por uma questão de ênfase, e para distingui-la dos processos mentais (também resultado das influências dos pais) com os quais nós estamos mais familiarizados, tais como a ansiedade de castração;

5 – O desenvolvimento do ego corporal: a miríade de qualidades e quantidades de sensações, especialmente dos genitais, que definem o físico e ajudam a definir as dimensões psíquicas do sexo da pessoa, confirmando, assim, para o bebê as convicções dos pais a respeito do sexo de seu filho. (Stoller, 1993, pp. 29-30).

Considera-se que os fatores genéticos podem contribuir para a identidade das pessoas mas, também, que a definição da identidade de gênero necessita de uma abordagem múltipla que envolve conceitos pessoais, sociais e legais.

A identidade de género diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, aos comportamentos e aos papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres.

O uso do termo género pode contribuir para uma definição das origens de identidades pessoais de homens e mulheres. Conforme Scott (1990; 1998), ao falarmos sobre a condição feminina é também cogitar sobre as mulheres e, de igual modo, pronunciar-se acerca das condições do masculino, é cogitar acerca dos homens. A utilização do conceito de género pretende definir e consolidar uma noção, relativamente à diferença e o valor entre o uso do masculino e do feminino, pois ambos não são semelhantes. No senso comum, o género seria a designação de homens e mulheres. No entanto, estas noções fazem parte de uma construção social e cultural. O uso do conceito de género permite abandonar a explicação da natureza como responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade.

O conceito de género começou a destacar-se por volta da década de 1970 com as reivindicações e ações dos movimentos feministas. O movimento feminista é fruto de diversos conhecimentos, tanto da filosofia, história, sociologia, antropologia, ciências sociais e políticas. Simone de Beauvoir foi uma das inspiradoras deste movimento e a sua frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, foi largamente utilizada para justificar os aspectos sociais, políticos, históricos e culturais das definições sobre as mulheres. O estatuto das mulheres sempre foi encarado pelos homens como uma concepção subordinada e de inferioridade. Esta situação provocou a indignação de grupos feministas e movimentos de proteção dos direitos de grupos minoritários.

Pensar o género é facilmente pensar sobre a relação entre homens e mulheres. Os termos homens e mulheres remete-nos constantemente para uma definição do sexo, nomeadamente as diferenças dos sexos: “A diferença sexual não é a causa originária (...), mas, ela é mais uma estrutura social” (Scott, 1998, p. 15). O surgimento deste conceito, no fundo, serve para distinguir a dimensão biológica dos homens e das mulheres. Os dois são produtos da realidade social. O conceito de género diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos.

Scott argumenta que “o conceito do gênero foi criado para opor-se a um determinado dado biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social” (Scott, 1990, p. 5) e enfatiza igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade. O gênero seria um primeiro modo de concedermos significado às relações de poder e entender esta dinâmica significa “reconhecer que homem e mulher” são “ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes” (Scott, 1990, p. 19).

Para Bila Sorj (*apud* Rodrigues Junior, 2008), o conceito de gênero envolve duas dimensões, que se deve ler como:

A primeira, compreende a ideia que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é o produto social, apreendido, representado, institucionalizado e transmitido ao das gerações (Identidade masculina e sexual um trajeto, ...); a segunda dimensão envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social. (Rodrigues Júnior, 2008, p. 63).

Desta forma, a noção de gênero embora não seja universal, pode ser transmitida de uma geração para outra tornando-se coletivamente compartilhada através das culturas e da história. Na perspectiva de Machado (1992), o gênero não é uma categoria universal, mas suas definições são arbitrárias e estabelecidas num contexto social específico. Assim, então, ele pode desaparecer ou pode ser movido, mutável e recobrir várias áreas de classificação. Contudo, a noção de gênero apresenta interferências das dicotomias feitas entre homens e mulheres. Segundo Scott (1998), o conceito de gênero não seria apenas uma construção da diferença entre os sexos, mas também forneceria sentidos a esta diferença.

O aprendizado acerca da sexualidade, deve fluir da questão clássica: o que é a sexualidade? No mundo vigente, a busca do conhecimento sobre a sexualidade é importante. Pensar a sexualidade é fácil, mas falar de sexualidade é difícil, apesar deste tema nos conquistar em variadas conjunturas que nos circundam. A sexualidade, domínio intrínseco de todo o ser humano, é ainda hoje fonte de muitos tabus, mitos e desconhecimento. A ignorância de interpretação da sexualidade deve-se a constrangimentos culturais, religiosos, sociais entre outros.

Na cultura ocidental, é costume associar a sexualidade ao gênero. A sexualidade é vista frequentemente como o conjunto de práticas sensuais humanas culturalmente determinadas. Porém o gênero constitui uma construção social baseada em diferenciações sexuais, e o sexo, por sua vez, diz respeito à caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos. A sexualidade, conforme Durozini (1997) pode ser entendida como sendo o conjunto de fenômenos biológicos e psíquicos que estão ligados ao exercício das funções sexuais. Para Michel Foucault:

Asexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (Foucault, 2014, p. 115).

Para Foucault o sexo e as práticas sexuais se admitiam como parte do dispositivo da sexualidade que os controlavam. Por isso os papéis sexuais não afetam apenas as mulheres, mas também se faz sentir sobre os homens. O homem e a mulher “devem recalcar para serem reconhecidos como homem e mulher.” (Nolasco, 1995, p. 17). A sexualidade não pode ser separada da componente biológica. No entanto, a sexualidade apresenta toda uma variedade de estímulos e práticas que transcende as atividades e prazeres relacionados ao aparelho genital. Para Freud, a sexualidade constitui:

(...) a forma principal da pulsão de vida, e cuja inscrição no psiquismo constitui o objeto da psicanálise, começa desde o nascimento e exprime-se de modo diverso independentemente dos órgãos genitais, especialmente por meio da excitação das zonas erógenas; o seu desenvolvimento normal durante a infância passa por um certo de números estádios, caracterizado por um equilíbrio relativo e temporário a maturação da pulsão e atitudes do meio familiar e social. (*Apud* Durozoi & Roussel, 1997, pp. 348-349).

Uma pessoa nasce em circunstância de ignorância onde a educação e a formação que recebem contribui significativamente para a sua visão de mundo. Até mesmo por isso torna-se importante o ensino e a formação sobre a sexualidade. A educação sexual pode ocorrer a partir de distintos aspetos,

tais como: a genética-humana, as características anatômico-fisiológicas, a reprodução humana, a violência, discriminação e o abuso sexual, as doenças sexualmente transmissíveis, as práticas sexuais, métodos contraceptivos, entre outros. A educação sexual visa contribuir para a construção equilibrada da mentalidade das pessoas, em geral, e dos jovens, em particular.

O ensino da educação sexual torna-se, desta forma, como uma das grandes preocupações de Timor-Leste, que deverá ser empreendido pelos pais, mães, professores(as), cientistas, políticos(as), líderes espirituais e por todos os profissionais envolvidos no processo educativo. A família deve ser o núcleo educacional desse tema. A família torna-se como a porta de horizonte do conhecimento sexual. A tese básica é que toda a família realiza a educação sexual das suas crianças e adolescentes. O resultado da educação sexual não pode cair em tabus ou em omissões, porque não se fala abertamente sobre esse assunto, por razões culturais ou religiosas. E essa dinâmica não se encerra em casa, mas cada vez mais, é levada para todos os ambientes da sociedade.

O tabu favorece o silêncio sobre a sexualidade. Este deve ser quebrado através da implementação da educação sexual nas instituições escolares. Os formadores devem apostar num compromisso sólido da educação sexual que envolva a família, a escola e a sociedade de forma mais ampla. Ambos, a família e a escola, são fundamentais para uma educação sexual sem preconceitos, tabus e que permita às crianças, aos jovens e aos adultos terem maior liberdade e responsabilidade nas suas escolhas e práticas.

REFERÊNCIAS

- Durozoi, A; Roussel, A. (1997). *Dicionário de Filosofia*. Porto: Porto Editora.
- Foucault, Michel. (2014). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro-São Paulo: Paz & Terra.
- Lei 38/2018 de 7 de Agosto – Direito à autodeterminação de identidade de gênero e expressão de gênero e à proteção das características sexuais de cada pessoa. *Jornal da República*, n.º 151/2018, Série I, pp. 3922 – 3924.

Machado, Lia Zanotta. (1992). Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: Costa, Albertina de Oliveira; Bruschini, Cristina (Org.) *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, p.24-38.

Nações Unidas. (2015). *A Resolução n.º 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, da Secretaria de Direitos Humanos, no mês de março*.

Nolasco, S. A. (1995). A desconstrução do masculino: uma crítica à análise de gênero. In: _____ (org). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, pp. 15-29.

Rodrigues Júnior, Oswaldo. M. (2008). *Identidade masculina e sexual*. São Paulo: Biblioteca 24 horas.

Scott, Joan. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. 20 (2), pp. 71-79.

_____. (1998). *La Citoyenne Paradoxale: les féministes françaises et les droits de l'homme*, Paris: Ed Albin Michel.

Stoller, Robert. (1993). Masculinidade e Feminilidade: apresentações de gênero. Porto Alegre: Artmed.

Valcarcel, Amélia. (1997). *La política de las mujeres*. Madrid: Ediciones Cátedra.

MICHEL FOUCAULT NIA HANOIN: PODÉR, SEKSUALIDADE, NORMÁL NO JENEALOGIA SABÉR NIAN

Alessandro Boarccaech*

Rezumu: Artigu ida-ne'e apresenta Michel Foucault nian konseitu prinsipál sira balu. Nu'udar pensadór prinsipál ida iha sékulu XX, Michel Foucault hakerek tiha livru no artigu barak ne'ebé ko'alia kona-ba podér, moras mental, seksualidade, lia-loos, kontrolu sosiál, saida maka hanoin normál no patolójiku, no hirak seluk. Iha primeira parte artigu ida-ne'e nian, ha'u apresenta faktu istória nian balu ne'ebé fó influénsia ba Foucault nia moris. Iha segunda parte, ha'u hakerek kona-ba ninia konseitu prinsipál sira, maka hanesan: dispozitivu, jenealogia sabér nian, lia-loos, episteme, seksualidade, isin-lolon, no hirak seluk.

Liafuan-xave: Michel Foucault; seksualidade; podér; jenealogia sabér nian; dispozitivu sira.

MICHEL FOUCAULT'S THINKING: POWER, SEXUALITY, NORMAL AND GENEALOGY OF KNOWLEDGE

Abstract: This paper presents some of the main Michel Foucault's concepts. One of the leading thinkers of the 20th century, Michel Foucault has written dozens of articles and books addressing topics such as power, madness, sexuality, truth, social control, what is considered normal and pathological, among others. In the first part of this article, I present some historical facts that have influenced Foucault's life. In the second part, I explain some of his main concepts, such as: dispositive, genealogy of knowledge, truth, episteme, sexuality, body, among others.

Keywords: Michel Foucault; sexuality; power; genealogy of knowledge; dispositive.

Michel Foucault nu'udar pensadór prinsipál osidentál ida entre pensadór hirak-seluk iha sékulu XX nian. Nia moris iha loron-15, fulan-outubru, tinan-1926, iha sidade fransa ho naran Poitiers no nia mate iha loron-25, fulan-juñu, tinan-1984 iha Paris. Ninia família nu'udar família médiku nian, maibé Foucault hala'o estudu iha área istória, filozofia no psikolojia. Durante ninia estudu sira, Foucault lee tiha obra sira hosi Platão, Immanuel Kant, Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud, Jacques Lacan, Max Weber,

* Profesor iha Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

Heidegger, Jean Hyppolite, Louis Anthusser, Émile Durkhein, Franz Kafka no mós nia iha interesse ba polítika, ba movimentu surrealista, ba psikanálize, no hirak seluk tan. Ita bele haree-hetan katak Foucault nia teoria hamosu hosi influénsia, estudu no leitura barak. Leitura ne'ebé nia halo la'ós leitura pasiva tanba nia la simu de'it saida maka nia lee tiha, maibé nia analiza, hanoín no kompara ho autór hirak seluk sira no kompara mós ho realidade ne'ebé nia rasik haree ba.

Maske nia nu'udar oan ida hosi família ne'ebé tradisionál no riku, Foucault nafatin haree ba dezigualdade iha sociedade nia laran, violénsia, autoritarizmu, relasaun entre poder no deskriminasaun iha sociedade leet. Nia mós nu'udar vítima ba deskriminasaun tanba nia homoseksuál no iha tempu ne'ebá relasaun sira *homo-afetiva* ema haree hanesan moras ida. Ida-ne'e sai hanesan razaun ida entre razaun hirak seluk ne'ebé lori nia, iha tinan-1953, sai hosi partidu komunista fransés, tanba nia lakohi hola-parte iha grupu ida-ne'ebé konsidera homoseksualidade hanesan vísiu burgézia nian no sinál hosi dekadénsia morál. Faktu seluk importante iha Foucault nia moris maka, bainhira ho tinan-22, nia sente deprimidu no sente katak ema sira la hatene nia, ho nune'e, nia koko atu oho-an no ninia pai hatama tiha nia ba ospital ba ema moras mental sira.

Buat sira-ne'e hotu fó kontribuisaun ba Foucault hodi hakerek ninia livru hamutuk 21, hakerek barak kona-ba artigu, prefásiu, introdusaun no kapitulu sira livru nian ne'ebé nia estuda kona-ba prizaun, manikómiu, sistema ensinu no nia halo análize ba saida maka normál, saida maka *loucura* (bulak), seksualidade, relasaun sira poder nian, punisaun, sistema sira hodi halo kontrolu sosiál no transmisaun sabér nian.

Foucault moris iha períodu entre Funu Mundiál I (1914-1918) no Funu Mundiál II (1939-1945). Iha tempu ne'ebá Europa hasoru hela períodu boot kona-ba ki'ak no dezigualdade iha sociedade nia laran. Iha Alemaña, hafoin kedas ramata Funu Mundiál I, mosu *Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores* (Nazizmu) ne'ebé hakarak kondisaun di'ak ba povu, partidu ida-ne'e kontra ema-estranjeiru sira-ne'ebé hela iha paiz, defende teoria *espaço vital*, no, hakarak halo hamutuk hikas fali povu alemaun tomak iha território nia laran. Iha Itália, hasoru problema oioin kona-ba ekonomia, mosu tiha *Partido Fascista* ho hanoín antikomunista, kontraria ho ideia liberál sira no fiar katak Estado ida forte no kontroladór maka nu'udar solusaun ba problema sira no dezigualdade ekonómika no sosiál nian.

Iha Funu Mundiál II Alemaña, Itália no Japaun forma *Eixo* no hasoru nasaun hirak seluk ne'ebé hanaran *Aliados*, ne'ebé primeiru forma hosi Inglaterra, França no depois ho Estados Unidos, União Soviética, China, Brazil no paíz hirak seluk tan. La iha estatística ida-ne'ebé loos, maibé tuir estimasaun ema mate besik milaun-60 durante Funu nia laran. Iha Timor-Leste mosu konfliktu sira liuhosi invazaun japonés nian iha 1942 to'o 1945. Iha tempu ne'ebá tropa olanda no australia nian, hamutuk ho kombatente timoroan sira, koko reziste hosi invazaun japonés nian. Gerrilleiru sira subar iha foho no rai-klaran hodi organiza rezisténsia no, maske la hatene loloos, iha kombat ne'e timoroan mate besik rihun-40.

Funu Sivíl españól nian akontese iha tinan-1936 to'o tinan-1939. Iha tempu ne'ebá España hasoru difikuldade ekonónika no sosiál. *Frente Popular* ne'ebé forma hosi partidu eskerda no republikanu manan eleisaun sira. Maibe, forsa konservadora no elite sira iha paíz la simu lakon ne'e no akuza governu foun sei kauza inseguransa no koko atu harii governu socialista. Paíz fahe ba mai tiha, parte forsa-armada apoia Republikanu no parte seluk apoia Nasionalista. Igreja mós fahe ba rua ne'ebé ida apoia parte ida no ida seluk fó apoiu ba parte seluk. Iha *Frente Popular* nia sorin iha socialista, anarkista, operáriu, kamponés, sindikatu no partidu polítiku sira eskerda nian. Iha Nasionalista nia sorin iha monarkista ne'ebé hakarak Rei (*Liurai*) fila fali ba podér no elite ekonómika paíz nian. Grupu rua ne'e kontra malu no ema rihun atus lima resin mate durante konfliktu ne'e. Foucault sei ki'ik iha tempu ne'ebá, maibé nia akompañia iha ninia aldeia haree deslokamentu ema refujiadu funu nian ne'ebé tama Fransa tanba halai hosi konfliktu.

Movimentu sosiál sira no konfliktu iha dékada 1960 mós fó impaktu ba hanoin Foucault nian. Entre kauza hirak-ne'e maka konfliktu sira iha Tunízia ne'ebé mosu iha 1966 no 1968. Iha tempu ne'ebá Foucault hanorin hela iha universidade Tunízia nian no partisipa iha protestu sira estudante nian kontra folin a'as no obrigatoriedade atu selu bis, maibé hafoin kontinua nafatin hodi reivindika kondisaun di'ak moris nian. Durante konfliktu sira entre estudante no polisia, Foucault hetan agresaun no ajuda subar ema barak iha ninia uma.

Movimentu maiu-1968 iha Fransa sai tiha nu'udar eventua importante seluk ida. Estudante fransés sira halo revolta hasoru dezigualdade sira-ne'ebé iha sosiedade nia laran, kontraria Funu Vietnam, ho reivindika direitu sivíl

ne'ebé hanesan no igualdade jéneru liuhosi halo protestu barak ne'ebé Governu reprimi tiha nomós polísia. Eventu sosiál sira-ne'e hamoris Foucault nia interese ba polítika ne'ebé halo nia partisipa ho ativa iha vida-polítika.

Entre influénsia teórica sira-ne'ebé nia simu tiha, ida maka estruturalizmu ne'ebé kria, iha inísiu sékulu XX, hosi linguista Ferdinand de Saussure. Pensamentu estruturalista sira iha dékada sira tuirmai adota tiha ba área-sabér hirak seluk, maka hanesan antropolojia, sosiolojia, psikolojia, psikanálize no filozofia. Ba estruturalizmu, realidade sosiál sei analiza liuhosi modelu sira-ne'ebé esplika relasaun sira (sosiál, psikolójika, linguístika no hirak seluk tan). Modelu sira-ne'e buka atu identifika estrutura sira hanesan sistema abstratu ne'ebé faktu sira interliga ba malu (iha relasaun ba malu) no determina buat hotu-hotu. Ho liafuan seluk, la iha estrutura ida maka mesak, buat hotu-hotu iha relasaun ho estrutura seluk no determina realidade sosiál. Polítika, ekonomia, edukasaun, justisa sai nu'udar ezemplu hosi estrutura sira-ne'ebé iha relasaun ba malu no fó influénsia ba malu. Problema sira edukasaun nian bele hamosu problema polítiku; problema sira polítika nian bele kauza problema sira ba seguransa no ekonomia no hanesan ne'eba oin. Ema konsidera Foucault hanesan pós-estruturalista ida, maske nia la simu rótulu ida-ne'e. Ba Foucault, ninia traballu hanesan traballu arkeológu nian ne'ebé koko atu hatene kona-ba fundamentu sira no orijen hosi maneira oinsá ema hanoin no fiar ba buat ruma.

Tuir ideia prinsipál sira Foucault nian, iha konseitu kona-ba poder. Iha livru *Microfísica do Poder*, Foucault dehan katak poder maka relasaun forsa sira-nian ne'ebé iha fatin hotu-hotu no la iha fatin ka na'in ida rasik. Poder la ereditáriu ka transmiti liuhosi kontratu jurídiku ka polítiku. Poder funsiona hanesan rede ida, ka, nia transmiti no reproduz hosi ema sira liuhosi relasaun sosiál sira. Tanba ne'e maka ema sira iha pozisaun hodi ezerse poder ida-ne'e no sofre ba ninia asaun, ema sira nunka pasivu no nafatin nu'udar sentru hodi transmiti poder. Ema sira la iha poder rasik, maibé simu poder hosi ema seluk. Poder la'ós fenómenu dominasaun únika no omojénea hosi ema ida ba ema seluk, hosi grupu ida ba grupu hirak seluk, hosi klase ida ba klase hirak seluk. Ho liafuan seluk, poder la moris ho ema sira, maibé forma no transmiti liuhosi relasaun sosiál sira. Ema ida sei iha poder se ema

seluk fiar katak nia iha podér. Haktuir sosiedade sira, kultura no realidade hosi époka ida-ida, repodús podér ho forma oioin ne'ebé hatuur ba ema sira forsa ida ba ema seluk.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (Foucault, 1988, p. 89).

Atu ida-ne'e akontese, Foucault dehan katak eziste *arquitetura do poder* ida. Maneira oinsá harii ospítal, prizaun, eskola, muzeum, monumentu, estátua, prédiu sira governu nian, no hirak seluk tan, kontribui ba ezerse podér. Arkitektura no dinámika interna instituisaun sira-nian reflata ba ema sira forma balu hodi sira atu lori-an. Ho liafuan seluk, iha tentativa hodi *dixiplina* maneira oinsá ema hanoin, sente no lori-an. Atu ida-ne'e funsiona presiza hamoris burokasia no funsaun definida sira. Ema ida-ida tenke dezempeña ninia servisu hodi mantein sistema podér ne'ebé la'o hela. La bele domina ka ezerse podér liuhosi de'it forsa fízika, bele kontrola liuhosi ema nia asesu ba informasaun, ba bein sira konsumu nian, ba hahan, ba saúde, ba edukasaun no hirak seluk tan. Porezemplu igreja sira harii ho kakuluk ne'ebé aas hodi hanoin hikas fali ema sira katak sira nafatin ki'ik bainhira hela besik Maromak; iha sekretaria no departamentu balu governu nian iha janela ki'ik-oan ne'ebé ema sira la konsege haree funsionáriu ne'ebé halo hela atendimentu, ka presiza hatun hodi ko'alia ho funsionáriu, ida-ne'e hatudu divizaun entre sé mak iha podér hodi desidi buat ruma no ema/povu ne'ebé la iha podér no presiza hein.

Foucault durante dékada 1960 hakerek livru *O Nascimento da Clínica* (publika iha 1963), *As palavras e as coisas* (iha 1966) no *Arqueologia do saber* (iha 1969). Iha livru sira-ne'e, Foucault apresenta ninia métodu peskiza ne'ebé

hanaran *Arqueologia dos saberes*. Liuhosi *Arqueologia* Foucault koko komprien- de formasaun diskursiva no *episteme* ne'ebé kontrola no regula maneira oinsá ema sira koñese mundu, formula teoria, determina regra sosiál no ida-ne'ebé maka ema bele koñese no la bele koñese. Ida-ne'e nu'udar métodu ne'ebé estuda períodu istóriu spesífiku sira. Liuhosi análize ba jornál, rejistu, manuál, livru, pintura no hirak seluk tan, nia koko atu komprien- de padraun sira diskursu nian ne'ebé influensia maneira oinsá ema hanoin no halo asaun. Hala'o es- tudu ba dokumentu sira-ne'e, kona-ba forma oinsá ema hanoin no halo buat ruma iha pasadu, haktuir Foucault, nu'udar importante atu ita komprien- de sosiedade ohin-loron nian.

Hafoin, iha dékada 1970, Foucault hahú uza konseitu seluk ne'ebé ha- naran *genealogia do saber*. Konseitu *genealogia do saber* kria tiha atu haluan konseitu *arqueologia do saber*. Konseitu ida-ne'e inspira hosi Nietzsche ne'ebé afirma katak relasaun sira podér nian fó influénsia ba atividade hotu-hotu ema nian no lia-loos la'ós buat ida-ne'ebé prontu ona no la bele muda, maibé buat ne'ebé ita tenke kria mesak. Umanidade nu'udar forma ida estrutura sosiál nian ne'ebé kria hosi forsa kultura nian ne'ebé hetan hela de'it mudan- sa. Nietzsche utiliza tiha konseitu *genealogia do saber* atu deskreve estudu sira kona-ba evolusaun no motivasaun sira konseitu morál nian. Foucault uza termu *genealogia* atu analiza istória kona-ba *saber* barak hanesan literatura, medisina, moralidade no hirak seluk tan.

Genealogia ne'ebé Foucault propoin la iha objetivu atu konta istória ho forma lineár, maibé atu buka hatene akontesimentu sira iha époka ruma no ninia singularidade. Ba ne'e, nia foka ninia análize sira kona-ba sabér no maneira sira koñesimentu lokál nian, ne'ebé la rekoñese, sai marjinalizadu. Liuhosi forma ida-ne'e nia la ko'alia kona-ba istória formál ne'ebé ema konta hosi ema ne'ebé iha podér, maibé istória oinsá grupu hirak-ne'ebé la bele ko'alia sira-nia vizaun istória ne'ebé sira moris tiha ba. Nune'e, lia-loos istória nian ne'ebé konta iha livru no manuál sira kontesta ho versaun hirak-ne'ebé la mosu iha livru sira istória nian.

Ba Foucault iha tipu tolu *genealogia*: ida, *genealogia histórica* kona-ba ita rasik no ita-nia relasaun ho signifikadu lia-loos nian; ita-nia relasaun ho podér ne'ebé halo ita influensia ema seluk; ita-nia relasaun ho morál ne'ebé determina ita-nia relasaun ho étika. Relasiona ho *genealogia* ita bele utiliza ezemplu konseitu

jéneru nian. Bainhira hala'o estudu jeneolójiku ba katégoria jéneru nian la'ós atu buka lia-loos ida, ka esensia hosi saida maka jéneru, maibé atu hatene maneira oinsá ita hanoin kona-ba oinsá jéneru ne'e forma tiha, ho identifika diskursu hirak-ne'ebé sai dominante no diskursu hirak seluk ne'ebé haluha tiha durante istória.

Lia-loos determina fali hosi diskursu sientífiku ka hosi instituisaun sira (grupu, sistema ierárkiku) ne'ebé kontrola podér. *Lia-loos* dala barak podér polítiku maka uza (governu no podér lokál) hodi dehan saida maka ema tenke fiar. *Lia-loos* habelar iha sosiedade liuhosi sistema edukasaun (eskola no universidade), média (jornál, televizaun, rádiu, nst), instituisaun sira seguransa nian (forsa-armada no polisia), literatura (orál no hakerek), polítiku, kultura (saida maka ita tenke halo), no hirak seluk. Foucault estuda kona-ba sistema lia-loos nian hosi sosiedade ida atu hatene oinsá lia-loos ne'e kria tiha no "lia-loos" hirak-seluk ne'ebé sei subar hela, nonook ka haluha tiha.

Ba Foucault nosaun *lia-loos* nu'udar kriaun/invensaun no depende ba presupostu no tendénsia hosi ninia époka. *Lia-loos* ida-idak nu'udar partikulár no deskreve de'it realidade ida-ne'ebé hanoin tiha ba. Maske *lia-loos* aprezenta falla sira, maibé mantein kontrolu ba ema sira, ema kontinua fiar *lia-loos* ne'e. Porezemplu, se ha'u fiar relijiaun ida, entaun buat hotu ne'ebé relijiaun ne'e dehan sei sai lia-loos mai ha'u, no relijiaun sira seluk sala. Ka, se ita iha prekonseitu kontra fetu sira, entaun bele nu'udar lia-loos mai ha'u katak fetu sira inferiór ba mane sira. Ezemplu seluk, se ha'u hanoin katak edukasaun tenke liuhosi meu kastigu no autoritarizmu, entaun bele sai lia-loos mai ha'u katak labarik sira iha kompriensaun hanesan kona-ba mundu no kapasidade rasiósiniu adultu sira-nian, no bainhira halo buat ruma sala tenke hetan kastigu.

Ida-ne'e lori ita ba konseitu seluk ne'ebé Foucault elabora tiha, ka, *episteme*. Haktuir Foucault *episteme* nu'udar estrutura pensamentu no presupostu ne'ebé reprezenta hanoin no fiar hosi époka espesífika ida. *Episteme* halo ligasaun entre diskursu sientífiku ho lia-loos hosi époka ida nian. Ba Foucault la ezisti *episteme* ida de'it – no *episteme* la'ós nu'udar soma hosi diskursu sira époka ida nian –, maibé nia reprezenta relasaun entre sistema oioin ne'ebé hadau podér. Hanoin tiha katak *episteme* ne'e atu deskreve disputa sira no sistema sira iha área diskursu nian, maibé sei falta atu hatudu katak ida-ne'e la akontese tiha iha moris loron-loron no iha ema nia hahalok.

Nune'e, Foucault avansa ninia teoria no propoin konseitu *dispositivos*. *Dispositivos* nu'udar *discursivos* no *não-discursivos*. *Episteme* sai fali parte ida hosi *dispositivo do discurso*. *Diskursu* nu'udar koñesimentu lubun ida kona-ba *episteme* ida no kualkér sistema koñesimentu sempre relaciona ho modifikasaun ida iha sistema poder nian. Tuir Foucault *dispositivos* nu'udar meu, forma, dalan, ne'ebé liuhosi sira poder bele ezerse iha sociedade. Ho liafuan seluk *dispositivos* nu'udar mekanizmu no estratejia ne'ebé uza tiha hodi realiza objetivu balu. *Dispositivos* funsiona hanesan rede ida-ne'ebé buka kontrola liuhosi forma rua: a) liuhosi diskursu koko atu kontrola saida maka ema sira hatene katak normal, morál, loos no sala no nst.; b) liuhosi meteriál/konkretu (*não-discursivo*) koko atu kontrola saida maka ema sira bele halo, hatais, han, fatin ne'ebé atu bá no nst. *Dispositivos* la'ós fiksi, maibé muda tuir tempu no tuir objetivu hirak-ne'ebé atu hakarak hetan. Tuir Foucault nia hanoin *dispositivo* hanesan:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (Foucault, 1979, p. 244).

Iha *dispositivos* tipu oioin, hanesan ezemplu konfisaun iha relijiaun, padraun estétiku hirak-ne'ebé kontrola moda, regra sira kona-ba seksualidade, norma hirak-ne'ebé determina maneira oinsá ema estuda, maneira oinsá ema tau kuida ba ninia saúde, no hirak seluk. Foucault iha ninia livru *Vigiar e Punir* ko'alia kona-ba *dispositivos Vigilância* no *Punição* nian. Governu, prizaun, eskola, manikómiu, forsa polisia no hirak seluk tan uza *vigilância* hanesan maneira ida atu kontrola no obriga ema sira halo saida maka grupu sira-ne'ebé iha poder determina. *Vigilância* envolve aspetu ekonómiku no polítiku sira. Ekonómiku tanba presiza materiál no ema sira atu halo vijilánsia. Polítiku tanba se vijilánsia hamosu violénsia sei bele hamosu runguranga iha sociedade. *Dispositivo da punição* nu'udar prosedimentu sira burokrátiku nian ne'ebé estadu ofisializa punisaun, kastigu. Estadu konsentra direitu atu ezerse violénsia no determina saida maka bele halo hodi fó kastigu, korriji, eduka filafali no fó kastigu ba ema sira-ne'ebé kontra regra. Liuhosi vijilánsia no punisaun, grupu sira-ne'ebé iha poder koko atu kontrola sociedade.

Ba Foucault *sujeito* la'ós buat ida-ne'ebé úniku, hotu tiha ka moris mai pruntu kedas. Ideia kona-ba *sujeito* harii ho istória no époka ida-idak iha konseitu ida kona-ba saida maka signifika sai *sujeito*. Ka, maneira oinsá ema sira hatene no defini sira-nia maneira hodi hanoin. Bainingira époka no fatin muda, ideia kona-ba *sujeito* bele mós muda. Ho ida-ne'e, *subjetividade*, ka, maneira oinsá ema moris, sente no hatene nia an rasik hola-parte iha *jogo de verdades* ne'ebé formasaun *sujeito* nian la halo tiha bazeia ba esénsia ema nian, maibé liuhosi prátika, esperiénsia, dixiplina no disputa ba poder iha sosiedade. Disputa sira kona-ba poder iha sosiedade halo indivíduu tenke adota buat ne'ebé konsidera normál ka komún. *Corpos dóceis*, hanesan Foucault ko'alia, nu'udar ema sira-ne'ebé submete ba kontrolu hosi li'ur kona-ba saida maka tenke sai, halo ka hanoin.

Tuir Foucault, iha ninia livru *História da Loucura*, buat ne'ebé ema sira hatene nu'udar *loucura* muda tuir tempu. Nia hakarak hatene kona-ba orijen sira-ne'ebé haketak *loucura* hosi razaun. Foucault afirma katak iha époka medieval ema bulak sira lao iha dalan durante loron, konsidera sira hanesan sagradu no la haketak hosi sosiedade. Maibé, hafoin Descartes, razaun sai fali baze ba pensamentu hotu-hotu no ba koñesimentu. *Loucura* sai fali *des-razão* (la'ós razaun) no izoladu, subar no kaer iha ospital ka fatin ba ema moras mentál. Ba Foucault, *des-razão* maka buat hotu ne'ebé halai sees hosi norma, la korresponde ho padraun sira no la adapta ba rasionalizmu sosiedade kontemporánea nian. Nune'e, família sira sente moe no hasees-an hosi ema hirak-ne'ebé konsidera hanesan ema-bulak. Foucault mós afirma katak razaun kria diskursu kona-ba *loucura*, determina saida maka normál no patolójiku. Nu'udar faktu hanoin la hanesan ho ema maioria sira konsidera tiha hanesan sinál bulak nian. Atu konsidera hanesan ema normál, ema tenke hanoin no lori-an tuir padraun sira normalidade nian ne'ebé impoin hosi grupu hirak-ne'ebé iha poder.

Tema seluk ne'ebé Foucault studia tiha maka seksualidade. Ba ida-ne'e, nia hakerek livru tolu kona-ba *A História da sexualidade*. Ho ne'e, Foucault hakarak kompriende oinsá prátika, diskursu relijiozu, sientífiku, polítiku, ekonómiku, morál no étiku fó influénsia ba maneira oinsá ema hala'o seksualidade. Foucault dehan katak *sexo* iha sosiedade kristaun transforma tiha ba asuntu ida-ne'ebé presiza vijia, kontrola, konfesa no sai diskursu. Siénsia sira

determina katak saida maka seksualidade di'ak no moras, relijiaun kondena tuir morál, polítika iha responsabilidade atu kria lei no punisaun ba saida maka konsidera seksualidade-moras no hirak seluk tan. Iha tempu barak nia laran la autoriza ema atu ko'alia kona-ba seksualidade, maibé bandu atu ko'alia, kondena ka reprimi. Sosiedade sira prodús *discursos verdadeiros* atu ema hotu-hotu aseita no, kona-ba seksualidade, promove represaun seksuál, diskriminasaun kontra feto, kontra homoseksuál, ema sira ho problema jenétiku, no hirak seluk.

(...) é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. (Foucault, 1988, p. 48).

Maneira oinsá ema relasiona ho *corpo* (isin-lolon) muda tuir tempu. Foucault dehan katak iha momentu ida maka isin-lolon nu'udar tiha fatin suplísio nian ne'ebé tenke hetan kastigu hodi lori virtude ba klamar. Depois hasai tiha isin-lolon, aprisiona isin-lolon no hanorin isin-lolon atu iha autokontrolu. Ema sira-nia relasaun ho isin-lolon alterna kastigu no enklauzuramentu atu koko eduka, korriji no fó kastigu. Atu kontrola ideia ne'ebé ema sira iha kona-ba isin-lolon no maneira oinsá sira relasiona ho isin-lolon maka kria tiha *dispositivos* oioin hodi halo kontrolu.

Nu'udar ezemplu maka bele kontrola isin-lolon ho afirma katak isin-lolon ne'e la puru no halo ema moe hodi hatudu nia; bele dehan katak ema ida nia isin kór di'akliu ema seluk nian, ne'e kria diskriminasaun étnika; bele kontrola saida maka ema han no ida-ne'e afeta kedas ba kresimentu no isin-lolon nia saúde; bele obriga estudante sira atu uza ropa ruma no hatudu hahalok maneira ne'ebé determina ona; bele dehan katak feto nia isin la prepara ba servisu balu; bele dehan katak feto (iha isin ne'ebé la hanesan ho mane) nu'udar inferiór ka iha servisu balu de'it tanba nu'udar feto; atu hanorin labarik sira bele uza kastigu ba isin-lolon, halo sira tauk atu la konkorda ho autoridade no hatudu saida maka sira hanoin. Ho liafuan badak, atu kontrola ema nia isin-lolon grupu hirak-ne'ebé iha podér bele kontrola sosiedade.

Tuir ida ne'e ita bele hatene katak Foucault nia obra nu'udar kompleksa no ninia konseitu sira iha livru no artigu sientífiku oioin. Michel Foucault, hamutuk ho Max Weber, konsidera nu'udar teóriku prinsipál ida entre hirak seluk ne'ebé ko'alia kona-ba podér iha sékulu XX. Lee kona-ba Foucault nu'udar importante ba sé maka estuda sosiedade, relasaun sira podér nian, kestaun sira kona-ba jéneru, seksualidade, forma sira ba kontrulu sosiál no maneira oinsá ideia sira transmiti hosi jerasaun ida ba jerasaun seluk.

REFERENSIA

- Foucault, Michel. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1999). *Vigiar e Punir*. 20 Ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2010). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- _____. (2014). *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva.

ASESU BA PLANEAMENTU FAMILIAR LA'ÓS DE'IT DIREITU FETO NIAN MAIBÉ DIREITU UMANU

Berta Antonieta*

Rezumu: Artigu ida ne'e halo analiza kona-ba política planeamentu familiar iha Timor-Leste no hanoin kona-ba nesiedade atu envolve sosiedade tomak iha prose-su desizaun kona-ba planeamentu familiar. Tuir ida ne'e importante mak envolve mane sira, tamba feto sira, dala barak la iha poder iha familia laran atu deside. Halo sensibilisasaun kona-ba asuntu ida ne'e bele ajuda desenvolve políticas públicas ho kualidade no efetivu ba planeamentu familiar.

Liafuan-xave: planeamentu familiar; Timor-Leste; sosiedade; hakbiit feto; direitu umanu.

ACCESS TO FAMILY PLANNING IS NOT ONLY A WOMEN'S RIGHT, BUT A HUMAN RIGHT

Abstract: This paper reviews the family planning policy in Est Timor and the need to involve the whole society in the decision-making and family planning process. In this sense, it is important to involve men, because woman in Timorese society sometimes do not have the power to decide. Raising awareness about this issue will help us to develop quality and effective public policies on family planning.

Keywords: family planning; East Timor; society; empowerment; human right.

Molok ita diskute kle'an kona-ba ema ida-ida nia direitu ba hetan asesu ba planeamentu familiar, mai ita haktuir lai definisaun husi konseitu ida ne'e. Planeamentu familiar iha tempu Indonesia maioria populasaun iha Timor-Leste hatene ho naran KB ka *Keluarga Berencana*. Planeamentu familiar ka KB ne'e nia motivu atu fó konsellu no informasaun ba ema ne'ebé bele iha oan ona, atu bele planu no foti desizaun bainhira mak iha oan, no oan hira mak sira hakarak hetan. Membru Parlamentu balun iha debate jéneru ba kampaña foin lalais ne'e hatutan: "Planeamentu familiar mak política ida ne'ebé enkoraja inan sira atu fó espasu ka distánsia husi oan ida ba oan seluk".

* Lao Hamutuk Gender and Economics Researcher; Grupu Feminista.

Maibé La'o Hamutuk hare definisaun hanesan ne'e diskrimina, simplifika no limita sidadaun Timoroan balun nia asesu ba planeamentu familiar. Polítika planeamentu familiar la'ós foka de'it ba inan sira, ka ba ema ne'ebé forma ona família, maibé ba ema hotu-hotu liuliu joven sira ne'ebé iha idade ativu – idade ne'ebé ema ida bele ona atu hetan oan. Aleinde ne'e, definisaun planeamentu familiar la'ós ba feto de'it, maibé mane sira presiza hatene kle'an kona bá asuntu importante ne'e.



Manifestasaun kona-ba direitu saúde feto sira nian iha tinan 2018

Durante tempu okupasaun Indonézia, Timoroan hetan opresaun barak, no feto barak ne'ebé tenke simu injesaun obrigatóriu, sira nein hatene konteúdu kímika husi injesaun sira ne'e. Haktuir husi relatóriu *Chega!* (Comissão, 2005) planeamentu familiar (Keluarga Berencana, *KB*) hetan akuza husi relatóriu ne'e tanba uza nudár–“estratéjia jenosídiu ne'ebé aplika husi militar indonézia”. La'ós de'it tempu ne'e KB sai hanesan sistema obrigatóriu, maibé sasin balun too agora ne'ebé hamahan an iha Rede Feto haklaken katak, feto foin-sa'e sira iha inísiu tinan 1980, hetan injesaun dala tolu tinan ida iha eskola sira. Feto foin-sa'e sira ne'e nunka mais hetan informasaun kona-ba detallu husi injesaun ne'ebé sira simu.

Opresaun no violasaun direitu umanu barak akontese ba feto-raan Timoroan sira. Sistema durante okupasaun limite sira atu asesu ba informa-saun atu foti desizaun ba sira nia isin lolon. Militar Indonézia sira taka dalan

ba Timoroan sira atu hetan informasaun, tanba informasaun nudár xave liberdade durante tempu opresaun nia laran. Informasaun kona-ba meius kontrasepsaun ne'ebé ho sistema obrigatóriu durante okupasaun Indonézia la fó dalan ba inan feton sira atu iha liberdade hodi foti desizaun ba sira nia isin.

Pergunta ne'ebé mosu hafoin tinan 16 liu ba to ohin loron Timor-Leste hetan ukun rasik an mak: sidadaun Timoroan sira tomak hetan asesu ba informasaun ne'ebé adekuaду kala'e? Inan feto sira iha area rural no Foin-sa'e sira hetan oportunidade hodi foti desizaun ba sira nia futuru kala'e?

Mai ita diskute.

Bazeia ba Artigu 57 iha Konstituisaun Demokrátika Repúblika de Timor-Leste, sidadaun hotu-hotu iha direitu ba atendimentu saúde no médiku, no estadu iha obrigasaun atu estabelese sistema servisu saúde ne'ebé universál no jerál. Tan ne'e, Governu iha obrigasaun atu proteje no kuidadu di'ak nia ema sira, tantu feto ka mane, klosan ka idozu sira, kaben-na'in ka sira ne'ebé seidauk kaben, sira ne'ebé iha relijiaun ka lae. Ne'e-duni, Timor-Leste ninia polítika saúde no sosiál, no lei sira tenke asegura atu sidadaun hotu-hotu bele hetan asesu ba servisu ne'ebé sira presiza atu hadi'a sira nia moris.

Bazeia ba observasaun, Polítika Planeamentu Familiar 2004 nian ne'ebé governu uza hodi aplika, progressivo duni. Timor-Leste nia Polítika Planeamentu Familiár 2004 ne'ebé eziste tiha ona esprika katak fasilidade saúde hotu-hotu tenke fó informasaun kona-ba métodu planeamentu familiar hotu-hotu (no, bainhira posivel, tenke mós fó asesu ba métodu sira ne'e hotu).

Maibé polítika ne'e la reflète saida mak akontese iha baze. Timoroan grupu barak mak sei hetan diskriminasaun atu asesu ba kontrasepsaun ne'ebé mak sira hakarak. Liuliu klosan no indivíduu ne'ebé seidauk kazamentu, no ema sira ne'ebé hela iha área rurál, atu hetan asesu ba planeamentu familiar ne'ebé kompletu. Dala barak iha sentru saúde feto hirak ne'ebé la kazál médiku sira nega atu hetan asesu ba métodu kontrasepsaun balun.

Tuir sensus kona-ba populasau no realidade sosiál no ekonómika Timor nian (Diresaun, 2015), total númeru feto ho idade 15-35 hamutuk 209,724, husi númeru ne'e, 78,649 hela iha sidade no 131,075 hela iha area rural. Husi total feto hirak ne'ebé seidauk kaben no presiza asesu ba Planeamentu Familiar ne'ebé adekuaду hamutuk 30% husi total feto Timoroan.

Feto barak ladún hetan asesu ba métodu no informasaun kompletu ba planeamentu familiár balu, entaun ida ne'e minimiza sira nia kapasidade atu hili rasik métodu ne'ebé mak apropriadu ba sira nia an. Tuir sensus 2015, númeru feto sira idade 17-35 hamutuk 30,433 mak nunka atende eskola, métodu *Sura Loron Menstruasaun ka Metodu Ovulasaun* ne'ebé igreja no entidade governu fó, diskrimina sira ne'ebé la hatene lee no hakerek.

Kona-ba informasaun no publikasaun sira husi Komisaun Kombate HIV no AIDS limite no la kompletu. Informasaun sira mak fó hatete ba populasau tenke kompletu no loka dalan ba ema bele hanoin no hili tuir sira nia hakarak. Ami hanoin katak asesu ba informasaun kona-ba saúde públiku ne'e direitu Timoroan tomak. Ema hotu-hotu iha direitu atu bele iha asesu ba informasaun no servisu saúde reprodutivu no seksuál nian. Ida ne'e importante tebes atu bele asegura ema indivíduu no família sira-nia saúde no moris di'ak, no hodi ajuda ema atu halo planu ba sira nia futuru rasik.

Informasaun kona-ba métodu oioin husi kontrasepsaun importante tanba 70% husi populasau Timor-Leste mak ho idade tinan 35 mai kraik, entaun sé implementasaun iha baze foka de'it ba kazál sira, no la fó ba indivíduu sira ne'ebé seidauk kaben atu asesu informasaun no oportunidade sira, ida ne'e sei fó impaktu no aumenta joven sira-nia risku ba saúde reprodutivu no seksuál ne'ebé ladi'ak.

Tanba númeru foin-sa'e sira ne'ebé isin-rua sedu iha Timor-Leste aas tebes. Maibé planeamentu familiar la'ós ba hatún númeru oan sira de'it. Planeamentu mós tenke iha fokus ba saúde jerál ba feto sira hotu (Santos & Freitas, 2011). Planeamentu la bele hahú uainhira kaben nain iha oan. Planeamentu tenke hahú uluk tanba hanesan ne'e família bele organiza an.

No mós indivíduu sira no kazál sira tenke iha koñesimentu kona-ba opsaun métodu hotu-hotu atu nune'e sira bele hili métodu ne'ebé par ho sira-nia planu moris no sira-nia nesiedade saúde sira. Kritériu sira ne'e signifika katak feto barak, liuliu feto sira iha área rural. Ida ne'e importante tebes tanba relasaun seksuál la akontese de'it entre kaben na'in sira, maibé ema solteiru sira mós halo. Ami hatene katak preokupasaun kona-ba moral no aspetu relijiozu importante, maibé asuntu planeamentu familiar mós asuntu saúde publika no tenke simu atensaun husi governu no órgaun saúde iha Timor. Tuir Dessem & Braz (2005) programa

planeamentu familiar sira tenke hare mós ba kontextu sosiál, ekonómiku, no polítiku ba ema ida-ida no família sira. Himes (1995) ko'alia hanesan no dehan katak planeamentu familiar tenke hare ba aspetu sósiu-ekonómiku no psikososial.

Atu atinje igualdade jéneru iha área edukasaun no empoderamentu ekonómiku, feto sira presiza iha asesu ba rekursu sira ne'ebé sira bele utiliza hodi halo planu ba sira-nia futuro. Ne'e-duni, implementasaun planeamentu familiár ne'ebé hamenus feto sira-nia opsaun no sai hanesan dezafiu boot ba igualdade jéneru. Tuir Sen (2000) planeamentu familiar mós envolve edukasaun, alfabetizasaun, traballu no kondisaun sosiál di'ak ba feto sira. Tuir ida ne'e feto sira iha opsaun atu hili no organiza an kona-ba natalidade no mós bele hatún taxa mortalidade infantíl sira. Feto sira la bele sai hanesan ema pasivu – mak simu de'it – maibé tenke sai ema ativu ba prosesu planeamentu familiar.

Polítika planeamentu familiar no sosializasaun tenke inklui mane sira. Tanba dala barak feto sira ladún iha poder iha dinámika família nian atu deside buat ruma importante, no hili espasu entre oan sira no oan hira mak bele iha (Boarccaech, 2013). Se uainhira ita fahe informasaun ne'e ba mane sira, mane sira bele ajuda *empodera* sira nia kaben.

Asuntu kona-ba planeamentu familiar sensitivu ba família sira. Profisionál saúde nian mak halo planeamentu familiar tenke demonstra respeitu no halo servisu hamutuk ho feto, mane no família. Ema mak simu informasaun tenke sente laran di'ak uainhira koalia kona-ba asuntu ida ne'e. Karik profisionál mak fahe informasaun la'ós ema mak hatene no hare ba parte emosionál ema nia, família (mane no feto) bele la simu didi'ak informasaun (Fagundes & Pires, 2011). Hanesan ne'e programa planeamentu familiar bele la hetan rezultadu.

Ikusliu, iha nasaun ida hanesan Timor-Leste, ne'ebé kuaze metade hosi labarik tinan 5 mai kraik sofre malnutrisaun, no kuaze metade hosi populasaun tomak sei moris iha kiak laran, no númeru forsa traballadór kada tinan aumenta to'o 20,000, importante tebes atu ita investe iha asesu universál ba planeamentu familiar hodi bele hakbiit individuú no família sira, no hodi garantia dezvoltamentu ekonomia ba ita-nia nasaun. Informasaun lo'os no kompleta importante tebes. Tanba informasaun sira ne'e la signifika katak ema bele atu halo buat ruma sala ka la di'ak. Informasaun suporta ema atu prevene, atu planeia, atu hili ho razaun, no mós simu responsabilidade ba sira nia hahalok.

REFERENSIA

Boarcacach, A. (2013). *A diferença entre os iguais*. São Paulo: Porto de ideias.

Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR). (2005). *Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) de Timor-Leste. Chega!* Timor-Leste. Dili.

Dessen M. A; Braz M. P. (2005). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In: Dessen MA, Costa Júnior AL, organizadores. *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, p.113-131.

Diresaun-Jerál Estatístika. (2015). *Sensu Nasional kona-ba Populasaun no Uma-Kain Timor-Leste nian*. Dili.

Fagundes, M; Pires, T. (2011). Panejamento familiar: perfil das usuárias. *Re. Bras. Med. Fam. Comunidade*. Florianópolis, 6(21), p. 230-238.

Hines P. M. (1995). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In: Carter B, McGoldrick M, organizadores. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 440-467.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SHIFTING PERSPECTIVES ON MALE BLACK MASCULINITY AND BRITISHNESS

Célia Oliveira*

Abstract: This article intends to discuss issues related to what it means to be a black male in Britain, as well as the stereotypes related to black masculinity and sexuality. This theme will be broached through the analysis of three theatre plays by the acclaimed playwright Roy Williams – *Lift Off* (1999), *Clubland* (2001) and *Joe Guy* (2007). Roy Williams deals with the insecurities and frustrations of young men and the importance sex has in their lives. The plays raise many questions about cultural identity, not about what it means to be British but what it means to be a black male in Britain. The plays question the media-influenced stereotypes created by society on the relationships that young black people maintain.

Keywords: black masculinity; identity; stereotype; Britishness.

A MUDANÇA DE PERSPETIVAS ACERCA DA MASCULINIDADE NEGRA E DA IDENTIDADE BRITÂNICA

Resumo: Este artigo pretende discutir questões relacionadas com o sentido de se ser um homem negro na Grã-Bretanha, assim como os estereótipos relacionados com a masculinidade e com a sexualidade negras. Este tema será abordado através da análise de três peças de teatro escritas pelo aclamado dramaturgo Roy Williams – *Lift Off* (1999), *Clubland* (2001) e *Joe Guy* (2007). Roy Williams debate as inseguranças e frustrações dos homens jovens e a importância que o sexo tem nas suas vidas. As peças levantam muitas questões acerca da identidade cultural, não acerca do que é ser-se britânico, mas acerca do que é ser-se um homem negro na Grã-Bretanha. As peças questionam os estereótipos influenciados pelos meios de comunicação social e criados pela sociedade acerca dos relacionamentos dos jovens negros.

Palavras-chave: masculinidade negra; identidade; estereótipo; identidade britânica.

* Invited professor at Law Faculty of Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

We intend to discuss male black masculinity and Britishness on some plays written by Roy Williams¹. In his plays, Williams takes as his starting point contemporary social problems and reworks them into vigorous drama. Although his plays are concerned with politics, it is the everyday issues that occupy the plays: racism, poverty, unwanted pregnancy, and mindless violence, suggesting the need to redefine notions of the 'political'. Initially, his work focused on the lives of Jamaican people like his parents and first generation immigrants to Britain. However, in 2002, he turned his attention to modern Britain to explore racism and gang culture, focusing, within these themes, issues of gender and sexuality, specially in a male black perspective.

Black masculinity and sexuality are often described as inherently aggressive, hypersexual, and violent, therefore being impossible to broach this theme without referring to the stereotypes that are attributed to the portrayal of black men. According to Gina Castle Bell:

¹ Roy Samuel Williams was born in the United Kingdom to an Afro-Caribbean family in 1968. He was brought up in Notting Hill, London, in a single parent home, after his father left when he was two. When he was twelve, he was in danger of failure at school and his mother made him have a Saturday tutor, Don Kinch. Kinch was a writer and directed a black theatre company. Williams accompanied him to rehearsals and that was what made him fall in love with theatre. After leaving school at eighteen, several jobs later, he took a theatre-writing degree at Rose Bruford College and has worked ever since in writing drama. This career started with the staging of his first play, *The No Boys Cricket Club*, at the smaller but racially-diverse Theatre Royal Stratford East in London. It was quickly followed by productions at the well-known writers theatre, the Royal Court and other leading theatres, which established him as one of the most acclaimed authors of his generation with twenty staged plays. By alphabetic order, he has written *Angel House* (2008), New Wolsey Theatre; *Absolute Beginners* (2008), Lyric Hammersmith; *Baby Girl* (2008), Cottesloe Theatre, National Theatre; *Clubland* (2001), Royal Court Theatre; *Category B* (2009), The Tricycle Theatre; *Days Of Significance* (2007) Swan Theatre; *The Gift* (2000), Birmingham Repertory Theatre; *Fallout* (2003), Royal Court Theatre; *Local Boy* (2000), Hampstead Theatre; *Joe Guy* (2007), New Wolsey Theatre; *Josie's Boys* (1996); *Little Sweet Thing* (2005), New Wolsey Theatre; *Lift Off* (1999), Royal Court Theatre; *No Boys Cricket Club* (1996), Theatre Royal, Stratford East; *Sing Yer Heart Out for the Lads* (2002), Loft, National Theatre; *Starstruck* (1998), The Tricycle Theatre; *Slow Time* (2006); *Souls* (2001), Oval House Theatre; *Sucker Punch* (2010), Royal Court Theatre; *There's Only One Wayne Matthews* (2007), Polka Theatre. He has, for example, been a commissioned playwright for the Royal Shakespeare Company. Williams was the first recipient of the Alfred Fagan Award and winner of both the John Whiting Award 1997 and the EMMA Award 1999 for *Starstruck* (Tricycle Theatre).

Hyper-stereotypical images of Black folks have historically been depicted as violent, involved in criminal activity, deadbeat drunks or drug-addicts, unable to control themselves sexually, financially, or physically, Mungos or ‘buffoonish characters’, working-class poor, and/or generally uneducated Sambos who are ‘inadequate, non-intellectual, and incompetent’. These images render the Black middle class invisible and reduce Blackness merely to pejorative categories. (Bell, 2016, p. 136).

Considering the generalized ideas on the topic, Williams’ work can be seen within a context of an open-ended social realism, as he tries to portray British society and its dilemmas. By presenting England and Britain as he perceives them, Roy Williams intends to show the reality around him and around the members of the audience without judgement, leading to reflection but not giving, however, any solution to the issues he presents on stage.

In this context, black masculinity and black Britishness will be discussed through the analysis of three theatre plays: *Lift Off* (1999), *Clubland* (2001) and *Joe Guy* (2007).

LIFT OFF

The play *Lift Off* (1999), which premiered at the Royal Court Theatre Upstairs, on 19 February 1999, was inspired by London teenagers, as Williams explains that “now, before the likes of Ali G came along, I used to see white Kids all around Ladbroke Grove, talking and acting like black kids. They were not being rude or offensive, they were absolutely genuine, reacting and responding to the world they were living in” (Williams, 2002, xii).

From this observation of the environment around him in Notting Hill, Roy Williams created the two main characters in the play: Mal and Tone, black and white friends, respectively.

Lift Off traces the friendship between these two young men in West London. Mal is a ‘cool’ young black man and all the girls desire him. Tone desperately wants to be like him. Therefore, he speaks ‘black’ and dresses ‘black’, emulating his black friend. Hannah, Tone’s girlfriend, constantly urges Tone to separate from Mal, as they do not share the same cultural character-

ristics, one being a black person and the other a white one, and Tone seems to have created an identity in the image of his friend, not being a sustainable character apart from Mal.

The play is set in the past, when Mal and Tone were eleven-year-old teenagers starting secondary school, and in the present, when the same characters are in their early twenties. In Act I, we see Mal and Tone meeting Rich, a young black teenager, in the playground. Rich is a lonely boy, who makes paper planes and does not act ‘black enough’, according to Mal, who thinks that being black is having attitude and being ‘hard’. Therefore, he tries to shape Rich to the image he thinks a black boy should have. According to Mal, black identity is constructed through behaviour and attitude towards life and the other. Therefore, a black teenager must act aggressively, verbally or physically, as well as being daring towards the opposite sex. Any attitude contrary to the one previously described is considered contrary to the stereotyped and generalised assumption of what a black man should be and act. This concept of being black is not exclusive to Mal in the play, because Tone’s attitude is presented as an emulation of Mal, which shows that Mal’s arguments are somehow generalised, not only to the black community but also to white people. Mal’s pressure on Rich to change his conduct is the sign that there is peer pressure on one’s behaviour. In fact, “the play shows how little space there is in urban London to genuinely define and explore your identity without coming up against the constraints of racial stereotypes” (Rubasingham, 2002, xxii). However, Rich can’t ever be up to the image Mal defends as well as the peer pressure and ends up committing suicide. This event haunts Mal throughout his life. Here it is created a triangle of friends that display that the meaning of ‘blackness’ shifts from the positive to the negative and back again.

This friendship is betrayed by Mal with Tone’s underage sister, Carol, who gets pregnant. Mal seems not to care, and worse, is defamatory about her. Tone is outraged and calls him “black bastard...nigger” (Williams, 2002, p. 232) in the heat of a confrontation. On his side, Mal is also angry with the world because he has leukaemia and there aren’t enough black people donating bone marrow for him to have the hope of a cure. This finale for Mal is very ironic, considering that, during all his life, he fought to fit into his conception

of what it means to be a black person and to feel part of the black community. The fact that there isn't a donor of Mal's race gives the impression that he was abandoned by those who he had always desired to accept him and the group that should unite to help a member to survive forsakes him, leaving Mal to his own luck. However, this is hardly the fault of the black community, but a problem of unequal access to health care.

This play shows that the issue of race is an important one even among close friends. Tone, despite his wishes and efforts to be black, only has one perspective. It is not that Tone wants to be a member of the black community, what he seeks is a certain media-inspired glamour that is attached to being black.

At the end of the play, Mal raises these issues asking Tone to stop following him, to stop trying to be like him. Tone, for a moment, looks at Mal leaving and follows him. The dialogue begins with Tone:

Wass so funny? Wat if I saved yer life, yu won't be laughin' then.
// It ain't gonna happen dough. // How d'yu know? Ca' yu ain't
black. Yu don't know nottin man. // Dumb white Tone, thass me
ennit? / Wat, yu gonna grovel now? // [...] Go on take a punch.
I won't do nuttin. I'll juss stand and let yer. Call me a nigger. //
No. // It's wat I am. // Yer not. // A cocky coon who got his dues.
// Yer mad. // [...] Hate me Tone. Wass the matter wid yu? //
Don't follow me no more. (Williams, 2002, pp. 239-240)².

This play discusses what it means to be black and the implications inherent to this concept – machismo, language, strength, verbal and physical aggressiveness, and sexual potency – as well as the meaning of friendship and identity, among other motifs. As Osborne points out:

Typical Williams motifs converge in this play: urban inter-racial relationships between young people, racism and its effects upon them; the fluidity of possible cultural affinities relational to socio-racial identities; young people's traumatizing by peers; adult inadequacy to sustain emotionally, support or encourage youth into maturity, and the intense compensatory (but insufficient) bonds they form with each other. (Osborne, 2011, p. 491).

The ethnicity of the characters is never specified except with Rich who is detailed as "a young black schoolboy" (Williams, 2002, p. 163). However, the reader can infer the other characters' (Mal and Tone) ethnic background

² Here and hereafter, the // represents the chance of speech of the characters.

throughout the play, “opening to scrutiny just what informs these socio-cultural categories of blackness and whiteness” (Osborne, 2011, p. 491). Williams was not clear about the racial background of the other characters so that the audience may infer from the recognition of the attitudes displayed on stage. This recognition may lead to the questioning among spectators of the preconceived ideas of what it means to be black or white nowadays. The racial background is shown in the play through the characters’ characteristics – behaviour, language, psychological characteristics as well as arguments and points of view that they defend. These aspects lead the audience to infer what it means to be a black or a white person. Therefore, it is through Mal, Tone and Rich and the relationship they maintain that Roy Williams explores what it means to be black and issues related to black identity. Mal is the “cool black guy on the estate” (Rubasingham, 2002, xx) and Tone wishes to be like him, copying Mal’s characteristics to make him the most popular boy in the neighbourhood. He talks and dresses ‘black’. The authors Barry and Williams explain this phenomenon: “White boys, in particular, are starting to emulate their black peers, responding to a cultural formation wherein machismo, strength, and sexual potency are all being aligned to the signifier ‘black’” (Barry & Boles, 2006, p. 299).

The emulation expressed above shows the desperation of Tone to be like Mal in order to cover his own absence of identity as a young white man. Here, identity definition is intimately connected to cultural stereotypes related to racialized masculine characteristics. Tone ventriloquizes black street talk and engages in cultural cross-dressing in order to reproduce Mal’s hyper-sexualized version of black masculinity. Tone and Hannah, his girlfriend, have a conversation, where she accuses him of his lack of identity as a white man. Hannah begins the conversation:

They ain’t all that Tone, no matter what they say and think.
Blacks Tone. That’s ehat I’m talking about. // Yu a racist. //
No. // [...] Yu best fuck off then. Go get yer cab, move. Co’
if yu don’t like Mal, yu don’t like me right. // You’re not black
though. // I might as well be right. // Looked in the mirror
lately? // Don’t chat like yu know me. // You really want to like
Mal? ‘Don’t fuck wid a bwai and him chicken.’ There must be
something seriously missing in your life if you think acting like
them is going to fill it for you. (Williams, 2002, p. 209).

The emulation that Tone enacts and the need that Mal has to be seen as black raise several questions about the attitude of the white as well as the black teenagers. The first issue is related with the reasons why white teenagers emulate black teenagers, better still, why do white teenagers wish to be like the black teenagers. On the other hand, the fact that a black teenager has the need to be seen as a member of the black community is very important. These two aspects are based on the notion of British Empire, which has already disintegrated, but is still alive in the minds of the colonizers and the colonized, thus influencing the attitude of both white and black people towards themselves and the others.

White teenagers emulate the members of the black community because they are deeply influenced by black culture in music, films, theatre and literature. This emulation provides white teenagers with the possibility to live in the margins and defy social standards. Moreover, due to the influence that the migrant communities perform upon the host communities, white identity is no longer a clear identity. Therefore, white teenagers can move between cultures and, at the same time, not have doubts about their own identities because the privileges inherent to the white community will continue to exist. This happens because white identities are rooted in a sense of superiority derived from the power exercised over racialised others. Even emulating members of the black community, white teenagers will continue to be members of the white community and will never suffer the prejudice and the downturns of being a member of the black community, which makes such emulation a comfortable position to occupy. However, for black teenagers, these choices of whether to be white or black do not exist in the same way because the racism inherent to skin colour will always condition their ability to make such transfers.

This explains Tone's final attitude at the end of the play. During all his life, Tone has acted as a reflection of Mal and, even when he is betrayed by him, he is unable to cut the bonds that tie him to Mal.

This play continues to lead the audience to question the issue of identity through the character Rich and the way Mal decides to transform him into a 'blacker' person as he starts secondary school. They meet in the playground and, according to Mal, Rich does not act 'black' enough because he is not 'cool' and is not 'hard'. Mal forces this idea of blackness onto Rich who refuses to follow the stereotype:

Rich! // No, I don't wanna be like him, I don't wanna be like any of them right. And yu can't make me. // Shut up. Why yu love to take things seriously? Yer so heavy. All I want to do is show that yer hard for fuck's sake. // Why? // It's the only way to be man. Show yer temper a bit more, prove yer hard. Yu hear wat I said? (Williams, 2002, p. 192).

This concept of being black imposed by Mal is a set of hardened attitudes of defence against racism and prejudice. Prejudice and the actions it provoked had a long-term impact on discriminatory treatment of West Indians in Britain. Blumer defines four dimensions of race prejudice, one of them is “a feeling of proprietary claim to certain areas of privilege and advantages” (Blumer, 2003, p. 112) which then leads to housing and job discrimination as well as segregation, crucial practices to the West Indian experience of Britain. It is through the attitudes defended by Mal that the members of the black community establish their position and defend themselves from racist and prejudiced behaviour.

However, Rich couldn't be up to Mal's preconceived ideas of a hard, 'tough', bad-tempered man, rejecting the generalized category of violence attributed to black men, and ended up committing suicide because he could not conform to this stereotype. While Tone strives to pass as a young black man, Rich desires to maintain his own identity apart from the stereotype of what it means to be a black man. Therefore, Rich is not able to show the machismo and the verbal and physical aggressiveness that is usually related to the preconceived idea of being a black man and that he had seen his father portray. As Rich was a victim of abuse through his father, his wish was to be the opposite of him. In Rich's case, through the experience of being a victim of the stereotype, the male role model transformed itself into the portrait of what not to grow into. Consequently, the fact that everyone forced on Rich a behaviour that he did not want and his subsequent inability to cope with that pressure and the fact that Mal abandoned him, choosing Tone over him, leads to Rich's suicide. This suicide haunts Mal because he only chose Tone because he was 'blacker' than Rich and he wanted to regain his racial identity. It is quite ironic that it is a white teenager that acts more like a black young man than the young black man himself. As such, the establishing of identity “has detached itself from skin/colour and became a set of attitudes connected to physical strength and pugnacity” (Barry & Boles, 2006, p. 302).

Through Tone and Rich's behaviour, as well as Mal's, it is possible to conclude that the concept of being black is not a matter of skin colour or pigmentation but a set of attitudes. This explains Mal's attitude in abandoning Rich, a friend that he thought did not reunite all the characteristics that would minimise his unease about his own 'blackness' and identity. By choosing Tone, Mal reinforces his own idea of 'blackness' thus continuing to build the stereotype emulated by Tone and reinforcing his identity associated with physical and verbal strength and pugnaciousness.

Black identity is also identified with a certain related attitude to sexual behaviour as well as sexuality, as if sex was the only possible thing that can establish their position among their peers, especially through racialised remarks on sexuality, cultural credibility and social expectations, a quite frequent issue in Mal and Tone's dialogues, as is shown with Mal's observation:

Wat do yu want me to say Tone? Yer dick is the same as mine. // Yeah, go on then. [...] // Wat do yu expect me to say? 'Breden, check out Tone's piece, shame us all!' I was jealous. So, how's it feel? // Awright. // Wear tighter jeans, show it off more, get nuff pussy. Wat? // Did yu fuck Linsey? [...] // Ferget her, she was a lousy fuck anyway. You got a third leg man, be happy. // Yu have got a bigger dick. Nuff gals fancy yu. Even my little sister's up for it now. (Williams, 2002, pp. 196-197).

Mal's desire to be seen as sufficiently black leads him to sleep with Tone's younger sister, Carol, and then deny paternity when she gets pregnant. He also abuses an employee and the customers in a fast food restaurant due to his frustration at having been rejected by a white female in a club. In fact, Mal only sees women in terms of their sexual availability, as he tries to explain the reason that led him to sleep with his best friend's sister: "When pussy's on offer yu tek it! Fuck wat matters thass it!?" (Williams, 2002, p. 231). This remark shows that his concepts of black identity is also informed by sexism. Despite his recognition, Mal cannot resist these stereotypes of male machismo so that he can feel himself identified as part of those who he believes are the real black men.

Making things harder for Mal to cope with his racial position, Mal is diagnosed with leukaemia but cannot find a donor within his own race, which leads him to question all his choices during his life. The disease may

be considered as an illustration that being black or white is not a matter of style but has concrete effects in a racialized world. In a dialogue with Carol, Mal shows his desire to not be black, to not have to choose all the time to feel part of a group because, for him, being white is easier than being black, as shown in the following dialogue started by Tone. “So wat do yu wan’? // I wanna be white. // White? // Yer so lucky. // Lucky? // Can’t yu see that?” (Williams, 2002, p. 218).

Mal’s remark on wanting to be a white man reinforces the idea of power as well as privileges and advantages associated to being white, including the access to health treatment and to a donor’s bank, which would save his life.

As a black man, Mal felt, all his life, the need to take actions and make choices in conformity with the stereotypes of his racial group, so that he felt he had an identity. However, at the end of the play, Mal seems to recognize that all his machismo and sexual aggression are not a good model to follow, when he tells Tone “Hate me!” (Williams, 2002, p. 240.). Through this statement, Mal is saying that his behaviour was not probably the best and that he does not expect to be understood or forgiven. In fact, he shows that the model of a black man that he followed was not the right one “but where his own models should have come from remains an open question at the end of the play” (Barry & Boles, 2006, p. 303). This open ending shows that the playwright does not wish to present judgements towards the issues presented on stage but rather lead the audience to reflect upon the questions raised throughout the play.

In order to show Mal’s interior struggle with his own identity and the silent fight between all the male characters in the definition of their own identity, the play was performed on a raised concrete stage “that resembled a boxing-ring, as several reviewers pointed out, providing a fitting space for the dissection of the aggression and competitiveness of the male community that Williams presents” (Barry & Boles, 2006, p. 301). Indhu Rubasingham, the director of the play, used the stage to illustrate the issues raised by the play and the interaction between those characters. Once again, the staging works as a fundamental part in the creation of meaning and in the formation of the audience’s mind towards the issues broached in the play. It is rather meaningful that the stage resembled a boxing-ring because the different characters do

fight each other in the construction of their identity, and in its preservation, as well as in the pressure they put on the other to fulfil the image of identity they mentally conceived for them.

In the play, there is an interesting triangle (Mal, Tone, Rich) which explores the ways in which both black and white have become detached from skin colour and coded as forms of behaviour which permit cross-racial affiliations. Yet it also explores the ways in which while it may be possible for white young men to ‘pass’ as black men, it is less possible for a black man to “pass” as a white man because of institutionalized racism. Therefore, the possibilities of cross-cultural affiliations are conditioned by the material practices of racism.

CLUBLAND

Clubland (Royal Court Theatre, London, 2001) follows the story of some young men and their experiences clubbing. We are introduced to Kenny and Ben and the people they relate to, mainly in Palais nightclub.

Ben, the only white man in the group, is racist and unpleasant. He is married but despises and hates his wife. He has only married her under pressure and due to her money. Therefore, to escape from home, he goes out clubbing every night with Kenny. Kenny is a sweet young black man who only tries to find a girl he can have a steady relationship with, unlike Ben, who only wants a night of sex. Due to his behaviour, Kenny is constantly criticized by Ben about his non-existent sex life, deconstructing the view of the black man as the sexual predator and the white man as less promiscuous. Ben begins the following dialogue:

So wat happened? // Didn't fancy it. I had a feeling she was a kid. // Shut up, man, I saw yer, yer tongue was on the floor dread, nuttin happened cosy u were boring the arse off her about yer job. Who gives a fuck about pensions? Yu think she wants to hear that? She was waiting for the jump, man. (Williams, 2004, p. 77).

Later in the play, Kenny begins a relationship with Sandra but it is not a secure one, as he seems unable to leave behind Ben's influence and his vision

on relationships. Kenny is greatly influenced by Ben but secretly tries to relate to Nathan, an ex-member of the group who married the woman he loved, had a child and abandoned the life of clubbing. In fact, Nathan invites Kenny to be the godfather of his little daughter. Nevertheless, Kenny has difficulty accepting because of Ben's disapproval.

While this plot unfolds on stage, important questions are raised about this lifestyle. Roy Williams deals with the insecurities and frustrations of these young men and the way they face sex and the importance it has in their lives. The play raises many questions about cultural identity, not about what it means to be British but what it means to be black in Britain. The play questions the media-influenced stereotypes created by society on the relationships that young black people maintain.

The play joins the several other plays that discuss the issues of being a man, black or white, in Britain, establishing a connection between Williams' work and in-*yer*-face drama and its investigation of masculinity:

Clubland overlaps with the lad plays of the mid-1990s, which were written by Nick Grosso, Patrick Marber, Jez Butterworth, Simon Bent and others and presented male characters who, in a show of post-feminist misogyny live in a world wilfully blind to the progress in gender relations in the last twenty years. Ben's vitriol prompted Charles Spencer in his review to write that the male characters in *Clubland* possess 'attitudes that make Jimmy Porter seem like a passionate feminist'. (Barry & Boles, 2006, pp. 303-304).

Like Mal in *Lift Off*, Kenny is questioning the decision he made in school, when he decided to take sides with his white friends and not protest when they beat up and racially insulted Ade, a young African immigrant that had just joined their class. A number of situations lead Kenny to reconsider his friendship with Ben, including his encounter with Ade in a club where many white female show their interest in him, the offer to be the godfather of Nathan's daughter, a white friend, who, unlike Ben, is happily married as well as Sandra's challenge, who is tired of his one night stands with white women. Under the pressure of his friends, who each want him to live up to the idea of what each wants for him, Kenny struggles with his identity as a black man. As Barry & Boles argue:

Kenny struggles with his identity as a black man under the pressure he feels from Ben, Nathan, Ade and Sandra, all of whom want him to be or represent something different from what he currently is, ranging from a tough 'bwoi' (Ben) to a respectable family man (Nathan) to a strong-willed, self-confident sexually successfully black man (Ade). He must answer the question Williams tries to pose in all his drama: 'Where do I fit in?' (Barry & Boles, 2006, p. 304).

It is important to note that Kenny is pressured by his friends to make his choices. However, he navigates between the worlds that each of them represent and, as situations take place, he chooses individually, never cutting relations with any of his friends but keeping them in a position where they are not able to pressure him into choices he does not wish to make. It is by not succumbing to any of the pressures that he is able to keep all his friends and, at the same time, build his individual identity.

Again, similarly to the themes explored in *Lift Off* with Mal and Tone, Kenny also deals with the issue of what it means to be black and the stereotypes that are inherent to this concept: a way of talking and dressing, the behaviour, the people he should be surrounded by, the attitude towards women and sex. Kenny is in-between the binary that is created by the parallel existence of the black and the white worlds. It is one world but it is divided due to the fact that different communities see it and behave as if it was made of incompatible parts. It is because he travels between these two worlds that he ends up belonging to neither of them at the beginning of the play.

However, Kenny starts making choices when he opts to be Nathan's daughter godfather, asks Sandra to marry him after a night together and he still opts to remain friends with Ben, despite Ade's accusation that he is betraying his own racial identity and Nathan's attempts to keep him away from Ben's misogyny and aggressiveness. By the end of the play, there are not many revelations in Kenny's personality but, throughout the play, it is possible to see that it is in his negotiation with the other characters of the roles they provide for him that Kenny builds finds his own identity. Basically, Kenny tries to construct an identity of his own out of the separate pieces of his life, in something of a success story.

In the discussion of the issue of identity in this play, Ade becomes an important character because his masculine and racial identity is challenged by Sandra, who questions his need to have sex with white women from the club. She even suggests that Ade's behaviour has its origins in his failure to overcome the white boys' choice of Kenny over him at school. Therefore, according to Sandra, this behaviour is his way to enhance his once diminished masculinity and pride. So, night after night, Ade inflicts his anger on women in the clubs and, at the same time, is the target of hate of the white men who see him with 'their' women.

Contrary to Ade and Ben, the idea of a balanced identity, in this play, is only achieved by Kenny, who, in the end, seems able to navigate safely between the white and the black worlds. Kenny shows that it is possible to have an identity that is neither totally 'black' nor totally 'white' and feel comfortable with it. By not belonging to a specific community, Kenny is able to live in both the white and the black worlds, which enables him to build his own identity detached from the views of the other characters and their pressures. Kenny's position is important in relation to what happens with the characters in *Lift Off*, who cannot navigate between the worlds around them because they are not able to disconnect themselves from the stereotypes, which makes overcoming racism an individual question rather than a social one. Through Kenny, Williams illustrates that one's position in society and in the different worlds around is only possible through the construction of an individual identity and not the following of stereotyped identities.

The end of the play shows the male characters' position towards themselves and the others around them: Ben is unable to leave his position of white male, despite a sort of redemption after his wife left him and after he lost his job. Ade seems unable to cope with the white faces around him. Kenny is the only one that identifies with aspects of both white and black cultures.

As Roy Williams points out, the play is not about the who people should be with but, "all I'm saying for Kenny is love who you want but make sure you're with them because you want to be, not because you're trying to play up to some stupid stereotype that's been handed down to you"³.

³ Sierz, Aleks "Playwright Roy Williams" (2009). [online]. Available at <http://www.theartsdesk.com>. Last accessed: 09 April 2018.

JOE GUY

Joe Guy (New Wolsey Theatre, Ipswich, 2007) follows the story of Joseph, a Ghanaian youngster taunted by the British-Caribbean for his accent and his humility. Abandoning his Ghanaian heritage in Act I, Scene Five, Joseph becomes Joe, an icon of urban black identity and a famous football player, after a football match where he scored an extraordinary goal, overcoming the star football player in the team. After that football game, he joins some of his colleagues and some girls in a hotel, where, as they put it, “things get out of control”. After that night, he is accused of rape and is detained for running down a couple of older people. After this incident, Joe tries to make amends with Naomi, the mother of the daughter he has never met, and become the father he has never been.

This Williams’ play invokes stories over the recent years of cash-fuelled debauchery in the Premiership that implicate players in drugs, drunk driving and after-match rape scenarios in luxurious hotels. This issue is quite important because sports play quite an important role within the black community. For black people, Jesse Owens’ 1936 Olympic victory in Germany was not just about a gold medal but was also a statement about racial equality. The same social status is applied to Jackie Robinson, Bill Russell, Venus and Serena Williams or OJ Simpson and countless other black athletes, because, willingly or unwillingly, they were made advocates for the black communities. In many cases, sports mean a way out of poverty. And many athletes have accepted the responsibility and have become social activists for their community. For many, athletics is about wins and losses but often, in the black community, it is also about a right to be respected and championed. Therefore, black athletes from every sport are regarded as role models and have taken on that role. The fact is that, in 2007, headlines showed that some of these athletes did not live up to their status as role models, being implicated in cases of drugs, alcohol, drunk-driving and after-game sex and rapes, which, in some cases, put an end to their sports career. Despite the same things happened to many white footballers, these cases also show that these role models were unable to live up to their position of power.

All these issues are evoked by Joe, a man who was not able to cope with all the things that are inherent in sports stardom. Joe's decline is, mainly, the result of the fact that he is not able to cope with the power he gained through fame.

Joe's identity-shifting (Joe exchanges his genuine Ghanaian heritage for a supposedly cool Caribbean style and patois) was aroused by his uneasiness as a Ghanaian and the fact that he wanted to feel accepted by those who taunted him due to his skin colour. Through this issue, Williams "dramatizes the complex tension of race and colour, revealing the ambiguous perception of the notion of 'shadism' or 'pigmentation' obtaining in Britain but rooted in the legacy of the slave trade" (Kasule, 2006, p. 317).

The play presents differences between the two black cultures, the African and the West Indian, and people's attitudes towards the colour of their own skin. Joe's father Jude defends the argument that the black people with darker skin consider themselves the chosen ones because they stayed in Africa while the others were enslaved. Jude speaks his mind at the end of the play in a dialogue with Joe, where he starts declaring that having brought Joe to England was his biggest mistake:

I should have never bought you to England. They have you all mixed up over here. All of them with their bling bling. // It's the way it is. // Not for me. You let them cloud your head. // Dad! // They hate us. They hate us because we are pure. Because we were not stupid enough to get caught, taken away in chains. // Oh, man! // Look at them, look at their skins. // No, Dad, no. // Listen to me. // Not the bit about the skins, please! // They have everything in them, white, Indian, Chinese, no wonder they are so confused. Never mind being like them, they should be more like us. They are the ones who do not hold their culture in high esteem. They are the ones passing on their so-called Christian values that were given to them by their slave masters. // Are you done? // Why do think so many of those idiots now are growing locks, changing their names, wanting to take the first plane back to their 'spiritual home'. A Jamo pretending to be black is still a Jamo, Joseph. (Williams, 2007, pp. 84-85).

Even though, in the previous excerpt, Joe dismisses his father's opinion, throughout the play, he states, in various situations, that he sees himself as a more important and a better member of the black community because his skin is darker than that of the West Indians. As he states in a conversation with Helen, Joe's agent: "I'm better than him. I'm pure" (Williams, 2007, p. 67).

Through the previous statements, it is possible to understand the importance of colour and the relation it has with the concept of purity of the race. The less the physical characteristics approach the members of the black community to the members of the white community, the nearest these people are seen to be to the original black people thus turning them in racially uncorrupted people. This concept demonstrates the complex tension between race and colour rooted in the concept of 'shadism' and 'pigmentation' that is primarily rooted in the legacy of the slave trade. Therefore, those who were taken out of Africa were separated from their native black culture and, with time, became closer to the white community, not only through their daily habits, but also through the colour of their skin, that became lighter through the mixing of people of different origins and races. Consequently, it is not possible to talk about 'pure' races because, ultimately, "some families have been mixed race for generations" (Kasule, 2006, p. 317).

Kwame Kwei-Armah explores this phenomenon, declaring that black people still feel the weight of slavery and submission and that this type of behaviour in teenagers today is the reflection of several generations having been enslaved: "I think part of the reasons why we find ourselves as black people re-enacting what we are re-enacting [...] is because we have not rid ourselves of the self-hate of being enslaved" (Davis, 2006, p. 245).

In fact, it is important to take into consideration that there are differences between the different black groups and that there are multiple cultural backgrounds in these ethnic groups. The contemporary dilemma of black British people has been deeply influenced by a history of slavery and migration. Therefore, all the people that have this historical background, either in the far away past or more recent history, ended up mixing. Hence, "all social situations – and, hence, all populations, states and groupings – are in fact mixed. Thus, there cannot be any such thing as a pure race, a pure nation, or a pure collectivity, regardless of patriotic, ideological, or religious argument" (Said, 1985, pp. 38-58).

On the other hand, it is important to note that, despite Joe's manifestations of belonging to the purest race and being better than the West Indians, the fact is that he rejects his own origins and emulates the West Indians, not only in their behaviour, but also in their patois. The abandoning of his origins and the resembling of the West Indians shows Joe's attempt to belong to the racial group he

considers to detain power within the black community. Once again, skin colour and pigmentation is important as it is possible to consider that the lighter the skin the nearest it is to the colour of the powerful dominant race in Britain – the white community.

However, in the end, Joe is unable to belong to the group of West Indians and as we see him making all the efforts to distance himself from his origins, he loses himself and is without the power he thought he would achieve by emulating the West Indians. The main character of the play finally realizes that being either Ghanaian or West Indian, the reality remains. In the eyes of the white people he is only a black person.

According to Gabriele Griffin (2003), independently of their origin and their cultural background, immigrants, in the 1960's, 1970's and 1980's, were called black by the white population in the United Kingdom. This homogenization led to a politics of coalition-building so that, together, they would achieve greater visibility and more political impact. Nonetheless, it is important to note that the term has its limits because it carries within multiple meanings and multiple cultural shapes. "The homogenizing term 'Black' can no longer easily be used" (Griffin, 2003, p. 10), because it is important to notice that there are several cultures within what is generally referred to as black culture, as it is the case of the West Indian or the African. Therefore, the term 'black' can enact different cultural manifestations.

REFERENCES

- Barry, Elisabeth & Boles, William. (2006). Beyond Victimhood: Agency and Identity in the Theatre of Roy Williams. Pp. 297-313. In Dimple GODIWALA (ed.), *Alternatives within the Mainstream*. Newcastle: Cambridge Scholars Press.
- Bell, Gina Castle. (2016). Exploring representations of Black masculinity and emasculation on NBC's *Parenthood*. In *Journal of International and Intercultural Communication* (2017), Volume 10. Pp. 135-152. New York: Routledge.
- Blumer, Herbert. (2003). Race Prejudice as a Sense of Group Position. In Charles A. GALLAGHER (ed.), *Rethinking the Color Line: Readings in Race and Ethnicity*. Boston: McGraw-Hill.

Davis, Geoffrey. (2006). This is a cultural Renaissance – an interview with Kwame Kwei-Armah. In Geoffrey DAVIS & Anna FUCHS (eds.), *Staging New Britain: Aspects of Black And South Asian British Theatre Practice*. Brussels, Belgium: P.I.E.-Peter Lang S. A.

Griffin, Gabriele. (2003). *Contemporary Black and Asian Women Playwrights in Britain*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kasule, Samuel. (2006). Aspects of Madness and Theatricality in Kwame Kwei-Armah's Drama. Pp. 314-328. In Dimple GODIWALA (ed.), *Alternatives within the Mainstream*. Newcastle: Cambridge Scholars Press.

Osborne, Dierdre. (2011). *Roy Williams*. Pp. 487-509. In Martin MIDDEKE, Peter Paul SCHNIERER & Aleks SIERZ (eds.). *The Methuen Drama Guide to Contemporary British Playwrights*. London: Methuen Drama.

Rubasingham, Indhu. (2002). *Introduction*. In Roy WILLIAMS, *Plays: 1 The No Boys Cricket Club, Starstruck, Lift Off*. London: Methuen Drama.

Said, Edward. (1985). An Ideology of Difference. In H. L. GATES (ed.). *'Race', Writing and Difference*. Chicago: University of Chicago Press.

Williams, Roy. (2002). *Plays 1: The No Boys Cricket Club, Starstruck, Lift Off*. London: Methuen Drama.

_____. (2004). *Plays: 2 The Gift, Clubland, Sing Yer Heart For The Lads*. London: Methuen Drama.

_____. (2007). *Joe Guy*. London: Methuen Drama.

_____. (2008). *Plays: 3 Fallout, Slow Time, Days of Significance, Absolute Beginners*. London: Methuen Drama.

WOMEN AND TIME: ONGOING DEBATES IN CONTEMPORARY SOCIETY

Therese T. P. Tam Nguyen*

Abstract: This paper captures an overall picture of the concept of time. Time has become a hermeneutic subject opened to debates and discussions at different levels in diversified disciplines since the beginning of the 20th century. Time sociologists have formed their own pathway to ground up a comprehensive theory of time. Social time and clock time have been a battlefield for humans, who struggle to balance between qualitative time and quantitative time, a demand from their social and economic life. The linear time or clock time has transformed human society so quickly since the Industrial Revolution, reducing time into a commodity, having money as the exchange value, and money can be used to buy time. The debates on time, unavoidably, also intersect with the gender matters, particularly, when they discuss about women's time, which is so much different from clock time, marginalizing women's time that is spent on reproductive work. The political implication of women's time is evident in terms of valuing more women's invisible and unnamed works. On the other hand, researching and analyzing women's time are needed for further discussions on methodologies.

Keywords: women's time; clock time; social time; time constraints.

MULHERES E O TEMPO: DEBATES ATUAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Resumo: Este artigo captura uma visão geral do conceito de tempo. Desde o início do século XX, o tempo tornou-se um assunto hermenêutico que se abre para debates e discussões em diferentes níveis em disciplinas diversificadas. Os sociólogos do tempo formaram seu próprio caminho para fundamentar uma teoria abrangente do tempo. O tempo social e o tempo do relógio têm sido um campo de batalha para a humanidade, que luta para equilibrar o tempo qualitativo e o tempo quantitativo, exigidos pela sua vida social e econômica. O tempo linear ou o tempo do relógio provocou rápidas transformações na sociedade humana desde a revolução industrial, sendo reduzido a uma mercadoria e tendo como valor de troca o dinheiro e este, por sua vez, podendo ser usado para ganhar tempo. Os debates sobre o tempo, inevitavelmente, também se cruzam com as questões de gênero, particularmente, quando se discute o tempo das mulheres que é muito diferente do tempo do relógio, marginalizando o tempo das mulheres que é gasto no trabalho reprodutivo. A implicação política do tempo das mulheres é evidente em termos de valorização dos trabalhos invisíveis e sem

* Researcher and Lecturer at the Social Sciences Faculty, UNTL.

nome das mulheres. Por outro lado, pesquisa e análise sobre o tempo das mulheres são necessárias para aprofundar as discussões sobre metodologias.

Palavras-chave: o tempo das mulheres; a hora do relógio; o tempo social; as restrições de tempo.

INTRODUCTION

In the modern time, nowadays, we always listen to people's complaints about 'lacking time', 'running out of time' and 'there is no time'. Why has time become an issue to be discussed? Why have we, as men and women, frequently encountered a number of tensions, pressures and trade-offs relating to time? Time has been discussed and mentioned daily from an individual to a national level, both in developing and developed countries. Time has become a parameter to measure people's success, an instrument to reduce human labor into a quantity of commodities produced, and the cruelest of all, into money, and now is a dominant concept all over societies (Levine, 2008). In some countries, workers are paid hourly, daily, weekly and monthly. In the other hand, there are communities where the people's works are not necessarily converted into cash payment but labor exchange. Time is not only spent for working, but also for leisure, in order to enable human relations and for the development of other non-economic activities. Time concept has been perceived differently in line with cultures, with history and with the degree of socio-economic development of each country. A number of researches proved that perception of time could also be perceived differently in terms of class, gender and other collective and personal factors (Schouten, 2008).

In the academic world, the researches or writings on the topic of time and gender are various. However, scholar researches and writings on this topic in Timor-Leste are still new and open areas for discussion and debate. Feminist literature has emphasized the aspect of time as an important resource for women, and yet, very few scholars' writings on gender and time can highlight the tension between women's time – considered as social time, without finite unit of time – and clock time – considered as linear or machine time which is translated into commodity and money. This paper aims to contribute to

enriching academic references on the concept of time in sociology and gender studies. At the same time, it opens the debate on gender injustice, from the perspective of time in Timor-Leste.

For all these mentioned reasons, the author attempts to explore several existing literature about time that sociologists have been discussing for the past decades, and, specifically, on the nature of women's time. It will, firstly, discuss the overall basic concepts of time, mainly in sociological writings and attempt to shed a light on the following themes: the differences between social time and linear time; the intersection between different concepts into a more profound discourse of women's time. Secondly, it aims to discuss the way social and linear time affect society's perception of women's time and explain the reasons for constant pressure on women's time scarcity. And, finally, the paper discusses and points out some possible dilemma in strategies to promote gender equity in terms of time.

EVOLUTION OF TIME CONCEPT IN SOCIOLOGY

In relation with the evolution, only by the 1970s, time has become an important subject to be studied and discussed. Even though some prominent sociologists discussed time, they did not allocate it as the main theme to be studied. Therefore Luscher (1974, p. 102) referred to it as: "Time: A much-neglected dimension in social theory and research". By the mid of the 1970s, the literature about time has crossed cut with other disciplines, such as cultural anthropology, history, psychology, and ethology. Time study has become an interdisciplinary subject that drew more attention from scholars across social sciences.

Several studies explored the passage of time, the perception of time from different individual, cultural and social contexts. Since early times, human civilization's time was dichotomized into two contrast concepts such as day/night, now/not-now, traditional/modern. In our ancestor time, the rhythm of life processed in relations to the environment. However, the first sociological approach to time can be traced to the work by Durkheim and his followers.

Durkheim believes that time as a symbolic configuration, which embodies the arrangement of society via temporal flow. He and his followers emphasize time as a collective event – as a product of collective awareness. Later, Sorokin and Merton (1937), more than agreeing with Durkheim that “units of time are often fixed by the rhythm of collective life” (Hassard, 1990, p. 3), they extend a step further, outlining important analytical differences between social time and astronomical time, which is also known as clock time.

Since then, the contemporary, nowadays, is governed by the two dominating concepts of time, which are social time and clock time. These two types of time have the power to dictate all our daily activities. In general, the two dominating themes in time sociology are social time or/and clock time (Hassard, 1990). The differences and intersections of these two concepts of time need further discussion, in order to further explain the dilemmas of considering women’s time in the light of the dominating mainstream clock time in this globalized world.

SOCIAL TIME AND CLOCK TIME

Social time is defined by Gurvitch (1990) as:

The time of convergence and divergence of movements of the total social phenomena, whether the total social phenomena are global, group or micro-social and whether or not they are expressed in the social structure. The total social phenomena both produce and are products of social-time. They give birth to social time, move and unfold in it...thus social time cannot be defined without defining the total social phenomenon. (Gurvitch, 1990, p. 67).

An individual may experience one’s unique time in a biological and psychological period and the recurring rhythm of social activities where all individuals find their common-time. Levine, R. & Norenzayan (1999) discovered the Indian’s annual festival can be meaningfully understood in term of “gathering time”, “singing time”, *‘intermission’*, and *‘meal time’*.

In rural area, people estimate time by looking at the movement of the sun. They can feel changes in daytime and nighttime of certain months of the year. For example, there are some changes in May and October. Common Vietnamese

people do not know how to explain the phenomenon, but they formed their own popular songs to describe it as: “*Tháng năm chưa nằm đã sáng, tháng 10 chưa cười đã tối*” (In May, one not yet go to bed the sun already rising, in October one does not laugh yet the sun is set). This popular saying tries to describe the fact that the night seems shorter in May, compared with other months of the year, and, in October, the day period seems shorter.

In Timor-Leste, the farmers calculate their time through the stages of agriculture cultivation. There is time for “*hamos rai*” (clearing the land preparing for sowing maize seeds) and time for ‘*Sau batar*’ (time to harvest the maize) and, interestingly, none of these types of time can be compatible with clock time. In this society, the construction of the sacred house (*uma lulik*) usually is done during the dry season, because in this season farmers are free from the agriculture works and the weather is good for collective gathering and working on an open space. The social gatherings in Timor-Leste, whether they are wedding parties, mourning in funerals or other types of social gatherings, are not limited in hours, it depends on the many existing factors that contribute to the duration of the event. According to Sorokin’s (1937) researches on time perception of many societies, the week can be measured from three days to sixteen or more days. For example, the eight-day week of the *Khasi* is based on their system of trade, as they hold a market every eight days. Bourdieu, in his study with the *Kabyle* of Algeria, has noted that the society created its own pattern of time, there is no set time for eating and they hate to be in hurry or be restricted by clock time (Hassard, 1990).

After the industrial revolution, linear time or clock time governed our social lives deeply. Instead of being evaluated by stages or events, much social life now is measured by quantified temporal units like hours, days, weeks, months, years and decades. The industrial capitalism and the colonial administration has transformed human’s mentality about time. The wasting-time acts are seen as sinful in a workplace. In urban and industrial regions, the social and economic rhythm is far different from the rural ones. The working sequence, day by day, has nothing to do with the phenomenon of nature; it is largely governed by the speed of the time machine system, whose rhythm does not follow the rhythm of life. Hassard (1990, p. 12) described the characteristics of linear time or clock time: “the past is unrepeatable, the present is transient and the future is infinite and exploitable. Time

is homogeneous: it is objective, measurable, it is related to change in the sense of motion and development; it is quantitative”.

Under the influence of capitalism, time appears as a limited good. It is valuable due to its scarcity. The common metaphor we hear every day in our society is that: “time as money”. Further on, Lakoff and Johnson (1980) remarked important economic traits of time and money in which time increasingly turn into convertible commodities: money can buy time. Indeed, time has become a precious and exchangeable resource; when time passed it will not return and tomorrow is another day in its own new agenda. Therefore, our contemporary society is governed by a new standard of time. People are more aware of time pressure in their daily life, as Levine put: “Today’s global technology demands finer and finer timekeeping, tighter and more coordinated schedules and increased pressure to make every moment count” (2008, p. 15).

In the plethora of different time perspectives, one could wonder how time perceptions and practices are different among individuals, notably, women and men. The following section will describe the meticulous characteristics of women’s time, and how it is in conflict with clock time.

THE CLASHES BETWEEN WOMEN’S TIME AND CLOCK TIME

The hegemony of clock time is the reason to make women’s time become so marginalized in the contemporary life streams, due to the distinctive characteristics of women’s daily roles and functions that are different from men’s in terms of time spending. Women’s time is task-oriented, which means that the whole task has to be accomplished, regardless the number of hours it may take. A popular “*chiché*” is that “women’s work is never done”. Women’s work, such as rocking the babies to sleep, feeding them until they are full, managing the household chores and other endless lists of tasks, are activities that a woman has to accomplish in one day. Women, exactly, operate their works in 24 hours, they are available at servicing children, the husband, and other family members. All these activities embody the idea that women’s time is not compatible with clock time, as Adam (1998) argues that women’s caring, educating, and loving time can’t be reduced to commodity or

money. The author unfolds the complexity of women's time, struggling to entangle into the linear, machine time world:

Their household management and maintenance time, their female time of pregnancy, childbirth, and menopause, are not so much time measured, spent, allocated and controlled as time lived, time made, time given, and time generated. It is rarely personal time/ own time but shared time, a relational time that is fundamentally enmeshed with that of significant others and as such it has to fit into the clock-time world of timetables, schedules, and deadlines. (Adam, 1998, p. 24).

Adam has brought to light the invisible layers, displaying the intricacy of all the hidden webs of working, making and generating time in which women are the unique actors. And yet, their time is unrewarded and undervalued in a commodification world of modernization and globalization, where time is reduced to money.

The following section attempts to analyze the two different working conditions that show how women feel their time constraints in developing and developed countries. Whether it is informal, non-employment or formal employment, women in different economic conditions, women from these both sectors are facing common challenges that have largely influenced their well-being.

WOMEN'S TIME IN INFORMAL AND NON-EMPLOYMENT SECTORS

The majority of women in the world get involved in informal or non-employment activities and only a small percentage of women participate in professional employment in developing countries. Further, the number of women involved in vulnerable employment is more severe, reaching 76,4% of the total employment in developing countries (ILO, 2018). Agriculture works and informal income-generating livelihoods are opted by a large number of women in developing countries. Women work intensively from early sunrise to sunset on the fields and continue to work in their own households until they go to bed. Women's time used in agriculture is not the same as men's, as women farmers do not follow clock time; traditionally, they still follow biological time (when they feel hungry) or follow the movement of the sun

(they estimate time by looking at their own shadow under the sun). This reflects how people's sense of time is based on the natural movement of the sun and moon. Some rural societies sense of time relies on the circulation of the sun and on the development of the stages of the crops.

People in rural areas divide time into phases, according to the whole process of agriculture activities like cleaning land, sowing seeds, pre-harvest, and post-harvest. For women farmers, their day seems longer, and their night seems shorter because, after the working time on the field or home gardens, they continue doing domestic works in the house.

The sexual division of labor, traditionally, has separated women in the private sphere and men in the public one. This clearly has an impact on time for both women and men. In terms of the private sphere, it always relates to women. Society believes that in the private sphere we use and manage our own private time which, as our understanding, formally is not regulated and organized by a third party. For married women, private time does not mean that the time is only for them. In practice, it is used for the service of others, especially for the other elements of the domestic household, where, implicitly, governs the norm of female availability for 24 hours. For example, in Greece, domestic work, whose coordination, organization and execution is attributed to the women, does not consist only of tasks that can be accomplished within a certain period (Schouten, 2008). All methodologically valid surveys of time use in the Western world revealed that women have "time-dependent tasks", *i. e.* tasks they cannot expect, while men's jobs can be performed at any time, but they are more visible and spectacular jobs, while women are given the routine tasks. On the other hand, society perceives that women are good at the time – consuming works. Women who are less educated have a tendency to work more on handicraft works. Timorese Women work for hours to produce a basket. It takes them one month to knit a small shirt, a week to embroider a tablecloth or half a year to weave a *Tais*.

In the research done on women's time use in Sub-Sahara, Kes & Swaminathan (2006) developed a very useful conceptual framework that can be applied to gender time analysis in developing countries. The au-

thors classified two main areas of work: market and non-market. Market work can be understood as a production of commodities and services in both formal and informal employment that have market exchange value. Unlike market work, which is usually calculated in GDP, the non-market activities are composed of production for household consumption, reproductive work and volunteer work (Moser, 1989).

Women's reproductive work not only refer to childbearing and child caring but also include the whole domestic drudgery such as cleaning, sweeping, household maintenance, arranging inside and outside the house, preparing meals, buying food, collecting vegetables and other grains from the gardens, collecting firewood and water. Reproductive roles of women are not limited to taking care of their own household or children; for instance, many women in developing countries also traditionally look after their in-laws and take care of the sick and the aged in the extended family (Nguyen, 2012). Therefore, in regions that lack adequate infrastructure, feeder roads, water and sanitation systems, energy sources or under-provision of services women will be imposed of work burdens and will prolong the time to perform activities related to household survival and economic production.

Voluntary community work comprises unpaid activities in the community and civic associations. It can be shaped in other forms like assisting in service work for the community such as water management, road construction, and other kinds of involvement in religion, political and social organizations. Voluntary community work, most of the time, involves a form of voluntary unpaid work, which occupies the 'free time' of women.

WOMEN'S TIME IN FORMAL AND EMPLOYMENT SECTORS

In modern, industrialized societies, in the last decades, women's participation in formal and paid employment has been increased significantly. Despite that, women continued to perform the unpaid domestic works like any women who are in informal and non-employment. Alongside the professional and paid jobs, they have to do a "second shift", "dual burden", or "double day". Kwan (2000) noted

that increasing female participation in the labor force does not significantly change the gender roles and space-time constraints women face in their everyday lives.

Sayer (2005) noted, in a research on women and men's time use in 1965, 1975 and 1998, that there were changes in public perception about the increased number of women who spent more time nowadays on the masculine work. According to the research, it is acceptable for women to perform both works, while it is maintained the perception that men spending more time in unpaid work is unacceptable. As Thompson and Walker (1995, p. 287) put it: "The unpaid work is not a gender-neutral bundle of chores that women perform out of comparative advantages or lower resource but instead integral to the reproduction of unequal power relation between women and men".

A research based on a database on mean hours of paid and unpaid work by gender from 10 developed countries (in 1980, 1982, 1991 and 1992), namely Australia, Canada, Denmark, Finland, Italy, the Netherlands, Norway, Sweden, the U. K. and the USA, showed that women's mean hours per week on unpaid work was almost the triple of men's (Bittman & Wajcman, 2016).

Van de Lippe & Van Dijk (2002) argued that economic circumstances of a country can affect the individual choices of career. Most of the developed societies have more women seeking their professional choices, being more independent and more involving in paid work. However, Nisa (2013) pointed out that married women, whether in developing or developed countries, suffered the more negative impact of paid work than single women. Besides their role as a professional at the workplace, they have to play a wife and a mother role at home.

In reality, as what Nisa (2013) observed, women who have more children will spend more time performing housework, for women, even those who have high skills, usually earn less than their husbands, they often spend more time looking after the children and spend less time on paid employment. In this line, Offer & Schneider (2011) found that in family with dual-career parents, mothers work more hours during the week or at weekends. Another issue relating to women's scarcity of time is the high level of multitasking among professional women which increased a pressure of work-life balance and increased stress.

Expressing the inequality in time spent not only on productive and reproductive works of women and men but also in the quality of leisure time, several

pieces of research on time have proved that the quantity and the quality of leisure time are also considered a measurement of quality of life in contemporary society. Taking some advanced countries where it is assumed that gender equity and equality have achieved a certain momentum for decades, still do not yet achieve an equal proportion of leisure time between men and women. A research by Bittman & Wajcman (2016) proved that men's leisure time is longer than that of women's and men's leisure is likely less to be interrupted than women's. Adding to this line, Frazer (1997) proposed that the distribution of leisure time is one of the key principles of gender equity. Therefore, the competing argument recently focuses on the quality of women's leisure time.

Today, there are some social policy efforts in some developed countries to reduce the women's reproductive works. Geist (2005) argued that countries with good social services for families such as child care, greater livelihood support the outsourcing of domestic duties and enable women's involvement in paid work. Therefore, the welfare regime can play an important role in affecting the time spent by women and men on paid work.

CONCLUSION

The characteristics of women's time used in employment and non-employment are both demanding and tasks-driven. Women's time is not finite and cannot be calculated in a mechanic way. Their works are repeated routinely every day and there are some tasks that cannot be postponed to the following day; for example, they cannot delay cooking time or feeding time. Women's time is, in a way, similar to social time, however, in the other way, it is not. Women are expected to be in service day and night. Women's tasks seem to have no end.

In the modern time, women are put under pressure to accomplish their productive, reproductive and community roles. The problems of time scarcity and daily stress are haunting women on a daily basis. On the other hand, time that women use for reproductive work cannot be reduced into money, their time is taken for granted and for free. Gender mainstreaming works, in many ways to achieve the gender equality, emphasize time as an

important resource for women to invest in paid productive work. At the same time, there is another dilemma for gender experts and researchers to obtain certain empirical data that can be used for advocacy work. Their challenges are to *translate* and calculate women's time into clock times and it is undeniably a complex task. Feminist researchers found it pretty challenging to evidence women's tasks in time count, especially women working in agriculture who do not always refer to clock to calculate their time. Some researchers would have to do participatory approaches to observe and note down the time count on every activity the women do. This could result in high cost for the study.

REFERENCES

- Adam, Barbara. (1998). When time is money: contested rationalities of time and challenges to the theory and practice of work. *Working paper 16*, School of Social Sciences, Cardiff University.
- Araújo, E. Duarte; A. M., Ribeiro, R. (2008). *O tempo, as culturas e as instituições*. Lisboa: Edições Colibri.
- Bittman, M. & Wajcmen, J. (2000). The rush hour: The character of leisure time and gender equity. *Social Forces*, 79 (1), pp. 165-189.
- Blackden, C. M. & Wodon, Q. (2006). Gender, time use and poverty. In: *Sub-sahara Africa*. Washinton: The World Bank.
- Frazer, N. (1997). *After the family wage*: a postindustrial thought experiment p. 21-25 in *Crossing border: Gender and Citizenship in Transition*. Edited by Barbara Hobson and Anne Berggren. Swedish Council for planning and Coordination.
- Geist, C. (2005). The welfare state and the home: Regime differences in the domestic division of labor. *European Sociological Review*, 21, pp. 23-41.
- Gurvitch, Georges. (1990). Varieties of social time. In Hasard, John. (1990). *The sociology of time*. New York: Palgrave Macmillan.
- Hassard, John. (1990). *The sociology of time*. New York: Palgrave Macmillan.

International Center for Research on Women (ICRW). (2005). *Infrastructure Shortfalls Cost Poor Women Time And Opportunity*.

Lakoff, G; Johnson, M. (1980). *Metaphors We Live By*. Chicago: Chicago University Press.

Levine, Robert. (2008). Time, Money and the cultural divide. In: *O tempo, as culturas e as instituições – para uma abordagem sociológica do tempo*. Lisboa: Edições Colibri.

Levine, R. & Norenzayan, A. (1999). The pace of life in 31 countries. *Journal of Cross cultural psychology*, 30, pp. 178-205.

Luscher, Kurt. (1974). *Time: A much-neglected dimension in social theory and research. Sociological analysis and theory*. London: SAGE.

Kes, A. & Swaminathan, H. (2006). Gender and time poverty in sub-Sahara Africa. In: *Gender, time use and poverty in Sub-sahara Africa*, edited by Blackden, C. M. & Wodon, Q. Washington: The World Bank.

Kwan, Mei-Po. (2000). Gender differences in space-time constraints. *Area*, 32(2), pp. 145-156.

Moser, C. N. (1989). Gender planning in the third world: meeting practical and strategic gender needs. *World Development*. Vol. 17, n. 11.

Nguyen, T. P.T. T. (2012). Participation of women in rural water supply and sanitation projects: visible or invisible actors? The case of the sub-district of maubara (liquiçá, timorleste). *International Journal of Multidisciplinary Thought*, 2(4), pp. 149-170.

Nisa, S. S. (2013). Time Constraint of Working Mothers – A Sociological Study. *Journal of Humanities And Social Science*, 15 (6), pp. 107-113.

Offer, Shira & Scheiner, Barbaba. (2011). Revisiting the gender gap in time-use patterns: Multitasking among mothers and fathers in dual-earner families. *American Sociological Review*, 76(6), pp. 809-83.

Sayer, L. C. (2005). Gender, Time, and inequality: Trends in women's paid work, unpaid work, and free time. *Social Forces*, 84(1), pp. 285-303.

Schouten, M. J. (2008). Tempo a ganhar, tempo a perder – diversidade em arranjos temporais. In: Araújo, A. M; Duarte, A. & Ribeiro, R. (Ed.). *O Tempo, as Culturas, e as Instituições*. Lisboa: Edições Colibri.

Sorokin, P. A. and Merton, R. K. (1937). Social Time: A Methodological and Functional Analysis. *American Journal of Sociology*, 42, pp. 615-29.

Thomson, L. & Walker, A. J. (1989). Gender in family: women and men in marriage, work and parenthood. *Journal of marriage and the family*, 51, pp. 845-871.

Van de Lippe, T. & Van Dijk, L. (2002). Comparative research on women's employment. *Annual Review of Sociology*, 28, pp. 221-241.

Zerubavel, E. (1979). Private time and public time: The temporal structure of social accessibility and professional commitments. *Social forces*, 58, pp. 38-52.

LGBTI LIVES AND RIGHTS IN TIMOR-LESTE

Sara Niner*

Abstract: The LGBTI community in Timor-Leste has become more prominent in recent years due to the advocacy and activities of a small network of local and international organisations and the holding of a gay pride parade in the capital Dili in 2017 and 2018. While not criminalised, social stigma, discrimination, harassment and violence remains common for LGBTI people. The dominance of an aggressive hegemonic masculinity combined with negative attitudes towards homosexuality espoused by the Catholic Church highlights the crucial work needed to combat a significant level of intolerance built by these conservative forces. Religious conservatism appears to largely be the logic behind these negative attitudes. Yet culture is dynamic and both internal and external progressive forces signal change and the acceptance of alternative SOGIEs. However, advocates and organizations representing LGBTI communities are woefully under resourced and much in need of more national and international solidarity and support to carry out their important work.

Keywords: LGBTI rights; gender; Timor-Leste.

VIDAS E DIREITOS LGBTI EM TIMOR-LESTE

Resumo: A comunidade LGBTI em Timor-Leste tornou-se mais proeminente nos últimos anos devido à advocacia e atividades de uma pequena rede de organizações locais e internacionais e à realização de uma parada do orgulho gay na capital Díli em 2017 e 2018. Embora não criminalizados, o estigma social, a discriminação, o assédio e a violência continuam sendo comuns para as pessoas LGBTI. O domínio de uma masculinidade hegemônica agressiva combinada com atitudes negativas em relação à homossexualidade adotada pela Igreja Católica destaca o trabalho crucial necessário para combater um nível significativo de intolerância construído por essas forças conservadoras. O conservadorismo religioso parece ser em grande parte a lógica por trás dessas atitudes negativas. Contudo, a cultura é dinâmica e forças progressistas internas e externas sinalizam mudanças e a aceitação de SOGIEs alternativas. No entanto, os defensores e organizações que representam as comunidades LGBTI encontram-se, lamentavelmente, com recursos insuficientes e precisam de mais solidariedade nacional e internacional e apoio para levar a cabo o seu importante trabalho.

Palavras-chave: direitos LGBTI; gênero; Timor-Leste.

* Course Director Masters of International Development Practice, Monash University, School of Social Sciences.

[In 2017] Some 500 people took part in East Timor's first-ever pride parade: 'The sense of euphoria ... reminds me of Independence Day in 2002.' Marching through the streets of East Timor's capital Dili with a rainbow flag in his hand, Natalino Guterres was overwhelmed with emotion, reminding him of how he felt 15 years ago when he saw the Timorese flag raised for the first time. (UN Women, 2017).

Ω

One prominent politician denied that there were any gay people in East Timor and declared homosexuality a disease. One member of the assembly, Joao Carrascalao, (who was the East Timor Transitional Administration's Minister for Infrastructure) called homosexuality "an illness" and "an anomaly" and said protecting gays would create "social chaos." Another member said the only homosexuals in East Timor are foreigners. (East Timor Law and Justice Bulletin, 2009).

Timor-Leste is a new democracy which encompasses the principle that minority groups, including the lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex (LGBTI) community, should be afforded social justice and equal representation and participation in society (Macgillivray, 2000). Democratic change has been associated with the dawning of acceptance of LGBTI rights in many countries around the world. In Timor-Leste although not criminalised, social stigma, discrimination, harassment and violence remains common for LGBTI people. A recent short documentary featuring members of the LGBTI community titled 'The Road to Acceptance' or '*Dalan ba Simu Malu*'¹ in one of the national languages, Tetun, begins with a series of short statements by talking heads listing harassment, violence and abuse against them because they are lesbian or gay. The film goes on to tell the stories of five LGBTI people in more detail and how they have been accepted by the members of their families. The launch of the film was attended by Timor's pre-eminent political leader Xanana Gusmão, signalling a level of acceptance in modern Timorese society. However, all five representatives are highly successful individuals in Timorese society and it could be concluded that these special cases are recognised and accepted by some because of their success that has enabled them to provide assistance to their families and given them a measure of protection and respectability.

¹ The documentary can be seen at: <https://www.youtube.com/watch?v=SD3WFTbW8NA>

The first gay pride event in Timor-Leste was held in 2016 and the first small parade in 2017, followed by an even bigger parade in 2018. The 2017 parade was called ‘a beacon of hope for a region where lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBTI) rights are under increasing attack’ (UN Women, 2017). The parade was supported by international agencies and diplomats and the Prime Minister at the time, Rui Araujo, who recorded a video message urging Timorese to create an inclusive nation, and accept people with different sexual orientations and gender identities and expressions (SOGIE). For the LGBTI community in Timor-Leste it was a huge step forward and the 2018 parade has solidified this progressive trend. While these positive trends are to be celebrated, negative attitudes toward those with alternative SOGIEs are dominant and destructive for the majority. Religious conservatism appears to largely be the logic behind these negative attitudes.

TIMOR-LESTE: A POST-CONFLICT COUNTRY

Timor-Leste is a post-conflict country, where the population has faced widespread violence and trauma related to the Indonesian military occupation (1975-1999) and continuing into post-conflict period². The height of national post-conflict violence was the ‘crisis’ of 2006 with outbreaks ongoing until 2008. Violent expressions of masculinity dominated national-level armed conflict between the male leadership of the institutions of government, army and police. What is significant in these violent episodes is the normalisation of the dominance and privileging of the actions of elite men and an aggressive hegemonic masculinity and the near total absence of other identities and voices.

² A study carried out in 2000 documented that nearly all Timorese had experienced at least one traumatic event during the Indonesian occupation. Three-quarters had experienced combat and more than half had come close to death: 12% had lost children to political violence; 57% had been tortured; 22% had witnessed the murder of relatives or friends. One third was classified as having post-traumatic stress, someone in every family, and 20% of people believed they would never recover (Modvig, J. et al. 2000, p. 1763). It is safe to assume that this type of trauma affects most families and it is generally accepted that violence has become ‘normalised’ by the occupation period and the final brutal exodus in 1999. The effect of this trauma on subsequent generations has not been adequately discussed although some attempt will be made here in the discussion of the type of masculinities that prevail in such environments.

Not only public, but private or domestic violence is pervasive. A government minister explained that Timor's 'culture of violence' was a result of having lived with violence during the occupation (UNICEF, 2006). Physical violence is tolerated as normal in local communities, particularly the perpetration by those in positions of authority for 'educative' purposes (*baku hanorin*) (Niner 2012, p. 147). Nearly 70 percent of children in school have experienced a teacher beating them with a stick, while over half have also experienced being beaten with a stick and shouted at by their parents (UNICEF, 2006). Various surveys and studies have concluded that a majority also accept a husband's right to physically punish his wife if she contravenes certain gender roles and expectations (NDS, 2010; Taft and Watson, 2002; Niner et al., 2013).

GENDER RELATIONS IN TIMOR-LESTE

In Timorese communities strong attachments to customary practices have found different levels of accommodation with the recently introduced international values of democratic principles, human rights, gender equity and quite recently LGBTI rights. The common Timorese saying, *mane ho feto kompleta malu*, 'men and women complete each other', is based on customary beliefs that men and women and their gender roles are complementary elements of a holistic indigenous social system. Although patriarchal systems dominate society in Timor-Leste, women are awarded status and power in local cosmology and have an important place in the private realm of the family where organisation can be described as matrifocal or centred on the mother, which also limits their political and economic engagement (Niner, 2017). Many indigenous societies acknowledge and accept more than a simple binary of gender expressions, described further below, but this remains an unknown social aspect of customary Timorese society.

In the 16th Century, Portuguese explorers and traders arrived in the Moluccas, the Spice Islands, including Timor. They were incorporated into the indigenous exchange system and Timorese cosmology with some ethnolinguistic

groups characterizing the Portuguese as younger brothers, recalled to Timor by the elders of the mountains to rule in worldly affairs (Traube, 1995, pp. 49-50). Timorese anthropologist Josh Trindade theorises that Portuguese colonial agents encouraged local leaders, the *Liurais*, to act more like European feudal kings and this impacted on indigenous social and gender relations (Trindade, 2012). Connell (2002, p. 254) explains that the imprinting of a different, foreign gender order such as those that arrived with colonial powers creates complex structures of gender relations. McIntyre (2017) notes, ‘the complex entanglement of social relations based in precolonial systems with those of colonialism’ may make it difficult today to disentangle the systems.

However, Portuguese colonial administration was nationalistic, authoritarian and highly militarised (Niner, 2017). A Latino-style militarised machismo was apparent in Portuguese colonial armies, described by Connell (2002, p. 254) as aggressively heterosexual. Active sexual reputations amongst heterosexual men has featured across cultures as a central element of men’s sexual identity (Hirsch et al., 2007) but again such aspects of sexuality have been little studied in Timor-Leste. During the 20th Century, Portuguese Timor was ruled directly by the fascist dictatorship of Antonio Salazar and remained largely closeted from any modern political trends such as anti-colonial movements or liberal social movements such as feminism or gay rights.

THE INFLUENCE OF THE ROMAN CATHOLIC CHURCH

The moral and spiritual underpinning of the colonial gender regime was provided by the deeply conservative Roman Catholic Church. The Church, ‘wedded to ideas of hierarchy and obedience’ (Harris Rimmer 2005, pp. 164; 173) continues to advocate strict gendered stereotypes. Women are honoured as wives and mothers; passive, demure and feminine, willing to obey and sacrifice their own interests for husband, family and Church. Men are expected to head up the family, be the decision-makers, the guardians and protectors and provide Catholic service and authority in their communities. The reason for the continuation of such excessive conservatism in gender relations in Timor

is explained as it follows, the Church in Timor Lorosa'e was cut off from the outside world at the same time as the changes introduced by the second Vatican Council (1962-5) were beginning to percolate through the Church on a global level. Some trappings of the pre-Vatican II era still remain (Harris Rimmer 2005, pp. 164; 173).

The Catholic Church continues to be an important political actor in the country due to its key role in the struggle for independence between 1975 and 1999. The Church's influential role in Government and in people's lives in contemporary Timor-Leste results in the significant conservative impact of religious discourses on gender roles and relationships, sex, reproduction and homosexuality. The Church uses its enormous influence insisting on conservative gender roles, stymying any other gender expression or more liberal movements seeking gender equality and recognition for alternative SOGIEs. They oppose rights for LGBTI persons (PDHJ, 2013). The Church's religious doctrines heavily influence the formulation of the government's social policies and legislation. Leaders of the Church, in Timor as in other places, continue to ban sex education in schools and deny reproductive health care such as family planning, abortion and the use of condoms as a protective measure to avoid pregnancy and disease. Again, as in other places around the world, this policy results in the avoidable deaths of men and women. The impacts on LGBTI communities is discussed further below.

MASCULINITIES AND GENDER ROLES

Today the heroes of the conflict with neighbouring Indonesia (1975-1999) have become the elite male leaders of society in Timor-Leste. Stories and political analysis of East Timor's recent conflict-riven past privilege these men and their actions and experiences. They represent a dominant or hegemonic form of militarised masculinity that draws on indigenous, colonial and post-colonial conflict models (Niner, 2017). Other social categories of men are rewarded for conforming or being allied or complicit in this hegemonic order of masculinity or censured and marginalized for contesting the dominant paradigm (Meager, 2014, p. 3).

Masculinities, as well as feminities, are constructed and enacted collectively within cultures, communities, families. This includes institutions, such as schools and universities; the military and police, youth and sporting groups, and influentially, the media in all its forms. While it takes conscious effort to entrench and maintain certain regimes of masculinity and femininity, yet these change and evolve and individuals can be eclectic in their adoption. Regimes of gender roles and relations have culturally reproduced and maintained hierarchies of power and privilege. This may not be obvious and is most often explained as the natural biological attributes of differences between men and women, leaving no alternative SOGI as aberrant and ‘broken’ or ‘incomplete’ (as the table below shows).

The imposition of gender regimes and the socialisation of consent to the resulting power hierarchies occur within communities, cultures and institutions. Such regimes constitute and reinforce the gender order without the necessity of force and violence, although the threat remains. When people with alternative SOGIE refuse to comply with the gender roles assigned by society to their biological sex they can be discriminated against and threatened and subjected to harassment and violence. The lack of individual freedom and deprivation of human potential and capabilities caused by such strict gender regimes is perhaps unmeasurable.

ATTITUDES TO ALTERNATIVE SOGIE IN CONTEMPORARY TIMOR-LESTE

In 2001, 52 out of 88 members of the Constituent Assembly voted to remove the term ‘sexual orientation’ from Article 16 of the draft constitution which deals with anti-discrimination³.

³ LUSA, 14 Dec 2001, ‘Sexual Orientation Clause Removed From Constitution’ “Members of the Constituent Assembly voted to remove the term “sexual orientation” from part of article 16 of the final draft constitution which deals with anti-discrimination. The relevant section of the Constitution prohibits discrimination based on: “color, race, gender, sexual orientation, ethnic origin, social or economic status, convictions or political beliefs, religion, education and mental or physical condition. In voting on the controversial section, 52 out of 88 assembly members backed the removal of the term “sexual orientation”, which in practice could affect the equality of homosexual couples in an independent East Timor. The term “matrimonial state” replaced the controversial phrase, with 57 members voting in favor of this substitution.” <http://www.etan.org/et2001c/december/09-15/14sexual.htm>

One prominent politician denied that there were any gay people in East Timor and declared homosexuality a disease. One member of the assembly, Joao Carrascalão (who was the East Timor Transitional Administration's Minister for Infrastructure), called homosexuality "an illness" and "an anomaly" and said protecting gays would create "social chaos." Another member said the only homosexuals in East Timor are foreigners. (ETLJB, 2009).

A list of local Tetun terms for homosexuality recently collected on a Facebook page (*Feminista iha Timor-Leste*, 2018) demonstrate overwhelmingly negative and derogatory attitudes to homosexuality. The terms mainly describe gay men as being broken or having something missing, but terms are also used interchangeably for gay women and trans people. A 2013 study into masculinity with 500 young men concerned their attitudes about gender relations and equality. The dominant form of masculinity expressed by the young men was tough, aggressive, virile and heterosexual (Niner et al., 2013, p. 49)⁴. Heterosexuality was the fundamental criteria for masculinity in Timor, followed by toughness, although there are large minorities that did not support this view. It is clear that stronger attitudes endorsing a tough, virile masculinity increases as men got older and as they move into urban areas. These views are stronger in the district centres than in the capital Dili. Moreover, education does not appear to temper inequitable attitudes with agreement to an aggressive reaction to insults rising sharply from less-educated to more- educated men.

Overwhelmingly, most young Timorese men think 'real' men only have sex with women (66%) (rising to 86% in Dili). Overall homophobic attitudes are only just in the minority, with particularly low levels in the rural areas. There is an overall perception that homosexuals are not 'real' men because real men only have sex with women. However, many more men (60%) would have a gay friend than not (39%). The rural men were much more accepting (70%) of this and also disagreed overwhelmingly (76%) that they would be disgusted by a man acting like a woman, while Dili and town respondents agreed and disagreed equitatively (50/50). One of the founders of local CSO, the Association

⁴ A theme of masculinity was analysed in relation to six statements describing how a man should behave: be tough (I-19); be aggressive if insulted (I-1); be heterosexual (I-13) and sexually virile (I-12). They also include attitudes to homosexual men (I-8) and feminine men (I- 10). Most agree that men should be tough, although a large minority (36%) do not agree.

for Men Against Violence (AMKV), has described the insults he received from senior men in Timorese society:

When we started AMKV we received some negative comments from other men such as: “They are gay”, or that we would just “burn out” (*balun dehan nee panas-panasa tai aya*). Also, “First they are gay and then they become the defender of women” (*komesa hosi ale toba defensor feto*). (Monash University, 2014).

This shows that men who publicly protest and resist the aggressive behaviours tolerated on a spectrum of accepted masculine behaviours such as violence against women, are then liable to be publicly attacked by leaders representative of an hegemonic masculinity who attack and deride those men who protest.

EXPERIENCES OF GAY MEN, TRANSGENDER WOMEN AND M2M

Richa, a trans-woman in Timor-Leste working with the advocacy group CODIVA, believes that public education about LGBTI experiences and rights is required. She explains:

The life of LGBT in Timor East is quite different than other countries. We do not know such things as the Pride [Parade].... it's strange to say that even with limited understanding of LGBTs there are some transgenders open in public and are more acceptable than gays and lesbians. Because of this, LGBTs hide their status because the misconception from our peoples that gay is same as transgender life. So transgender is more familiar to the people and also to the government. For example if a big event is organized by the government they will invite trans members to prepare the catering, snack foods, perform dancing and be a host to the event. (Ammon, 2015).

It seems that transgender women, as opposed to transgender men or homosexuals, enjoy a level of recognizable public acceptance in Timorese society, which finds parallels in other Asia-Pacific societies. They are accepted as entertainers and providers of particular services such as hairdressing and dressmaking. This happens, perhaps based in more fluid gender expressions existing in indigenous societies that allows for attraction and sex between same sex couples as natural expressions. Throughout the Pacific Islands third genders have always had a place in indigenous society and the Island of Timor shares much of these Melanesian cultural

attributes⁵. Even further east in Indonesia, the Bugis people describe five genders⁶. However, a western ‘gay’ culture and identity is not so accepted in Timor-Leste.

The acceptance of a ‘gay’ identity in Timor-Leste is problematised by the prevalence of the concept of ‘men who have sex with men’, which is often shortened to MSM in the literature (Boellstorff, 2011). New research documents sexual practices, among MSM and transgender women in Timor-Leste, finding that they had ‘sexual and intimate relationships with straight-identifying men or *mane-forte*’ (Nivens et al., 2018). Gender identity played a significant role in these relationships, ‘with *mane-forte* having power over their sexual partner(s)’ with ‘transactional’ sex a feature in which MSM and trans-women paid in various the *mane forte* to have sex with them. *Mane-forte* did not experience the ‘stigma, discrimination, sexual coercion and violence’ that their MSM and trans-women partners did. This highlights the significance of complex gender identities related to male power hierarchies and masculinities in these sexual relationships. The researchers concluded that these relations reflect gender norms within the broader community, complicating notions of male homosexuality in Timorese society and perhaps explaining the lack of traction for a ‘gay’ male identity in Timor-Leste.

Another recent study explored the stigma and discrimination of those diagnosed with HIV in Timor-Leste (Niven et al., 2018). The researchers found that this stigma and discrimination was shaped largely by Catholic religious beliefs, which was strong in families and local communities where sufferers encountered ‘gossip, social exclusion and threats of violence’. This was associated with unfounded fears and ignorance based on the ‘Church’s role in shaping perceptions of HIV’. When seeking treatment, patients also experienced discri-

⁵ More fluid gender expressions exist in many indigenous societies around the world such as ‘two-spirit peoples’ in Indigenous American societies or the *Hijra* in India who in 2014 received legal recognition. Throughout the Pacific third genders have always had a place in indigenous society such as the *fā’afafine* in Samoa; the *fakafafine* in Tonga, the *whakawahine* amongst the Maori the *akava’ine* in the Cook Islands, and the Hawaiian concept of *māhū* (in the middle). <https://en.wikipedia.org/wiki/Fa%27afafine>

⁶ Bugis society recognises five genders: makkunrai, oroané, bissu, calabai, and calalai. “Oroané” and “Makkunrai” are comparable to cisgender men and women, respectively. https://en.wikipedia.org/wiki/Gender_in_Bugis_society. In Yogyakarta, the most progressive of Indonesian cities, an Islamic pesantren for LGBTI people has been running since 2008 and appears to shelter transgender women.

mination from health providers such as lack of confidentiality and ‘inappropriate treatment’. The research concluded that, unless the attitudes of the Church were addressed, education campaigns would achieve little. Critics had previously called attention to how the Ministry of Health and The Red Cross had completely excluded homosexual men from HIV-AIDS reduction programs calling this ‘tantamount to an endorsement of homophobia’ and leading to ‘the vilification of homosexuals’. It was concluded that it also constituted ‘a guaranteed failure of the policy and the Red Cross program’ (ETLJB, 2009).

Experience of lesbians and transgender men:

I was raped by my own uncle who believed he can change my sexual orientation by pushing me into (a) heterosexual relationship. I got pregnant but I (found) traditional medicine to get it aborted. After that I left my home and live with friends.

I was forced to drink chicken blood so as to turn heterosexual and leave my woman partner.

I have never received any love and care from my family since I came out to them. I am regularly beaten up and not allowed to go out. Even when I had tried to kill myself and end(ed) up hospitalized, my family left me alone and never visited me in hospital.

I was discouraged to continue my education as my family believed that someone like me was not worthy of any formal education as I would not be able to find any suitable job. (Rede Feto and ASEAN SOGIE Caucus, 2017).

These words are from the 2017 ‘A Research Report on the Lives of Lesbian and Bisexual Women and Transgender Men in Timor-Leste’ published by the women’s network Rede Feto and funded by the ASEAN SOGIE Caucus⁷. The study surveyed nearly 60 young lesbian, bisexual and transgender women, mostly under 30. It was assumed older LBT were elusive due to being unwilling to talk for fear of repercussions. Just over half of those interviewed identified as men, 61% as lesbian and 39% as bisexual. Most were seeking financial independence so as to be able to live their own lives.

Although all were keen to support LBT women’s rights, only half were open about their identity to friends and more than half with their families.

⁷ Of the 57 respondents, 9 were from the District town of Bobonaro and 48 from the capital of Dili. More than half were under 30 years old and dependent on families for financial support.

Nearly all (86%) respondents had suffered physical and psychological violence within their families without any appeal to an external organisation. Shame, social exclusion and fear of abuse meant that women hide their identity. One third of respondents reported having same-sex partners but did not live together for these reasons. Instances of forced heterosexual relationships and marriages were described, many ending with unwanted pregnancies and children.

The study also points to the fact that many LBT women may still be living in hiding due to various social and economic reasons. Lack of knowledge about constitutional rights, lack of access to support services (e.g. counselling and legal aid), and poor medical services (e.g. sexual and reproductive health services) were cited. The lack of safe spaces for LBT women who have come out was also identified, wherein LBT women only have friends to fall back on if families kick them out of their homes or decide to leave home to maintain their dignity. The findings showed positive solidarity among the groups of LBT women. They support each other by listening, lending small amounts of money, and sometimes offering short stays at their homes.

Recommendations made hope to find ways to strengthen existing mechanisms and other efforts to respond to the challenges faced by LBT women. The belief which guided these recommendations was that LBT women must be empowered, confident, and fearless. These include obtaining more detailed insight into the issues of LBT women (e.g. the forms and types of discrimination) and providing opportunities for LBT women to learn new skills and information to address these issues. LBT women should also be supported to take up leadership roles in groups which can take up both support and advocacy roles for policy changes and better implementation of rights-based responses by state and non-state actors. Also recommended is that stakeholders increase efforts to create strong support systems for LBT women that uphold their dignity as human beings and protect them from violence and discrimination. There is also a need to create secure environments for LBT women by steering community-based awareness initiatives towards sensitizing service providers and policy makers so as to support LBT women's efforts to claim their human rights.

One of the authors of the report, the Timorese activist Bella Galhos (who was also one of the five people included in the 'Road to acceptance' documentary) recently asserted that she was excluded from the government

formed in July 2018 because of her sexual orientation (Sampaio, 2018)⁸. The report from the Portuguese news agency Lusa continued:

Timorese activist Bella Galhos told Lusa today that her name was removed from the still unknown cast of the next East Timor government for 'moral issues' related to her sexual orientation. 'This is the internal information I've been informed of within the party. What I've been told is that because I'm LGBT, morally, that's not acceptable.' Bella Galhos is a member of the People's Liberation Party (PLP), led by former President of the Republic Taur Matan Ruak and part of the Alliance for Change and Progress (AMP), the coalition that won the elections on 12th May with an absolute majority. The top leaders of AMP - Xanana Gusmão, President of the National Congress of East Timorese Reconstruction (CNRT), Taur Matan Ruak and José Naimori (leader of Kmanek Haburas National Unit Timor Oan (Khunto) - are choosing the composition of the government. 'I am not saying that this position was from 'Brother' Taur, but I am disappointed that he could not fight against this position', said Galhos. Galhos explained to Lusa that, in the initial conversations within the PLP were mentioned three areas in which she could work. "There was talk of Tourism, Youth and Sport and the Secretary of State for Vocational Training and Employment (Sepfope). Then, in a second phase, there was talk of gender equality", she said. "But then my name was removed for moral reasons because of my sexual orientation", she said. "This happened because I am a woman, but especially because I am part of the LGBT community", Galhos explained, admitting that there may have been pressure from the religion in East Timor⁹.

⁸ This article was translated from the original Portuguese by the author. The original article can be found at: <https://www.dn.pt/lusa/interior/ativista-timorese-diz-que-foi-excluido-proximo-governo-pela-sua-orientacao-sexual-9469284.html>

⁹ The article includes this background: "Galhos, 46, is a well-known leader in Timorese civil society, with a past of violence that began in the family at the hands of her father, who had 18 women and 45 children and who at age three sold her for five dollars an Indonesian soldier. The argument, at the time, was that Galhos had a "very masculine, dominant personality." The child eventually returned home, after much begging of the mother. At the age of 16 he became an active member of the resistance, a dual agent within the Indonesian military - where he had been subjected to intense physical and sexual violence for three years - and later succeeded in securing political asylum in Canada. In 1999, after the referendum in which the Timorese chose independence, he returned to East Timor, worked at the United Nations, completed a psychology course, and held various positions in civil society organizations. Between 2012 and 2017 she was adviser to the then President of the Republic Taur Matan Ruak, during which time she built and managed the country's first 'Green School' in Leublora, south of Dili where a farm and organic food restaurant and a women's cooperative. Currently manages the Pousada de Maubisse, in the center of the country."

At the 2018 Gay Pride Parade, Galhos stated that she wanted the government to promote social inclusion ‘because this is not a choice. We were born this way’¹⁰. She added that, within the LGBTI community, males are visible in society but women are less so, they are hiding because society forces them to change. This situation again shows the varied acceptance of particular SOGIE in Timor-Leste.

ADVOCACY FOR SOGIE ISSUES IN TIMOR-LESTE

... many ... do not know where to turn when they suffer discrimination. ‘If you talk to the (LGBT) community, people have been kicked out of home or feel uncomfortable about going to school because they are bullied. They live from house to house because they are not accepted at home. That is why visibility of the LGBT community is important. We want to empower people who are still struggling.’ (UN Women, 2017).

There are now several civil society organisations who advocate for the LGBTI community in Timor-Leste. CODIVA (Coalition for Diversity and Action) is the most prominent and has several aims such as: supporting the transgender community to reduce stigma and discrimination; support the MSM community; and promote the human rights of LGBT citizens. One of the advocates from CODIVA believes that public education about LGBTI experiences and rights is required because of limited understanding.

In CODIVA we are really not open to the public; we are hiding our status of LGBT. The [community based organisers] CBOs work to support this program but we do not mention them as part of LGBT community. The reason for this is because most of our peoples have no or small understanding about sexual minorities. However, still we carefully do the advocacy to promote the existence the LGBT people. (Ammon, 2015).

This advocate described the work of CODIVA as gaining a constitutional guarantee for the rights of homosexuals in East Timor and also the following:

- reduce anti-gay vilification by some of East Timor’s political leaders;
- reduce the Church’s influence against LGBTs;

¹⁰The Dili Weekly, 30 July 2018, ‘LGBTI Women: Discrimination and Violence in TL’, <http://www.thediliweekly.com/en/news/capital/15902-lgbti-women-discrimination-and-violence-in-tl>

- initiate a gay civil rights movement;
- develop a legal and social environment for managing HIV-AIDS;
- help improve the primitive social context in which HIV-AIDS prevention policies are supposed to operate;
- create outreach programs specific for homosexual men in East Timor;
- to educate that not all men who have sex with men are homosexuals and develop programs for these men who have sex with men;
- develop programs for men and women who are homosexual, including programs to combat HIV-AIDS;
- make policies that are not based on moral or religious dictates;
- make policies based on science, legal rights and guarantees of privacy (common sense);
- guarantee the rights of persons diagnosed as HIV-positive against discrimination in the provision of health care services.

HIVOS, an international CSO based in Holland, works with the LGBTI population in Timor-Leste on a project titled: 'Promoting Diversity for a More Inclusive Timor-Leste'. Their website explains:

This 18-month long initiative led by Hivos and Coalition for Diversity and Action (CODIVA) focuses on tackling stigma and discrimination towards the LGBTI community in Timor-Leste by providing gender sensitization training to local authorities and institutions and also providing a safe space in the form of a clinic for HIV-related testing and dissemination of HIV-related information for the local community. CODIVA is the only LGBTI led-organization in Timor Leste. It was established within the implementation of the ISEAN Hivos program that aimed to strengthen the LGBTI community systems and provide capacity building for the community members to be able to advocate for their rights especially in health related issues within their country¹¹.

They have instigated training sessions and representation of the community to the Office of the Provedor for Human Rights of Timor-Leste (PDHJ), which is responsible for responding to discriminatory acts, which may explain the changing statements of this Office in the next section.

¹¹ Hivos Website: <https://sea.hivos.org/program/promoting-diversity-for-a-more-inclusive-timor-leste/>

Estrela Plus is the national network for people living with HIV in Timor-Leste and provides health care services including treatment to HIV sufferers. In 2015, the Executive Director, Ines Lopes, explained the funding and support received from the Global Fund allowed them to carry out services in the capital of Dili but not the rural areas. She urged the Ministry of Health to use the funds they received from the Global Fund to 'strengthen' programs as the money would cease eventually (Quintão, 2015).

Hatutan is a new community organization founded in 2016 with the mission 'To connect, educate and transform' with the express purpose of working with young people. Their Facebook page states:

Connecting youth from different walks of life to build an inclusive society where every youth has the opportunity to grow, regardless of their differences¹².

Recently, in July 2018, Hatutan worked with 'Fundasaun CODIVA, Arco Iris and other partners for a Pride celebration calling for the inclusion of LGBTI people in the country's development'¹³. They were also the organisation who produced 'The Road to Acceptance' documentary and have one of the most active groups in advocating for LGBTI rights.

SOGIE LEGAL RIGHTS

Same-sex sexual activity is legal in Timor-Leste but there are no laws that expressly protect people from discrimination on the basis of SOGIE. Article 16 of the Constitution which prohibits discrimination does not mention sexual orientation (PDHJ, 2013). However, discrimination on the basis of sexual orientation is recognised in the Penal Code (Decree-Law N°. 19/2009) which sets out greater penalties for discriminatory sentiment based on gender or sexual orientation.

A 2016 report summarises:

¹² https://www.facebook.com/pg/HatutanYouth/about/?ref=page_internal

¹³ <https://timorpride.org/>

While Timor-Leste has taken some steps to protect the rights of LGBTI persons, it has failed to protect LGBTI people from high levels of violence and discrimination. Timor-Leste has not enacted any laws or policies that protect them against discrimination on the basis of sexual orientation, gender identity and intersex status. Moreover, bias based on gender identity and intersex status is not treated as an aggravating factor in sentencing, and transgender people are not able to have their gender legally recognized in identity documents. (Kaleidoscope Australia, 2016).

In 2013 the Office of the Provedor for Human Rights of Timor-Leste concluded differently, stating that although there is inadequate provision afforded to LGBTI persons under the law, these communities did ‘not experience systematic or generalised violations of their rights’ and therefore were not selected as a ‘priority focus group’ for the development of the Office’s Strategic Plan (2011-2020) (PDHJ, 2013). Critics say the solution is to enact secular anti-discrimination and anti-vilification laws and to delete a wide range of laws and policies that discriminate against homosexual people (ETLJB, 2009). In 2018, the PDHJ Ombudsman (Silveiro Baptista Pinto) stated that the Government ‘has an obligation to create policies that guarantee the rights of the LGBTI community so that they can enjoy their rights like other citizens in politics, and in economic, social and cultural life.’ He saw the role of the PDHJ as to providing training to society, community leaders, the police and army defence forces on protecting human rights and LGBTI rights.

CONCLUSION

This article has reviewed current evidence about experiences of LGBTI or alternative SOGIE in Timor-Leste within the context of wider gender relations in the post-conflict society. Discrimination against LGBTI persons is strong but changing attitudes are apparent providing reasons for optimism but not certainty. The influences of colonialism, religion, conflict and globalisation, including the recently introduced paradigm of international development based on individual human rights, affect individuals and communities in idiosyncratic and unique ways. The identity and agency of individuals

can never be discounted as the documentary showed. While new gender expressions continue to emerge in the rapidly changing environment, the dominance of a hegemonic masculinity and the influence of a conservative catholic church persists. An aggressive masculinity displayed by a majority of young men in Timor today has significant negative implications not just for them but for the LGBTI community. This, combined with the negative influence of Catholic Church on attitudes to homosexuality, highlights the crucial work needed to combat the solid wall of intolerance built by these conservative forces.

Yet culture is dynamic and both internal and external progressive forces signal change. The acceptance of alternative SOGIEs appears to be gaining traction. Advocates for LGBTI communities are woefully under resourced and much in need of more national and international solidarity and support to carry out their important work. The final recommendation is taken from Milena Pires, the Permanent Representative of Timor-Leste to the UN (Rede Feto, 2017):

As a society, we need to use our individual freedoms and the space available to us, to engage in deep reflection on the meaning of our Christian and religious values, to be able to discuss how we can nurture and raise our children so that they may reach their full potential and undertake all that is within our reach to do, to ensure that we can build an inclusive, tolerant, fair, peaceful and harmonious society, where all citizens feel a sense of belonging and self-worth. We need to make sure that the education system and educators are able to provide a conducive environment to learning that is free from discrimination and that the rights of lesbians, bisexual, transgender and intersex young women and girls are protected so that they may be free from bullying, discrimination and any type of hate crime. ... a person's value is not measured by who they are and who they chose to love.

REFERENCES

Ammon, Richard. (2015). Gay Life in East Timor: Interview with Richa (a trans East Timorese woman). In: <https://www.globalgayz.com/gay-life-in-east-timor/>

Boellstorff, Tom. (2011). But Do Not Identify as Gay: A Proleptic Genealogy of the MSM Category. *Cultural Anthropology*, 26 (2), pp. 287-312. <https://doi.org/10.14506/>

Connell, Raewyn W. (2002). The History of Masculinity. Eds Rachel Adams and David Savran. *The Masculinity Studies Reader*. Oxford UK: Blackwell Publishers, pp. 245-261.

East Timor Law and Justice Bulletin. (2009). Timor Leste Red Cross excludes homosexuals from HIV-AIDS Reduction Program. In: <http://www.easttimor-lawandjusticebulletin.com/2009/09/timor-lestetimor/leste-red-cross-excludes.html>

Harris Rimmer, S. (2005). The Roman Catholic Church and the Rights of East Timorese Women. In: Evan, C. and Whiting, A. (eds). *Mixed Blessing: Women, Religion and the Law in Southeast Asia*, pp. 261–81. Brill Press, Leiden: Martinus Nijhoff Publishers.

Hirsch, Jennifer; Meneses, Sergio; Thompson, Brenda; Negroni, Mirka; Pelcastre, Blanca and Rio, Carlos. (2007). The Inevitability of Infidelity: Sexual Reputation, Social Geographies, and Marital HIV Risk in Rural Mexico. Framing Health Matters. *American Journal of Public Health*, 97(6), pp. 986-996.

Kaleidoscope Australia. (2016). *Executive Summary*. The Human Rights of LGBTI Persons in Timor-Leste. In: <http://www.sexualrightsinitiative.com/wp-content/uploads/Kaleidoscope-SRI-Joint-Submmission-Timor-Leste-Oct-Nov-2016.pdf>

Macgillivray, I. (2000). Educational Equity for Gay, Lesbian, Bisexual, Transgendered, and Queer/Questioning Students: The Demands of Democracy and Social Justice for America's Schools. *Education and Urban Society*, 32(3), pp. 34-49.

McIntyre, Martha. (2017). *Introduction: Flux and change in Melanesian gender relations*. Transformations of gender in Melanesia. Ed.s Martha Macintyre and Ceridwen Spark. Acton: ANU Press, pp. 1-21.

Meager, Sara. (2014). The Case of the Democratic Republic of Congo. *International Feminist Journal of Politics*.

Modvig, J.; Pagaduan-Lopez, J.; Rodenburg, J.; Salud, C. M. D.; Cabigon, R. V. and Pabelo, C. I. A. (2000). Torture and Trauma in Post-conflict East Timor. *The Lancet*, 356 (9243), pp. 1763–5.

National Statistics Directorate (NDS). (2010). *Timor-Leste Demographic and Health Survey 2009-10*. Dili: NSD, Ministry of Finance Timor-Leste, and ICF Macro.

Niner, Sara. (2012). *Barlake: an exploration of marriage practices and issues of women's status in Timor-Leste*. Local-Global: Identity, Security, Community, Globalism Research Centre. RMIT: Melbourne

_____. (2017). *Living between Heaven and Earth: Understanding gender in Timor-Leste. Women and the politics of gender in Post-Conflict Timor-Leste. Women in Asia Series*. Oxford: Routledge.

Niner, Sara; Wigglesworth, Ann; Dos Santos, Abel Boavida; Tilman, Mateus and Dharmalingam Arunachalam. (2013). *Perceptions of gender and masculinities of youth in Timor-Leste*. Baseline Study Final Report, PyD: Dili

Niven, Hamish; Hayden, Jose; Rawstorne, Patrick; Nathan, Sally. (2018). They love us just the way they love a woman: gender identity, power and transactional sex between men who have sex with men and transgender women in Timor-Leste. *Culture, Health & Sexuality*, 20:8, pp. 858-872.

[Office of the] Provedor for Human Rights of Timor-Leste (PDHJ). (2013). Report to the Regional National Human Rights Institutions Project on Inclusion. *The Right to Health and SOGI*. Dili: International Development Law Organisation and UNDP-Timor-Leste.

Quintão, Paulina. (2015). Global Fund: \$7.6 million for HIV/AIDS programs in Timor-Leste. The Dili Weekly. In: <http://www.thediliweekly.com/en/news/health/13105-global-fund-7-6-million-for-hiv-aids-programs-in-timor-leste>.

Rede Feto and ASEAN SOGIE Caucus. (2017). A Research Report on the Lives of Lesbian and Bisexual Women and Transgender Men in Timor-Leste.

Sampaio, António. (2008). Ativista timorense diz que foi excluída do próximo Governo pela sua orientação sexual. *Diário de Notícias*, versão online, 15 de Junho de 2018. In: <https://www.dn.pt/lusa/interior/ativista-timorense-diz-que-foi-excluida-do-proximo-governo-pela-sua-orientacao-sexual-9469284.html>

Taft, Angela and Watson, L. (2013). *Violence against women in Timor-Leste: secondary analysis of the 2009-10 Demographic Health Survey*. Mother and Child Health Research. La Trobe University, Melbourne.

Traube, Elizabeth. (1995). *Mambai Perspectives on Colonialism and Decolonization*. Peter Carey and Carter Bentley (ed.s). East Timor at the Crossroads. London: SSRC & Cassell.

Trindade, Jose 'Josh'. (2012). *Colonialism Culture and Gender in Timor-Leste*. Karau Dikur Website: <http://karaudikur.blogspot.com.au/2012/09/colonialism-culture-and-gender-in-timor.html>. Accessed Dec 2016.

UN Women. (2017). Asia's youngest nation offers glimmer of hope for LGBT rights <http://asiapacific.unwomen.org/en/news-and-events/stories/2017/08/asias-youngest-nation-offers-glimmer-of-hope-for-lgbt-rights>

UNICEF. (2006). *Speak nicely to me: a study on practices and attitudes about discipline of children in Timor-Leste*. Dili, Timor-Leste.

PERCEPTIONS OF WOMEN IN TIMORESE SOCIETY

Alessandro Boarccaech*

Abstract: This article analyses some of the perceptions of women in the Timorese society. To organize the discussion, this article is divided into three parts. In the first part, I describe an activity conducted with civil servants, in which four curricula vitae were handed out to two women and two men. They were asked to choose the one that presented the best qualifications for the position of a director in a project that would have social impact. In the second part, I analyse the results of a group dynamics study that was performed with 30 men and 30 women, in which they were asked to evaluate a hypothetical situation of intrafamilial violence, as well as opinion research conducted with 50 women and 50 men on their understanding of domestic violence. In the third part, I describe some situations involving customary justice that is served, as it relates to violence against women. In both activities, it was found that there are general components (values, ethics, cultural norms), specific components (typical of men/women relationships), and singular components (each individual's characteristics) governing the meanings and the perceptions of women in society.

Keywords: cultural patterns; domestic violence; women; society.

PERCEPÇÕES SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE TIMORENSE

Resumo: Este artigo analisa algumas das percepções acerca da mulher na sociedade timorense. Para tal, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, descrevo uma atividade desenvolvida com funcionários públicos, em que foram distribuídos quatro currículos vitae (duas mulheres e dois homens) e solicitado que escolhessem aquele que apresentasse as melhores qualificações para desempenhar a função de diretor(a) de um projeto de impacto social. Na sequência, analiso os resultados de uma dinâmica de grupo realizada com 30 homens e 30 mulheres, onde foi solicitado que avaliassem uma situação hipotética de violência intrafamiliar, bem como uma pesquisa de opinião realizada com 50 mulheres e 50 homens sobre o que entendem acerca de violência doméstica. Na última parte, descrevo algumas situações que envolveram a justiça costumeira acerca de agressões contra mulheres. Em ambas as atividades, podemos constatar que existem componentes gerais (valores, ética, normas culturais), específicos (próprios das relações entre homens e mulheres) e singulares (as características de cada indivíduo) que regulam os significados e as percepções acerca da mulher na sociedade.

Palavras-chave: padrões culturais; violência doméstica; mulher; sociedade.

* Professor at the Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

This article analyses some of the perceptions of women in contemporary Timorese society. As seen in the 2015 Population Census, there was a total of 1,089,672 inhabitants over the age of three, and 537,419 women living in urban (156,231) and rural areas (381,188). Timorese society is plural and multicultural. The territory that corresponds to East Timor today was first occupied systematically thousands of years ago by Malayo and Melanesian groups during their migrations in the region. However, throughout its history, there was contact between Timor and groups of various origins, such as Malaysian, Arabic, Portuguese, Indonesian, Chinese, Australian, and Japanese people, as well as people from various African countries, among others. As of 1999, after the referendum in which the population chose to separate from Indonesia and the consequent proclamation of independence in 2002, the country was also subject to the influence of the numerous United Nations workers and collaborators, non-governmental organisations, and countries that formed bilateral agreements with the young nation.

In addition, there are Timorese who were born in the countryside, in the capital city, or in other countries; have either completed university studies or are illiterate; and have either travelled abroad or have never left their communities. There are Timorese who have either light or dark skin, are economically stable or work for subsistence, and there are those who believe in a plethora of religious systems (e.g., Catholic, Muslim, Protestant, as well as in the existence of spirits of nature and the ancestors). East Timor also has communities with their own stories, myths, heroes, leaders, hierarchical systems, coexistence rules, and more than 30 linguistic variants. This is only to mention some of the most evident diacritical features of the Timorese population.

For this reason, when the noun “woman” is used in the singular, it constitutes a category of analysis. This does not mean that there is a single definition of its meaning. The analyses presented here are not focused on the definition of the Timorese ‘woman’; they investigate the perceptions that the Timorese themselves have of women.

This article is divided into three parts. In the first part, I describe an activity conducted with civil servants, in which four curricula vitae of two men and two women were handed out to participants, who were asked to choose the

one that presented the best qualifications to perform the role of a director in a project that would have social impact. In the second part, I present the results of a group dynamics study that was performed with 60 people (30 women and 30 men), in which they were asked to analyse a hypothetical situation of intrafamilial violence, as well as opinion research conducted with 100 people (50 men and 50 women) on their understanding of domestic violence. In the third part, I describe some situations that are either directly or indirectly linked to the customary forms of justice regarding litigations involving women.

WOMEN, SOCIAL PROTAGONISM, AND LEADERSHIP

Thirteen civil servants who performed the functions of national directors and department heads in five National Directorates of three different Ministries participated in this activity. The participants, ten men and three women, presented the following general characteristics: they were all between the ages of 41 and 58, two were national directors and 11 were department heads, they had entered the public service at least six years ago, nine had been performing their current functions for at least three years (one started work two years ago, and three have been in their positions for less than one year), and all have university degrees, with three also having Master's degrees. Some of their tasks involved managing multidisciplinary teams, planning and controlling the annual budget, defining work aims and strategies, assessing annual performance, preparing the terms of reference for the officials of their respective departments and national directories, writing reports, and so forth.

When I requested permission to conduct the interviews, I introduced myself as a researcher from the National University of Timor Lorosa'e (UNTL) who was conducting a study on the evaluation of professional curricula¹. After

¹ The initial contact was made with the national directors who authorised the research in their respective fields. The interviews, conducted between March and April 2018, were individual and occurred in their own workplaces. In total, 19 civil servants were invited, but 13 responded to the request. The others claimed that they would not be in Díli on the dates that I requested. Among the three members of the staff with Master's degrees, two were male and one was female.

they agreed to grant me the interviews, I explained that, from a hypothetical situation, they should select the curriculum vitae which exhibited, in their opinions, the best qualifications for a certain job vacancy. The curricula vitae of four candidates were presented for the position of project director of an international organisation that wanted to open an office in Dili. Some of the project director's tasks were to coordinate the work of a team composed of 26 professionals, to organise a 1.5-million-dollar annual budget to develop tourism and income generation in the country, and to meet with the ministries of the State, members of the national parliament, community leaders, and local entrepreneurs.

The structure and appearance of the curricula followed the same pattern. The information was displayed in the following order: personal identification (the names of the candidates were omitted), academic training, work experience, and personal skills. Curriculum vitae A and B were virtually identical. Curriculum vitae A belonged to a woman born in the city of Dili who is 36 years old, has been married for 12 years, and has three children (a boy aged ten and two girls aged eight and five). The woman has also earned a degree in Business Management in 2005 from UNTL, a certificate in Social Development in 2006, obtained in Singapore, and a Master's degree in Tourism obtained in Portugal in 2008. She has also worked from 2008 to 2013 with the United Nations. Between 2014 and 2017, she worked for a telephone service company. She speaks Tetum, Portuguese, and English fluently, and is an advanced user of Excel, Word, and social media. She introduces herself as communicative, organised, having good leadership skills, and likes to work with others as a team. Curriculum vitae B belonged to a man who presented the same information as curriculum vitae A, but with some minor changes. For instance, he has three children (two girls aged ten and eight and a boy aged five), a Master's degree in Tourism, obtained in Portugal in 2007, a certificate in Social Development obtained in 2008 in Singapore, and he has also worked for a telephone service company between 2008 and 2013, and the United Nations between 2014 and 2017.

Curricula vitae C and D belonged to candidates with less professional experience and academic training. Curriculum vitae C belonged to a man aged 36 who has two children (a boy aged 12 and a girl aged nine) and graduated in

Business Management from UNTL in 2010. He did not have a certificate or a Master's degree, and in terms of work experience, he spent five years as an advisor to non-governmental organisations. Curriculum vitae D belonged to a woman aged 36 who has two children (a girl aged 10 and a boy aged eight), graduated from UNTL in 2012, participated in a few selections for public sector without having been approved, and who also worked as an assistant in a private law firm in Dili.

The participants were told that although there was no time limit to make their choices, it is important that they highlight the first curriculum vitae that they considered for the position². All the candidates' curricula vitae were handed out at the same time. However, in order to understand whether the order of the curricula could influence the subsequent choices, the sequence A, B, D, C was randomly offered to four participants; another group of four participants received the sequence B, A, C, D; three participants received the sequence C, A, D, B; two participants received the sequence D, B, C, A.

It took the participants between seven and eleven minutes to analyse and choose a curriculum vitae for the job vacancy. Curriculum B was the first option for ten participants (nine men and one woman). The justification for their choices consisted essentially of stating that the directorial position of that institution would require technical and theoretical training, since he or she should monitor the work of many employees, the management of a large budget, and maintain a liaison with the Ministries of the State, politicians, and entrepreneurs. For this reason, curriculum vitae B displayed the necessary academic training and work experience that made it the best option.

In view of such justifications, I argued that curriculum vitae A possessed the same type of academic training and professional experience as curriculum vitae B. Among those who chose curriculum vitae B, six stated that they found a similarity in academic training and work experience. The remaining four participants read the curricula vitae to compare them. However, despite the similarities between curricula vitae A and B, the participants maintained their initial choices.

² Every three minutes, I asked them if they had made their choices. This was done to introduce another stress factor during the choice process and encourage more spontaneous and automatic choices.

To support their opinions, they argued that in order to manage the project in question, it would not be enough to have good academic training and work experience, but it would also be necessary for the director to have certain personal leadership characteristics, to set an example of professionalism, and that he or she should be able to work nights and weekends due to the amount of work and meetings that would be required with political leaders and entrepreneurs. One of the participants argued that if the director was a man, it would be easier to gain the other participants' respect. Another participant stated that in the competitive world, men would not respect women. A third participant's comment went along the same lines. He said that women sometimes feel frightened and cannot confront others or demand that they comply with their orders. In three participants' opinions, women would be more emotionally unstable than men, which could cause some inconveniences at work. Seven participants added that because women have children and family obligations, they could not work late or on weekends very often, or even participate in work lunches and dinners. Of these, two participants stated that there would be "gender differences", giving as an example the alleged limitations women face for having children. Thus, in order not to risk making a mistake in their decisions, they preferred to choose curriculum vitae B. However, everyone recognised that curriculum vitae A was also "good", and in five participants' opinion, she could be selected as an assistant or vice-director of the project.

I made the same remark for the participants who chose curriculum vitae A (two women and one man) by questioning them on the reasoning behind their choices and the similarities between curricula vitae A and B. Their answers were different, but complementary. One of the women participants said that her choice was a way of "valuing women, (...) since there are several men in leadership positions." Another woman participant said that "working with women is better;" since women are more sensitive and empathetic, and that "we have a different way of doing things." Both stated that a "gender policy" would be necessary, since women would be victims of "social prejudice" and "the patriarchal society," and they would find "too many difficulties" to stand out in leadership positions. A male participant replied that he chose curriculum vitae A because women would be more capable than men "to work

with social projects,” and they would know “how to hear and help people.” From his standpoint, this would not be a “gender” bias, but a reality due to the differences between men and women. I also inquired about what they thought of the impossibility of women working late or on weekends. They replied that this was “true,” since – as stated by one of the female participants – “women are the ones responsible for domestic services.”

The other female participant who opted for curriculum vitae B said that both curricula were “very good” for the given position. However, she chose curriculum vitae B because she was a woman, and understood very well the difficulties that women face in work environments. She stated that in general terms, women and men have the same qualifications, yet women would be at a disadvantage since they would have to work from home. Additionally, co-workers – male co-workers and the remaining female co-workers – do not respect women or value their efforts or skills.

The justifications given reveal an essentialist thought on the *individual*, and a dualist thought on male/female and woman/man. There is, according to this type of thinking, a binary division determined by the anatomical and psychological differences between men and women. In other words, in addition to the genital differences, women and men have specific personality characteristics and skills that determine the social roles they play. The gender category was mentioned a few times as synonymous with women, or as a set of actions to reduce inequalities between men and women. Regarding the meaning of gender, since the 1980s, numerous studies (Scott 1989; Atkinson & Errington, 1990; Butler, 2004; and Strathren, 2006, for example) have suggested that the way people conceive of gender categories – and the distinctions between women and men – is not only based on biology, but is also part of a complex historical and cultural construction.

According to Butler (2004), gender, as a difference between men and women, would function as a *norm*. This *norm* must not be confused with a rule or law. This is equivalent to saying that *norms* have a contextual character subject to variations that are not always explicit, governing intelligibilities by enabling certain thoughts and behaviours to be constantly updated, re-interpreted, and normalised, thus defining what can or cannot be socially recogni-

sed. When regulating relations between women and men, the *norm* shifts the gender relationship from a possible genetic determinism to a socio-historical dimension and power relations.

After the participants justified their choices, I added new information. I commented that curriculum vitae D belonged to the niece of an important politician, a leader of his party, who was respected by everyone. Due to this, five male participants considered that perhaps she could also be one of their choices. For these participants, because candidate D's family was influential and her uncle reputable, she would be able to negotiate with anyone, the other employees would respect her, and she would be able to develop the planned projects. Another three male participants suggested that she could be hired as an assistant or vice-director of the institution. When I pointed out that she did not have the same level of experience and academic training as curricula vitae A and B, the comments were as follows: although she did not have as much experience as the other candidates, she had some, and since she came from a respected family, she could negotiate with the government more easily. One of the participants stated that because she did not have much experience, she would respect the project director and strive to learn from him and do a good job. On the other hand, because her uncle has important contacts, she could facilitate negotiations with political leaders and entrepreneurs.

These arguments seem to contradict their initial responses, in which the technical and theoretical training were the main reasons for their choices. This apparent contradiction may be viewed as a way of adjusting their responses to the increase in the complexity of information that they received. Although their reasoning had to consider new elements, their choices followed a discursive line of thought that would make the criteria choices less rigid and expand them to maintain the validity of their initial ideas. Decision-making processes involve a limited number of heuristics and rules that have a reference point for the award of positive (gains) and negative (losses) values for each decision (Kahneman & Tversky, 2000). However, despite the apparent rationality, choices also involve emotional, instinctive, and unconscious factors that influence our decisions (Kahneman, Slovic, and Tversky, 1982). The increase in information and heuristics to be considered in a given situation may make

the decision-making process more complex, tense, and laborious. However, it is not necessarily accompanied by the acceptance of different logics.

After the comments were made by the participants, I informed them that one of the main objectives of the research was to understand some of the conceptions and logic that influence the way people perceive the work done by women and men. I also told them that according to their responses, I had the initial impression that there would be differences in their evaluation of curricula belonging to men and women. The male participants began to mention equal rights, and they were unanimous in stating that women and men have the same abilities. Among them, seven said that Timorese culture shows respect to women; four participants added that the possible differences between men and women would be complementary. For two participants, the existing differences do not mean that one gender was better than the other³. Women, according to three of the male participants, would be more obedient and loyal to their hierarchical superiors. Consequently, it would be “easier to maintain control” and “avoid conflicts,” since women would follow the orders of their respective directors. On the other hand, the three female participants said that in society, women would be “discriminated” against, “devalued,” and “disrespected.” One of the female participants stated that “the Timorese culture says that women and men are equal, but men always have more advantages.”

This logical movement in the argumentation is partly related to a *perspective view*. Participants can come to terms with and understand different points of view, but this does not mean that they incorporate them or adopt them unconditionally. The preference for choosing men to the detriment of women may be less associated with a difficulty in recognising women’s intellectual and leadership qualities, and may be more closely associated to the obstacles that this leadership position may pose to pre-established social stereotypes, cultural logic, and power dynamics.

³ The idea of complementarity between the masculine/man and the feminine/woman seems to be very widespread in the Timorese communities. On the social role of women, empowerment and the complementarity in Timor Island (East and West) and other communities in the Southeast Asia see, among others: Traube (1986); Friedberg (1989); Mckinnon (1991); Hicks (2004); Strathern (2006); Andaya (2007); Kammen (2012); Boarccaech (2013).

One of the factors that should be highlighted in this relationship is the dimension of power. According to Foucault (2008), power does not have a specific place or pre-established owners, it flows in society, and is reproduced and disseminated in the relationships between individuals. Power, in this sense, functions as an oppressor and producer of subjectivities. To Butler (2004) – based on the studies by Foucault on power and sexuality – the conceptions of the characteristics identified for each gender would not be a mere manifestation of power, but they would be a specific type of power – with rules and assumptions – that would impact the construction of the subjectivities and the identity of individuals.

Bureaucratic, administrative, secretariat, and welfare work are seen as typically female. Activities involving more elaborate thought and complex decision-making are considered as typically male. An example of how this functions occurred when I was waiting in a governmental office room for an interview. There were three technicians working, and only one of them was a female. All of them had entered public service at the same time, and they performed the same function. When entering the room, the head of the department requested that the female technician submit some documents that he had signed to the National Directorate's office. During the interview with the head of the department, I asked why he had the female technician submit the documents, and not the other male technicians. After smiling, he said that he did this automatically and that he had not thought about it, but that in the future he would try to do it differently. When I spoke to the technicians about what had happened, they said that this was something common not only in their workplace but “in all departments.”

On the other hand, women may be appointed to leadership positions, but this is due to the *capital* – as defined by Bourdieu (1987, 1982) – they possess for belonging to families of distinguished position in the social hierarchy. Initially, respect for their authority and acknowledgment of their professional qualities would not be based on their personal merits, but on family ties that highlight the performance of family men and the level of connections they establish with other families. Although acknowledgement of the individual capacities of women has a certain influence, the power, prestige, social position, family relations, and friendship connections that the men close to them have would be considered first.

As I observed in previous studies, power, associated with leadership, is related to authoritarian behaviour, demonstrations of strength, the absence of doubt, a capacity to solve/avoid conflicts, and maintaining harmony in relations, albeit by using punishment (Boarccaech, 2013; 2017). Both men and women are subject to this kind of logics and, although men who do not meet these requirements may be delegitimised as representatives of this kind of power, women encounter greater social resistance to being recognised as the holders of this power in the first place.

Thus, when women adopt behaviours associated with this type of leadership, they are not necessarily trying to masculinise themselves in order to acquire legitimacy. This posture may be a way of incorporating the power narratives available in society, which were previously appropriated and monopolised by men. This dynamic poses a risk. For example, since women would not fit into these stereotypes, they may disallow themselves. On the other hand, because they try to meet the expectations of power/leadership – together with their personal characteristics and the way they deal with their own aggressiveness – they may take authoritarian stances that reproduce the prejudices that they criticise in men.

The comments made by the participants declared that women and men have the same rights and may both hold leadership positions. Nevertheless, in practice, behaviour and social relations would counter this kind of thinking. Although the discourse of equality or complementarity between men and women will not completely disappear, this is secondary to decision/action conflicts with social perceptions on the role of women in society. To resolve this *cognitive dissonance*, in which ideas contradict the behaviour and the very notion that an individual has of himself (Festinger, 1957), participants resort to generalisations on the difficulty that people have in respecting gender equality, and the need to comply with certain social obligations. Given the increasingly complex signs and heuristics that seem contradictory for conscious thought, participants activate a *moderator system* to adjust their ideas to a set of social values and practices identified by them as legitimate and culturally contextualised.

Another interesting aspect is that the possibility of accepting a certain project is not necessarily based on proper planning and execution, but on proponents' personal connections. When participants commented that the curriculum vitae D candidate could be a "good choice" due to her family connections, I

questioned whether this was an actual influence. One of the participants commented that in Timor “everything happens through family relations.” To another participant, these kinds of relations are common, since “people only look after themselves, (...) they only help their family and friends.” However, another participant justifies such a practice, stating that when people already know each other “it makes things easier, for they trust each other.” Generally, the evaluation of a project appears to be based on interpersonal relations. In a personalised way, the type of relation and the level of established connections is evaluated, but not necessarily the quality, viability, or the importance of the project.

THE (DE) NATURALISATION OF VIOLENCE

For this study of group dynamics, three administrative posts in the city of Dili were chosen at random. At each administrative post, two *suku*⁴ were chosen, also at random. During the first contact with the heads of *suku*, they were informed that the activity was part of a survey to understand how people perceive the differences between men and women. Each head of *suku* was responsible for inviting five men and five women of age among the members of their community who knew how to read and write. In total, 60 people (30 women and 30 men), divided into six groups with ten members each, participated in this activity. The meetings were held at the administrative headquarters of the *suku* between May and July 2018.

In addition to the characteristics mentioned above, the groups were formed by people aged between 24 and 50⁵. Twelve participants had a fourth grade education, 31 had finished secondary education, 13 were going to college, four had finished college, and 29 participants claimed to perform labour activities, earning average salaries of USD 130,00 per month⁶.

⁴ East Timor has 13 municipalities, 67 administrative posts, and 498 *suku*. The administrative posts are administrative divisions within a municipality, which are composed of the *suku*, the smallest administrative division of the national territory.

⁵ Among the men, 16 were aged between 24 and 35, and 14 were aged between 36 and 50. Among the women, 19 were aged between 24 and 35, and 11 were aged between 36 and 50.

⁶ To maintain anonymity, the participants were asked to write down their age, level of education, sex, and if they were formally employed. Among the 29 participants who claimed to have a job at that time, 11 were men and 18 were women.

The activity consisted of handing out a worksheet with a small story describing a fictitious situation of intrafamilial aggression to each of the participants. After reading the story aloud, three (randomly chosen) groups were asked to justify in writing the husband's behaviour towards his wife. The other three groups were asked to write down their opinions on the husband's attitude. After completing this part of the activity, they were asked to write another answer again, but this time presenting their own opinion of the story (for the groups that had justified the husband's attitude) or justifying the husband's behaviour (for the groups that had previously written down their own opinions). The story was as follows:

A woman wakes up in the morning and prepares breakfast for her husband and three children. She then cooks lunch and helps the children get dressed to go to school. After that, the woman takes the three children to school. Two of their children go to the same school, which is close to their home, and the third son, the oldest one, goes to another school, a little further away. After dropping off her three children, she goes to work. She is a saleswoman in a clothing store. At noon, she leaves work, picks up the children at school, goes back home, and heats up lunch for the family. After doing the dishes and leaving the children at her sister's house, she goes back to work. Late afternoon, at around six o'clock, she leaves work, picks up the children at her sister's house, and returns home. At home, she helps her children take a bath and prepares dinner. The food is the same as lunch. Her husband, who is angry at having to eat the same food again, becomes tense, and calls her lazy, saying that she won't pay attention to her family, that she is selfish, and that she is not complying with her obligations at home. Still agitated, her husband physically assaults her in front of their children. His wife is badly injured, and needs to be taken to the hospital.

Regarding the justification for the husband's behaviour, the participants were unanimous in answering that he acted correctly because the wife did not fulfil her obligations to care for the family. In addition, some answers mentioned that in Timorese culture, women must respect their husbands because they are the heads of the family (28 men and 21 women); the woman had served "cold food," "leftovers," or "spoiled food" at dinner (19 men and 18 women). Some noted that it is the husband's responsibility to maintain order and educate the members of his family (15 men and nine women), and that even though the woman works outside the home, she cannot forget to look after her family (nine men and 12 women). Some replied that the woman was selfish and that she thought only of herself; thus,

she needed to be punished (eight men and five women). Finally, some said that the woman's behaviour set a bad example for the children (six men and three women).

The participants also added elements that were not present in the original story to justify the husband's behaviour, such as the fact that he had to work and would arrive home feeling tired, and that his wife would not help him (11 men and five women). Others said that the woman's parents were elderly, and that her behaviour dishonoured the education they had provided for her (seven men and 13 women). Finally, some said that the woman did not respect her husband, who worked a lot, and financially supported the family (12 men and five women).

When asked to express their opinions on the story, 16 women disagreed with the husband's attitude, claiming that it was unfair (four times). Others said that the husband did not value the efforts that the woman made to maintain the family (six times). The respondents stated that Timorese culture is a culture of peace, not violence (five times); moreover, women and men are equal before God, and they should help each other (five times). Another nine women agreed with the husband's aggression, claiming that he was only looking after the family, and that sometimes punishment is necessary to establish order and respect. For five women, in Timorese culture, it is the husband's role to look after the family, but the problems could have been solved through a dialogue (of these, three claimed that physical violence should be the last resort). Among the men, 18 agreed with the husband's attitude, by claiming that he had to maintain the family order (eight times), and that he could not lose his wife's respect (five times). It was also stated that if his wife would not obey him, he would set a bad example for his children (five times). For the seven other men, a husband should oversee maintaining the harmony and education of the family, but their problems could be solved through a dialogue, or the husband could make a complaint to the woman's parents. Only five men completely disagreed with the husband's attitude⁷.

As we can see from the justification for the husband's behaviour, these justifications were based on the alleged cultural rules, hierarchical divisions, the maintenance of honour, and the search for family stability, as well as social preconcep-

⁷ The responses, in numerical terms, did not present any relevant differences between the groups that were first asked to justify the husband's behaviour and those who could freely express their own opinions.

tions of the role of women and men in society. According to these preconceptions, women must take care of the household and submit to male authority. On the other hand, men would oversee controlling, organizing, and leading the family to maintain harmonious relations. Women who deviate from social stereotypes or do not comply with their alleged family obligations are subject to punishment. The type and intensity of the punishment would be the burden of the men who occupy the position of family leaders. Consequently, aggressive behaviour may be justified as a legitimate way of restoring order and harmony in family relations⁸.

As a rule, when aggression is legitimised by cultural aspects to maintain harmonious relations, they have an educational and punitive bias. Behaviours that are deemed deviant or inappropriate are corrected through physical aggression. To be socially tolerated, such aggression must be legitimised and conditioned by several rules that are identified as cultural. This type of conception of violence, as already suggested by Foucault (2007; 2008), may be legitimised in certain contexts to discipline and educate, in which the body is a privileged *locus* where the brands of power relations and knowledge transmission are placed.

Respecting a hierarchy in which men take command positions enables them to assume that they have the right to use aggression for corrective purposes, not only against women, but also against their children and all other members of their families who are below them in the hierarchy. Women are also authorised to be aggressive against those who are below them in the family's hierarchical structure⁹. This aspect of the Timorese social dynamic contributes to the aggressive behaviour involving logics that transcend relations between men and women. On the other hand, they present the characteristics that are typical in this relationship. There are general components (values, ethics, cultural norms, etc.), specific components

⁸ For analyses of violence, conflict resolution, and gender issues in East Timor, the following studies should be investigated: Hohe (2003), Simião (2006), Scambary (2009), Cummins (2010), Trindade (2011), Kovar (2012), Niner (2012), Boarccaech (2013), and Wigglesworth et al. (2015).

⁹ In a study that I conducted with *Humangili* of the island of Ataúro (Boarccaech, 2013), I found that women are also feared because they have the ability to curse people, causing disease, misfortune, and even death. This is another dimension of power relations between women and men. If men use physical punishment to transmit and mark their hierarchical position, women may reach the body of men through the strength of their minds and by making contact with the supernatural.

(typical of relations between men and women), and singular components (each individual's characteristics) that regulate the practices and meanings of aggressive behaviour between men and women.

However, aggression as a legitimate, contextualised resource for the punishment of deviant behaviour is not exempt from contradiction and dissatisfaction. While certain violent behaviours may find support in social rules, these very behaviours, in a moral and ethical nature, may be disapproved by the people who participate in this social group. This may be seen in the different responses on the husband's aggression towards the woman. In addition, another indication was when participants were asked to justify the husband's attitude. Some female participants, through smiles and facial expressions of annoyance, displayed discomfort with the scene described. However, no participant openly contested the initial orientation. It is common sense that some social rules may legitimise certain aggressive behaviours but, from an individual's perspective, these same rules may be interpreted in different ways, even delegitimising such behaviour.

On 7 July 2010, by Law 7/2010, the National Parliament enacted a law against domestic violence. The meaning of domestic violence, the types of violence, and the legal protection mechanisms for victims were defined in the Law. Article 2, paragraph 1 of the Law states the following:

For the purposes of this law, domestic violence shall be considered any act or sequence of acts committed in a family context, with or without cohabitation, by a member of the family against any of its members, when there is ancestry, namely physical or economic, in the family relationship, or by a person in relation another, with whom they had an intimate relationship, of which they cause or may cause either damage or physical, sexual or psychological suffering, economic abuse, including threats such as intimidation, harassment, aggression, or deprivation of liberty. (Journal of the Republic, 2010).

In June 2018, a survey using a questionnaire was conducted with 100 people (50 women and 50 men) who were randomly chosen. The following questions were asked: a) what does domestic violence mean?, and b) are you in favour of or against domestic violence? All participants said that they did not agree with domestic violence. On the meaning of domestic violence, the answers varied between the following responses: when a man physically

assaults his children and his wife for no apparent reason (81 times); when a man uses excessive violence, causing physical damage to his wife and their children (57 times); when a man makes his wife and children do something that they do not want to do (32 times); and disrespect among the members of the family (13 times)¹⁰. Despite the approval of Law 7/2010, the awareness campaigns, and the creation of a governmental/non-governmental network to provide support to victims, the conception of domestic violence is largely related to physical aggression and men who disproportionately use either strength or their authority on family members.

Analysing the notion of domestic violence from the standpoint of the logical structuralist relationship between a signifier and a signified may lead one to believe that this concept, once defined and released, would result in a linear and automatic understanding. Thus, the difficulty in understanding in the Timorese context could be related to certain factors, such as: a) resistance to a concept foreign to the local way of life that would have been introduced by human rights, women, and gender movements; b) there would be little clarification of the population about what domestic violence means; and c) Law 7/2010 presents a broad and diffuse conception of domestic violence, which could cause confusion and misunderstandings.

¹⁰The persons who answered the questionnaire were aged between 20 and 30 (25 women and 26 men); 31 and 40 (21 women and 17 men); and 41 and 55 (four women and seven men). Of these, 28 women had finished secondary school, 15 were going to college, and seven had a college degree. Regarding the men, 20 had finished secondary school, 18 were going to college, nine had finished a university course, and three had studied until the fourth grade of elementary school. The responses per age group were as follows: a) physical aggression for no reason (81 times) was the response of 25 women and 16 men between the ages of 20 and 30; 21 women and 11 men aged between 31 and 40; and four women and four men aged 41 and 55, respectively. (b) Excessive use of violence with physical damage (57 times) was reported by 16 women and ten men between the ages of 20 and 30; 20 women and five men between the ages of 31 and 40; and two women and four men aged 41 and 55, respectively. c) A man forcing his wife and children to do something that they do not want to do (32 times) was the response of five women and seven men between the ages of 20 and 30; 12 women and four men between the ages of 31 and 40; and one woman and three men aged 41 and 55, respectively. d) Disrespect between family members (13 times) was the response of two women and one man between the ages of 20 and 30; four women and one man between the ages of 31 and 40; and two women and three men between the ages of 41 and 55.

However, when shifting the focus of the analysis, we may reach further conclusions. Thus, if we take the ‘violence’ and ‘domestic’ categories as signs, they would form a new sign by being grouped into ‘domestic violence’. This sign (signifier) in relation to an *object* (the referent to which the sign refers), while represents a previously social defined meanings can be given different signified (*interpretant*) by those who observe it. The signified intended as a priori (from the relation between sign and object) does not exist in an ontological manner, and does not have an intrinsic, immediate relationship with their signifier, but are part of a set of narratives, views of the world, and socio-historically contextual intentions. Therefore, the signified associated with a certain sign may not be evident in other social contexts.

Another factor of complexity in this process is that a signifier leads us to other signifiers, and so forth¹¹. This system, which involves signifiers and the signified, enables a vast set of *semioses* which may be contradictory and unpredictable. By nominal designation (spoken, written, standardised, legal), domestic violence may be perceived as a signifier that groups, concedes, and receives different sensibilities in the same category. Thus, in addition to providing new insights about domestic violence, at the same time, it serves as a reference point for existing perceptions and sensibilities.

In an attempt to adjust the different heuristics and possible rational, symbolic, and emotional contradictions between thoughts and behaviours, individuals activate the *moderator system* to make sense of a certain idea or practice, thus minimizing internal conflicts. A frequent resource, as mentioned above, is to interpret or reinterpret its acts through a notion of culture that does not have a uniform meaning either. In some people’s opinions, Timorese culture entitles the heads of the family –the men – to use physical punishment, whereas this would be a peaceful culture in other people’s opinions. Physical aggression may be used as a man’s prerogative to educate family members; however, for others, the heads of the family could use other resources without resorting to aggression. Aggressive behaviour may

¹¹For an interesting debate on the processes of semioses, see Peirce (1977), Eco (1995), and Derrida (2008).

be seen as an indication of a loss of control and a man's failure to maintain harmony in his family. An apparent contradiction is that despite the fact that physical violence is disapproved of, the authority of who makes use of it is not denied if it is used within a certain context.

Aggression events are not always perceived as violent acts. To define whether a certain behaviour is violent, one must consider the context in which it occurs, the victims and aggressors perceptions of violence, the moral, ethical, and cultural set of laws and values governing the group, as well as their ideas of justice, the immediate, medium, and long-term repercussions of these events in their lives, on the people surrounding them, and the social context. This makes understanding acts of violence even more difficult, but it also provides the analysis with greater density, and works as a reference point (albeit neither impenetrable or infallible) to common sense, unconditional relativism, or the imposition of meanings.

In the particular case of Timorese communities, the use, submission, and legitimisation of the system of aggression (physical, emotional, psychological, etc.) is due to several factors that are interconnected. Some examples are: maintaining power relations; a not very flexible notion of the social roles to be played; the difficulty of mobility in the social structure, in which change and the 'other' are regarded as threats; intrafamilial and interfamilial dependence relations; a patriarchal and authoritarian view of society; the punitive conception of education; how violence is viewed (intensity, regularity, and forms of demonstration); the idea of social order and harmony; the notions of body; the way they relate to their own sexuality; and the personal characteristics of each individual. In other words, the extension of the concept of violence in a general way, as well as domestic violence in a specific way could lead to changes in their vision of the world regarding the rational and symbolic logics they employ to codify their immediate experiences, as well as to changes in the social dynamic itself.

Dealing with this issue in that way implies granting the right to the actors on the scene (individuals, social movements, governments, and non-governmental institutions, among others) to express themselves and assume complexity as a phenomenon relevant to the study of relations between men and women. In addition, the understanding of the tension caused by

the dialectic between the multiple *language-games*¹² may contribute to the planning of prevention and monitoring campaigns, and may make room so that individuals feel legitimised in participating in this debate. It may foster changes in the perceptions around domestic violence, in the logical and behavioural patterns of violence, as well on how people relate socially.

CUSTOMARY JUSTICE AND CULTURAL PATTERNS

In East Timor, the difference between what is commonly called customary justice (also known as traditional or informal justice) and the justice of the State (or formal justice) remains. Although the difference between the two systems may seem obvious (with specific representatives, rules, and places where they occur), in practice this relation is more nuanced. This is because the values, the world views, procedures, methods of punishment, the way responsibility is assigned, the religious affiliation, the agents responsible for representing these systems, among other factors, eventually mix up and influence each other. In addition, the expression ‘traditional justice’ is not homogeneous, because the rules and the trial rites may vary between the communities (Boarccaech, 2013; 2017). In an interesting debate on the coexistence between modern and traditional institutions of governance in the villages of East Timor, Cummins (2010) suggests that none of these expressions would be precise, because they would depend on what we define as being formal and informal, traditional and non-traditional, and on how we understand the relationship between modernity and tradition.

In this study, I use these terminologies as an analytical category that is contextualised, permeable, and open to redefinition. This does not solve the difficulties and the semantic limitations; on the contrary, it is a way of recognising them as part of the analytical process. Thus, here the term customary justice

¹²*Language-games* is a concept proposed by Wittgenstein (1994). It suggests that the language is dynamic and flexible and the meanings attributed to something (words, objects, feelings, etc.) are directly related to our practical experience, our motivations and actions, our social relations, the type of knowledge/information we have, the specific objectives of each communication interaction, the customs, rules and cultural codes of the group to which we belong, in short, to the *forms of life*.

(and its co-considers) is used to designate the justice system considered by its practitioners as ancient, inherited from the ancestors, with its own representatives in communities (despite presenting exchanges and influences with other systems outside the community). The justice of the State – despite its long, diffuse, and non-linear path that goes back to the Portuguese and Indonesian times – is the system that was structured and made official as of the Independence, in 2002.

Since customary justice occurs within communities, with no official records on the types of disputes, the sentences pronounced, or the frequency with which it is put into action, it is difficult to measure its occurrence. However, many studies suggest that several situations of violence and crimes committed in communities are judged on a local level, not reaching the State justice (Swaine, 2003; Simião, 2006; Marriot, 2008; Nixon, 2009; Cummins, 2010; Kovar, 2012; Boarcacach, 2013; Niner, 2017; among others). In the following section, I describe a few situations that I have witnessed which directly or indirectly allude to traditional judgment on women's behaviour.

In 2010, I attended a traditional judgement on the island of Ataúro¹³. After several months of unsuccessful negotiations between the heads of both families, the case of a young woman who had been impregnated by a man who was already committed to another woman was being judged. The man claimed that he bore no responsibility for what had happened, because it was the young woman who seduced him. For that reason, he disagreed with the marriage that was being imposed on him, but in respect to the young woman's family he accepted to indemnify them with money and objects, as well as to assume the child's paternity. However, the traditional leaders of the community were inclined to force him to marry.

As a last resort to justify his arguments of having been seduced, the man removed a small sheet of paper from his pocket and handed it to a representative of the judges. According to him, the young woman gave him this piece of paper during a mass at the local Catholic Church, and it would serve as proof that she seduced him. On the piece of paper was written in Tetun, "you

¹³In *Hresuk* language, spoken in the Makili village of Ataúro Island, this traditional judgement is called *Re Ukun*. It brings together the *Haba Opun* (those responsible for preserving the stories and community tradition) and *Lela'it Peraik* (the heads of the community's family groups) to judge conflicts in the community.

found love, but you won't correspond". After analysing the handwriting on the paper, the leaders of the community decided that the young woman was responsible for seducing the man, and therefore the only guilty party.

The young woman, in the leaders' opinion, knew that the man was engaged, but still seduced him. She was also responsible for damaging the man's relationship with his fiancée's family. Another aggravating factor is that a rumour started to circulate in the community that the young woman was not a virgin; thus, it was impossible to identify the father of her child. The man was acquitted, but on the grounds of respect for the young woman's family, he agreed to pay them compensation¹⁴.

Another situation occurred in 2008. At that time, a non-governmental organisation received a 13-year-old girl who had fallen pregnant after being sexually abused by the local *Matandook*, a healer and mediator with the supernatural world. According to her family, the girl stole a pair of sandals, and he said that she was under the influence of evil spirits. To perform a healing ritual, he requested some animals, bundle of corncobs and manioc. As part of the healing process, the girl was also required to spend a few weeks at the *Matandook's* house. Thus, the girl stopped going to school and went to clean up and perform household chores in his home. During this period, the girl was sexually assaulted and fell pregnant. The girl felt sick and fainted upon returning home. Next, she was taken to a local clinic, where the nurses concluded that she was pregnant, and asked about what had happened. After listening to the girl's account, the clinic team reported the case to an organisation for the protection of victims of violence. The girl was later taken to a shelter, and a lawsuit was filed against the *Matandook*.

Since she had left the house and agreed to report the case to the police, the girl was reprimanded by her own family and banished from her community. The family claimed that she had dishonoured her parents – who would have already solved the situation – and disrespected the traditional rules that state that their representatives must deal with such matters. Approximately two months after arriving at the shelter, the girl received a visit from a police officer. The officer claimed to be on duty and part of the girl's family. During

¹⁴ For a description and analysis of the case, see Boarccaech (2013).

the conversation, the police officer threatened her in front of the shelter officials and demanded that she withdraw the lawsuit against her attacker. According to him, if the girl insisted on the complaint, she would never return to her community again, she would be viewed as a “damage” woman (*estragada*) because she was no longer a virgin, she would have to raise her child by herself, and no man would want to marry her. The police officer also said that the matter had already been judged by the local leaders, and the aggressor had already been convicted of indemnifying the girl’s family. However, compensation would only be paid after the withdrawal of the judicial process. In this case, it may be concluded that the girl went from being the victim to the aggressor, since she allegedly disrespected the customs, rules, and hierarchy of the local power.

In 2015, a woman decided to divorce her husband after she found out that he was cheating on her with someone else. The husband refused to accept the separation by claiming that she continued to be the *Feto Boot*¹⁵, and that he had done nothing wrong. His wife did not give in to her husband’s arguments, and demanded that he either end the extramarital affair or leave the house. Nevertheless, claiming to be the head of the family, the husband refused to leave his house. Given the husband’s refusal to either end the extramarital affair or leave the house, the woman, taking advantage of a moment when her husband had left for work, moved with her children to the house of one of her sisters. After finding out that his wife had left his house, the husband accused her of abandoning the house and destroying his family. He went to see her and removed their children, taking them back to live with him.

The leaders of the husband and wife’s families reunited to solve the conflict. After investigating the situation, the heads of the families concluded that the husband had no responsibility for the separation, since he had never stopped fulfilling his obligations of supporting the family, and he did not wish to get divorced. On the other hand, his wife would be made responsible for the current conflict, for she was unaccountable, and had left the house. They

¹⁵ Expression in Tetum which means Feto (woman) and Boot (great or, in this case, “the main”) and used to designate the first wife who would have a hierarchical ascendancy in relation to the other wives.

decided that the husband would not have to pay compensation to his wife's family because he did not fail to respect her and would always honour his commitments to his wife's family; thus, they gave him custody of the children. The woman was pressured by her own family to return home, and she was constantly reminded that she was the one responsible for the separation and the loss of custody of the children.

In 2013, a man was convicted and arrested for having committed sexual violence against a nine-year-old girl. He was a police officer. After the sentence was pronounced, he was expelled from the force and taken to prison. In the second week after his arrest, three prison guards led him to an isolated room and physically assaulted him. After one of the guards who did not participate in the aggression phoned the police, there were more than 40 police officers in front of the prison establishment within a few minutes. Heavily armed – several of them had guns in their hands – the police officers threatened to break into the prison if the prison guards did not open the main gate and release the former officer. The situation became tense, and it was only brought under control after the intervention of two State ministers. In the following weeks, several prison guards were stopped in transit checks when they were commuting to or from work (six guards had their vehicles searched, and 11 received transit fines).

According to information from the prison guards, the girl who had been sexually assaulted was the daughter of a friend of one of the prison officials. The official who coordinated the aggression against the former police officer said that he had disrespected the determinations of traditional justice by refusing to pay compensation to the girl's family. Due to this gesture of transgression of the customs and disrespect for the sentence pronounced by the traditional leaders, the case was brought to the courts. However, the conviction of the police officer would not be enough; he should also be physically punished for the offence to the customs and rules of the community. These arguments were not put forth as a result of the violence suffered by the girl – this would have already been resolved by the local leaders' sentence – but by the police officer's offence, since he did not compensate the victim's family and disrespected the authority of the traditional justice system. I talked to some of the police officers who participated in that situation. To

corroborate their behaviour, they claimed that it would be inadmissible to assault a police officer because this would mean to dishonour the entire institution. In addition, they said that although the sexual assaults were a crime, in the case of their former colleague, there was still controversy since the evidence was inconsistent¹⁶.

Another example occurred in Ataúro in 2007. A man murdered a woman he had accused of witchcraft. According to him, the woman had cast a spell that made his son sick. Although he had asked her to remove the spell a number of times, she did not do so. The man found no other solution than to murder her by hitting her on the head with a piece of wood and then throwing her body off a cliff. His community did not formally reprimand him. According to the community leaders, the murder was an act of despair by a father worried for his son. As mitigating circumstances, they stated that the man had asked the supposed witch to remove the spell on several occasions. This man continued to live in the community without suffering any sanction or warning from the local leaders for the crime he had committed¹⁷.

These examples are not presented in this study to question the customary justice system. I kept track of numerous other situations in which customary justice found interesting alternatives to prevent and solve litigation (Boarccaech, 2013). It must be noted that trials, whether they are from the State or traditional, are subject to formalities and rituals that must be observed. However, they may be influenced by judges' previously conceived ideas and certainties. The judges are not exempt from cultural constraints, tensions among various interest groups, and their own vision of the world.

To illustrate that this may occur in both justice systems, I quote a recent example of a judgment by the State justice system involving a woman. In 2017, a man asked his wife if he could have an affair with another woman. Due to her silence, he physically assaulted her, then forced her to have

¹⁶However, this case has other factors that also influenced aggression. For example, the prison guard who had planned the aggression and the former police officer lived in the same suku, and they already had personal disagreements before the crime and conviction.

¹⁷In this example, there is a religious component that influenced the attitude of the aggressor and the community leaders (Boarccaech, 2013). These religious aspects are evidence of the multiple influences that may affect the decision-making process.

sexual relations with him. The woman then began to cry, and her husband assaulted her again. Due to her injuries, she had to be taken to the hospital for treatment. The case was brought to the Court, and during the trial, the husband admitted all the facts exposed in the case, and his wife confirmed the version of the story, including the sexual assault. Consequently, the husband was sentenced to pay a USD 7.50 fine. The prosecutors in charge of the case accused the defendant of a simple offence against physical integrity (Article 145 of the Penal Code), and found it to be a general instance of domestic violence (described in Articles 2.2 (a); 3 (b) and 35 (b) of the Law Against Domestic Violence). The State Attorney's Office and the Court of Justice did not consider – or mention in the case – that the crime was also categorised in Articles 2.2 (b); 3; 4; 35 and 36 of the Law Against Violence, which specifies the types of aggression, provides aggravating factors, and makes the sentence more severe. According to a *report* by the Judicial System Monitoring Program (2018, p. 2):

(...) the prosecutor and the court were aware of the evidence of rape in this case, but the prosecutor and the court intentionally ignored this evidence because they consider rape in the family sphere as a common and acceptable practice in East Timorese society. This is justified through the prosecutor's final recommendation which stated that rape is an acceptable act because the defendant and the victim were husband and wife. (...) In addition the judge had no reaction to the relevant facts (evidence) about the crime of rape that occurred in this case.

As mentioned at the beginning of this section, although we do not have precise statistics on this subject, it may be inferred that many situations of violence against women are not reported to the police, since they would be resolved by the customary justice system. The cases that can be extrapolated from the customary justice system and that involve lawsuits would be events in which agreements between families were not reached, or where the local justice system was not able to find solutions or control mechanisms that were sufficient to tackle the situation.

The customary justice system would conduct trials in which a crime/transgression in itself is only one of the elements to be considered. In an analysis conducted to provide accountability and inflict appropriate punishment, the

following aspects would be relevant: the context in which a crime occurred; the past history of the persons involved; the behaviour and discourse of the victims and aggressors who could have contributed to the crime; the domain they have on cultural codes; their respect for the rules and local hierarchy; the position they occupy in the local hierarchy; and the narrative ability to defend oneself and to hold someone accountable. Thus, the classification of a crime as a factor independent of the constraints that caused it to occur opens up space for the relativisation of the crime. This may alter the roles of those involved, and a victim may become the aggressor, the aggressor may become the victim, or they may simultaneously be both aggressor and victim.

Depending on the social status and the level of influence and relations that women's families have, they may be more vulnerable to partial decisions. Such vulnerability may be expanded to minorities and groups deprived of power. The work to reverse this involves creating control mechanisms, the possibility of acquiring the resources and questioning the decisions made. Most importantly, it involves creating a long-term strategy to diversify the societal vision of the world that may directly influence the educational and judicial processes, the way people exercise citizenship and civic participation, and what they understand as culture.

REFERENCE

Andaya, B. (2007). Studying women and gender in Southeast Asia. *International Journal of Asian Studies*, 4(1), pp. 113-136.

Atkinson, Jane; Errington, Shelly (Orgs.). (1990). *Power & Difference: Gender in Island Southeast Asia*. Stanford: Stanford University Press.

Boarccaech, Alessandro. (2013). *A Diferença entre os iguais*. São Paulo: editora Porto de Ideias.

_____. (2017). Power, culture and social order: perspectives and manifestations in Timorese society. *Diálogos*. Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 2, n.º 2. Dili: UNTL, pp. 29-50.

Bourdieu, Pierre. (1987). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

_____. (2002). *O Poder Simbólico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Butler, Judith. (2004). *Undoing Gender*. New York, London: Routledge.

Cummins, Deborah. (2010). *Local Governance in Timor-Leste: The Everyday Politics of Mutual Recognition*. A thesis submitted in fulfillment of the requirements of Doctor of Philosophy. School of Social Sciences and International Studies University of New South Wales.

Derrida, Jacques. (2008). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.

Eco, Umberto. (1995). *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva.

Festinger, Leon. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Evanston, 111: Row Peterson.

Foucault, Michel. (2007). *A história da sexualidade* v. 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal Editora.

_____. (2008). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

Friedberg, Claudine. (1989). Social relations of territorial management in light of Bunaq farming rituals. In: Bijdragen tot de Taal, Land en Volkenkunde. *Rituals and Socio-Cosmic Order in Eastern Indonesian Societies*. Part I Nusa Tenggara Timur 145, n. 4, pp. 548-563.

Hicks, David. (2004). *Tetum ghosts & Kin. Fertility and Gender in East Timor*. Long Grove, Waveland Press.

Hohe, Tanja & Nixon, Rod. (2003). *Reconciling justice: "traditional" law and State judiciary in East Timor*. United States Institute of Peace.

Jornal da República. (2010). *Lei N. 7/2010 de 7 de Julho – Lei contra a violência doméstica*. Parlamento Nacional, Timor-Leste.

Judicial System Monitoring Programme. (2018). *The courts need to select the appropriate provisions of the law and charge the crime of marital rape*. Baucau, 20 April 2018.

Kahneman, D.; Slovic, P.; Tversky, A. (1982). *Judgment Under Uncertainty: heuristics and biases*. Cambridge University Press. Cap. 34: On the study of statistical intuitions.

Kahneman, D. & Tversky, A. (2000). *Choices, values, and frames*. New York: Cambridge University Press.

Kammen, Douglas. (2012). Queens of Timor. *Archipel* 84, pp. 149-173.

Kovar, A. (2012). Approaches to domestic violence against women in Timor-Leste: a review and critique. *Human Rights Education in Asia Pacific*, V. 3. Dec 2012; pp. 207-252.

Marriott, A. (2008): Justice in the Courts, Justice in the Community: Bridging Timor's Legal Divide. In: Mearns, D., editor. *Governance in Timor-Leste: Reconciling Local and National*. Darwin: Charles Darwin University Press.

Mckinnon, Susan. (1991). *From a shattered sun: hierarchy, gender and alliance in the Tanimbar islands*. Madison: The University of Wisconsin Press.

Niner, S. (2007). The Reassertion of Customary Practices in Timor-Leste and the Implications for Traditional Handcrafts Production. In: Palmer, L. et al. *Exploring the Tensions of Nation Building in Timor-Leste*. SSEE Research Paper, n. 1, pp. 41-48.

_____. (2012). *Barlake: an exploration of marriage practices and issues of women's status in Timor-Leste*. Local-Global: Identity, Security, Community, Globalism Research Centre, RMIT, Melbourne, pp. 138-153.

Nixon, R.S. (2009). Non-State Actors as Agents of Order: Suco Justice and Dispute Resolution Systems in East Timor. In: William Binchy (Ed.). *Timor-Leste: Challenges for Justice and Human Rights in the Shadow of the Past*. Dublin: Clarus Press.

Peirce, Charles. (1977). *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.

Scambary, James. (2009). Anatomy of a conflict: the 2006–2007 communal violence in East Timor. In: *Conflict, Security & Development*, 9: 2.

Scott, Joan. (1989). Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.

Simião, Daniel. (2006). Representando o corpo e violência: a invenção da violência doméstica em Timor-Leste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61.

Strathern, Marilyn. (2006). *O gênero da dádiva*. Campinas: editora Unicamp.

Swaine, A. (2003). *Traditional Justice and Gender-based Violence*. International Rescue Committee Research Report.

Traube, E. (1986). *Cosmology and Social Life: ritual exchange among the Mambai of East Timor*. Chicago: University of Chicago Press.

Trindade, J. (2011). *Lulik: The core of Timorese values*. Paper presented at the Communicating New Research on Timor-Leste Conference, Dili.

Wigglesworth, Ann et al. (2015). Attitudes and Perceptions of Young Men towards Gender Equality and Violence in Timor-Leste. *Journal of International Women's Studies*, vol. 16, n. 2, January, 2015.

Wittgenstein, L. (1994). *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes.

CONSENT, *ESTRAGA FETO* & DECISION-MAKING AGENCY IN TIMOR-LESTE

Deborah Cummins*

Abstract: Sexual violence is a serious problem in Timor-Leste. Drawing on the stories of women survivors of sexual violence and other interviews conducted across Timor-Leste since 2008, this paper explores common local understandings of sexual violence as key to enhancing preventative and legal strategies aimed to address this problem. While there are still many questions to be answered, fieldwork indicates that the concept of consent in sexual decision-making is poorly understood, with most community members understanding sexual violence in relation to the locally-used term *estraga feto*. However, this is misleading as the concept of *estraga feto* comes from a different paradigm, driven by ideas of family honour which are dependent on unwed women and girls retaining their virginity – and accompanying ideas of ‘lost value’ for women and girls who lose their virginity outside marriage. To challenge the further abuses and victim-blaming that can arise because of this paradigm, such as women and girls being married off to their rapists, subject to further sexual abuse or violence, and/or left with limited future prospects, it would be more useful long-term to educate community members on the concept of consent as a veto in sexual decision-making, and in doing so to refocus the conversation to people’s individual rights under the law.

Keywords: rape; sexual violence; sexual violence prevention; consent.

CONSENTIMENTO, ESTRAGA FETO E AGÊNCIA DE TOMADA DE DECISÃO EM TIMOR-LESTE

Resumo: A violência sexual é um problema sério em Timor-Leste. Com base nas histórias de mulheres sobreviventes de violência sexual e outras entrevistas conduzidas em Timor-Leste desde 2008, este artigo explora os entendimentos locais comuns sobre violência sexual como chave para melhorar as estratégias preventivas e legais destinadas a enfrentar este problema. Embora ainda haja muitas questões a serem respondidas, o trabalho de campo indica que o conceito de consentimento na tomada de decisão sexual é pouco compreendido, com a maioria dos membros da comunidade entendendo a violência sexual em relação ao termo local *estraga feto*. No entanto, isso é enganoso, pois o conceito de *estraga feto* vem de um paradigma diferente, impulsionado por ideias de honra familiar que são dependentes da manutenção da virgindade de mulheres solteiras e meninas – e acompanhando ideias de ‘valor perdido’ para mulheres e meninas que perdem a virgindade fora do casamento. Para

* Doctor of Philosophy in local governance. Researcher, trainer and specialist in community engagement, and Founder of Bridging Peoples <https://bridgingpeoples.com>.

enfrentar a continuação dos abusos e a culpabilização das vítimas que podem surgir devido a esse paradigma, como mulheres e meninas casando com seus estupradores, sujeitas a mais abuso sexual ou violência, e/ou a perspectivas futuras limitadas, seria mais útil a longo prazo promover a educação dos membros da comunidade sobre o conceito de consentimento como um veto na tomada de decisões sexuais e reorientar a conversa para os direitos individuais das pessoas ao abrigo da lei.

Palavras-chave: estupro; violência sexual; prevenção da violência sexual; consentimento.

INTRODUCTION

Sexual violence is a serious problem worldwide, including Timor-Leste. The drivers of sexual violence are complex and many, and preventative initiatives need to be supported and prioritised long-term in order to properly address the problem. There are a number of initiatives in Timor-Leste that are aimed at doing just that, including efforts to strengthen the legal system's responsiveness to sexual violence, ongoing community-based legal education, efforts and lobbying to improve service delivery for survivors of sexual violence, initiatives to challenge gender inequality amongst community members (and in particular teenage boys and girls), and various groups that have formed to speak more openly about gender inequality, and to challenge sexual harassment and gender-based violence.

Accompanying and supporting these initiatives is a great deal of research that is available on the incidence of, and factors contributing to, sexual violence in Timor-Leste. Quantitative studies have been conducted into the prevalence of sexual and other forms of violence committed against women and girls, so we have a good idea of rates of gender-based (including sexual) violence across the country (see for example Asia Foundation, 2016; GDS et al., 2018). These rates are disturbingly high, with 40% of women having been raped by their husband or boyfriend, and 14% percent of women having been raped by someone who was not their intimate partner (Asia Foundation, 2016, pp. 51; 64). For most women, this sexual violence is ongoing and not a one-time occurrence (Asia Foundation, 2016, p. 60). The vast majority of respondents who responded affirmatively in the Asia Foundation (2016) survey stated that they had been raped during the past 12 months.

Numerous qualitative studies have also been conducted to help us understand the driving factors which contribute to the high levels of sexual violence, and various responses to address the problem. These studies include (among other things) research into the incidence of sexual violence alongside other types of gender-based violence (Hynes et al., 2004; Graydon, 2016; O’Keeffe, 2017), the legacy of trauma and militarised masculinity (Niner, 2011), analyses of the responsiveness of formal and informal justice systems in cases of sexual violence (Kovar, 2012; Asia Foundation, 2012), and insights for improved service provision for survivors of sexual violence (Belton, 2011). There is also a significant body of more historical research, looking at ongoing issues of impunity for women who experienced sexual violence and slavery during Indonesian occupation (CAVR, 2003; Fokupers, 1999; Alves et al., 2003).

Despite – or perhaps because of – the high rates and accompanying normalisation, it is also known that the vast majority of sexual violence crimes are not reported to the police for prosecution (Asia Foundation, 2016, p. 60). There are some good reasons for this: the formal justice system is weak and it may take many years before a case is heard, family members and local leaders often prefer to resolve such cases using local customary processes, and there are high levels of gender bias and victim-blaming for women who seek to use either formal legal or informal customary systems (Cummins, 2015, pp. 79-92).

However, while we know a great deal about the patterns and prevalence of sexual violence and responses to the crime, there is very little commentary available on how community members (ordinary men and women) understand and differentiate sex that is ‘okay’ (referred to in this article as ‘permissible sex’) from sexual violence, from their own perspective. This is personally not surprising. As a researcher who has lived and worked in Timor-Leste over the past ten years and who has conducted many projects on gender-based violence, I have held hundreds of interviews on the topic with government officials, activists, local leaders, women survivors and ordinary community members. During all of these interviews it was simply not a topic that arose naturally. The very act of focussing on, and asking about, violence placed an automatic bias on the discussions, orienting people to talk about the obvious violence of fist against face, the use of weapons, situations in which one person is physically and brutally overwhelmed by another. This type of violence is easily recognisable: the after-effects are seen in bruises and cuts and other forms of bodily injury. These

cases overwhelm the discussion, and the less-obvious factors that combine to create an environment characterised by male sexual entitlement tend to not be spoken about. It is simply not their priority: it is a reality that is so normal that it does not bear speaking about.

It was only when doing some very different research looking at the incidence of teenage pregnancy in Timor-Leste (UNFPA et al., 2017) that I could explore in more detail issues of sexual decision-making agency and people's ideas of what is, and is not, permissible in sexual relations. Significantly, the research that led me down this path was focussed on sex and pregnancy rather than crimes, violence or wrongdoing. It was only incidentally in that research project that stories of sexual violence and abuse were shared by a few teenage mothers, and many of these young women did not realise that they were victims of a crime. These insights then led to more research after the project was complete with other women, which provided similar results. While there are still many questions which need to be answered, these findings bring new insights to the literature on sexual violence, and carry some important implications for legal education campaigns and other preventative work that aims to address the problem.

ESTRAGA FETO

A useful entry point to understanding local perspectives on how people commonly differentiate permissible sex from sexual violence is to examine the concept of *estraga feto*, which loosely translates as to 'damage' a woman¹. If you visit a village and ask community members if they consider *violensia seksual* or *violasaun seksual*² to be acceptable, it's equal odds whether your question will be met with a clear 'no' or a look of confusion. Those who have had the term explained to them already – perhaps through community-based legal information sessions – will recognise the more formal terminology *violensia seksual* or *violasaun seksual* and (in most cases) respond that it is not acceptable. But these

¹ *Estraga* normally translates as to damage, but it sometimes translates as to destroy (making *estraga feto* to either damage or destroy a woman.)

² *Violensia seksual*: sexual violence. *Violasaun seksual*: sexual violation.

are not terms that are commonly used in the local setting. Those who have not been to information sessions about the law will likely not recognise the term, responding instead with confusion. Because of this, many people running education campaigns on sexual violence have learned to use a different term when explaining people's rights and responsibilities under the law – *estraga feto*.

Estraga feto is widely condemned by local leaders and community members as a serious offence, provoking strong emotional reactions by the people involved. But the problem is, *estraga feto* is not the same as sexual violence. It operates from a different paradigm, with the wrongdoing better understood as an offence against the woman's position in the social order by having unmarried sex, and possibly also becoming an unmarried mother. This difference in focus can also be seen in the longer phrases that are sometimes used in place of *estraga feto*, such as '*estraga feto nia naran*'³ or '*estraga feto nia familia nia naran*'⁴. *Estraga feto*, or damaging/destroying of a girl's social status, is a serious wrongdoing which is deeply shaming to her and her family, and which has many practical implications for her future. To avoid the shame, the vast majority of families will try to keep an unmarried pregnancy secret by forcing a quick wedding before the child is born. Such cases are common enough that there is a quaint saying that is used by the woman's family, which roughly translates as "your buffalo has jumped over our fence."

Other research studies have also noted the different value system which drives expectations of pre-marital chastity and virginity, and accompanying notions of family honour and value (see for example O'Keeffe, 2017). Because in cases of *estraga feto* the focus is on family honour and the woman's perceived loss of value, and not on whether or not sexual relations were forced, the preferred solution of a shot-gun wedding applies regardless of whether the sex was forced or consensual. This means that rape survivors who become pregnant are forced into an untenable position: either marry their rapist, or endure the ostracism, abuse and victim-blaming that is commonly inflicted on single mothers. In most cases, her family makes the decision for her to marry her rapist, and she is expected to concur.

³ *Estraga feto nia naran*: to 'damage a woman's name'.

⁴ *Estraga feto nia familia nia naran*: to 'damage a woman's family's name'.

Many rape survivors' stories show that they too would prefer to marry rather than face the alternative living as a single mother – indicating the normalisation of this perspective, and the paucity of choices that are made available to them. This does not imply that the women are happy with their lot; during interviews, they all spoke of their suffering, trauma and shame, and their diminished hope for the future. And it does not change the fact that they are survivors of sexual violence. But it is important to acknowledge these women's voices and perspectives, as it demonstrates the very different paradigm or worldview in which they experience and express their suffering.

For example, in the case of one young woman who became pregnant and married her cousin who had repeatedly raped her, her sadness and shame was focussed more on the fact that he later abandoned her and their baby, rather than recognising the rape for what it was⁵. When asked about her first sexual experience, she shared her story as follows: "I was in the kitchen, doing work on my own... I don't know if he came in through the back or front door. He just came up behind me and started ripping my clothes off." She then went on to describe, "he pushed me into the room and showed me his body [penis]. I said 'I don't want to, I don't want to', I yelled but there was no-one else in the house." These attacks continued for many months, with him visiting when she was alone in the house and hitting her if she didn't comply with his requests for sex.

When she became pregnant she told him that she was with child, with the expectation that he would marry her. He at first denied responsibility:

I let him know I was pregnant and he said: 'that isn't my baby. If you're pregnant it's not because of me.' I said 'no, you made me pregnant, you kept coming into my house, all the time, it couldn't be anyone else, only you.'

By this stage others in the family were also aware of what had happened. When he denied paternity of the child, her grandfather intervened on her behalf, shaming him and forcing him to take responsibility:

Our grandfather spoke to him, told him off, he said 'why did you do this to her, you made her pregnant and this is why she is asking you [to take responsibility]... how can you deny it, and say that it's not your child?'

⁵ Interview from project *UNFPA et. al.*, 2017, Aileu Municipality (rural), October 2016.

As a result of this and other family pressure, they got married and began living together when she was five months pregnant. However, when the baby was ten months old he got bored and left them both, stating that he was now seeing another woman and wanted to marry her:

Now he has gone and married another woman, and she's already pregnant. His grandfather sometimes come to visit us and look in on the baby... he gives me fifty cents or a dollar... I have no money to buy new pants or a top for the baby because he doesn't send us any money.

Similar themes were repeated in another clear case of sexual violence against a teenage girl, with the rape committed by a stranger who attacked her on and off for many months⁶. This was her first sexual experience. As she explained, she had not received any sexual education, so at first was confused about what he was doing:

He forced me... He pushed me in the room and told me, 'we will be boyfriend and girlfriend'. Then he told me to remove my pants; I said: 'why do I need to remove my pants?' He said, I have decided we will be boyfriend and girlfriend so I want to be with you. I didn't want to but he forced me, he said [if I did not do it] he would beat me to death.

This went on for three to four months, until she became pregnant. At first, given her lack of experience and sexual education, she did not realise that she was pregnant; it was only when her mother noticed her changing body that it was discovered. When she told him that she was pregnant, he told her that he was already married with children, and that he had lied to her, using a false name:

I told him I was one month pregnant... and he said, 'I can't take responsibility for the child because I am already married, I have a wife and three children...' I said to him 'you came and you told me your name is Siku, that you are single, that you want to marry me.'

Because he could not marry her, her family went to the *xefe suku* and requested his help in dealing with the situation, asking for US\$10,000 compensation. After hearing from both families he decreed that the man should pay US\$2,500 as compensation to the young woman's family "to cover the

⁶ Interview from project *UNFPA et al., 2017*, Aileu Municipality (urban), October 2016.

shame”. It was only when he did not go on to pay this compensation that she went to the police and filed a complaint. During interview, she repeated many times “I want to send him to jail”. However, when asked why she wanted him to go to jail, her reply was that he had “created the situation and not taken responsibility” for her pregnancy.

In yet another case, a young woman described having been forcibly imprisoned and raped by her then-boyfriend⁷. When she found she was pregnant their families agreed that they should marry. As a result, she dropped out of school and returned to her rural village to take on life as a married woman. While she describes herself as “heartbroken” at her lost opportunities, she accepts her lot now as a married woman.

There are good reasons explaining these young women’s preference to marry rather than face the alternative. Alongside family pressure, their vulnerability and naiveté as teenage girls, and their limited understanding of their legal rights, it also reflects a very pragmatic assessment of their available options. The implications of *estraga feto* are practical and long-lasting, severely curtailing a woman’s practical and economic opportunities, and rendering her vulnerable to further abuse. She is judged harshly by her family and within the community, and subject to various forms of violence and abuse ranging from ostracism, people spitting on her in the street, to people hitting her or throwing stones at her. Additionally, as men in the community come to consider her as sexually available, she becomes vulnerable to further sexual harassment, violence and abuse.

The increased vulnerability and limited options can become a negative spiral, leaving her with no clear way out, seen in the case of another woman who explained that since she was raped, other men started visiting her and pressuring her for sex⁸. Following on from her first series of rapes and resultant pregnancy, she was subsequently raped by another man and became pregnant for a second time. Because her mother is afraid that this will continue to occur, she has encouraged her to take the contraceptive pill to ensure that at least if she is raped again, she doesn’t become pregnant a third time.

⁷ Personal interview, Lautem Municipality (rural), February 2018.

⁸ Interview from project *UNFPA et al., 2017*, Aileu Municipality (rural), October 2016.

The negative spiral was also clearly demonstrated in the case of another woman who was violently raped as a teenager⁹. As she told her story, she described that when it became known in the community that she had been raped, her parents told her that she had no future and that her best option was to stop school and to start trading sex for money:

Because I was raped, my family said they would not support me to continue my study... They said: who will support you? No one will support you anymore. So you should just continue your life by having sex with others to earn money.

She lived for a few months in a women's shelter, but when she returned to live in the community she was subjected to further gossip, with people mistreating her, calling her a "slut" and a "prostitute". So she moved to a new municipality in order to continue school. But on finishing school and returning to her home village, the gossip and mistreatment continued. Trying to earn money to survive, she applied for various jobs, but when she was lucky enough to reach interview the organisation's manager offered her the job only if she would have sex with him:

When I was looking for a job, the interviewer asked me to have sex with him first, then he would accept me as his staff. I refused, and I have not been able to get any other work to this day.

As her financial situation became increasingly desperate, she eventually started trading sex for money in order to survive, with accompanying abuse and continued stigma in the community. Over time she fell in love with a man and they decided to marry, but he has since left her because of family pressure:

My husband has divorced me because his family influenced him to leave me. Before he came to talk with my parents to marry me I told him honestly about all of my life, and he decided to marry me even though I was raped and involved in transactional sex. However, because his family does not accept me and my life, and they have major influence on my husband, he decided to leave me with our daughter who is a few months old.

⁹ Interview from project *The Asia Foundation 2012*, Covalima Municipality (urban), February 2012.

With limited employment options and now with a daughter to feed, she grows a few vegetables at home and earns extra income through trading sex for money.

There are, of course, many different themes that emerge from these women's stories: rape and male sexual entitlement, the reduction of a woman to her status as either a virgin or a married woman, double standards for men committing sexual violence and paying for sex with limited (if any) consequences, and, of course, victim-blaming.

But these and other stories of rape also highlight another important point which is often missed: while they are both about sexual wrongdoing, rape and *estrage feto* are not the same thing. While it may appear on the surface that the crime of rape is at least partially understood (if not fully appreciated) at the community level, this is not the case. The tendency to use the term *estrage feto* interchangeably with rape or sexual violence is only confusing the issue further.

When seen from this perspective, some attitudes and behaviours that initially seem baffling and contradictory become clearer. It is cruel, but not contradictory that most community members consider *estrage feto* to be a serious wrongdoing that is committed by men, while also abusing and ostracising rape survivors – from their perspective, it is she who has lost value. It is harsh, but not contradictory that parents should love their daughters, but on discovering that she is pregnant expect that she marry her rapist – they know the abuse that awaits her if she lives as an unmarried 'fallen woman' in the community.

CONSENT

Another theme that emerges from women's stories and that is striking in its omission is the lack of focus on, and understanding of, consent as key in distinguishing permissible sex from sexual violence.

The concept of consent is enshrined in many legal regimes, and is the key factor differentiating permissible sex from sexual violence. It essentially acts as a veto in sexual decision-making; if either partner withholds their consent

and the other continues regardless, then that is considered rape. However, this legal understanding of rape is not the case in Timor-Leste: article 172 of the Penal Code instead defines rape as the use of force or threat of force in sexual relations, with ‘force’ generally interpreted as physical force¹⁰. Consent does not form part of the legal definition of rape.

The absence of consent in the legal definition of rape represents a major missed opportunity for preventative work to address the high levels of sexual violence, and intimate partner rape in particular. In the absence of consent, fieldwork indicates that fuzzy concepts such as “respecting each other” and “listening to each other” are generally used to describe respectful sexual relations¹¹ – laudable concepts but with no clear way forward for boys and men who do not understand the limits. While ideas of respecting each other and listening to each other are positive, it is difficult for those working in the preventative space to clearly map out what it means in practice. If a man wants sex and a woman doesn’t, does the man ignore his desire because he respects and listens to his wife or girlfriend? Or does the woman ‘give’ sex because she respects and listens to her husband or boyfriend? How much pressure may a man put on his wife or girlfriend before that becomes unacceptable? What about situations where sometimes the sex is consensual, but other times she does not want it and he rapes her? By contrast, the concept of consent is relatively clear: if she says ‘no’, then that should legally and morally be the end of any sexual advances at that time.

Consent has been rightly noted as an imperfect legal concept, with commentators generally arguing that it does not go far enough in addressing unequal power relations between men and women in sexual decision-making (see for example Pateman, 1980). However, it is a necessary first step. By refocusing attention on whether both partners actively agree and express a desire to have sex, it can go some way to addressing the problem of sexual decision-making under conditions of inequality. It does not change unequal gender relations in relationships. It does not change the cultural conditioning of women who are socialised to be obliging, or of men who are socialised to

¹⁰ Personal communication, Maria Agnes Bere, September 2018.

¹¹ Prevention Workshop from project *UNFPA et al., 2017*, Aileu Municipality (rural), March 2017.

be forceful. It does not change the many problems of a legal system that is not responsive to women's needs, or the possible practical consequences to women if they refuse a man's sexual advances. But it does give a clear answer to the question: what does the law say if the man and woman want different things?

Unsurprisingly, given that the concept of consent is not enshrined by law, women's stories of rape show a clear lack of understanding of consent. In all of the stories noted above, women described being forced under threat of violence or death to have sex. When telling their stories, women were clear that they were forced, using such phrases as "I didn't want to" or "he forced me to". But they paid only limited attention to the act of sexual violence, using various euphemisms such as calling it a 'problem' rather than naming it as a wrongdoing or crime. While one woman went to the police, she did so because her rapist refused to take responsibility for the baby¹². While her case is being treated legally as rape, she understands it as *estrage feto* and abandonment. None of the women identified the non-consensual sex as the key wrongdoing.

The general lack of understanding around consent is also unsurprising given the different worldview expressed via the concept of *estrage feto*, in which a woman loses value if she has sex before marriage (see also O'Keeffe, 2017, p. 380). The logic of it goes that if all premarital sex is 'wrong', there can be no 'good' premarital sex. Lack of consent in premarital sex has no real meaning because there is limited room for the opposing concept of 'good' consensual premarital sex.

This logic also applies in the opposite direction, with a general failure to recognise marital rape for what it is. Interviews with women survivors of domestic violence who described situations of marital rape did not recognise it as a wrongdoing; they simply accepted it as their husband's prerogative. For example, one woman whose husband had subjected her to various forms of domestic violence, including physical violence, sexual violence, forced imprisonment, and economic abuse of her and her children, spoke for a long time about the physical violence, economic abuse and forced imprisonment, clearly stating that what he did was 'wrong'¹³. However, when speaking of her

¹² Interview from project *UNFPA et al., 2017*, Aileu Municipality (urban), October 2016.

¹³ Interview from project *UN Women 2017*, Bobonaro Municipality (rural), November 2017.

husband repeatedly raping her she described it as him “wanting to relax” – uncomfortable because her children were on the other side of the curtain which separated their sleeping quarters, but something to be endured. Similarly, another woman who endured years of emotional, sexual and physical violence and was almost killed when her husband attacked her with a machete spoke at length about the physical violence, but when describing clear situations of marital rape only referred briefly to relieving his “male needs.”¹⁴

The general lack of understanding of consent, coupled with traditional understandings of appropriate sexual conduct and community tendencies to blame the victim, leads to rape survivors internalising the fault as their own. Following is a fairly typical example, a segment from an interview with one young woman who was repeatedly raped as a teenager:

Interviewer: after the first rape, why did you not let your mother and father know?

Interviewee: [because] I did a bad thing.

Interviewer: huh?

Interviewee: because I did a wrong thing, I didn't tell my father and mother¹⁵.

During this interview, and despite coming at the conversation from a variety of angles, the idea that she did a ‘bad’ or a ‘wrong’ thing was so embedded that it was not possible to get past this thought and explore the nuances any further – even though by her own account the sex was violently forced.

This internalisation of fault was echoed in another case of rape committed by a boyfriend against his girlfriend¹⁶. As she described it, she was living away from home, staying with family members in Dili so she could pursue her studies. One day she went to visit her boyfriend's house and he trapped her, locking her in his bedroom for 2-3 days and repeatedly raping her:

He forced me... he said, if you don't give yourself to me you will die, I will beat you to death. You must do this. We two are alone here [so if you do not] I will beat you to death. He locked me in [and said] if you don't give yourself to me now you will never leave this room. I will beat you to death.

¹⁴ Personal interview, Baucau Municipality (rural), January 2018.

¹⁵ Interview from project *UNFPA et al., 2017*, Aileu Municipality (rural), October 2016.

¹⁶ Interview from project *UNFPA et al., 2017*, Covalima Municipality (rural), October 2016.

Like all of the other young women whose stories are shared in this article, this was her first sexual experience. However, while she spoke of the rape as a ‘problem’ which led to her pregnancy, she did not consider herself to be the victim of a crime. As she went on to explain, “I didn’t want it, he forced me, but as the days went on we both liked it.” Because she eventually went on to ‘like’ (or possibly just accept) the sex, and because they got married after she became pregnant, she viewed the entire series of events as normal sexual relations instead of recognising the first few experiences for what they were. When questioned about whether she saw the relations as normal and loving, she replied: “he loves me, but he threatened me.” And while she expressed her deep sadness at her life now, living as a married woman and a mother in her mountain village without possibility of continuing her schooling, she simply accepts it as her lot.

The imposition of fault is also reflected in community attitudes, where survivors of rape are blamed for their situation. In one rape case, the mother and sister of the rapist visited the pregnant young woman when they learned what had happened, insulting her and saying “are you blind, why didn’t you know that he was a married man?”¹⁷ In another case, the woman’s uncle beat her severely with a buffalo whip when he discovered she was pregnant, only stopping when her mother intervened¹⁸. From their perspective, the fact that she did not consent to the sex was immaterial.

At this point, I need to be crystal-clear. The contention that consent is not truly understood amongst community members does not mean that sexual relations are conducted in a state of anarchy. Women are not automatic victims, and men are not automatic aggressors. This is not the case in Timor-Leste, nor is it the case in any other part of the world. Women and men interact and express their power and agency in a variety of ways. In addition, the fieldwork also indicates clear principles and values that guide loving relationships – most commonly expressed in terms of “loving each other”, “respecting each other” or “listening to each other”¹⁹. These values can act as a kind of proxy for con-

¹⁷ Interview from project *UNFPA et al., 2017*, Aileu Municipality (rural), October 2016.

¹⁸ Interview from project *UNFPA et al., 2017*, Covalima Municipality (urban), October 2016.

¹⁹ Prevention Workshop from project *UNFPA et al., 2017*, Aileu Municipality (rural), March 2017.

sent: loving or respecting your partner may translate into actively checking whether she also wants to have sex before going any further; listening to your partner may translate into hearing and responding accordingly when she says 'no'. But the statistics are also clear: rape committed by a boyfriend or husband in Timor-Leste is extremely high, at 40.5% (Asia Foundation, 2016, p. 51). In the space where people are negotiating between permissible sex and sexual violence in intimate relationships, a frighteningly high number of women are being raped. Legally enshrining and then educating people on consent as a veto to sexual relations is a necessary first step for effective preventative work in communities that currently operate under a very different paradigm.

SEXUAL ENTITLEMENT AND DECISION-MAKING AGENCY

The factors leading to men's perpetration of sexual violence are diverse and many, including Timor-Leste's legacy of conflict and militarised masculinity, traditional family and community structures, and general higher levels of tolerance to violence in any form (see for example Niner, 2011; O'Keeffe, 2017; Cummins, 2015).

Attitudes of male sexual entitlement are high amongst Timorese men and women. In a recent study assessing men's motivations in committing gender-based violence, the primary motivation for men committing intimate partner rape was it being fun or them being bored (59.2%), closely followed by the belief that they had the right to sex regardless of the other's consent, or sexual entitlement (57.1%) (Asia Foundation, 2016, p. 181). This same study showed that sexual violence is committed in conditions of relative impunity, with the three most common consequences that surveyed male perpetrators reported facing after committing rape including feelings of guilt, having to apologise to the woman, or no consequences at all. These attitudes of male sexual entitlement are echoed in another survey conducted into young people's perceptions of gender and masculinity, in which 31% of surveyed young men did not consider forced sex to be violence, and 40% (52% in rural areas) stating there was nothing wrong with making sexual comments to women on the street (Niner & Wigglesworth, 2015, pp. 321-22).

Male sexual entitlement, and aggressive male displays of sexuality including sexual harassment, is not something that boys are born with. They are socialised into this behaviour pattern as they grow from boys to men, as they watch how older men interact with women, and listen to how sex is talked about. A key theme which emerged during the research is the level of importance that was given to male sexual desire, with both male and female interviewees speaking frequently about “male needs”.

Of course, trying to understand what people do and do not understand or prioritise, and from what set of values, can seem a bit like putting together a jigsaw puzzle in the dark. There are still many questions which are unanswered. But fieldwork indicates that lacking the legal (and moral) concept of consent as a veto in sexual decision-making, what takes up this conceptual space is the idea of male needs as the baseline for negotiations between intimate partners. By this logic, all the male partner needs to do is state his male needs, and it is then incumbent on the female partner to find an acceptable reason for not wanting to have sex. Negotiations between the two, as they talk and they fumble, should then be guided by ideas of respecting of each other and listening to each other.

The importance of male needs was referred to repeatedly in a Prevention Workshop, convened by UNFPA and Plan International as part of the teenage pregnancy research, to explore the limits of respectful or acceptable sexual behaviour. Participants were selected based on their involvement in the community and positive role modelling for gender relations, were aged 17-30, and included an equal mix of male and female participants, some of whom were married, others single. When male and female groups were asked separately what would happen if male needs were ignored, female participants responded with variations of “you can’t, it would be really bad for him.” But they could not explain why: for them, the consequences were both mysterious and dire. For male participants, amid laughs and joking they also agreed that there needed to be a good reason to ignore their male needs –such as their girlfriend needing to finish school. One young man who suggested masturbation as a good alternative was laughed down by others in the group. All participants agreed that the values of “respecting each

other” and “listening to each other” should guide their communications, but were unable to clearly say how that would play out in practice. None of the male or female participants stated that if a girl says no, her wishes should automatically be respected.

The heavy conceptual weight that is put on male needs places the onus on girls and women to not only say no, but to also give an acceptable reason that will convince her partner that he should ignore his sexual desire. He may or may not agree. And if she continues to refuse him there may be violent consequences – as shown in the young women’s stories shared thus far. The possibility of violent backlash is also demonstrated in the statistics: the National Demographic Health Survey in Timor-Leste conducted in 2016 showed that 36% of female respondents, and 28% of male respondents, consider it appropriate for a man to beat his wife if she refuses to have sex with him (GDS, 2018, p. 275).

The impact of coercion and fear on girls’ and women’s decision-making should not be under-estimated. In a context where sexual harassment and gender-based violence is normalised, women’s fear of violent consequences and their sense of self-preservation is constant background noise, limiting and controlling what they will and will not do. Sexual negotiations are all communications that are conducted under conditions of significant gender inequality. In addition, sexual decision-making is not like a contract negotiation: it is deeply personal, emotional, and often confusing, particularly if one or both partners are still virgins. In Timor-Leste, this is made even more difficult because of inadequate sexual education, as teenagers naturally respond to changes in their bodies but have no framework to understand or intellectualise what is happening. While boys are socialised to aggressively display their sexuality, girls are socialised to do the opposite. If the boyfriend is older, wealthier, or if he has been threatening or violent with her on previous occasions, this can open the door to various forms of coercion and control. All of these factors combine to limit her decision-making agency, diminishing her ability to express what she wants clearly, and to have her wishes listened to sensitively and respectfully.

What this means is that in many cases, men do not have to physically

and violently force a woman to make her do something that she does not want to do. Her fear of the possible consequences in making him angry does this for her. In this context, it is necessary to flip the current approach by introducing the legal and moral concept of consent, as a necessary first step to empowering girls and women to take control of their own bodies.

CONCLUSION

Currently, there is major confusion about the difference between *estraga feto* and cases of sexual violence. However, if we drop what we think we know, and listen closely to what women are actually telling us, a new picture emerges which shows that attitudes around permissible and non-permissible expressions of sex centre not on sexual violence, but on women's premarital chastity. At the legal level, until this basic misunderstanding of what constitutes sexual violence is clarified, there will be confusion for both victims and defendants on what part of the wrongdoing actually constituted a crime, and any mobilisation or other campaigns to prevent or reduce the incidence of rape in communities will be less than effective.

It is also clear that men have an important role to play in reducing the incidence of sexual violence, by role modelling positive communication and interaction with women, and by calling out other men who commit sexual violence, abuse or harassment. However, as men and women become involved in the debate and in practical action, there is also a risk that they may seek to put girls and women into a 'protective box,' further limiting what they may and may not do, in order to keep them safe. Local ideas of *estraga feto* centre on traditionally-defined loss, with a woman, or a girl losing an intrinsic part of her value when she 'loses' her virginity. The idea of combating this loss is something that many people can get on board with: the very idea that she is someone's sister, someone's daughter, someone's wife is an idea to rally around. It does not upset the current system which limits women's decision-making agency, and in particular their sexual decision-making agency. While communities may be mobilised to address the incidence of

sexual violence, there is a distinct risk that they may do so by seeking to protect young women's chastity (with accompanying victim-blaming if she 'loses' her virginity), rather than seeking to protect her right to choose.

What is needed is a different approach: one in which girls are not overly-protected by limiting their agency, and one in which boys are taught to be respectful of girls' right to choose. The introduction of consent is a necessary first step in doing this.

The giving and the receiving of consent – the understanding of consent – is not something that we are born with. It is socially formed, which means that it is context-driven. It is driven by culture, by social norms, by gender norms which are instilled from a young age into little girls and little boys. These norms can change, but they must change in context, and in this respect the law has a powerful role to play in helping to educate people on what consent in decision-making is, and why it's important.

ACKNOWLEDGEMENTS

This article draws on fieldwork conducted during the author's own personal research, as well as various projects commissioned by UN Women (*Women's Multiple Pathways to Justice*, 2018), United Nations Population Fund (UNFPA), the State Secretary for Youth and Sports, Plan International (*Teenage Pregnancy and Early Marriage*, 2017), and the Asia Foundation (*Ami Sei Vitima Beibeik*, 2012). Particular thanks go to UNFPA, the State Secretary for Youth and Sports and Plan International for commissioning the research into the driving factors for teenage pregnancy, results which heavily inform the analysis in this article. Sincere thanks also to fellow researchers Zulmira Fonseca, Candie Cassabalian and Maria Agnes Bere who also worked on these research projects, conducting fieldwork and assisting in making sense of the results. And most importantly, my heartfelt thanks to the women who bravely shared their stories, in the hope that it may contribute to a better situation for women in the future.

REFERENCES

- Alola Foundation. (2004). *Trafficking in East Timor: A Look into the Newest Nation's Sex Industry*. Dili: Alola Foundation.
- Alves, M.D.F; Abrantes, L.S.; and Reis, Filomena. (2003). *Written in Blood*. Office for the Promotion of Equality. Dili.
- Belton, Suzanne. (2011). Health Professionals and Lawyers Understandings of Domestic Violence and the Domestic Violence Law: the 2011 Judicial System Monitoring Program survey. In *Hatene Kona Ba Timor Leste (vol. 2)*. TLSA: Dili.
- Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor (CAVR). (2003). *Public Hearing on Women and Conflict*. www.easttimor.reconciliation.org.
- Cummins, Deborah. (2015). *Local Governance in Timor-Leste: Lessons in Postcolonial Statebuilding*. Routledge: London and New York.
- Fokupers. (1999). *Gender-based Human Rights Abuses during the Pre-and Post-Ballot Violence in East Timor. January – October 1999*. Dili.
- General Directorate of Statistics (GDS); Ministry of Health and ICF. (2018). *Timor-Leste Demographic and Health Survey 2016*. Dili, Timor-Leste and Rockville, Maryland, USA: GDS and ICF.
- Graydon, Julie. (2016). *Valuing Women in Timor-Leste: The Need to Address Domestic Violence by Reforming Customary Law Approaches While Improving State Justice*. PhD thesis, University of Melbourne.
- Hynes, Michelle & Robertson, Kathryn & Ward, Jeanne & Crouse, Chadd. (2004). A Determination of the Prevalence of Gender-based Violence among Conflict-affected Populations in East Timor.
- Kovar, Annika. (2012). Approaches to Domestic Violence Against Women in Timor-Leste: A Review and Critique *Human Rights Education in Asia Pacific (Vol 3)*. pp. 207-52. Asia Pacific Human Rights Information Centre: Osaka.
- Niner, Sara. (2011). Hakat Klot, Narrow Steps: Negotiating Gender in Post-Conflict Timor-Leste. *International Feminist Journal of Politics (Vol 13, Issue 3)*, pp. 413-435.

O'Keeffe, Clionadh. (2017). *Understanding Gender in Conflict-Affected Timor-Leste: Women's Voices on Marriage, Motherhood and Gender-Poverty-Violence Nexus*. PhD thesis, National University of Ireland, Galway.

Pateman, Carole. (2008). Women and Consent. *Political Theory*, Vol. 8, No. 2. (May, 1980), pp. 149-168.

Paz y Desarrollo and National University of Timor-Lorosae (UNTIL). (2013). *Baseline Study on Attitudes and Perceptions of Gender and Masculinities of Youth in Timor-Leste*. Paz y Desarrollo: Dili.

RDTL. (2009). *Decree Law 19/2009 Penal Code of Timor-Leste*. RDTL: Dili.

The Asia Foundation. (2012). *Ami Sei Vitima Beibeik: Looking to the needs of Domestic Violence Victims*. The Asia Foundation: Dili.

The Asia Foundation. (2016). *Understanding Violence against Women and Children in Timor-Leste: Findings from the Nabilan Baseline Study – Main Report*. The Asia Foundation: Dili.

Timor-Leste Armed Violence Assessment (TLAVA). (2009). *After the Guns Fall Silent. Sexual and Gender-Based Violence in Timor-Leste*. Issue Brief No. 5: November 2009. TLAVA: Dili.

DIRETRIZES PARA AUTORES

- 1) Diálogos é um periódico publicado anualmente pela Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Tem como objetivo promover a partilha de conhecimento por meio de artigos, ensaios e resenhas inéditos e que apresentem relevância académica e social.
- 2) Os trabalhos submetidos à publicação deverão ser originais e inéditos.
- 3) A revista Diálogos publica trabalhos em Português, Inglês e Tétum. Sendo assim, os manuscritos submetidos deverão ser escritos em uma destas variantes linguísticas.
- 4) Os originais deverão ser submetidos diretamente na secretaria da Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas ou pelo email: ffch@untl.edu.tl
- 5) Os artigos passarão pela apreciação da Comissão Editorial Executiva, que irá avaliar a viabilidade da sua publicação. A avaliação será realizada de forma cega por, no mínimo, dois pareceristas, que enviarão suas considerações para a Comissão Editorial, que decidirá quais artigos serão publicados em cada edição.
- 6) Para assegurar a avaliação cega, os pareceristas não serão informados sobre os dados do(s) autor(es). No entanto, os autores são responsáveis por garantir que não haja menções no corpo do texto que possam identificar a autoria.
- 7) Critérios avaliados nos artigos submetidos à publicação:
 - a. Estrutura: a estrutura precisa apresentar uma lógica interna com relação aos tópicos abordados;
 - b. Redação: o texto precisa apresentar clareza, qualidade ortográfica e gramatical, argumentação consistente com o assunto abordado;
 - c. Aspectos técnicos e teóricos: o texto precisa apresentar o uso correto dos conceitos abordados, bem como demonstrar domínio sobre os mesmos;
 - d. Originalidade: será considerado a originalidade, o ineditismo, o nível de inovação apresentado, bem como a pertinência para a área de estudo do trabalho.

8) Todos os textos apresentados para apreciação deverão conter: título completo do trabalho em português, inglês ou tétum. O resumo deverá ser apresentado no idioma original do trabalho, bem como uma versão em inglês contendo entre 100 e 150 palavras, com espaço simples. Os trabalhos também devem conter no máximo quatro palavras-chave escritas no idioma original e uma versão em inglês. Os trabalhos deverão ainda conter o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es) e sua(s) titulações máximas.

9) Após a avaliação dos pareceristas, a Comissão Editorial irá informar o autor principal se o texto foi aceito para publicação, se foi aceito com alterações ou se foi recusado. A Comissão Editorial reserva-se o direito de não devolver os manuscritos recebidos.

10) Os artigos devem seguir um padrão uniforme na sua formatação gráfica. Para isto sugerimos que os manuscritos enviados sigam as seguintes diretrizes:

- a. Fonte Times New Roman 12, justificado, formato A4 (210x297), espaço de 1,5 e conter no máximo 8 mil palavras para os artigos e 4 mil palavras para as resenhas, incluindo título, resumo, palavras-chave, referências e notas;
- b. Itálico: para palavras estrangeiras, títulos (livros, eventos, etc.) e ênfase;
- c. Deve-se evitar os marcadores em negrito e sublinhado.

11) Para citações bibliográficas, os autores deverão seguir as normas do sistema APA de referências.

12) Os autores que publicam na revista Diálogos deverão concordar com os seguintes termos:

- a. Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação;
- b. Os autores podem realizar a distribuição ou a republicação do artigo (como capítulos de livros, em sites ou blogs, por exemplo), desde que mantenham a autoria e as referências de publicação inicial nesta revista.

13) Política de Privacidade: os nomes e endereços dos autores serão utilizados exclusivamente na edição da revista onde seus artigos foram publicados, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

